

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

CAMILA MARIANA APARECIDA DA SILVA

**PARA UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA SOBRE ORDENAÇÃO DE
DOCUMENTOS: PROPOSTAS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX**

BELO HORIZONTE

2016

CAMILA MARIANA APARECIDA DA SILVA

**PARA UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA SOBRE ORDENAÇÃO DE
DOCUMENTOS: PROPOSTAS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Organização e Uso da Informação

Orientadora: Dra. Cristina Dotta Ortega

BELO HORIZONTE

2016

S586p Silva, Camila Mariana Aparecida da.

Para uma abordagem contemporânea sobre ordenação de documentos: propostas do século XIX e início do XX [manuscrito] / Camila Mariana Aparecida da Silva. – 2016.

228 f., enc.

Orientadora: Cristina Dotta Ortega.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 212-228.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Organização da informação – Teses. 3. Classificações bibliográficas – Teses. 4. Número de chamada (Biblioteconomia) – Teses. I. Título. II. Ortega, Cristina Dotta. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 025.8



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"PARA UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA SOBRE ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS: PROPOSTAS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX"

Camila Mariana Aparecida da Silva

Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**mestre em Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Organização e Uso da Informação**".

Dissertação aprovada em: 20 de dezembro de 2016.

Por:

Prof. Dra. Cristina Dotta Ortega - ECI/UFMG (Orientadora)

Prof. Dr. Daniel Martinez Ávila - UNESP

Prof. Dra. Marilda Lopes Ginez de Lara - USP

Prof. Dra. Benildes Coura M dos Santos Maculan - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Prof. Alcenir Soares dos Reis
Coordenadora

Prof. Cláudio Pádua Araújo de Paula
Sub-Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Ciência
da Informação da UFMG

Versão final Aprovada por

Prof. Cristina Dotta Ortega
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **CAMILA MARIANA APARECIDA DA SILVA**,
matrícula: 2015665719

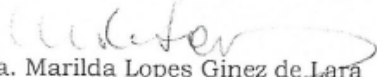
Às 09:30 horas do dia 20 de dezembro de 2016, reuniu-se na Faculdade de Odontologia da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 06/12/2016, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **Para uma abordagem contemporânea sobre ordenação de documentos: propostas do século XIX e início do XX**, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Organização e Uso da Informação. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Cristina Dotta Ortega, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Profa. Dra. Cristina Dotta Ortega - Orientadora	APROVADA
Prof. Dr. Daniel Martinez Ávila	APROVADA
Profa. Dra. Marilda Lopes Ginez de Lara	APROVADA
Profa. Dra. Benildes Coura M dos Santos Maculan	APROVADA

Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

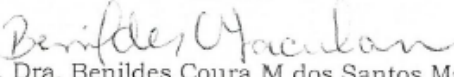
O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.


Profa. Dra. Cristina Dotta Ortega
ECI/UFMG

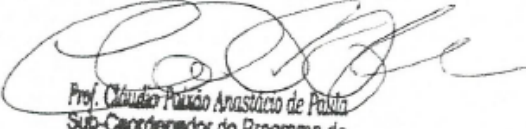

Profa. Dra. Marilda Lopes Ginez de Lara
USP

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2016.


Prof. Dr. Daniel Martinez Ávila
UNESP


Profa. Dra. Benildes Coura M dos Santos Maculan
ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.


Prof. Cláudia Paixão Anastácio de Paula
Sub-Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Ciência
da Informação da UFMG

AGRADECIMENTOS

À Cristina Ortega, minha orientadora, pelo diálogo e por apontar caminhos. À banca de qualificação, na figura dos professores Benildes Maculan, Daniel Martínez-Ávila e Marilda Lara, pelas generosas colocações que auxiliaram na melhor estruturação do trabalho.

Ao CNPq, pela bolsa concedida durante o tempo de pesquisa.

À minha mãe e aos amigos, Beatriz, Filomena, Flávia, Josué e Larissa, pelo apoio. Ao Vinicius, por ser um interlocutor acadêmico tão impertinente e generoso.

Ao Zona, tenda de milagres, por me ofertar as alegrias mais sinceras e os abraços mais afetuosos.

Ao Eduardo, com amor, por lembrarmo-nos, sempre, de que para nós o caminho se faz por intermináveis teimosias.

RESUMO

Aborda a ordenação como processo de organização da informação explorando, especificamente, a ordenação de documentos na perspectiva bibliográfica. No Brasil, as soluções de ordenação de documentos construídas com base no número de chamada estão disseminadas e, paradoxalmente, há uma escassez de estudos em língua portuguesa que contemplem a temática quanto ao histórico das propostas e à atualidade do processo. Estas lacunas fomentam duas reduções especialmente danosas no âmbito da organização da informação: o quase esquecimento das discussões sobre diferentes métodos e propostas voltados à ordenação de documentos e a indiscriminação entre a ordenação de documentos e a adoção dos tradicionais sistemas de classificação bibliográfica. Assim, o estudo objetiva explorar os modelos empregados para fins de ordenação de documentos, conforme discutidos a partir do século XIX nas tradições anglo-americana e francesa, buscando identificar os objetivos em causa e os conceitos subjacentes, de modo a compreender a especificidade do processo e seu significado na atualidade. Para tanto, realiza pesquisa de caráter exploratório em abordagem qualitativa, que adota a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico. O estudo é desenvolvido em duas partes: a primeira explora o contexto, objetivos e métodos associados à ordenação de documentos nas vertentes francesa e anglo-americana de meados do século XIX até 1930; a segunda identifica e discute releituras e contestações que deram sequência ao debate sobre a temática, em cada uma destas matrizes, até o momento atual. Entre franceses observa-se a relevância da ordenação de documentos junto aos demais processos de organização da informação, o desenvolvimento de terminologia própria e a opção por soluções localmente adaptadas. Entre anglo-americanos nota-se a centralidade do número de chamada como modelo indissociável dos tradicionais sistemas de classificação bibliográfica e replicável aos diversos sistemas bibliográficos, em especial, bibliotecas. No tocante à generalidade do processo, a análise indica que ele se encontra descrito e caracterizado desde o século XIX quanto aos métodos que emprega – cronológico, alfabético e sistemático – e quanto à relação que se estabelece entre as funções atribuídas ao arranjo e os métodos que as contemplam. O desenvolvimento das discussões em torno da ordenação de documentos atesta a impossibilidade de existência de um modo unívoco de responder pelo processo, salientando, assim, sua dimensão mediadora.

Palavras-chave: Ordenação de documentos. Número de chamada. Classificação bibliográfica. Organização da Informação.

ABSTRACT

The research approaches arrangement as an information organization process by specifically exploring shelf arrangement in a bibliographic perspective. In Brazil, solutions for shelf arrangement which were produced based on the call number are now widespread and, paradoxically, there is a shortage of studies written in Portuguese that consider the theme regarding the history of proposals and the currentness of the process. These gaps foster two especially harmful reductions in the organization of information: almost forgetfulness of discussions on different methods and proposals towards shelf arrangement and indiscrimination between shelf arrangement and the adoption of traditional bibliographic classification systems. Thus, this research is aimed to explore the models applied in order to promote shelf arrangement as debated from the 19th century onwards into the French and Anglo-American traditions, and also aimed to identify objectives and underlying concepts so to understand the process specificity and what it means presently. In this manner, a qualitative exploratory research was carried out, and as methodological procedure bibliographic research was applied. The study develops into two parts: the first explores contexts, objectives and methods associated with shelf management in the French and Anglo-American aspects from mid-19th century to 1930; while the second part identifies and discusses reviews and arguments that follow up a debate on the theme, in each model, up to the present time. The French one shows the relevance in shelf arrangement along other processes of information organization, the development of specific terminology, and the option for locally adapted solutions. As for the Anglo-American part, it is noted the centrality of the call numbers as model inseparable from the traditional bibliographic classification systems and replicable to the various bibliographic systems, especially libraries. In what concerns the generality of the process, the analysis indicates that it is described and characterized since the 19th century regarding the methods it applies (chronological, alphabetical, and systematic) and the relation it establishes between the functions attributed to the arrangement and the methods which consider them. The development of debates about shelf arrangement certifies the impossibility of an unequivocal manner of responding by the process, then highlighting its mediating dimension.

Keywords: Shelf Arrangement. Call Number. Bibliographic Classification. Information Organization.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Métodos e atributos secundários elegíveis para composição de arranjo conforme tradição francesa	90
Quadro 2 - Extratos da Tabela de Schwartz, de 1878	104
Quadro 3 - Extratos da tabela cronológica de Biscoe, 1885.....	114
Quadro 4 - Primeira proposta de Cutter para conversão de nomes em números, década de 1870	121
Quadro 5 - Exemplos a partir da Tabela de dois dígitos de Cutter.....	122
Quadro 6 - Exemplos a partir da Tabela Cutter-Sanborn, de 1896	123
Quadro 7 - Exemplos a partir da Tabela de três dígitos de Cutter, de 1901	124
Quadro 8 - Extratos da tabela alfabética de Merrill.....	130
Quadro 9 - Extratos da tabela de números biográficos de Brown, 1906.....	131
Quadro 10 - Tabela cronológica de Brown, 1906	132
Quadro 11 - Extratos da Tabela de Bliss, publicada em 1912.....	136
Quadro 12 - Extratos da Tabela de Língua para composição do número do livro de Ranganathan	144
Quadro 13 - Extratos da Tabela de Forma para composição do número do livro de Ranganathan	145
Quadro 14 - Tabela Cronológica para o número do livro de Ranganathan.....	146
Quadro 15 - Tabela de isolados de tempo de Ranganathan.....	146
Quadro 16 - Número da coleção por Ranganathan.....	148
Quadro 17 - Métodos de ordenação de documentos conforme tradição anglo-americana.....	150
Quadro 18 - Proposta de Lehnus para conversão de nomes em números e exemplos associados, década de 1970.....	184

LISTA DE ABREVIATURAS

ABECIN	Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
ABF	<i>Association des Bibliothécaires Français</i>
ALA	<i>American Library Association</i>
BBF	<i>Bulletin des Bibliothèques de France</i>
BNF	<i>Bibliothèque Nationale de France</i>
BISAC	<i>Book Industry Standards and Communications Subject Headings List</i>
BISG	<i>Book Industry Study Group</i>
BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAFB	<i>Certificat d'aptitude aux fonctions de bibliothécaire</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
ECA	Escola de Comunicações e Artes
ECI	Escola de Ciência da Informação
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
ENSSIB	<i>École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques</i>
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
ISTA	<i>Information Science and Technology Abstracts</i>
LISA	<i>Library and Information Science Abstracts</i>
LCC	<i>Library of Congress Classification</i>
NLM	<i>National Library of Medicine</i>
OCLC	<i>Online Computer Library Center</i>
RLG	<i>Research Library Group</i>

UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	APRESENTAÇÃO DO TEMA	12
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA.....	15
1.3	JUSTIFICATIVA.....	17
1.4	OBJETIVO.....	20
1.4.1	Objetivo geral	20
1.4.2	Objetivos específicos	20
1.5	METODOLOGIA	21
2	ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS: NOÇÕES ELEMENTARES	27
2.1	ORDENAÇÃO COMO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	27
2.2	A ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS.....	32
2.3	A ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS E A CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA	38
3	A ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS NAS TRADIÇÕES FRANCESA E ANGLO-AMERICANA: MEADOS DO SÉCULO XIX A 1930	46
3.1	ORDENAR PARA CONSERVAR E DISPONIBILIZAR: A TÔNICA FRANCESA NOS MANUAIS DE BIBLIOTECONOMIA.....	46
3.1.1	Jean Pie Namur	52
3.1.2	Léopold-Auguste Constantin	56
3.1.3	Jules Cousin	60
3.1.4	Léopold Delisle	65
3.1.5	Albert Maire	69
3.1.6	Albert Cim	72
3.1.7	Eugène Morel	75
3.1.8	Léo Crozet	82
3.1.9	Ordenação (<i>classement</i>): a consolidação de um processo	89

3.2 DA PROPOSIÇÃO À CONSOLIDAÇÃO DO NÚMERO DE CHAMADA: UM MODELO ANGLO-AMERICANO.....	97
3.2.1 Jacob Schwartz	102
3.2.2 Melvil Dewey	107
3.2.3 Charles Ammi Cutter	115
3.2.4 James Duff Brown	126
3.2.5 Henry Evelyn Bliss	132
3.2.6 Shiyali Ramamrita Ranganathan	139
3.2.7 Número de chamada: síntese de um percurso	149
4 A ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS NAS TRADIÇÕES FRANCESA E ANGLO-AMERICANA: DE 1930 ATÉ A ATUALIDADE	157
4.1 <i>COTES</i> EM LIVRE ACESSO: DESENVOLVIMENTO E SISTEMATIZAÇÃO.....	157
4.2 LEITURAS SOBRE O NÚMERO DE CHAMADA: DESDOBRAMENTOS E ALTERNATIVAS AO MODELO	181
5 ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO	198
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
REFERÊNCIAS	212

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

A organização da informação é a área da Ciência da Informação que abarca os processos, instrumentos e produtos ligados à estruturação de sistemas de informação documentária que objetivam favorecer a apropriação de informações de documentos por certos públicos.

A qualidade de documento de um objeto depende, essencialmente, de uma ação de atribuição de valor informativo a este objeto. Tal atribuição é socialmente institucionalizada e opera em âmbitos que abarcam desde as esferas individuais até o ambiente organizacional, uma vez que se caracteriza por conferir utilidade ao objeto e alterar seu valor original imputando-lhe novas camadas de significação. A condição de público, por sua vez, se instaura quando se estabelecem em um indivíduo ou em um grupo de pessoas certas necessidades de informação que poderão ser satisfeitas, ou amenizadas, por determinados documentos, ou seja, por objetos que têm valor potencial de sanar necessidades de informação de certo público.

Neste sentido, a organização da informação constitui-se como um conjunto de processos institucionalmente circunscritos, que incidem sobre objetos alçados à qualidade de documentos, e que, conjugados, visam favorecer a apropriação de informações destes documentos por seu público. Dentre os processos de organização da informação pode-se destacar a seleção, a representação e a ordenação, cada um deles valendo-se de instrumentos específicos e dando origem a produtos também específicos. Considerando que o fim de cada um destes processos é contribuir para a elaboração de sistemas de informação documentária e que estes sistemas podem ter objetivos distintos, como arquivísticos, museológicos e bibliográficos, a apresentação que segue terá como enquadramento os sistemas de informação bibliográfica.

Em linhas gerais, a seleção pode ser considerada o processo inicial de organização da informação, pois é por meio dela que se dá a escolha dos objetos que irão constituir a coleção de documentos da instituição. A partir de elaboração de um diagnóstico que faça um mapeamento das necessidades de informação do público em questão e leve em conta as especificidades da instituição que o realiza, serão escolhidos alguns documentos do conjunto de objetos disponíveis, identificados como potencialmente capazes de suprir tais

necessidades. Estes documentos serão coletados, ou apenas referenciados quando se desejar exclusivamente apontar sua existência, resultando, em ambos os casos, na formação de uma coleção.

O processo de representação dos documentos, por sua vez, acontece pela combinação de uma série de atividades que visam produzir registros dos documentos para compor repertórios bibliográficos de modo que estes registros possam ser identificados, selecionados e localizados pelo público. Para tanto, elaboram-se as representações descritiva e temática dos documentos que exploram, respectivamente, seus aspectos formais e aqueles ligados ao seu conteúdo temático. Associadas, elas redundam na descrição dos documentos, na definição dos pontos de acesso descritivos e temáticos e na produção de resumos.

Etapa final dos processos de organização de informação, a ordenação consiste na elaboração de um arranjo espacial para documentos ou para metadados de documentos com vistas a fornecer acesso a eles. Uma coleção, quando ordenada, já terá passado por outros processos de organização da informação e poderá ser considerada pronta para disponibilização ao uso do público.

A ordenação dos metadados dos documentos faz-se a partir dos pontos de acesso aos registros que remetem aos documentos. Em bibliografias, catálogos de bibliotecas ou bases de dados, a ordenação de metadados opera com a proposição de uma ordem, respectivamente, para referências e seus índices de acesso, para os cabeçalhos das fichas e para índices de acesso aos registros. Já para as estruturas hierárquicas de navegação para documentos eletrônicos, os pontos de acesso são justamente os termos que compõem a estrutura, remetendo ao registro e fornecendo acesso direto ao documento.

A ordenação de documentos, por seu turno, ocupa-se da proposição de arranjos para documentos em mobiliários, tendo por base a definição de atributos que irão estabelecer diferentes modos de operar sua distribuição no espaço. Habitualmente, tais arranjos são convertidos em codificações que correspondem à representação da proposta de ordenação de documentos em uma sequência estruturada, ao mesmo tempo em que favorecem, pela individualização de cada item, sua identificação, alocação, retirada e devolução do conjunto da coleção.

A ordenação em seu sentido abrangente, ou seja, a ordenação de documentos e a ordenação de metadados de documentos, como tratamos, resulta em recurso de acesso à coleção e, também, significa a oferta de um modo de leitura para esta mesma coleção que prescreve determinados percursos de exploração do espaço em detrimento de outros possíveis. Ela permite a individualização de cada documento, seja por meio de um código único

atribuído ao item ou através de um endereço eletrônico, possibilitando a criação de um elo entre o registro do documento e sua localização espacial. Ademais, a ordenação pode ser adotada como recurso para a gestão da coleção no que se refere ao fornecimento de dados que poderão servir à política de seleção, tanto para a aquisição quanto para o descarte de documentos, assim como na planificação dos espaços. Portanto, a ordenação é capaz de desempenhar um conjunto relevante de funções no âmbito da organização da informação.

Todavia, a atual centralidade do número de chamada, incluindo o contexto brasileiro, parece ter contribuído para a diminuição de reflexões quanto às funções, características e historicidade da própria ordenação de documentos. Assim, este trabalho volta-se para a ordenação de documentos como processo de organização da informação, que ultrapassa o número de chamada, e busca discutir diferentes modelos que respondem pelo processo, a partir do século XIX, nas tradições anglo-americana e francesa.

O número de chamada em sistemas de localização relativa foi formulado a partir da segunda metade do século XIX, no contexto anglo-americano. A discussão deste modelo foi acompanhada muito de perto por aquelas que se desenvolviam no âmbito da classificação bibliográfica e das propostas em torno da abertura das coleções ao acesso livre do público, mantendo-se sem grandes alterações até a atualidade.

De modo distinto, no contexto francês, os modelos de ordenação de documentos permaneceram estruturados em arranjos restritivos ao livre acesso pelo público por um tempo mais longo, submetendo-se a transformações mais lentas e, conseqüentemente, de uma tardia introdução dos sistemas de classificação bibliográfica de tipo pretensamente universal. Mesmo morosa, a incorporação do número de chamada em solo francês deu-se de modo bastante extensivo, mas sob um viés adaptativo que não manteve todas as características do modelo original anglo-americano.

Deste modo, uma abordagem retrospectiva que contemple as duas tradições parece promissora, uma vez que elas se configuram como expressão de entendimentos singulares acerca das funções e dos métodos de ordenação de documentos, já em fins do século XIX. Ademais, acompanhar seu desenvolvimento confere destaque ao modo como estas compreensões foram retrabalhadas e acabaram convergindo para soluções baseadas em métodos comuns, mas com escopos e processos de elaboração que hoje parecem assentados numa compreensão distinta da ordenação de documentos.

Explorar esta historicidade é caminho válido para análise, pois se entende que abordar as proposições relacionando-as ao contexto em que foram colocadas e quanto aos caminhos tomados até a contemporaneidade, permite uma reflexão em torno do conjunto de ideias que

caracteriza, hoje, a ordenação de documentos em cada uma destas vertentes e, também, a despeito delas.

Assim o estudo espera preencher, em parte, lacunas quanto ao conhecimento e compreensão de modelos elaborados para fins de ordenação de documentos em sua historicidade e, ao mesmo tempo, quanto à atualidade do processo.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

No Brasil, a disseminação do número de chamada como modelo para ordenação de documentos em sistemas de informação bibliográfica estabelece relação direta com a utilização da Classificação Decimal de Dewey (CDD) e da Classificação Decimal Universal (CDU) como instrumentos privilegiados de classificação bibliográfica. O emprego do número de chamada encontra-se de tal modo naturalizado que, via de regra, traduziu-se num modo único e mecânico de proceder à ordenação de documentos. Com isso, se estabelece a compreensão de que os arranjos sistemáticos baseados nos tradicionais sistemas de classificação bibliográfica respondem pelo processo como um todo em bibliotecas de um modo geral.

Dentre as funções atribuídas aos sistemas de classificação bibliográfica, a de ordenação de documentos parece mal compreendida e simplificada, como define Campos (1978, p. 2), "[...] à mera distribuição dos livros nas estantes, [para a qual] os sistemas obtêm êxito relativamente discreto. Ao menos, não é neste setor que se localizam as críticas mais veementes". Fiuza (1985, p. 266), por outro lado, ao refletir sobre as funções e objetivos do catálogo a serem contemplados no ensino, aponta a necessidade de se realizar a "discussão sobre os elementos do número de chamada e uso dos recursos, quando necessário, para identificação de cada livro na coleção." A fala da autora deixa ver que são reconhecidas as funções de identificação e individualização para o número de chamada, considerando, também, que certos recursos para sua composição podem ou não ser contemplados segundo as necessidades que se apresentam.

Nesse sentido, há a configuração de uma lógica compreensiva sobre o número de chamada que, de um lado, reconhece sua relevância enquanto elemento norteador de uma prática instituída, mas, ao mesmo tempo, por se estabelecer sob um único modelo, expressa uma redução da dimensão conceitual da ordenação de documentos como processo de

organização da informação. Na literatura nacional este quadro é atenuado pela publicação de duas obras de contemplam a temática: o trabalho de Pinheiro (2007), voltado à discussão de sistemas de localização de fixa e os critérios observáveis para a composição dos códigos de localização dos documentos nestes sistemas, e o trabalho de Ortega, Silva e Santos (2016) dedicado à ordenação de documentos em termos conceituais, procedimentais e históricos, incluindo a explicitação do código de localização de documentos conforme o modelo do número de chamada. Considerando-se o intervalo de quase dez anos entre as obras, manifesta-se o pouco engajamento dos pesquisadores brasileiros no tratamento da temática.

A centralidade do número de chamada fomenta duas reduções especialmente danosas no âmbito da organização da informação: o quase esquecimento das discussões sobre diferentes propostas voltadas à ordenação de documentos e a indiscriminação entre a ordenação de documentos e a elaboração de arranjos estruturados pelo método sistemático, para os quais é possível fazer uso dos tradicionais sistemas de classificação bibliográfica.

No primeiro caso, para conhecer concepções, conceitos e propósitos que subjazem distintos modelos de ordenação de documentos, torna-se imprescindível buscar pela análise de sua historicidade e, conseqüentemente, retornar à segunda metade do século XIX. A partir deste período despontam publicações voltadas para a discussão ou sistematização de práticas tidas como fundamentais ao exercício profissional no âmbito de bibliotecas. Dentre estas práticas encontra-se a ordenação de documentos, discutida a partir de dois enfoques: a abertura das coleções para o acesso livre dos usuários, na vertente anglo-americana, e certa permanência da interdição do acesso dos usuários às coleções entre as instituições francesas. Com os anglo-americanos emerge um novo modelo de ordenação de documentos que será consolidado sob o número de chamada e perpetuado até os dias atuais. Já entre os franceses, a ideia de conservação das coleções contribui para a manutenção de arranjos tendo por base a materialidade dos documentos, os quais foram retrabalhados, continuamente, em favor de arranjos sistemáticos elaborados ou adaptados localmente. Assim, a literatura traz registros quanto aos avanços e cristalizações relativos à operacionalização da ordenação de documentos que refletem, além dos conceitos subjacentes e dos objetivos atribuídos ao processo, o modo como eles foram ressignificados no decurso do tempo.

No segundo caso, para aclarar as diferenças e relações entre a ordenação de documentos e a classificação bibliográfica, faz-se necessário compreender quais são os elementos mobilizados para a estruturação dos diferentes métodos de ordenação de documentos — cronológico, alfabético e sistemático —, além de elaborar o significado e escopo do modelo do número de chamada. Caberia, ainda, caracterizar os sistemas de

classificação bibliográfica e a ordenação de documentos, indagando esta última pelos instrumentos utilizados, pois além de haver métodos não sistemáticos de ordenação de documentos, elementos voltados à estruturação de uma sequencialidade para os documentos no espaço precisam necessariamente ser trabalhados para que se leve a cabo a individualização de cada item.

Contudo, como estes relacionamentos e proposições parecem ainda pouco claros e não se encontram sistematizados, a partir do panorama delineado, cabe sintetizar os problemas que se colocam nas seguintes questões: quais modelos para ordenação de documentos em sistemas de informação bibliográfica foram propostos pelas tradições anglo-americana e francesa a partir do século XIX e o que lhes serve como baliza em termos de métodos e objetivos associados? Como as reflexões e experiências realizadas a partir do século XIX caminharam e se constituíram no conjunto de ideias que caracteriza, hoje, a ordenação de documentos em cada uma destas vertentes? De que modo cada conjunto de ideias parece dialogar com as especificidades do contexto em que foi gestado e para o que apontam em termos de uma compreensão geral e atual acerca do processo de ordenação de documentos?

1.3 JUSTIFICATIVA

No decorrer do século XX alguns processos voltados à organização da informação ganharam maior destaque em detrimento de outros, o que resultou, para uns, num grande desenvolvimento teórico e procedimental e, em contrapartida, para outros, no seu quase esquecimento como etapas na construção de sistemas de informação bibliográfica. Este descompasso pode ser atestado pelo alto grau de desenvolvimento que lograram as linguagens documentárias como instrumentos vocacionados para a representação temática. Por outro lado, o entendimento de que a ordenação de documentos era atividade já resolvida, especialmente em função da disseminação dos sistemas de classificação bibliográfica de tipo enciclopédico como elemento base para a ordenação de documentos em instituições que permitem acesso livre às coleções, parece ter resultado tanto na diminuição da importância da atividade no nível profissional quanto no seu quase esquecimento no ambiente acadêmico.

A atual disseminação do número de chamada como solução para a ordenação de documentos parece ter contribuído para a criação de lacunas no que diz respeito ao estabelecimento de modelos e instrumentos voltados à própria ordenação de documentos, bem como à sua atualização no contexto brasileiro. Poucas são as publicações relacionadas à

temática no país e boa parte da literatura existente foi publicada até a década de 1970. Em sua maioria, trata-se de livros de teor manualístico traduzidos para o português ou prioritariamente voltados ao estudo da classificação bibliográfica que não discutem sua relação com a ordenação e, tampouco, contemplam as especificidades da ordenação de documentos (MANN, 1962; BARBOSA, 1969; LENTINO, 1971; FOSKETT, 1973; LITTON, 1976; PIEDADE, 1977; MEY, 2009). Estabelece-se, portanto, uma complementaridade entre duas simplificações: de um lado o predomínio das soluções sistemáticas confere primazia à classificação como base da ordenação e, de outro, a centralidade do número de chamada reforça o predomínio da classificação bibliográfica e encobre a possibilidade de construção de outros códigos.

A identificação destas lacunas foi corroborada pelo editor Briquet de Lemos que, no ano de 2011, solicitou à professora Cristina Dotta Ortega, da Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a escrita de um livro direcionado para profissionais que versasse sobre as possibilidades de construção de códigos voltados à ordenação de documentos, particularmente o número de chamada. Como bolsista do programa ProNoturno, também na UFMG, iniciei minhas atividades de pesquisa em torno da temática de ordenação de documentos ainda no ano de 2011 e, a partir de 2013, constitui-se um grupo de trabalho que passou a contar com a participação do professor Marcelo Nair dos Santos, docente do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Esta parceria deu origem ao livro "*A ordenação de documentos na atividade bibliotecária*", publicado em meio eletrônico, em 2016, pela editora Briquet de Lemos. A contribuição a este trabalho resultou na elaboração de minha monografia de graduação, defendida no segundo semestre do ano de 2014, sob o título "*Ordenação de documentos como atividade de organização da informação: histórico de propostas*", e vencedora do prêmio nacional no Concurso de Trabalhos de Conclusão de Curso promovido pela Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), do ano de 2015.

As pesquisas envolvidas na elaboração destes trabalhos evidenciaram o quanto a literatura em torno da temática, embora apresente significativo acúmulo, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, ainda se encontra pouco explorada e dispersa, estando mais desenvolvida em língua estrangeira, como o inglês e o francês, comparativamente ao português. Por isto, parece desejável uma discussão acerca dos modelos voltados para a ordenação de documentos que explore os significados da atividade no âmbito da organização da informação, a fim de explicitar os fundamentos que a norteiam e os instrumentos que a viabilizam, a partir de duas tradições distintas, a francesa e a anglo-americana.

Ademais, a despeito de seu desprestígio, a ordenação de documentos continua sendo realizada nas instituições que, de posse de coleções, precisam escolher as melhores estratégias para a composição de arranjos que respondam pelas demandas colocadas. Para serem acessadas, de forma mais ampla ou mais restrita, as coleções devem estar ordenadas de modo que seja possível identificar cada um dos documentos que as integram, fazendo-se indispensável a adoção de critérios orientadores da proposta. Portanto, a ordenação de documentos não é temática obsoleta ou superada pelas formas de ordenação próprias do ambiente digital, haja vista que um processo não substitui outro em ambientes e materialidades documentais distintas. É necessário discutir a ordenação de documentos, sobretudo porque se faz indispensável refletir sobre as possibilidades que diferentes arranjos podem oferecer em termos de propostas de acesso para o público e formas de gestão e conservação institucional dos documentos. Abordar, contemporaneamente, a temática da ordenação de documentos significa, principalmente, contemplar sua função mediadora.

Aprofundar os estudos em torno desta temática pode auxiliar na distinção quanto ao que caracteriza a ordenação de documentos e quanto às interseções que ela estabelece com outros processos de organização da informação, uma vez que, de modo geral, este exercício encontra-se bastante exíguo. A carência de discussões que esclareçam, por exemplo, o escopo de modelos de ordenação de documentos e dos sistemas de classificação bibliográfica, aparentemente, concorreu para a diminuição de reflexões em torno da temática da ordenação de documentos e parece ter contribuído para um alheamento quanto à elaboração de debates mais profundos sobre o papel da classificação bibliográfica. Com isto, o estudo sobre a ordenação de documentos ganha dupla relevância, visto que de um lado permite compreender as funções e instrumentos ligados ao processo e, de outro, aprofunda a complementaridade entre a ordenação de documentos e a classificação bibliográfica.

Tal aproximação à temática mostra-se profícua, pois além de permitir identificar princípios relativos aos modos de se proceder a ordenação de documentos, poderá revelar como as peculiaridades que caracterizam cada contexto refletem, também, diferentes modos de se pensar os objetivos dos sistemas de informação bibliográfica e a adequação de serviços ao público em questão. Estes aspectos são relevantes na medida em que constituem matéria de interesse para estudantes, pesquisadores e profissionais da Ciência da Informação, em especial daqueles ligados à organização da informação. Pinheiro, em livro publicado no ano de 2007 sobre sistemas de localização fixa, utiliza o termo “ordenação de documentos” para referir-se ao processo e afirma haver, no Brasil, desinteresse na investigação e sistematização da

temática, endossando, portanto, as percepções que orientam o desenvolvimento deste trabalho.

Considera-se que outras abordagens poderiam ser contempladas para o desenvolvimento da pesquisa, mas a julgar pelo estado da arte do tema, a proposta de sistematização crítica delineada apresenta-se como contribuição relevante por retomar o debate, em língua portuguesa, em torno da ordenação de documentos e dos modelos propostos com este fim.

1.4 OBJETIVO

Este estudo propõe atender ao objetivo geral e aos objetivos específicos explicitados a seguir.

1.4.1 Objetivo geral

Explorar os modelos empregados para fins de ordenação de documentos, conforme discutidos a partir do século XIX nas tradições anglo-americana e francesa, buscando identificar os objetivos em causa e os conceitos subjacentes, de modo a compreender a especificidade do processo e seu significado na atualidade.

1.4.2 Objetivos específicos

- Descrever propostas de ordenação de documentos em sistemas de informação bibliográfica nas tradições anglo-americana e francesa, a fim de compreender como o processo se fundamenta e pode ser operacionalizado;
- Avançar na apreensão dos elementos que apontam para o surgimento, desenvolvimento e estabelecimento do número de chamada como modelo para ordenação de documentos a partir do século XIX, considerando a atual escassez de debates simultaneamente à sua ampla disseminação;
- Caracterizar a ordenação de documentos fornecendo maior compreensão sobre funções, instrumentos e métodos associados, bem como sua relação com a classificação bibliográfica; e

- Salientar a necessidade de retomada dos estudos sobre a ordenação de documentos como processo de organização da informação, contribuindo para a atualização do debate sobre o tema e, como decorrência, sobre a própria organização da informação.

1.5 METODOLOGIA

As questões metodológicas concernentes a este estudo, incluindo a caracterização e os procedimentos empregados, foram construídas tendo por base os trabalhos de Ritchie e Lewis (2003), Lakatos e Marconi (2003) e Gil (2008).

O delineamento de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório se adéqua aos objetivos propostos para este trabalho, pois ela permite “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos” (GIL, 2008, p. 27) relativos à historicidade e aos conceitos que fundamentam a ordenação de documentos a partir do século XIX. Neste caso, o pequeno volume da produção de literatura científica em língua portuguesa que discute a ordenação de documentos como atividade de organização da informação e os modelos a ela associados configura-se como elemento relevante para esta abordagem, uma vez que possibilita tratar questões para as quais "o conhecimento ou entendimento prévio não explicou totalmente ocorrências ou circunstâncias que são conhecidas por serem disseminadas [...]; ou onde são necessários aperfeiçoamentos para a compreensão"¹ (RITCHIE; LEWIS, 2003, p. 32, tradução nossa).

No que concerne aos procedimentos técnicos adotados, dada a natureza do trabalho, optou-se pelo emprego da pesquisa bibliográfica a fim de compilar "bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo" (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 183) e, com isto, viabilizar a análise de textos relacionados à ordenação de documentos e à elaboração de diferentes propostas, especialmente o número de chamada.

A pesquisa bibliográfica foi inicialmente realizada através de buscas no catálogo da Biblioteca Professora Etelvina Lima, da Escola de Ciência da Informação da UFMG, da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) e da Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e

¹ "[...] previous knowledge or understanding has not fully explained occurrences or circumstances that are known to be widespread[...]; or where refinements to understanding are needed[...]" (RITCHIE; LEWIS, 2003, p. 32).

nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) desde sua primeira edição, em 1994, até a décima quinta, no ano de 2014. Por meio do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram pesquisadas as seguintes bases de dados: *Library and Information Science Abstracts* (LISA), *Library Information Science & Technology Abstracts with Full Text* e *Information Science and Technology Abstracts* (ISTA). Também foram realizadas pesquisas no buscador do site *Bulletin des Bibliothèques de France* (BBF), publicação editada pela *École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques* (ENSSIB), na França.

Foram empregados como principais termos de busca:

- em português: ordenação de documentos, classificação bibliográfica, número de chamada, cota, notação;
- em inglês: *arrangement, shelf arrangement, shelving, bibliographic classification, call number, book number*;
- em francês: *classement, classification, cotation, cote*.

Buscou-se pela temática na *Gallica*, biblioteca digital da *Bibliothèque Nationale de France* (BNF), na Biblioteca Digital da ENSSIB e na Biblioteca Digital *Hathi Trust*, mantida por uma comunidade internacional de bibliotecas especializadas. Diferentemente do processo descrito acima, nestas três instituições as buscas foram realizadas partindo de alguns autores cuja relevância para o estudo da temática havia sido identificada por meio do primeiro levantamento bibliográfico realizado. Deste modo, esta fase pautou-se especialmente pela busca de livros e, também, por artigos nos periódicos *Library Journal* e *Revue des Bibliothèques*, escritos a partir da segunda metade do século XIX. O *Library Journal* mostrou-se fonte essencial para a exploração da temática, enquanto no *Revue des Bibliothèques* as discussões sobre ordenação contemplavam, notadamente, a ordenação das referências nas bibliografias e das entradas nos catálogos, não apresentando, portanto, artigos especificamente relevantes sobre a ordenação de documentos.

Slavic (2009, p. 261) afirma que o livre acesso às estantes, a partir de meados do século XIX, nos Estados Unidos e de modo mais tímido na Inglaterra, colocou a ordenação de documentos como um importante ponto de discussão para os fundadores da moderna teoria em torno das bibliotecas. Assim, a produção em inglês sobre o tema, em geral oriunda destes países, desde meados do século XIX, foi privilegiada. Na França deste período, por sua vez, o acesso livre às estantes ainda não estava colocado e preocupações quanto à ordenação dos

documentos apontam para questões de outra natureza, como aquelas ligadas à disposição dos documentos e à sua conservação. Ademais, em termos de divulgação das ideias, Riché (2009, p. 7) atesta que, entre os franceses, ao longo de todo o século XIX, os manuais foram o principal canal através do qual os bibliotecários exprimiram as concepções acerca de seu ofício. Deste modo, optou-se por examinar, em língua francesa, em especial, os manuais desenvolvidos no século XIX e início do XX.

Embora a pesquisa por fontes parta de propostas que datam do século XIX, constituindo-se como ponto central na estruturação de características próprias ao processo de ordenação de documentos, ela também se estende para os séculos XX e XXI como meio de identificar o cenário mais atual quanto à abordagem do tema. Avançando no tempo, novas proposições colocadas por franceses e anglo-americanos foram identificadas e serviram de base para a estruturação do segundo momento da pesquisa, em que a literatura que dá sequência às proposições iniciais é investigada.

Cabe ponderar, portanto, que as fontes utilizadas para a construção desta pesquisa não seguem um corte temporal rígido, uma vez que visam abarcar a produção de livros, manuais e artigos que contemplem a discussão do tema da ordenação de documentos em literatura de origem anglo-americana e francesa. Mesmo que a abordagem escolhida possa fornecer elementos importantes para a análise, sabe-se que o recorte da investigação, centrado exclusivamente nestas duas vertentes, deixa de lado referências que parecem fundamentais a um tratamento panorâmico sobre a temática, haja vista sua citação por alguns dos autores trabalhados. Dentre estas referências, advindas especialmente da literatura em língua italiana e alemã, tem-se, respectivamente: Fumagalli (1890), Frati (1894) e Alessandri (1933); Graesel (1897), Milkau (1931), Baader (1957) e Hacker (1973).

Ainda neste sentido, faz-se necessário explicitar que a autoria pessoal constitui elemento importante na definição da literatura escolhida, sobretudo para as primeiras propostas analisadas e que compreendem o período que vai de meados do século XIX até a década de 1930. Isto se deve ao fato de que, em grande medida, os autores discorreram sobre suas concepções buscando apresentar o que as sustentavam em termos dos objetivos ou métodos em questão, tornando-as, portanto, base significativa para esta análise. Justifica-se, assim, a ausência das propostas colocadas pela BNF e pelo *British Museum*, ainda no século XIX, e pela *Library of Congress*, na virada do século XIX para o XX, haja vista seu desenvolvimento atrelado ao atendimento expresso das demandas institucionais e, com isto, seu viés essencialmente empírico. Não obstante, destaca-se a relevância da *Library of*

Congress Classification (LCC) como instrumento classificatório especialmente desenvolvido para atender a uma demanda local de reordenação de documentos nas estantes.

Similarmente, não será explorado o aplicativo desenvolvido pelo *Online Computer Library Center* (OCLC), denominado *Dewey Cutter Program*, que gera automaticamente notações de autor baseadas nas tabelas Cutter, uma vez que ele conserva exatamente os mesmos princípios definidos por Cutter. Este aplicativo consiste de uma ampliação, para notações de quatro dígitos, das tabelas “*Cutter Two-Figure Table*” e “*Cutter-Sanborn Three-Figure Table*”, então denominadas, “*Cutter Four-Figure Table*” e “*Cutter-Sanborn Four-Figure Table*” (ONLINE..., 1996).

A fim de examinar o material compilado, relativo às duas vertentes, por meio de uma base comum que permita subsidiar as reflexões realizadas, três aspectos foram definidos como elementos norteadores da análise:

- contexto: localizar contextualmente os textos escolhidos a fim de entender o quadro mais geral em que se inserem e os possíveis elementos que motivaram seus autores a escrevê-los;
- objetivo: identificar os objetivos atribuídos à ordenação de documentos e as propostas que buscam viabilizá-los;
- método: especificar os métodos de ordenação de documentos trabalhados pelos autores e os atributos contemplados em suas propostas.

Tendo identificado e descrito a manifestação dos aspectos anteriormente mencionados nos textos que compõem a seleção deste trabalho, elaboraram-se discussões parciais que visavam sistematizar as características de cada uma das vertentes. Em seguida, realizou-se uma confrontação das propostas analisadas a fim de identificar pontos de aproximação e distanciamento, que auxiliassem na melhor compreensão da constituição histórico-conceitual da ordenação de documentos entre franceses e anglo-americanos e, também, quanto à generalidade do processo.

A estrutura da dissertação, por sua vez, proporciona o desenvolvimento da abordagem descrita visando alcançar os objetivos propostos. Na primeira seção, *Introdução*, apresenta-se a temática e descreve-se o percurso que levou à construção do problema de pesquisa, bem como dos meios de responder à questão que se coloca.

Na segunda seção, denominada *Ordenação de documentos: noções elementares*, são apresentados conceitos fundamentais e preliminares ao desenvolvimento do trabalho. Aborda-

se a ordenação no conjunto dos processos que respondem pela organização da informação com base em Salvan (1954, 1962), Parrochia (2002), Hjørland (2006) e Ortega, Silva e Santos (2016). Em seguida, apresenta-se uma definição quanto à ordenação de documentos a partir de Jouguelet (1997), Calenge (2010), Combot (2011) e Régimbeau (2013).

Após definir a ordenação e a ordenação de documentos particularmente, recorre-se à síntese quanto aos métodos de ordenação de documentos — cronológico, alfabético e sistemático —, conforme proposta elaborada por Ortega, Silva e Santos (2016), e definem-se os sistemas de localização fixa e relativa a partir das formulações de Prytherch (2005), Pinheiro (2007), Slavic (2009) e Mann (1962), pois se entende que os modelos para ordenação de documentos poderão ser mais bem trabalhados contemplando-se os métodos que empregam e os sistemas que os materializam. Dada a frequente indistinção entre a ordenação de documentos e a classificação bibliográfica, recorre-se a Hudon (2009), Hudon e Mustafa El Hadi (2010), Slavic (2007), Satija (1998), Cintra et al. (2002), Gardin (1966), Sayers (1915, 1918, 1922, 1950) e Lara (2001, 2002) para identificar e distinguir os elementos característicos desta última.

Na seção 3, intitulada *A ordenação de documentos nas tradições francesa e anglo-americana: meados do século XIX a 1930*, busca-se explorar os autores que apresentaram propostas para a ordenação de documentos tentando identificar como cada um dos métodos foi descrito, avaliado e a outros associado, de modo a caracterizar o processo de ordenação de documentos a partir das contribuições das duas vertentes.

Primeiramente são analisados manuais de língua francesa escritos por Namur (1834, 1939), Constantin (1841), Cousin (1882), Delisle (1896, 1910), Maire (1896), Cim (1902, 1907, 1908), Morel (1908, 1910) e Crozet (1932), que permitem evidenciar oscilações entre sistemas de localização fixa e relativa.

No que concerne ao contexto anglo-americano examinam-se as discussões que concernem à proposição do número de chamada como modelo de ordenação. Para tanto, são investigados os trabalhos de Schwartz (1879, 1882a, 1882b, 1882c), Dewey (1876, 1879a, 1879b, 1879c, 1885, 1886, 1893, 1898), Cutter (1878, 1879a, 1879b, 1879c, 1882, 1886, 1887, 1888, 1891-1893, 1900, 1908, 195-?, 1962), Brown (1898a, 1898b, 1906, 1907a, 1907b, 1912), Bliss (1910a, 1910b, 1912, 1933a, 1933b, 1952) e Ranganathan (1931, 1960, 1967), uma vez que estes nomes foram identificados como principais na consolidação de uma estrutura para o número de chamada.

Na quarta seção, *A ordenação de documentos nas tradições francesa e anglo-americana: de 1930 até a atualidade*, identificam-se as discussões que deram continuidade ao

tratamento da temática ao longo século XX. Mediante acúmulo de propostas e a configuração de uma relativa estabilidade em torno delas, busca-se compreender como a ordenação de documentos foi ressignificada no tocante às escolhas por modificação ou manutenção das propostas consolidadas e dos objetivos buscados, no século XIX. Na vertente francesa este movimento é evidenciado pela preponderância adquirida pelo método sistemático associado à configuração de instrumental a ele relacionado, especialmente trabalhado por Calenge e colaboradores (2010). Entre anglo-americanos encontram expressividade autores indianos que, a exemplo de Ranganathan, escrevendo em língua inglesa e partindo desta matriz, desenvolvem profícua reflexão histórica sobre o número de chamada ressaltando, também, sua relevância e atualidade. Dentre eles, destaca-se Satija, seja em trabalhos individuais, (1987, 1990, 2007, 2008), ou em parceria com outros autores, como Satija e Agrawal (1996), Satija e Comaromi (1992).

Na quinta seção, *Ordenação de documentos: a construção de um conceito*, retomam-se os aspectos centrais identificados nas seções anteriores a fim de alinhar as considerações acerca do desenvolvimento histórico das duas vertentes e de como elas se caracterizam enquanto abordagens distintas sobre um mesmo processo. Ademais, busca-se explicitar sua contribuição para a afirmação da ordenação de documentos como um conceito específico em organização da informação e as lacunas que se fazem presentes na abordagem atual.

Em seguida, na seção denominada *Considerações finais*, apresenta-se concisa sistematização sobre o tema, discorre-se brevemente sobre os limites da pesquisa quanto às reflexões apresentadas e à horizontalidade da abordagem adotada, e apontam-se estudos posteriores considerados necessários.

2 ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS: NOÇÕES ELEMENTARES

Esta seção apresenta noções relativas à ordenação e à ordenação de documentos a partir de definições básicas que constituirão aporte teórico ao tema central da pesquisa. Para tanto, não se realiza revisão de literatura exaustiva, mas uma apresentação de definições que permitam tanto a caracterização do objeto quanto sua sistematização em favor da leitura da bibliografia escolhida para análise nas seções que seguem. No primeiro momento, busca-se caracterizar a ordenação, em seu sentido abrangente, como um processo de organização da informação em sistemas de informação bibliográfica. Em seguida, parte-se para a discussão das singularidades da ordenação de documentos, explorando os elementos que a viabilizam e os sistemas por meio dos quais ela se concretiza para, enfim, caracterizar a classificação bibliográfica e apontar algumas relações entre ela e a ordenação de documentos.

2.1 ORDENAÇÃO COMO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A elaboração de sistemas de informação bibliográfica pode ser compreendida como a tentativa de construção de uma aproximação, norteadas por objetivos institucionais, entre públicos específicos e certos conjuntos documentais. Para que se torne possível, esta aproximação depende de processos de organização da informação que, articulados, potencializarão o acesso aos documentos por públicos reais e potenciais e segundo necessidades diversas de informação. Tais processos atuam promovendo a "aderência entre os produtos documentários – produzidos segundo características dos documentos e previsões de busca – e as buscas efetivamente realizadas pelos usuários" (ORTEGA, 2013, p. 185). Deste modo, os sistemas de informação bibliográfica podem ser compreendidos como resultado de um conjunto sistematizado de processos de organização da informação desenvolvidos para mediar públicos e documentos.

Levando-se em consideração que sistemas de informação podem ser elaborados com diferentes propósitos – museológicos, arquivísticos e bibliográficos – este estudo será realizado a partir dos sistemas de informação bibliográfica, "inicialmente caracterizados pelas bibliografias e bibliotecas com seus acervos e catálogos, [mas que] hoje apresentam uma amplitude maior de variações a depender das tipologias e suportes documentais, dos

conteúdos dos documentos e dos públicos e atividades" a que se referem (ORTEGA; SILVA; SANTOS, 2016, p. 10). Entende-se que os sistemas de informação bibliográfica não se efetivam exclusivamente em bibliotecas, pois, embora tenham sido seu *locus* mais comum, é imprescindível considerar que outras instituições similares, como pontos de leitura, centros de informação, documentação e memória, dentre outros, respondem por sistemas baseados nos mesmos princípios e voltados a objetivos análogos. São constituídos, então, espaços documentários que, segundo Fabre e Veyrac, se configuram como espaços privilegiados de organização de saberes e de comunicação co-construída, nos quais o profissional de informação-documentação exerce papel fundamental já "que permite ao usuário encontrar a informação que precisa e para o qual se cria um dispositivo documentário adaptado"² (FABRE; VEYRAC, 2008, p. 104, tradução nossa).

O que se coloca em questão, essencialmente, são processos de organização da informação que serão realizados sobre uma coleção de documentos e decorrem em sistemas de informação bibliográfica, tendo em vista fomentar e facilitar sua utilização por públicos específicos e a despeito de não estarem circunscritos exclusivamente a ambientes de biblioteca. Calenge (1998, p. 10) afirma que o público, conjunto daqueles indivíduos passíveis de serem imediatamente beneficiados pelas ações mediadoras, pode ser contemplado em seu nível real ou potencial, enquanto a coleção existe exclusivamente em contextos que a posicionem entre o conhecimento e seu público, formando assim um conjunto de documentos. Se a noção de público apresentada por Calenge (1998) traz em seu bojo a ideia de uma segmentação e, portanto, de um trabalho de mediação sempre voltado para frações mais ou menos amplas de grupos, a coleção é trabalhada pelo autor, não sob o viés de um estoque de conhecimento, mas é entendida como algo que só se concretiza quando nela se reconhece uma possibilidade de apropriação.

De modo análogo a Calenge (1998), mas aprofundando a discussão quanto ao conceito de documento, Meyriat (1981) argumentava, ainda na década de 1980, que um objeto se configura como um documento na medida em que lhe é atribuído um valor informativo por "aquele que nele busca informação, ou seja, que lhe reconhece uma significação, promovendo-o assim a suporte de mensagem"³ (MEYRIAT, 1981, p. 52, tradução nossa). Pode-se entender que o *status* de documento é dependente de uma ação que lance sobre o

² "[...]qui permet à l'utilisateur de trouver l'information dont il a besoin et pour lequel il met en place un dispositif documentaire adapté" (FABRE; VEYRAC, 2008, p. 104).

³ "S'il n'a pas été créé comme tel, l'objet peut devenir document du fait de celui qui y cherche de l'information, c'est-à-dire qui lui reconnaît une signification, l'érigent ainsi en support de message" (MEYRIAT, 1981, p. 52).

objeto, por meio da atividade documentária, uma intenção de apresentá-lo como documento a um público ou, por parte de um público, o interesse de obter informação a partir de certos objetos reconhecidos enquanto documentos. Sob esta perspectiva, revela-se o caráter pragmático e não essencialista ou apriorístico de sua definição.

Embora muitos documentos nasçam com sua dimensão informativa já prevista, é no momento de sua utilização, como elemento constituinte de sistemas de informação documentária ou quando de sua apropriação pelo público, que esta dimensão se concretiza, pois ela é dependente de uma significação que lhe atribua efeito valorativo de cunho informacional. Assim, a noção de documento ultrapassa tipologias documentais consagradas aos sistemas de informação bibliográfica, como livros e periódicos, já que pode referir-se a qualquer objeto abordado informacionalmente, seja em sua completude, em suas partes ou em conjuntos formados por outros objetos.

A significação que faz documentos a partir de objetos, suas partes ou conjuntos, é realizada no âmbito de instituições sociais, sejam elas pertencentes a contextos individuais ou coletivos, o que nos permite retomar a relevância dos processos de organização da informação realizados por tais instituições para a elaboração de conteúdos. Segundo Ortega, Silva e Santos (2016, p. 11-12), os processos que respondem pela organização da informação compreendem desde a seleção de documentos, passando por sua coleta e representação na forma de registros que integram repertórios bibliográficos, até a ordenação, quando serão disponibilizados para uso. Di Pietro (2014, p. 9) argumenta que a exploração de coleções com ações de mediação não é novidade, uma vez que a produção de conteúdos para públicos, um de seus principais resultados, faz-se desde muito tempo, por exemplo, por meio da elaboração de bibliografias e de listas de aquisição. Caberia aqui expandir a exemplificação do autor ressaltando que, dentre outras, também as coleções de documentos ordenados em mobiliário, seja para fins de conservação ou de acesso direto do público, podem ser compreendidas como produtos de processos de organização da informação para mediação documentária em sistemas de informação bibliográfica.

Dentre os processos de organização da informação, a ordenação, conforme apresentam Ortega, Silva e Santos (2016, p. 4-5), caracteriza-se como aquele em que documentos e metadados de documentos são dispostos no espaço segundo certos atributos escolhidos como critérios ordenadores que materializam um arranjo para a coleção. A escolha por certos atributos implica na definição de um método que passa a orientar toda a configuração do arranjo.

Dentre os métodos de ordenação tem-se: o cronológico, o alfabético e o sistemático. Arranjos construídos a partir dos métodos cronológico e alfabético se alicerçam em atributos representados, respectivamente, por números naturais e letras do alfabeto que determinam uma sucessão linear. No caso dos arranjos numéricos esta sucessão se caracteriza por ser direta (1, 2, 3, 4, 5, 6,...) e no caso dos arranjos alfabéticos conserva-se a linearidade acrescida da possibilidade de intercalações (A, Ab, Abi, Ac, B, Ba, Be, C, D,...). Em ambos os casos, todavia, funda-se uma sequência. Segundo Abbagnano (2007, p. 878), uma sequência se caracteriza por compor um conjunto no qual os elementos constituintes constroem, entre si, uma relação de antes e depois. Portanto, o ponto central é a exclusiva relação de anterioridade e posterioridade entre os elementos que integram o conjunto. Os arranjos sistemáticos, por sua vez, sustentam-se pela escolha de atributos que irão compor estruturas mais ou menos complexas nas quais a hierarquia configura o principal tipo de relação entre os termos que integram tal estrutura. Uma maior proximidade ou distanciamento entre os elementos que compõem o conjunto, neste caso, reflete maior ou menor grau de conexão entre os atributos escolhidos para fins de construção dos agrupamentos. Entre os principais instrumentos empregados para fins de ordenação sistemática temos os esquemas de categorização e os sistemas de classificação bibliográfica, que se discute ainda nesta seção (ver subseção 2.3).

A ordenação remete ao conjunto de procedimentos necessários para arranjar fisicamente e de modo estruturado cada um dos documentos no conjunto da coleção, codificando-os ou não, ou para a disposição organizada de seus metadados, na forma de referências ou pontos de acesso, para composição de repertórios bibliográficos. A disposição dada pela ordenação coloca-se como elemento interveniente na proposta de sentido ofertada ao público, uma vez que a escolha por certos atributos implica em modos de acesso que serão mais ou menos favoráveis ao delineamento de um percurso de exploração que poderá culminar com a localização ocasional ou planejada do item desejado. Pode-se dizer, também, que a ordenação de documentos e de metadados de documentos contribui para a gestão das coleções posto que pode oferecer parâmetros para atividades ligadas à conservação, à administração do espaço disponível e, também, ao planejamento e desenvolvimento da coleção.

Hjørland (2007) afirma que a ordenação é responsável por estabelecer, num certo espaço, um arranjo lógico e compreensível para elementos que podem ser documentos, tradicionais ou eletrônicos, e representações de documentos. A definição proposta por este autor se mostra bastante abrangente na medida em que estabelece relação de equivalência

entre o processo de ordenação em meio eletrônico, abarcando as representações de documentos, e sua concepção mais corrente, associada a documentos em papel.

O ponto de partida para a discussão da ordenação por Salvan (1954; 1962), também apropriada posteriormente por Parrochia (2002), se dá com a apresentação da definição elaborada por Emile Littré, ainda no século XIX, para o “*Dictionnaire de la langue française*”. Littré estabelecia, no francês *classement*, que “a ordenação é a ação de dispor efetivamente de acordo com certa ordem”⁴ (LITTRÉ *apud* SALVAN, 1954, p. 1; LITTRÉ *apud* PARROCHIA, 2002, p. 535, tradução nossa). Porém, estes autores utilizaram, de modo particularizado aos sistemas de informação bibliográfica, a definição geral de ordenação apresentada por Littré e distinguiram três modos possíveis de realizá-la: 1) ordenação dos documentos propriamente, por meio da qual se atribui um lugar para cada documento no espaço ocupado pela coleção; 2) a ordenação das fichas em catálogos sob diversos tipos de entrada; 3) a ordenação das referências em bibliografias ou catálogos impressos. Temos, com Salvan (1954, 1962) e, posteriormente Parrochia (2002), elementos análogos àqueles apresentados por Hjørland (2007): a ordenação de documentos e a ordenação de representações de documentos, a despeito da não menção ao documento eletrônico, o que era esperado no caso de Salvan. Em uma especificação quanto à ordenação de representações de documentos, Ortega, Silva e Santos (2016), mencionam que ela pode ser feita tanto por meio das referências dos documentos, nas bibliografias em papel, quanto pelos pontos de acesso aos documentos, nas bases de dados.

Cabe destacar que, mais abrangente e adequado do que identificar a ordenação de representações de documentos por meio de suas referências e de seus pontos de acesso, seria pensar a ordenação de metadados de documentos. O termo metadado, a partir da definição proposta por Senso e Rosa Piñero (2003, p. 99), pode ser compreendido como toda informação descritiva sobre o contexto, condição ou característica de um documento que tem a finalidade de identificar, recuperar, avaliar ou preservar documentos, ou ainda, garantir interoperabilidade. Faz-se, portanto, a opção pelo uso do termo ordenação de metadados, por se considerar, como propõem Ortega, Silva e Santos (2016), que o termo metadado é adotado por abarcar, também, o ambiente eletrônico.

A ordenação em sentido amplo, portanto, compreende a ordenação de metadados de documentos e a ordenação de documentos. A ordenação de metadados reporta-se “à ordem atribuída às referências de bibliografias e seus índices de acesso, aos cabeçalhos de fichas

⁴ “Le classement c'est l'action de ranger effectivement d'après un certain ordre” (LITTRÉ *apud* SALVAN, 1954, p. 1; LITTRÉ *apud* PARROCHIA, 2002, p. 535).

catalográficas, aos pontos de acesso dos índices das bases de dados de qualquer tipo e aos termos que compõem as hierarquias construídas para navegação e acesso a documentos eletrônicos" (ORTEGA, 2016, p. 12). Já a ordenação de documentos, a despeito de suas inúmeras variações ao longo do tempo, parece ter alcançado relativa estabilidade, posto que materializada em sistemas de localização fixa ou em sistemas de localização relativa, que serão discutidos a seguir.

Embora seja possível tratar a ordenação em sua acepção ampla, neste trabalho busca-se apresentar as características e questões relacionadas à compreensão de propostas elaboradas para fins de ordenação de documentos, exclusivamente.

2.2 A ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS

Para Jouguelet (1997, p. 135), a ordenação de documentos é uma operação material de arranjo que situa fisicamente os documentos, colocando uns em relação aos outros. Segundo Calenge (2010, p. 191), para as coleções de documentos, a ordenação consiste no modo de colocar em ordem tais documentos sobre ou dentro de um mobiliário. Combot (2011) define que a ordenação de documentos é o ato de colocar um documento em seu lugar sob as condições de armazenamento que lhe sejam adequadas. Régimbeau (2013, p. 18), por sua vez, afirma que ela se traduz em um arranjo ordenado em relação direta com o espaço de disponibilização e acesso. Em termos gerais, e a partir destes quatro autores, pode-se entender que a ordenação de documentos consiste na materialização de um arranjo para coleções que será definido com o objetivo de realizar a disposição física dos documentos no espaço. Assim como para a ordenação em sentido amplo, a ordenação de documentos, através de arranjo concebido logicamente e revertido em uma estrutura coerente, apresenta uma proposta de percurso por entre a coleção e determina os critérios que facilitarão a identificação, alocação, retirada e devolução de um item do conjunto de documentos, além de favorecer a própria gestão da coleção.

A ordenação de documentos deve ser pensada para coleções ou parcelas de coleções e, por sua vez, a própria coleção condicionará as estratégias empregadas para fins de ordenação dos documentos. O objetivo que se propõe para a ordenação também é elemento determinante, uma vez que ele apontará, como nos lembra Salvan (1954, p. 2), para a escolha da característica que comandará a estrutura do arranjo. De um modo similar, Ortega, Silva e Santos (2016, p. 29) afirmam que será o atributo do documento o elemento base para a

definição do arranjo e explicam que ele poderá ser intrínseco ao documento, como aqueles que consideram a materialidade e outros aspectos formais, como autoria e editoração, por exemplo; ou extrínsecos ao documento e, portanto, relativos ao seu percurso institucional, como a ordem de entrada ou as questões de conteúdo ligadas ao contexto de uso ou produção.

A escolha dos atributos como base do processo de ordenação de documentos, igualmente à ordenação em sentido amplo, implica na definição de um método. Segundo o Dicionário de Filosofia Larousse (MÉTHODE, 2003, p. 688-689), para se estabelecer, o método demanda a pré-concepção de um plano a ser seguido que, baseado na observação e na racionalização, prescreve regras de conduta organizada do pensamento e da experiência. Assim, no que concerne à ordenação de documentos, mantendo vinculação ao processo maior que a contém e conforme entendimento expresso por Ortega, Silva e Santos (2016), a formulação de um plano passível de reprodução e consoante certas regras estabelecidas, redonda em três métodos: o cronológico, o alfabético e o sistemático.

Conforme já apontado em linhas gerais, o método cronológico é caracterizado pela definição dos atributos que permitem o estabelecimento de uma sequência temporal linear e progressiva para a ordenação, como o faz a ordem de entrada dos documentos na coleção ou o ano de publicação. O método alfabético se alicerça pela escolha de atributos que possam ser organizados de acordo com suas letras iniciais de A a Z, usualmente numa ordem crescente que permitirá a intercalação de novos itens, como nos casos da autoria ou do título do documento. O método sistemático constitui-se a partir da seleção de atributos estruturados em classes e subclasses, possibilitando a intercalação de documentos dentro de agrupamentos orientados por esta mesma estrutura.

Cada um destes métodos pode ser utilizado com exclusividade para a definição de um arranjo ou eles podem ser combinados entre si. Quanto maior a minúcia pretendida pela ordenação que se quer materializar, maior o número de atributos a serem considerados; conseqüentemente, os métodos precisarão ser associados de modo a refletir a completude da proposta. Visto que, isoladamente, nenhum documento precisa ser ordenado, pois a definição de sua localização só ganha significado pela relação que ele irá estabelecer com a coleção, os métodos escolhidos, individualmente ou em combinação, precisam considerar a complexidade e possível expansividade da coleção. Esta correlação, bem como a indicação da posição do documento no espaço, poderá ser representada por um código que indicará a localização estabelecida com base nos métodos escolhidos e associados de maneira lógica para o sistema.

Nos contextos em que se faz uso de códigos para a localização dos documentos haverá relação direta entre os atributos documentais escolhidos para efeito de ordenação e os

elementos que compõem o código. Cada um dos elementos definidos como critério para a ordenação de documentos receberá uma notação correspondente e a ordem destes elementos será reproduzida na configuração do código indicador do lugar dos documentos. Quando codificados, é usual que os documentos recebam notações representadas por "[...] letras, números e sinais de pontuação, que podem ser empregados individualmente ou combinados, a fim de expandir as possibilidades combinatórias do sistema notacional" (ORTEGA; SILVA, SANTOS, 2016, p. 40) e representar adequadamente os atributos escolhidos.

Em português de Portugal e em francês não se faz uso do termo código. Nestas línguas, *cota* e *cote* são, respectivamente, os termos adotados para indicar a marca que individualiza o documento em uma coleção (FARIA; PERICÃO, 2008a, p. 210; CAZANBON, 2002b, p. 661; CALENGE, 2010, p. 192), existindo, ainda, no francês, clara distinção entre este termo e *code*, que remete aos códigos de um modo geral. O termo *cota* indica uma porção, uma cota da coleção, e, segundo Ortega (2016, p. 20), “[...]tem origem no latim *quota*, no sentido de marca distintiva para uma unidade dentre outras de um mesmo conjunto, ou seja, etimologicamente, não há equivalência entre *cota* e código”. Faria e Pericão (2008c, p. 524) ainda diferenciam o número de chamada, do inglês *call number*, como sendo, antes, um tipo de *cota* caracterizada pelo emprego de notações classificatórias associadas a elementos de individualização.

De igual modo, a atividade de atribuição de uma marca exclusiva aos documentos que defina sua posição nas estantes é identificada por termo próprio, sendo denominada no francês, de *cotation* e entre os portugueses, de *cotação* (FARIA; PERICÃO, 2008b, p. 210, CAZANBON, 2002a, p. 661, CALENGE, 2010, p. 192). Via de regra, sua afixação se dá externamente ao documento na forma de uma etiqueta. Nos casos de coleções que requerem tratamento especial para fins de conservação ou em que não possa haver interferências na materialidade do documento, o código pode ser reproduzido em tiras de papel inseridas nos documentos ou nas jaquetas utilizadas para revesti-los.

O código, elemento fundamental para designar a posição do documento no arranjo pela atribuição de uma notação singularizada que o diferencia de todos os demais, seja em sistemas de localização fixa ou relativa, segundo Barden (1937, p. 9), e também Lehnus (1978, p. 14), teria por função: facilitar a retirada e o retorno dos documentos às estantes; auxiliar na rápida identificação dos documentos quando inventários forem realizados; e permitir que o usuário localize, por si, o documento identificado por meio de consulta ao catálogo.

A escolha dos métodos de ordenação e das formas de codificação dos documentos se reflete no posicionamento destes mesmos documentos no espaço e resulta em dois sistemas distintos: o sistema de localização fixa e o sistema de localização relativa.

Segundo Pinheiro (2007), Prytherch (2005) e Mann (1962), nos sistemas de localização fixa os documentos são ordenados tendo em vista a determinação de um lugar definitivo para seu posicionamento, sendo a materialidade do documento o principal atributo considerado. A relevância dada à materialidade nestes sistemas justifica-se pois, em grande medida, eles estão associados a uma abordagem conservacionista das coleções, que tem como base a interdição de acesso às estantes pelos usuários e o aproveitamento rigoroso do espaço. Nestes casos, segundo Prytherch (2005), há um ponto exato de acomodação do documento – usualmente representado em forma de notação por dígitos alfanuméricos, que remetem à estante, prateleira e ordem do item na prateleira.

Os sistemas de localização fixa contam com variados arranjos que podem partir, desde a adoção de sequências puras, elaboradas com base na ordem de entrada do item na coleção, até o emprego de sequências intercaladas, que propõem alguns agrupamentos, habitualmente pelo tamanho⁵ do documento, por algum atributo passível de alfabetação ou por sua tipologia ou conteúdo temático. Para as sequências puras, explica Slavic (2009), o número da ordem de entrada é o único elemento utilizado para determinar o lugar ocupado pelo item na coleção. Já nas sequências intercaladas, a autora aponta que os agrupamentos definidos podem ser estruturados: 1) com base em intervalos numéricos fixos dentro dos quais os itens são alocados e recebem sua notação correspondente, gerando uma única sequência numérica fragmentada; ou 2) pela definição de agrupamentos dentro dos quais os itens são sequencialmente dispostos, o que resulta em várias sequências numéricas paralelas a cada grupo (SLAVIC, 2009). Tem-se, portanto, no primeiro caso, um único intervalo numérico subdividido em intervalos menores conforme a quantidade de agrupamentos desejados e dentro dos quais se define, inicialmente, um número delimitado de itens. Já no segundo caso, criam-se várias sequências contínuas e paralelas que vão de 1 a ∞ para cada um dos agrupamentos e sem a delimitação de um número máximo de itens para cada um deles. Em quaisquer dos modos, o código atribuído aos documentos em sistemas de localização fixa

⁵ Como afirma Pinheiro (2007), fora do contexto de impressões em papel artesanal e com o surgimento do papel contínuo fornecido em bobinas, indicações de formato como as denominações in-folio, in-quarto, in-octavo, in-duodécimo, etc., perderam seu significado original. Os formatos estavam associados, primordialmente, ao número de vezes em que a folha de papel fora dobrada e não exatamente ao tamanho (altura) do item, já que a folha a ser dobrada poderia sofrer variações de altura e largura conforme seu fabricante. Com o passar do tempo, este significado foi perdido e o termo passou a remeter a características do documento como o tamanho ou o padrão tecnológico de representação.

tende a ser simples, pois baseado em sequências numéricas que determinam a relação direta entre o documento e o lugar por ele ocupado.

Até meados do século XIX, segundo Slavic (2009, p. 274-275), os sistemas de localização fixa foram predominantes entre as bibliotecas, mas passaram a ser progressivamente preteridos em função da predileção pelos sistemas de localização relativa e da elaboração de políticas de acesso livre às estantes pelos usuários. Na tradição francesa deste período, os sistemas de localização fixa e a interdição do acesso direto do público à coleção permaneciam, via de regra, orientando os arranjos presentes tanto nas bibliotecas municipais quanto nas universitárias. Muitas bibliotecas mantinham-se estruturadas sob o ideal de conservação de seus documentos e como objeto da atenção de uma minoria bastante restrita, erudita e letrada (SARRAZIN, 2015, p. 96-97; HASSENFORDER, 1966, p. 38). Assim, quando empregados, os arranjos sistemáticos destinavam-se, comumente, a parcelas pouco expressivas da coleção.

De modo distinto, no contexto anglo-americano deste mesmo período, o avanço dos sistemas de localização relativa parece ter se dado de forma mais disseminada. Tal expansão ocorreu, sobretudo, em função do movimento de criação das bibliotecas públicas que, conforme pontuam Shera e Egan (1961, p. 25) e Hyman (1980, p. 5), eram entendidas como importantes agentes educacionais e como instrumento de ampliação da educação formal ao longo da vida adulta. Segundo Hudon e Mustafa El Hadi (2010, p. 15), a escolha pelo uso dos sistemas de classificação bibliográfica, portanto a configuração de sistemas de localização relativa, perseguia um duplo objetivo: de um lado, a educação das massas pela utilização de uma carta de navegação dos conhecimentos acumulados e, de outro, a busca e localização de documentos capazes de fornecer respostas às questões formuladas.

Nos sistemas de localização relativa não há um lugar definido para cada documento, pois, segundo Mann (1962, p. 57), os arranjos prevêm a possibilidade de modificações constantes no posicionamento dos documentos dentro da coleção na medida em que mais itens são integrados, sem que haja ruptura com a estrutura de ordenação já materializada. São formados grupos de documentos a partir de suas características comuns e estes agrupamentos agregados constituem a base do arranjo. Novos documentos são introduzidos primeiramente em função do grupo que lhes foi atribuído e, posteriormente, da relação que eles estabelecem com os demais documentos que os precedem e os sucedem dentro daquele grupo. Conforme descreve Prytherch (2005, p. 623, tradução nossa), a relatividade de um documento no arranjo se dá "[...] de acordo com a sua relação com os outros e independentemente das prateleiras ou

compartimentos em que eles são colocados, permitindo a inserção de material novo na sua devida relação com aqueles já colocados nas prateleiras"⁶.

Esta maleabilidade do arranjo era conseguida principalmente por meio dos tradicionais sistemas de classificação bibliográfica, elaborados a partir de 1870, que se firmaram como instrumentos associados ao processo de ordenação. Embora esquemas de classes mais simplificadas, ou de agrupamentos mais amplos subdivididos em poucos níveis hierárquicos também fossem empregados para fins de ordenação sistemática nas estantes, a partir da segunda metade do século XIX, disseminaram-se sistemas de classificação bibliográfica especialmente elaborados para fins de ordenação.

Por meio da estrutura de classes e subclasses mais ou menos exaustivas cada documento é integrado a um grupo composto a partir de certo atributo de interesse. Por efeito de pertencimento a uma classe, o documento se posiciona na proposta de leitura escolhida para o arranjo da coleção que o contém. Subsequentemente, estes mesmos documentos são individualizados com base em outros atributos, mormente o número de entrada, o ano de publicação do documento ou o sobrenome do autor, podendo haver adição de outros atributos a fim de assegurar a singularização de cada item. Assim, a relatividade é assegurada pela estrutura que orienta a elaboração do arranjo, embora atributos adicionais sejam indispensáveis à sua materialização.

Outro ponto relevante a se considerar quanto à ordenação de documentos é sua capacidade de oferecer uma imagem da coleção que permite a definição de ações voltadas à planificação dos espaços e à gestão da própria coleção. Sayers (1944, p. 4) definia algumas vantagens concernentes ao emprego dos sistemas de classificação bibliográfica para fins de ordenação de documentos, como tornar a coleção balanceada e representativa quanto aos assuntos que contempla, além de facilitar a seleção metódica de novos documentos, bem como a retirada daqueles que não são mais de interesse. As ponderações de Sayers (1944) podem ser estendidas aos arranjos como um todo, independentemente do método utilizado, haja vista que quaisquer atributos escolhidos, quando em consonância com os objetivos definidos institucionalmente, podem oferecer indícios auxiliares à gestão da coleção. Inclui-se, ainda, além da gestão da coleção, a possibilidade de a ordenação contribuir para a melhoria no uso do espaço disponível, considerando como variáveis os modos de acesso pretendidos, o crescimento da coleção e os parâmetros de conservação.

⁶ "[...]according to their relation to each other and regardless of the shelves or rooms in which they are placed allowing the insertion of new material in its proper relation to that already on the shelves" (PRYTHERCH, 2005, p. 623).

Quanto aos aspectos elementares da ordenação de documentos, tem-se que a escolha dos atributos documentais se converte na configuração dos três métodos: cronológico, alfabético e sistemático. Do emprego exclusivo ou combinado destes métodos resulta a formação de sistemas de localização fixa ou relativa, frequentemente representados por códigos transpostos para etiquetas afixadas aos documentos que passam a compor um arranjo e dão-se a conhecer para certo público em questão. Assim, quando ordenada, uma coleção encontra-se disposta no espaço de modo a possibilitar a localização de cada um dos documentos, configurando-se como proposta de leitura e acesso a estes mesmos documentos, além de colaborar para sua gestão.

2.3 A ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS E A CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Retomando a centralidade dos métodos para a elaboração de propostas de ordenação de documentos, pode-se dizer que eles colocam em evidência dois princípios distintos: para os métodos cronológico e alfabético se estabelece uma base sequencial, enquanto para o método sistemático tem-se a definição de uma estrutura hierárquica entre as classes que compõem o sistema, seja ele mais ou menos elaborado.

Os arranjos construídos segundo o método sistemático demandam, para sua melhor compreensão, uma discussão acerca da classificação no geral e da classificação bibliográfica em particular, uma vez que a estrutura classificatória construída terá implicação direta sobre o arranjo materializado. A classificação é definida por Barbosa (1969, p. 13) como "um processo mental pelo qual coisas, seres ou pensamentos são reunidos segundo as semelhanças ou diferenças que apresentam". Piedade (1977, p. 9) afirma que classificar consiste numa operação de "dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças".

Partindo destas definições, pode-se entender a classificação como uma operação intelectual de distribuição em classes que permite que objetos com características semelhantes sejam agrupadas e claramente separadas dos objetos que lhes são dessemelhantes. Trata-se de uma ação que nos habilita a compreender o mundo de modo coordenado e organizado, permitindo a elaboração de mecanismos por meio dos quais se torna possível orientar-se e atuar sobre a realidade.

Imiscuído nas mais diversas atividades cotidianas, o estabelecimento de classificações é um dos processos elementares para o ser humano e esta perspectiva é endossada por Pombo (1988) quando afirma:

Na verdade, nada nos parece mais "natural", óbvio e indiscutível que as classificações dos entes, dos factos e dos acontecimentos que constituem os quadros mentais em que estamos inseridos. Elas constituem os pontos estáveis que nos impedem de rodopiar sem solo, perdidos no desconforto do inominável, da ausência de "idades" ou "geografias". Só elas nos permitem orientar-nos no mundo à nossa volta, estabelecer hábitos, semelhanças e diferenças, reconhecer os lugares, os espaços, os seres, os acontecimentos; ordená-los, agrupá-los, aproximá-los uns dos outros, mantê-los em conjunto ou afastá-los irremediavelmente (POMBO, 1988, p. 19).

Embora se refiram à classificação em sentido geral, as ideias acima apresentadas são caras à classificação bibliográfica, pois esta, por seu turno, é a operação que consiste em agrupar em classes os documentos semelhantes, separando-os, conseqüentemente, de outros grupos com os quais não partilham similaridades (HUDON, 2009, p. 69). Satija (1998, p. 34, tradução nossa) argumenta que se classificam "[...]livros e outros documentos para uma seqüência lógica, filiatória ou pedagógica nas prateleiras a fim de formar grupos significativos para a navegação e para a eficiência na recuperação"⁷. Pode-se complementar a afirmação do autor a partir de Slavic (2007, p. 584, tradução nossa) que afirma: “o propósito principal de uma classificação bibliográfica é ‘marcar e definir lugar’, isto é, o estabelecimento de uma única e mais útil posição na prateleira para um dado documento”⁸. Assim, a classificação bibliográfica adotada para ordenação de documentos pode ser caracterizada como a operação que associa documentos a outros com os quais estabelecem relação, posicionando-os em uma estrutura de classes.

Como afirma Delamotte (2013, p. 195, tradução nossa), “não se trata de ordenar os objetos do conhecimento (Linné) ou os próprios conhecimentos (Ampère), mas de organizar o acesso aos suportes do conhecimento”⁹. Entendendo os suportes do conhecimento como documentos, a ordenação de documentos à luz do método sistemático emprega, mormente, sistemas de classificação bibliográfica elaborados a partir da escolha de atributos

⁷ “[...]books and other documents for a logical, filiatory or pedagogical sequence on the shelves to make meaningful groups for browsing and for efficiency in retrieval” (SATIJA, 1998, p. 34).

⁸ “The main purpose of a library classification is to ‘mark and park’, i. e. the establishing of a single and the most useful shelf place for a given document” (SLAVIC, 2007, p. 584).

⁹ “Il ne s’agit pas de classer les objets de la connaissance (Linné) ou les connaissances elles-mêmes (Ampère), mais d’organiser l’accès aux supports de la connaissance” (DELAMOTTE, 2013, p. 195).

documentais, tais como: tipologia (periódico, livro, patente, enciclopédia, dicionário), origem da literatura (russa, francesa, inglesa), assunto, público.

A este respeito, no início do século XX, Sayers (1944, p. 13, tradução nossa) ponderou: “a fim de tornar um sistema de classificação um instrumento prático para a organização de livros, a própria natureza dos livros deve ser reconhecida. Os livros não são assuntos, mas podem ser afirmativas sobre assuntos”¹⁰. O autor argumentava que uma característica importante dos sistemas de classificação bibliográfica seria a necessidade de proverem classes especialmente desenvolvidas para contemplar os casos em que a forma dos documentos prevalecesse sobre o conteúdo, como nas classes de Literatura e de Generalidades (SAYERS, 1915, p. 34-35; 1922, p. 63). Esta necessidade, segundo o autor, se justificaria, pois os sistemas de classificação bibliográfica não trabalham com ideias abstratas, mas com determinadas declarações acerca de certo conteúdo que se materializa em uma forma específica, tendo esta forma implicações nos modos de arranjar os documentos para os leitores (SAYERS, 1950, p. 13-14). Sayers (1918, p. 64, tradução nossa) afirmava: “classifique ‘primeiro pelo assunto, depois pela forma’ exceto nas classes de forma, nas quais a forma é soberana”¹¹. Portanto, trata-se de ordenar documentos em sua totalidade a partir de uma estrutura baseada em certos critérios de interesse, não exclusivamente os conteúdos temáticos de que estes documentos possam tratar.

A materialidade dos documentos e a espacialidade do arranjo que os abarcará devem ser consideradas como importantes elementos intervenientes na elaboração de propostas, uma vez que apontam para uma representação genérica do documento. Esta representação se justifica, pois a ordenação de documentos é realizada quanto ao documento como um todo, não lhe sendo atribuída a função de explorar sua diversidade intelectual, como é feito, por exemplo, na indexação.

O uso de um sistema de classificação bibliográfica para fins de ordenação de documentos resulta na atribuição de uma notação classificatória para o documento que remete e explicita sua vinculação a uma classe do sistema empregado. A necessidade de posicionamento do documento no conjunto da coleção demanda que cada item receba uma notação classificatória, mais ou menos complexa, haja vista que cada item, individualmente, só pode estar em um único lugar a cada vez. Um item pode receber uma única notação

¹⁰ “In order to make a classification scheme a practical instrument for the arranging of books, the nature of books themselves must be recognized. Books are not subjects, but may be statements of subjects” (SAYERS, 1944, p. 13).

¹¹ “Classify ‘first by topic, then by form,’ except in the form classes, where form is paramount” (SAYERS, 1918, p. 64)

classificatória, mas a mesma notação classificatória pode ser dada a vários itens, pois sua função é agrupar itens com características comuns. Porém, se à classificação cabe agrupar, outros atributos precisam ser mobilizados para que, além de posicionar o item no conjunto dos grupos possíveis dentro de um determinado sistema, seja possível localizá-lo dentro do grupo que lhe foi atribuído e individualizá-lo em relação aos demais itens da coleção. Depois de agrupar faz-se necessário, portanto, estabelecer algum critério que confira sequencialidade aos itens e uma identificação exclusiva a cada documento dentro das classes.

A adoção de sistemas de classificação bibliográfica relaciona-se, em grande medida, ao início do livre acesso às coleções, a partir de meados do século XIX, uma vez que se tornava relevante oferecer recursos facilitadores de buscas autônomas pela coleção. Tal facilitação era viabilizada especialmente pelo arranjo classificado que se revertia em agrupamentos baseados em atributos comuns aos documentos, destacando-se, ainda que não exclusivamente, o assunto. Segundo Hudon e Mustafa El Hadi (2010, p. 18), ao longo das décadas, o uso de diferentes sistemas de classificação bibliográfica pelas instituições foi sendo consideravelmente reduzido por uma homogeneização que colocou, de certo modo como norma, o emprego de determinados sistemas, notadamente a CDD e a CDU que alcançaram relevante internacionalização.

Considerando os sistemas de classificação mais amplamente utilizados para fins de ordenação de documentos, pode-se dizer que eles se constituem, essencialmente, de tabelas principal e auxiliares, compostas por termos e notações, e de um índice. Quanto às tabelas, tem-se um esquema constituído de termos que, relacionados entre si, compõem uma estrutura de classes traduzível na forma de notação. Esta estrutura principia por classes definidas a partir de grandes disciplinas ou grandes temas que se subdividem em vários níveis e em seu conjunto compõem a tabela principal, enquanto as tabelas auxiliares podem ser associadas às classes do esquema, atuando como modificadores. Por sua vez, o índice alfabético facilita a localização dos termos no conjunto intrincado das tabelas e permite acesso a diversas perspectivas sob as quais eles podem ser abordados.

Historicamente, estes sistemas têm sido considerados vantajosos, pois, segundo Ortega (2016, p. 23), constituíram-se como parâmetro cognitivo para a navegação entre os documentos e sua estruturação tornou-se relativamente familiar ao público. Os arranjos sistemáticos passaram a ser predominantemente materializados a partir da estrutura de classes proposta por estes sistemas tradicionais e, a fim de melhor compreendê-los, faz-se pertinente o exame de suas características e de algumas concepções habitualmente atreladas a seu uso.

O desenvolvimento de discussões teórico-metodológicas sobre as linguagens documentárias conduziu à apropriação de elementos da Linguística e da Terminologia que se constituíram como fundamentos destes instrumentos documentários. As linguagens documentárias são instrumentos utilizados para representar documentos em certo domínio com o intuito de possibilitar sua recuperação, destacando-se, dentre elas, os sistemas de classificação bibliográfica e os tesouros.

A fim de caracterizar as linguagens documentárias, constituídas de termos e de relações entre estes mesmos termos, é indispensável identificar os tipos de relações que nelas se estabelecem. Segundo Cintra et al. (2002, p. 44-45, 62-63), nas linguagens documentárias podem ser encontrados três tipos de relação: 1) relações hierárquicas: nas quais termos superordenados e subordinados obedecem à divisão gênero/espécie ou todo/parte; 2) relações de equivalência: empregadas para efeito de controle de vocabulário, elas remetem dos termos preteridos àqueles preferidos pelo sistema, tendo por base principalmente a sinonímia e a quase sinonímia entre termos; e 3) relações associativas: nem hierárquicas, nem de equivalência, são aquelas que estabelecem dependência em função de uma relação de proximidade espacial ou temporal no domínio em questão, como causa-efeito, produtor-produto, agente-instrumento, etc, indicando, portanto, relações de interesse para as buscas.

Por uma perspectiva de análise distinta, mas que antecipava direção similar, Gardin, ainda na década de 1960, ao examinar as linguagens documentárias, estabeleceu entre elas distinções que auxiliam no entendimento dos sistemas de classificação bibliográfica. Segundo o autor, sua análise visava afastar-se das observações relativas aos elementos formais associados aos sistemas de classificação, como a decimalidade ou os símbolos alfanuméricos. Para Gardin (1966), era necessário definir os principais tipos de classificação não pelo uso que eles fazem dos conjuntos de símbolos mobilizados, mas por suas características estruturais. A mais importante delas seria a identificação das relações que se estabelecem entre os termos e as classes a que eles pertencem, o que Gardin (1966) denominava relação analítica. O número de tipos de relações analíticas que constituem uma classificação aponta para sua dimensão e, em função da dimensão, as classificações poderiam ser divididas em unidimensionais ou pluridimensionais. O autor explicava que as classificações unidimensionais eram marcadas por apenas um tipo de relação analítica, enquanto as pluridimensionais seriam aquelas compostas por diferentes tipos de relações analíticas.

Todavia, ao considerar os sistemas tradicionais de classificação bibliográfica, Gardin (1966) ponderava quanto à necessidade de uma distinção entre a unidimensionalidade real e a aparente. Isto porque nestes sistemas os relacionamentos são marcados pela colocação de um

termo em uma classe sem observação rigorosa da relação que os une, fazendo com que, sob a adjetivação de hierarquias, várias outras relações sejam incorporadas, como as de qualificação, localização, instrumentalidade. Deste modo, segundo o autor, a unidimensionalidade nestes sistemas é apenas aparente, já que vários tipos de relações permanecem anônimos e se confundem com a hierarquia estrita. De maneira distinta, a unidimensionalidade real seria característica das taxonomias, típicas das ciências naturais, posto que elas se constituem a partir de uma única e mesma relação em todos os seus níveis e em todos os grupos.

Ao analisar a estruturação da CDD e da CDU, Lara (2002, p. 7), corroborando a análise de Gardin (1966), explicitou que ambos os sistemas revelam problemas de coerência por apresentarem “[...] numa única hierarquia, diferentes gêneros de relações entre os termos”, não apenas as hierárquicas, mas também as relações associativas. A autora pondera que a inexistência de um critério uniforme de organização impõe dificuldades à compreensão e uso destes instrumentos. Assim, entende-se que os sistemas de classificação bibliográfica são hierárquicos, portanto, unidimensionais, mas que a incorporação de outras relações, tornando-os unidimensionais aparentes, pode comprometer sua funcionalidade.

À luz das questões estruturais que caracterizam os sistemas de classificação bibliográfica, é preciso considerar, também, que estes esquemas devem ser abordados em sua condição de instrumentos elaborados para fins pragmáticos, sendo necessário contemplar as particularidades do público e as características da coleção. Em fins do século XIX e início do XX, Delisle (1891) e Morel (1908), como se desenvolve à frente, já chamavam atenção para este fato ao ponderarem que, para fins de ordenação de documentos, em função de particularidades próprias ao processo, nem sempre um sistema de classificação bibliográfica seria utilizado em sua integralidade, demandando adaptações.

No que concerne às concepções atreladas a estes sistemas, faz-se necessário problematizar a ideia de que eles expressariam o conhecimento universal, traduzido sob forma codificada. Com efeito, os tradicionais sistemas de classificação bibliográfica remetem “à pretensão universalizante de abarcar, num só sistema, todo o universo do conhecimento”, o que não ocorre, já que se configuram enquanto propostas “[...] datada[s], ou seja, parcial[is], momentânea[s] e centrada[s] num ponto fixo de enunciação” (LARA, 2001). Esta universalidade não se concretiza, pois, segundo esta autora, enquanto produtos culturais, estes sistemas partem de certas hipóteses que favorecem alguns aspectos em detrimento de outros.

Observando os tradicionais sistemas de classificação bibliográfica, como afirmam Hudon e Mustafa El Hadi (2010, p. 18), é bastante evidente, quanto ao seu escopo geral, que

eles refletem uma visão de mundo datada do século XIX, ocidental, do hemisfério norte e cuja matriz disciplinar é bastante restrita. Esta matriz disciplinar não é representativa do mundo contemporâneo, tornando mais complicado seu uso e atualização, especialmente porque a manutenção das classes principais originalmente propostas torna bastante difícil reorganizar o esquema. Deste modo, tais sistemas permanecem assentados sobre as bases impostas por seus criadores ou gestores e acabam, apesar das revisões a que são submetidos, vítimas de uma grande inércia, o que implica a reprodução de uma visão de mundo conservadora e, em grande medida, anacrônica. Questões como estas e, em especial, a busca por uma suposta universalidade, ressaltam a parcialidade dos sistemas de classificação bibliográfica e, conseqüentemente, reforçam a relatividade dos sistemas de informação bibliográfica que, assim como os instrumentos de que dispõem, estão permeados de intencionalidades mais ou menos evidenciadas.

É preciso considerar, também, a centralidade destes instrumentos na própria área. Ao longo de décadas eles se firmaram como método sistemático viável para a disposição de documentos nas estantes, em especial por terem se disseminado internacionalmente e se consolidado como chave comum na elaboração de arranjos. Ainda que estes instrumentos, como quaisquer outros, apresentem vícios orginais que, contemporaneamente, tornam mais explícita sua parcialidade, cabe reconhecer que eles têm atendido, com relativa eficácia, aquilo que se coloca como base de um arranjo sistemático: a disposição dos documentos com base em agrupamentos relacionados conforme diferentes graus de proximidade que se estabelecem em função dos atributos escolhidos.

Conforme discutido anteriormente, o método sistemático não consegue, por si só, individualizar os documentos de uma coleção, pois seu emprego isolado permite apenas que os documentos sejam agrupados conforme a estrutura de classes escolhida. Esta característica, particular ao método sistemático, já que os métodos alfabético e cronológico podem ser utilizados exclusivamente, faz com que ele, desacompanhado de mecanismos de individualização dos itens, não seja propício para fins de gestão da coleção. Por outro lado, seu uso combinado ao de outros atributos, que permitam a determinação de sequências dentro dos agrupamentos, mostra-se especialmente benéfico para a orientação de percursos por entre a coleção e encontra na navegabilidade espacial sugerida uma de suas principais virtudes.

Cabe ainda retomar a constatação de que os sistemas de classificação bibliográfica são instrumentos que respondem pela ordenação apenas quando esta é realizada a partir do método sistemático. Ademais, é preciso considerar que estes sistemas de classificação bibliográfica não respondem pelo método sistemático como um todo, uma vez que é possível

empregar instrumentos distintos, elaborados em contextos particulares, que podem, inclusive, se valer de estruturas hierárquicas mais simples. Mesmo sendo o método sistemático bastante disseminado, seja por meio dos tradicionais sistemas de classificação bibliográfica ou de outras estruturas hierárquicas, não se deve confundi-lo com a ordenação, posto que esta é o processo mais abrangente que poderá, ou não, empregá-lo. Portanto, não apenas o método sistemático não é o único possível de ser utilizado para fins de ordenação de documentos, quanto os tradicionais sistemas de classificação bibliográfica não são os únicos instrumentos viáveis para materializar arranjos sistemáticos.

A opção por denominar o método estruturado em esquemas de classes e subclasses de método sistemático e não de classificatório justifica-se por se entender que o primeiro termo é mais preciso que o segundo. Se o termo classificatório também remete à formação de classes, o termo sistemático refere-se à estruturação em classes que abarca, ainda, a necessidade de algum nível de articulação entre cada uma das classes e suas respectivas subclasses. Pontua-se, mais claramente, a exigência da presença de uma estrutura hierárquica, conforme colocado pelos autores anteriormente trabalhados, como elemento chave na proposição de arranjos, ainda que elas possam ser marcadas por encadeamentos elementares.

Assim, os arranjos sistemáticos, seja por meio dos tradicionais sistemas de classificação bibliográfica ou de outras propostas de estruturação hierárquica, apresentam-se enquanto propostas de sentido que não encontram fim em si mesmas, mas interpõem novas camadas de significação aos documentos buscando viabilizar um fluxo informativo satisfatório para as instituições que os realizam e o público a que se destinam.

3 A ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS NAS TRADIÇÕES FRANCESA E ANGLO-AMERICANA: MEADOS DO SÉCULO XIX A 1930

Nesta seção será traçado um percurso descritivo acerca das soluções voltadas para a ordenação de documentos conforme as tradições francesa e anglo-americana do século XIX até a década de 1930. Na primeira subseção, voltada à literatura escrita em língua francesa, a análise recai sobre oito manuais de Biblioteconomia, abrindo o percurso em 1834, com o manual de Namur e fechando-o, quase um século depois, com o manual de Crozet, publicado em 1932. Na segunda subseção, examina-se a produção anglo-americana partindo-se das primeiras proposições quanto ao número de chamada em sistemas de localização relativa, elaboradas Dewey, a partir de 1876, até sua sistematização final com Ranganathan, por volta dos anos de 1930.

3.1 ORDENAR PARA CONSERVAR E DISPONIBILIZAR: A TÔNICA FRANCESA NOS MANUAIS DE BIBLIOTECONOMIA

Ao longo do século XIX, a publicação de manuais de Biblioteconomia em língua francesa, especialmente a partir de meados do século, foi o meio privilegiado através do qual se expressaram as concepções acerca do ofício de bibliotecário. Resultado de engajamentos individuais, estes manuais se caracterizaram por uma orientação no sentido de transmitir e explicitar, pedagogicamente, o conjunto de conhecimentos básicos necessários ao exercício da profissão, além de conselhos práticos e procedimentais que viabilizassem a realização das ações necessárias. Segundo Riché (2009, p. 7), os manuais se colocaram na fronteira entre formação profissional, curso de bibliografia e história do livro e, ainda, meio de expressão de reivindicações relacionadas ao ofício. Assim, estes manuais acabaram difundindo uma gama de conselhos que constituem testemunho das práticas biblioteconômicas levadas a cabo, dentre elas a ordenação de documentos.

Os confiscos revolucionários de livros e manuscritos pertencentes a religiosos e emigrados à época da Revolução Francesa foram acompanhados de uma série de instruções governamentais que visavam fornecer diretrizes de salvaguarda para que estas coleções pudessem ser colocadas à disposição dos cidadãos. Assentadas sob uma concepção de biblioteca centrada em atividades de conservação e catalogação, estas instruções foram raramente empregadas, pois, conforme afirma Desgraves (1991, p. 167), na maior parte dos

casos, inexistiam condições materiais adequadas, locais adaptados e, sobretudo, pessoal qualificado que pudesse por em prática conselhos tão ambiciosos.

Ainda em 1803, o decreto de 28 de janeiro, considerado como responsável pela criação das bibliotecas municipais, por confiar aos municípios a gestão das coleções confiscadas, não foi acompanhado, por parte do Estado, de financiamentos que fizessem jus às despesas necessárias, o que transformou estas instituições em imensos depósitos de livro (POULAIN, 2002, p. 68). Detentoras de ricas e prestigiadas coleções, mas também antigas e não renovadas, as bibliotecas municipais, segundo Poulain (2002, p. 68), foram se convertendo, ao longo do século XIX, em bibliotecas patrimoniais que acabaram restritas às necessidades de eruditos e estudiosos. Assim, embora concebidas para o atendimento dos cidadãos, as bibliotecas municipais deram corpo a um modelo institucional voltado à conservação das coleções atendendo não público no sentido mais amplo, mas àquele vinculado à República das Letras.

Lebailly (2008, p. 12) afirma que os bibliotecários não conheceram um real avanço de seu estatuto ao longo do século XIX e que a formação oferecida pela *École des Chartes*, a partir de 1821, não conseguiu reverter o quadro. Os ensinamentos oferecidos em *Chartes* permaneciam baseados na erudição humanista, sem maiores preocupações com a preparação para as atividades de gestão das instituições como um todo.

Não gratuitamente, os dois manuais publicados na década de 1830 faziam menções explícitas à *École des Chartes*. O primeiro, de Namur (1834), trazia uma longa introdução à história do livro que serviria de base aos inúmeros cursos ministrados nesta escola, enquanto as atividades relacionadas à gestão das coleções eram apresentadas como subsídio fundamental para o trabalho de erudição constitutivo da ação bibliotecária. O segundo, de Constantin, com sua primeira publicação datada de 1939 e contando com outras edições subsequentes, inaugurava uma primeira reflexão prática global sobre o ofício e empregava, pela primeira vez, no contexto francês, a palavra Biblioteconomia (*Bibliothéconomie*). Mais pragmático do que o manual de Namur, o manual de Constantin buscava atender os bibliotecários não formados pela *École des Chartes*, mas que necessitavam aprender as primeiras noções de Biblioteconomia ou aqueles que, formados, ressentiam-se da demasiada centralidade nos aspectos de erudição. Graesel (1897, p. 22-23, tradução nossa) escreveria mais tarde que o manual de Constantin, "[...]na verdade, do ponto de vista científico, não tem real importância. [...] Na mente de seu autor, este livro deve ser um guia educativo para suprir

a falta absoluta na França de tais obras, e devemos reconhecer que ele prestou certos serviços"¹².

Se o curso da *École des Chartes*, a despeito da orientação apresentada e da formação de um número bastante restrito de profissionais, pode ser compreendido como um elemento relevante na definição do perfil dos bibliotecários na primeira metade do século XIX, a segunda metade seria marcada pelo Regulamento Geral de 1879. Este regulamento passava a demandar formação profissional compatível às funções exigidas no trabalho em bibliotecas universitárias. Criava-se, neste contexto, o primeiro diploma de bibliotecário, *Certificat d'aptitude aux fonctions de bibliothécaire* (CAFB), que mesmo tendo sua origem em um âmbito institucional específico, conforme analisa Riché (2009, p. 14), foi de extrema importância para a profissionalização e, principalmente, a tecnicização do ofício. Como explica Blasselle (1991, p. 154), o bibliotecário tornava-se, progressivamente, um profissional técnico e seu trabalho passava a ser descrito de maneira mais precisa.

Esta descrição logrou grande êxito com o florescimento de inúmeros manuais de Biblioteconomia a partir da década de 1880 que, segundo Riché (2009, p. 14), respondiam a um contexto extremamente favorável: de um lado, o desejo governamental de uniformizar as práticas e, de outro, os profissionais à espera de novas instruções que pudessem prepará-los para os exames de obtenção do diploma de bibliotecário. Os manuais constituíram-se, então, em um instrumento indispensável de transmissão de saberes e um guia para a formação profissional.

Cousin (1882), Delisle (1896, 1910), Maire (1896) e Cim (1902, 1907, 1908) são exemplos de autores cujos manuais foram publicados após mais de quatro décadas de estagnação editorial e constituíram tentativas da afirmação de tecnicidade de um ofício ainda fortemente vinculado à sua herança erudita. Porém, mesmo não apresentando abordagens inovadoras, novas percepções passavam a ser incorporadas e expressavam, como aponta Lebailly (2008, p. 18), a vontade crescente de profissionalização. Cousin (1882, p. 223), por exemplo, embora não mencionasse questões como o livre acesso ou a busca por atender novos públicos, defendia que as bibliotecas deveriam ser criadas para o uso e o leitor tratado com cortesia. Delisle, por seu turno, em livro exclusivamente dedicado à descrição de instruções referentes à ordenação nas estantes e à elaboração de catálogos, logrou relativo êxito e em 1910 publicou a quarta edição de seu trabalho. Maire (1896, p. 256), apresentava uma obra

¹² "[...]n'a pas, en effet, au point de vue scientifique, d'importance véritable. [...]Dans la pensée de son auteur, ce manuel devait être un guide didactique destiné à suppléer au manque absolu en France d'ouvrages de ce genre, et il faut reconnaître qu'il rendit certains services" (GRAESEL, 1897, p. 22-23).

repleta de referências que tencionavam explicitar amplo conhecimento das iniciativas de bibliotecas estrangeiras, especialmente as anglo-americanas, mas continuava tendo em Brunet¹³ a principal referência em matéria de classificação bibliográfica.

Embora tenha escrito no começo do século XX, Cim (1902, 1907, 1908) seguiu a mesma linha e não apresentou grandes novidades acerca da compreensão da atividade bibliotecária. Ele foi, todavia, o primeiro destes autores a mencionar explicitamente o tipo de relação que os bibliotecários franceses estabeleceram com a CDD. De acordo com Cim (1907, p. 293), a divulgação ampla da CDD, em território francês, teria ocorrido apenas depois da Conferência Bibliográfica Internacional, realizada em Bruxelas, em 1895. Corroborando com esta percepção de Cim (1907), o fato de que, no ano seguinte à Conferência, Delisle (1896) publicaria um artigo criticando a estrutura decimal do esquema e Maire (1896) reproduziria, em seu manual, as cem classes principais sem apresentar quaisquer considerações adicionais sobre a CDD.

Observados de forma global, estes manuais de fins do XIX demonstram uma indiferença de parte de seus autores, bibliotecários em bibliotecas municipais, universitárias ou na Biblioteca Nacional, como Delisle (1910), em relação às bibliotecas populares. Destinadas a um público mais amplo, as bibliotecas populares francesas conheceram expressivo crescimento a partir dos anos de 1860. Criadas e mantidas por defensores da educação popular (*Société Franklin* e *Ligue d'Enseignement*¹⁴), por empregadores cristãos, sindicatos, ou associações, estas bibliotecas tinham por objetivo incentivar a leitura entre as camadas populares, mas se caracterizaram por iniciativas de pequena duração, bastante dispersas e muitas vezes pouco estruturadas (RICHTER, 1978). O trabalho sobre os livros era realizado de modo bastante precário e, segundo Richter (1978), no entendimento dos envolvidos, "o local e o mobiliário importam pouco; pode-se colocar os livros não importa

¹³ Sayers (1950) afirmava que a divisão classificatória Teologia, Jurisprudência, História, Ciências e Belas Artes, comum à época do Antigo Regime e bastante utilizada em bibliotecas e em catálogos de livros, encontrou em Jacques-Charles Brunet seu último codificador que publicou, em 1810, seu "*Manuel du libraire et de l'amateur des livres*". Neste manual, Brunet apresentava uma bibliografia internacional de livros raros aparecidos até a época, listando-os conforme as cinco classes principais do esquema e suas respectivas subdivisões.

¹⁴ Segundo Richter (1978), a *Société Franklin*, fundada em 1862, tinha por objetivo defender a causa das bibliotecas populares, fomentar sua criação e auxiliá-las em seu funcionamento. Por sua vez, a *Ligue d'Enseignement* foi fundada em 1866 com o intuito de mobilizar iniciativas individuais em função da instrução pública, gratuita e obrigatória.

onde; o que conta é que eles sejam emprestados"¹⁵. Deste modo, para estas instituições focadas no empréstimo, o conjunto de demais processos seria apenas acessório.

[...]Certamente útil, mas não essencial para o funcionamento de uma biblioteca que só precisava de um carimbo para carimbar livros e três cadernos: o primeiro para formar o catálogo de livros (ele contém número de entrada, título e autor, número de volumes, tamanho, nome do doador), o segundo para registrar empréstimos (número do livro, recebedor do empréstimo, datas de saída e de retorno), o terceiro para registrar receitas e despesas¹⁶ (RICHTER, 1978, tradução nossa).

Em fins do século XIX as bibliotecas populares não haviam conseguido se firmar como instituições reconhecidamente relevantes e influentes no contexto francês, já sendo consideradas obsoletas e detentoras de coleções demasiadamente desatualizadas (POULAIN, 2002, p. 68), além de adotarem práticas tidas como pouco profissionais. Este desprestígio, como assevera Riché (2009, p. 48), fez-se refletido nestes manuais de Biblioteconomia que ignoraram completamente as questões que poderiam lhes ser próprias.

A despeito de boa parte dos manuais trabalhar com a divisão entre bibliotecas públicas e privadas, a compreensão de público era reveladora de uma concepção ainda muito restrita entre estes bibliotecários franceses, posto que associada às bibliotecas municipais ou universitárias e, portanto, a um público bastante restrito. Ademais, a total ausência de menções às bibliotecas populares em obras que se pretendiam mais exaustivas, como as de Cousin (1882), Maire (1896) e Cim (1902, 1907, 1908), representava uma importante clivagem que começou a ser explicitamente problematizada e foi expressa nos manuais de Morel (1908, 1910) e Crozet (1932).

Segundo Hassenforder (1967, p. 69), a crise latente das bibliotecas francesas evidenciou-se no início do século XX graças ao conhecimento de bibliotecas públicas na Inglaterra e nos Estados Unidos que tornavam patente o considerável retardo francês. O modelo anglo-americano que comprovou este retardo, nas palavras de Bertrand (2010, p. 38), era, ao mesmo tempo, de ordem política e técnica. De ordem política, pois assentado numa concepção de biblioteca pública para toda a população, apoiada e desejada por ela. De ordem

¹⁵ "Le local et le mobilier important peu; on peut placer les livres n'importe où; ce qui compte, c'est qu'ils soient empruntés" (RICHTER, 1978).

¹⁶ "[...]utile certes, mais pas indispensable au fonctionnement d'une bibliothèque qui n'avait besoin que d'un cachet pour estampiller les livres et de trois cahiers : le premier pour dresser le catalogue des livres (il porte numéro d'entrée, titre et auteur, nombre de volumes, format, nom du donateur), le second pour enregistrer les prêts (numéro du livre, emprunteur, dates de sortie et de rentrée), le troisième pour inscrire les recettes et les dépenses" (RICHTER, 1978).

técnica porque baseada no livre acesso às coleções e também no oferecimento de informação cotidiana, prática e gratuita trabalhada por profissionais qualificados. Comparando-se os dois modelos em vigor, na virada do século XIX para o XX, tratava-se, do lado francês, de uma proposta institucional fortemente vinculada a uma herança aristocrática, expressa pelas bibliotecas municipais, e, do outro, de uma proposta configurada sob a crença na democracia e na liberdade individual, expressa pelas bibliotecas públicas anglo-americanas.

Um dos primeiros autores a levantar esta questão foi Morel (1908, 1910), que defendia uma reorientação das bibliotecas francesas em direção a seus públicos e, a fim de acabar com a dicotomia entre bibliotecas municipais e bibliotecas populares, defendia veementemente a incorporação de um modelo de bibliotecas públicas com a consequente melhoria dos serviços prestados. Pouco mais de 20 anos depois, por encomenda da *Association des Bibliothécaires Français*¹⁷ (ABF), Crozet (1932) redigiu um novo manual de Biblioteconomia que abordava questões pertinentes tanto às bibliotecas de estudo, de viés erudito, quanto às bibliotecas de leitura pública, explicitando os pontos de convergência e de distanciamento entre elas.

Traçada em linhas gerais, a configuração histórica das bibliotecas francesas parece apontar para um processo de lenta democratização e abertura das coleções ao público. Este movimento é refletido, em certa medida, nos manuais que, sendo escritos por bibliotecários, expressaram não apenas um entendimento quanto às funções da biblioteca, mas deixaram transparecer, também, em sua composição, as atividades mais importantes para o adequado funcionamento institucional e sua correlação com os objetivos propostos. Assim, o exame dos manuais que segue configura-se como um modo pertinente de tentar mapear quais elementos foram escolhidos como estruturantes para as soluções de ordenação de documentos entre meados do século XIX, herdeiro da criação das bibliotecas municipais, e a partir do começo do século XX, sob a influência do modelo de bibliotecas públicas anglo-americano.

¹⁷ Fundada em 1906 e reconhecida como entidade de utilidade pública em 1969, a *Association des Bibliothécaires Françaises* foi rebatizada, por ocasião de seu centenário, em 2006, como *Association des Bibliothécaires de France*. Responsável por agrupar os profissionais atuantes em bibliotecas francesas, suas ações voltam-se especialmente para a formação profissional e discussão de temáticas correlacionadas ao ofício, além de ser importante canal de reivindicações voltadas ao fortalecimento e ampliação das bibliotecas junto às autoridades públicas francesas.

3.1.1 Jean Pie Namur

Em 1834, na Bélgica, Jean Pie Namur, bibliotecário da Universidade de Louvain, publicou um manual intitulado “*Manuel du bibliothécaire: accompagné de notes critiques, historiques et littéraires*”, voltado especialmente para "todos aqueles que deseja[sse]m se dedicar com vantagem ao estudo da bibliografia, assim como às pessoas que deseja[sse]m ser empregadas nas bibliotecas públicas e particulares"¹⁸ (NAMUR, 1834, p. iv, tradução nossa). Considerado por Blasselle (1991, p. 147-148) o primeiro manual de Biblioteconomia escrito em língua francesa, posto que explorava as formas de gerir uma biblioteca, o texto de Namur principiava por uma discussão sobre Bibliografia, entendida pelo autor como a ciência da descrição dos livros, e sobre as características exigidas ao bibliógrafo, que deveria coadunar a formação erudita com uma personalidade de viés metódico. Ao longo de sua obra, Namur prestigiava longas digressões acerca da história do livro e da imprensa, bem como dos elementos concernentes à descrição material de livros antigos e de métodos de restauração.

Também expressiva no manual era a exploração dos aspectos técnicos e cotidianos envolvidos na gestão de uma biblioteca, uma vez que nestas instituições o adequado exercício das funções de bibliotecário era ainda mais importante do que o conhecimento erudito que este deveria ter (NAMUR, 1834, p. 19). Namur apresentava e descrevia, progressivamente, as diferentes etapas de intervenção que precisariam ser realizadas sobre os livros até que estes pudessem ser depositados sobre as estantes.

Dentre as etapas elencadas, composição de coleção, compra de livros, cuidados de conservação e elaboração de catálogos, a ordenação dos documentos (*classement*) recebeu relativo destaque, pois, segundo o autor, tornava possível a busca por um determinado livro. Ela era analisada por Namur como tendo, aparentemente, pequenos efeitos para as bibliotecas particulares, uma vez que seria fácil ao proprietário ou depositário conhecer cada um dos livros e guardar na memória seu posicionamento independentemente do arranjo escolhido (NAMUR, 1834, p. 30). Por outro lado, naquelas bibliotecas em que várias pessoas fizessem uso dos livros ou que a coleção fosse demasiado extensa, era indispensável estabelecer uma ordem que pudesse auxiliar as buscas daqueles que a frequentavam ou o pronto reconhecimento da coleção pelo profissional a quem fosse confiada sua guarda (NAMUR, 1834, p. 31).

¹⁸"[...]à tous ceux qui desirent s'appliquer avec avantage à l'étude de la bibliographie, ainsi qu'aux personnes qui desirent être employées à des bibliothèques publiques et particulières[...]" (NAMUR, 1834, p. iv)

Nas bibliotecas pequenas, para Namur (1834, p. 51), os livros poderiam ser dispostos nas estantes exclusivamente conforme sua ordem de entrada, sendo viável, ainda, optar pelo agrupamento de livros de mesmo tamanho e sob mesma encadernação com o intuito de produzir uma boa aparência. Portanto, Namur admitia o emprego exclusivo de métodos cronológicos ou baseados em atributos materiais dos livros, apenas para as pequenas coleções. O autor defendia que dentro do espaço das grandes bibliotecas, para economizar espaço, evitar a irregularidade visual e facilitar a manutenção da ordem estabelecida, fazia-se necessária a divisão dos livros em três grupos que abarcavam diferentes formatos (NAMUR, 1843, p. 50). Assim, nas prateleiras inferiores estariam os in-folio; nas prateleiras médias estariam os in-quarto e nas prateleiras superiores os in-oitavo, in-12°, in-18° e os formatos menores.

Partindo-se da distinção material por formato, o arranjo dos livros nas estantes, segundo Namur (1834, p. 53), deveria fazer uso de sistemas classificatórios, sendo o mais disseminado à época aquele sistematizado por Brunet. Todavia, em seu manual, Namur defendia e apresentava um sistema próprio composto por 10 classes principais que buscavam incorporar as instruções direcionadas às próprias bibliotecas, fazendo das temáticas relacionadas à Bibliografia, sua primeira divisão. Na concepção de Namur, seguindo a Bibliografia, classes relativas ao estudo das línguas e à própria história do livro, por exemplo, encabeçariam o sistema de classificação e seriam seguidas pelas demais áreas de conhecimento (NAMUR, 1834, p. 45). Esta escolha se justificaria, pois, segundo o autor, o primeiro passo de um homem que desejasse folhear quaisquer livros e fazer uso de uma biblioteca seria conhecer sobre livros.

No esquema de classificação proposto por Namur cada uma das classes principais era subdividida em até três níveis hierárquicos. As 10 maiores classes eram representadas por letras maiúscula em sequência A-K, o segundo nível era representado por números romanos (i, ii, iii, iv...), o terceiro por letras minúsculas do alfabeto (a-z) e o quarto por números naturais iniciados em 1. Todavia, para fins de ordenação de documentos, o autor não explicou claramente como se daria a transposição do sistema hierárquico para o arranjo sistemático nas estantes. Namur apenas descreveu, brevemente, o modo de composição das notações que seriam afixadas na lombada e no interior dos livros e assegurariam a ordem dentro de cada classe. Segundo o autor, deveria ser colocada "[...]nos próprios livros uma marca distintiva para designar a classe e a ordem na qual eles se encontram"¹⁹ (NAMUR, 1834, p. 61, tradução

¹⁹ "[...]aux livres mêmes une marque distinctive [pour designer la classe e l'ordre où ils se trouvent]" (NAMUR, 1834, p. 61, tradução nossa).

nossa), de modo a manter a organização estabelecida e contribuir para a rápida busca pelos itens.

Seguindo-se a proposta, cada livro deveria ser marcado com dois códigos complementares: externamente, o número de ordem (*numéro d'ordre*) iniciado em 1 e sem limites de expansividade para cada uma das três subdivisões de formato em cada classe principal e, internamente, a notação de classe completa seria seguida do número de ordem do livro em questão (NAMUR, 1834, p. 63-64). Assim, dentro do livro haveria inscrições como *A vi d (187)*, mas na lombada constaria apenas o número *187* e seria esta última notação, exclusivamente, a responsável por indicar o posicionamento do livro dentro da estrutura em questão. Isto se dava pelo fato de Namur pretender que nas estantes a estrutura classificatória fosse reproduzida, embora optasse por uma sequência numérica linear como meio de indicar a posição ocupada pelos livros.

A vi d (187)

A História literária

vi História das universidades

d História das universidades na Bélgica

(187) Número de ordem do livro em um dos formatos na classe A

Num confuso e pouco explícito exemplo de como compor a notação externa, o autor explicava que caso o número *187*, por exemplo, já tivesse sido empregado para um dado formato na subdivisão *vi* da classe *A* e novos livros do mesmo formato, na mesma classe, fossem incorporados à biblioteca, era preciso avaliar se eles seriam intercalados na sequência numérica já existente ou se poderiam ser simplesmente numerados em sequência. Caso pertencesse à subclasse *vi* o livro receberia, também, a notação externa *187*, mas acrescida de uma letra minúscula (*a, b, c, d...*) de modo a indicar seu pertencimento a este nível da hierarquia e manter a lógica classificatória dos livros nas estantes. Se a partir da notação *187* estavam os livros pertencentes à subclasse *vi*, novos livros incorporados a esta subclasse deveriam seguir a notação *187*, formando notações como *187a, 187b* ou notações subsequentes, como *188*, por exemplo, caso esta não tivesse ainda sido utilizada. Mas se novos livros incorporados pertencessem à subclasse *v*, eles deveriam ser antepostos à notação *187* e pospostos à última notação em que a subclasse *v* fora utilizada, neste exemplo a notação *186* (NAMUR, 1834, p. 62-63).

Assim, embora trabalhasse com uma notação numérica sequencial para a codificação da ordenação, essa notação não representava a ordem de entrada dos livros na biblioteca e,

tampouco, era apenas linearmente construída, pois as novas incorporações poderiam ser intercaladas ao número já existente pela adição de um dígito alfabético de modo a manter nas estantes a estrutura hierárquica minimamente coerente. Não se configurava, portanto, um sistema de localização fixa para os livros uma vez que o livro de código 187 não necessariamente remeteria ao 187º livro colocado na estante, dentro daquela grande classe e formato. Poderia, como já explicitado, haver livros de código 187a e 187b, antes do livro de código 188. Ademais, o livro 186 também poderia ser seguido de inúmeros outros (186a, 186b, 186c...) antes que se chegasse ao livro 187.

Esta estratégia de construção das marcas de localização para fins de ordenação dos livros nas estantes parecia bastante restrita, pois Namur mencionava a alfabetação dos números como solução de incorporação de livros apenas dentro do terceiro nível hierárquico. Para o quarto e quinto níveis não estava claro como o arranjo sistemático poderia ser mantido nas estantes com uma proposta de notação tão restrita. Não havia, tampouco, uma distinção na notação para cada uma das três sequências numéricas dentro de cada classe composta a partir do formato do livro. Estando numa mesma classe, livros in-folio, in-quarto ou em formatos iguais ou menores do que in-oitavo poderiam receber a mesma notação, cabendo às diferentes cores ou formatos escolhidos para as etiquetas, além da própria materialidade do livro, apontar a distinção (NAMUR, 1834, p. 64). Para não confundir livros de classes principais diferentes em função da mesma marca de localização, seria necessário recorrer à notação interna, já que nela estaria explicitada a vinculação classificatória do livro.

Cabe ressaltar que para Namur (1834, p. 46-49), livros de uso ordinário e livros cujo uso deveria ser permitido apenas em casos extraordinários, fosse por seu elevado valor econômico ou por sua raridade, precisariam estar separados no espaço da biblioteca a fim de garantir sua conservação. Porém, o autor não explicitava de que modo esta diferenciação poderia se dar no espaço da biblioteca ou quais os recursos necessários à sua efetivação.

Seguindo-se às explicações quanto à ordenação dos livros nas estantes e estando esta etapa concluída, Namur afirmava ser necessário elaborar o catálogo para que fosse concluído o arranjo de uma grande biblioteca, '[...] não apenas para sua pesquisa rápida, mas também para o controle das obras de toda a coleção'²⁰ (NAMUR, 1834, p. 67, tradução nossa). Em outro livro publicado também na década de 1830, Namur, similarmente à argumentação apresentada por Gabriel Naudé, no "*Advis pour dresser une bibliothèque*", de 1627, afirmava:

²⁰ "[...] non seulement pour leur prompte recherche, mas aussi pour la vérification des ouvrages de toute la collection" (NAMUR, 1834, p. 67).

A existência, em um lugar qualquer, de um grande número de livros empilhados em caixas ou em prateleiras não equivale a uma biblioteca: para que a reunião de um grande número de livros mereça o nome da biblioteca, é preciso que eles estejam ordenados de acordo com algum sistema, dispostos de modo que se possa utilizá-los. A principal maneira de fazer uma biblioteca verdadeiramente útil é atender tão rapidamente e tão facilmente quanto possível às pesquisas literárias; e, para conseguir isso, são necessários bons catálogos e uma disposição de livros bem fundamentada²¹ (NAMUR, 1839, p. v, tradução nossa).

Constata-se no manual escrito por Namur e no trecho acima um forte apreço pela ordenação de documentos que, conjugada ao uso do catálogo, constituía o cerne do ofício do bibliotecário. Associados, os cuidados de conservação, ordenação e catalogação garantiriam de um lado a proteção dos livros e, de outro, a capacidade de rapidamente entregá-los àqueles que lhes demandassem (NAMUR, 1834, p. 34). Assim, Namur considerava que

uma biblioteca é um lugar onde há uma coleção considerável de livros ordenados e armazenados em uma ordem que lisonjeie a mente e os olhos; de modo que cada pessoa, ávida por aprender, seja colocada no estado de consultar e facilmente encontrar cada livro, cada tratado que ali se encontre²² (NAMUR, 1834, p. 31, tradução nossa).

Assim, embora as explicações dadas por Namur para a ordenação dos itens nas estantes não contemplassem outras tipologias, que não o livro, para o autor, a atividade constituía etapa fundamental na formação das bibliotecas, conferindo-lhes regularidade e, associada à divisão por tamanho, uma apresentação aprazível aos olhos.

3.1.2 Léopold-Auguste Constantin

No ano de 1839, sob o nome de Léopold-Auguste Constantin, Léopold-Auguste Constantin Hesse publicou, em Paris, seu manual intitulado “*Bibliothéconomie, ou nouveau*

²¹ "L'existence, dans un endroit quelconque, d'un grand nombre de livres entassés dans des caisses ou sur des rayons, ne constitue point une bibliothèque: pour que la réunion d'un grand nombre de livres mérite le nom de bibliothèque, il faut qu'ils soient classés d'après un système quelconque, arrangés de manière que l'on puisse s'en servir. Le principal moyen pour rendre une bibliothèque vraiment utile est de pouvoir satisfaire le plus promptement et le plus facilement possible aux recherches littéraires; et, pour y parvenir, il faut de bons catalogues et une disposition bien raisonnée des livres" (NAMUR, 1839, p. v).

²² "Une bibliothèque est donc un lieu où l'on trouve une collection considerable de livres classés et rangés dans un ordre qui flatt et l'esprit et les yeux; de manière, que chaque personne, avide de s'instruire, soit mise en état de pouvoir consulter et trouver avec facilité chaque ouvrage, chaque traité qui s'y trouve" (NAMUR, 1834, p. 31).

manuel complet pour l'arrangement, la conservation et l'administration des bibliothèques" no qual desenvolveu reflexões práticas sobre o trabalho do bibliotecário. Este livro teve uma segunda edição revisada e ampliada publicada no ano de 1841 e em cujo prefácio Constantin afirmava dirigir-se "às pessoas que, sem terem se engajado em estudos especializados para este tipo de trabalho, têm necessidade de armazenar e monitorar uma coleção de livros grande o suficiente para precisar de uma classificação e uma disposição adequadas[...]"²³ (CONSTANTIN, 1941, p. 2, tradução nossa).

Dividido em 32 seções, o manual de Constantin partia de definições significativas, como a distinção entre bibliografia, bibliofilia, bibliomania e biblioteconomia, avançando de conselhos práticos para a administração de uma biblioteca em direção a questões mais pontuais, como uma espécie de inventário das bibliotecas públicas em vários países da Europa. Orientado sob a perspectiva de utilização imediata de suas orientações, o autor dedicou grande parte de seu livro à descrição das operações cotidianas em uma biblioteca pública de tradição erudita e voltada, portanto, para o estudo e conservação das coleções. Dentre as operações descritas, aquisição de livros, elaboração de catálogos, etiquetagem, aposição de carimbo e procedimentos de conservação, dentro outras, estava a ordenação da coleção (*classement*). Para Constantin a primeira distinção quanto à ordenação de uma coleção deveria ser feita em observância ao seu tamanho:

Quando uma coleção tem uma pequena extensão, pode-se lisonjear o olho e dar à disposição um ar de simetria, colocando juntos, sem levar em conta o assunto de que tratam, todos os in-folio, todos os in-4^o, todos os in-8^o, etc, e, através do catálogo e dos números, encontrar-se-á tão bem cada obra como se elas estivessem reunidas por ordem de assuntos; mas, logo que uma biblioteca esteja um pouco grande, deve-se abrir mão deste tipo de decoração, não só porque ela exige uma reformulação contínua para novas aquisições, mas por causa de sua monotonia na apresentação de uma grande biblioteca, embora seja agradável aos olhos em uma pequena coleção de livros²⁴ (CONSTANTIN, 1841, p. 47, tradução nossa).

²³ "[...]aux personnes qui, sans s'être livrées à des études spéciales pour ce genre de travaux, se trouvent dans la nécessité de ranger et de surveiller une collection de livres assez nombreuse pour avoir besoin d'une classification et d'une disposition convenables[...]" (CONSTANTIN, 1941, p. 2).

²⁴ "Lorsqu'une collection a peu d'étendue, on peut flatter l'oeil et donner à la disposition un air de symétrie, en plaçant ensemble, sans avoir égard à la matière qu'ils traitent, tous les in-folio, tous les in-4^o, tous les in-8^o, etc, et, moyennant le catalogue et les numéros, on trouvera aussi bien chacun des ouvrages que s'ils étaient réunis par ordre de matières; mais, aussitôt qu'une bibliothèque est un peu nombreuse, il faut renoncer à ce genre de décoration, non-seulement parce qu'elle exige un remaniement continuel pour les nouvelles emplettes, mais à cause de sa monotonie dans l'aspect d'une grande bibliothèque, tandis qu'elle est agréable à la vue dans une petite collection de livres" (CONSTANTIN, 1841, p. 47).

Se a ordenação dos livros conforme atributos materiais, exclusivamente, era admissível para as pequenas bibliotecas, nas grandes, além do aspecto visual monótono, o autor desaconselhava seu emprego isolado, pois obrigaria o bibliotecário a percorrer toda a biblioteca "para encontrar os livros sobre um mesmo assunto"²⁵ (CONSTANTIN, 1841, p. 48, tradução nossa). Pela mesma razão Constantin (1841, p. 48) colocava-se em oposição aos arranjos alfabéticos, embora não especificasse quais atributos alfabéticos poderiam ser escolhidos, uma vez que estes não apresentariam outra vantagem que não encontrar um livro sem exigência de consulta ao catálogo.

Para o autor, o melhor modo de dispor os livros nas estantes consistia em ordená-los sistematicamente, conforme classes e subclasses. Constantin (1841, p. 126-127) lembrava ainda que a escolha entre os diversos sistemas de classificação dependia da abrangência e especificidade da biblioteca, assim como do gosto do bibliotecário e da possibilidade deste sistema ser igualmente útil a diversos tipos de leitores. Segundo o autor, os livros deveriam ser arranjados primeiramente conforme sua posição no sistema de classificação utilizado, sendo posteriormente separados de acordo com seu tamanho e sequencialmente numerados à medida de sua entrada na biblioteca conforme intervalos numéricos previamente definidos para cada um destes tamanhos (CONSTANTIN, 1841, p. 119).

A codificação deveria ser feita de modo a assegurar que para cada uma das classes e suas várias subdivisões fosse atribuída uma notação particular seguida do número de ordem (*numero d'ordre*) do livro dentro do intervalo correspondente ao formato em questão. O código deveria ser reproduzido em uma etiqueta que seria afixada na lombada do livro, estando em concordância exata com o código reproduzido nos catálogos (CONSTANTIN, 1841, p. 120). Segundo Constantin (1841, p. 120), o exemplo a seguir ilustrava a composição de um código afixado em uma etiqueta:

E. h. + 9514. <hr style="width: 50%; margin: 0 auto;"/> 1. 18°	E. Classe História. h. Divisão História moderna. + Subdivisão História moderna da França 9514. número de ordem das obras in-18° 1. número do volume 18° formato
--------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Um livro dividido em vários volumes receberia um único número de ordem, mas cada um dos volumes seria diferenciado pelo acréscimo do número do volume em seguida ao

²⁵ "[...]pour trouver les livres sur une même matière[...]" (CONSTANTIN, 1841, p. 48).

número de ordem, de modo que cada item tivesse seu código exclusivo (CONSTANTIN, 1841, p. 121). O autor argumentava que cada uma das classes e suas subclasses deveria ser representada por um símbolo diferente, iniciada pela notação alfabética em letra maiúscula, dada sua amplitude que permitiria singularizar 25 classes principais, podendo cada uma delas ser dividida em outras 25 subclasses representadas por letras minúsculas. Para representar todos os níveis hierárquicos e acompanhar possíveis necessidades de expansão do sistema de classificação à medida da inserção de novos livros, Constantin (1841, p. 119) recomendava a incorporação de símbolos astronômicos, químicos, algébricos, dentre outros. O apeço pelo método sistemático justificava-se pela possibilidade de intercalação de novos livros que, como afirmava o autor, tornava-se impossível caso a ordenação fosse realizada com base em uma única série de números (CONSTANTIN, 1841, p. 119).

Constantin (1841, p. 49) explicava que entre as bibliotecas alemãs era muito comum a escolha por arranjos que definiam "[...] um lugar invariável para cada volume, indicando para isto, sobre sua etiqueta, o armário e prateleira que ele deveria não mais deixar[...]" (CONSTANTIN, 1841, p. 49, tradução nossa)²⁶. Porém, para o autor, estas soluções, que configuravam sistemas de localização fixa, apresentavam o inconveniente de não permitirem intercalações ou o menor deslocamento de um volume sem que fosse necessário modificar a numeração de uma ou várias estantes da biblioteca. Esta afirmação de Constantin explicitava, mais uma vez, sua predileção pelo emprego do método sistemático, portanto, de sistemas de localização relativa para o arranjo dos livros nas estantes. Contudo, dentro das classes a ordenação dos livros se dava de maneira linear e sem a possibilidade de intercalações, já que a ordem de entrada do livro seria o elemento definidor do lugar ocupado por ele dentro do agrupamento a que pertencesse.

Constantin lembrava que, para alguns casos, parcelas da coleção seriam ordenadas em paralelo ao conjunto principal. Segundo o autor, este seria o caso dos livros em formatos extraordinários, aqueles especiais por sua forma de elaboração, raridade ou conteúdo e que demandariam, por isto, cuidados especiais de conservação (CONSTANTIN, 1841, p. 52). Também significativos, para Constantin, seriam os casos das coleções particulares doadas a uma biblioteca sob a condição de ser preservada sua ordem original para que não fossem dispersas entre a coleção principal. Todavia, em certas circunstâncias o autor argumentava que a utilidade pública deveria ter precedência sobre a vontade vã e caprichosa do doador. A

²⁶ "[...] donner une place invariable à chaque volume, en indiquant à cet effet, sur son étiquette, l'armoire et la tablette qu'il ne doit plus quitter[...]" (CONSTANTIN, 1841, p. 49)

manutenção da ordem original poderia, em alguns casos, causar muita lentidão no serviço geral por apartar poucos volumes de seu lugar natural no conjunto da biblioteca (CONSTANTIN, 1841, p. 53).

Por fim, cabe pontuar que para Constantin "no trabalho de colocar os livros sobre as estantes, a primeira regra a seguir é a de não colocar um só volume sem que ele esteja devidamente compilado, catalogado, carimbado, etiquetado, e, se possível, encadernado"²⁷ (CONSTANTIN, 1841, p. 51, tradução nossa). Com esta fala do autor depreende-se que para a organização de uma biblioteca uma série de atividades precisariam ser realizadas e conjugadas entre si e que a colocação sobre as estantes seria a última delas.

3.1.3 Jules Cousin

Bibliotecário na Universidade de Direito de Douai, norte da França, Jules Cousin foi responsável pela elaboração de um novo manual de Biblioteconomia intitulado "*De l'organisation et de la administration des bibliothèques publiques et privées*", publicado no ano de 1882. Após mais de 40 anos sem nenhuma nova publicação, Cousin foi o responsável pela retomada de publicação de manuais já em fins do século XIX (BLASSELLE, 1991, p. 53). Segundo Cousin, seu manual se ocuparia "[...]dos princípios que devem presidir a organização e administração de bibliotecas, públicas e privadas[...]"²⁸ (COUSIN, 1882, p. i, tradução nossa) considerando que "[...]o objetivo da criação de uma biblioteca é de facilitar o trabalho dos estudiosos"²⁹ (COUSIN, 1882, p. ii, tradução nossa). Cousin (1882, p. ii), a exemplo da maior parte dos bibliotecários à época, mantinha o entendimento de que as coleções destinavam-se à disponibilização para usos eruditos e que os processos que incidiam sobre elas deveriam não apenas conferir facilidade às buscas, mas, também, assegurar sua conservação. Por isso, para Cousin, em uma biblioteca

não é necessário apenas uma grande quantidade de livros, é necessário que estes livros sejam dispostos em uma ordem conveniente e metódica; é

²⁷ "Dans le travail du placement des livres sur les rayons, la première règle à suivre est de ne pas y poser un seul volume sans qu'il soit dûment collationné, catalogué, estampillé, étiqueté, et, s'il est possible, relié." (CONSTANTIN, 1841, p. 51)

²⁸ "[...]des principes qui doivent présider à l'organisation et à l'administration des bibliothèques, publiques et privées[...]" (COUSIN, 1882, p. i).

²⁹ "[...] le but de l'établissement d'une bibliothèque est de faciliter le travail des personnes studieuses" (COUSIN, 1882, p. ii).

necessário que seu lugar seja bem marcado, para evitar perda de tempo com buscas longas e frequentemente infrutíferas; é necessário enfim que sua conservação seja assegurada por um serviço regular³⁰ (COUSIN, 1882, p. viii, tradução nossa).

O manual dividia-se basicamente em três partes, a primeira era dedicada aos procedimentos necessários à organização de uma biblioteca, passando por atividades como a aquisição de livros, ordenação (*classement*) e identificação de atributos elegíveis para sua descrição, além de uma caracterização das funções a serem desempenhadas por cada um dos profissionais atuantes na biblioteca. A segunda parte tratava da administração da biblioteca contemplando as ações de conservação e restauração dos livros, assim como das atividades contábeis e das regras de uso da coleção e do espaço da biblioteca. Por fim, na terceira seção estavam anexadas algumas circulares, regulamentos e instruções ministeriais relativas às bibliotecas universitárias, populares e circulantes que haviam orientado a elaboração do próprio manual. Desta maneira, Cousin (1882, p. viii) afirmava que pretendia contemplar, do modo mais simples e claro possível, todos os conhecimentos que pudessem ser úteis a um bibliotecário no desempenho de sua função.

A ordenação dos livros nas estantes era tratada por Cousin na sequência da discussão quanto à escolha do lugar, a disposição das salas e do mobiliário da biblioteca, e das formas de aquisição dos livros. Segundo o autor, embora se tratasse de uma atividade simples, a ordenação desempenhava importante papel no contexto da biblioteca uma vez que ela, associada ao uso do catálogo, permitiria o cumprimento de uma função elementar à biblioteca: encontrar com facilidade o livro de interesse. Para tanto, seria necessário que os livros recebessem números distintos que marcassem seus respectivos lugares nas estantes (COUSIN, 1882, p. 25-26).

Esta escolha justificava-se, conforme o autor, por dois pontos: de um lado a facilidade de se realizar a ordenação e o conseqüente favorecimento da conservação e, de outro, a centralidade dos catálogos como ferramentas de busca. Quanto a este aspecto cabe pontuar que para Cousin a função primordial do catálogo alfabético seria "[...]indicar imediatamente onde está colocado, na biblioteca, o livro do qual se conhece o autor e o título, ou o título

³⁰ "[...]il ne faut pas seulement une grande quantité de livres, il faut aussi que ces livres soient rangés dans un ordre convenable et méthodique ; il faut que leur place soit bien marquée, pour éviter des pertes' de temps par des recherches longues et souvent infructueuses ; il faut enfin que leur conservation soit bien assurée par un service régulier" (COUSIN, 1882, p. viii).

resumido pelo menos"³¹ (COUSIN, 1882, p. 37, tradução nossa). De modo similar, no catálogo sistemático um sistema de classificação bibliográfica permitiria a composição de uma "[...] ordem própria para facilitar as buscas"³² (COUSIN, 1882, p. 51, tradução nossa). Ou seja, as buscas não deveriam ser realizadas diretamente nas estantes e deveriam ser mediadas pelo uso dos catálogos.

No manual de Cousin a ordenação dos livros era considerada primeiramente "[...] sob o ponto de vista material, isto é, sob o ponto de vista da dimensão dos volumes, sem respeito ao assunto de que eles trata[va]m [...]"³³ (COUSIN, 1882, p. 29, tradução nossa). A fim de cumprir com este propósito, os livros deveriam ser divididos por tamanho, contribuindo para a melhor gestão do espaço disponível dentro das estantes. Cousin (1882, p. 30) lembrava que em sua época não era mais possível trabalhar estritamente com formatos, dada a diversidade de dimensões possíveis para uma folha de papel. Assim, o autor recomendava que os livros fossem divididos nas estantes, conforme seu tamanho, em três diferentes agrupamentos: a) os grandes formatos compreenderiam os livros de mais de 35 centímetros; b) os formatos médios abarcariam os livros entre 25 e 35 centímetros e c) os formatos pequenos compreenderiam os livros menores de 25 centímetros. Cousin afirmava:

os volumes serão colocados nas prateleiras seguindo estas proporções de altura e na ordem que dissemos, isto é, aqueles de grande formato (que são em geral os in-folio) nas prateleiras inferiores, aqueles de formato médio (ou in-quarto) nas prateleiras intermediárias, e aqueles de formato pequeno (in-oitavo ou menores) nas prateleiras superiores³⁴ (COUSIN, 1882, p. 30, tradução nossa).

Segundo as instruções do autor, o primeiro atributo para a ordenação dos livros nas estantes deveria ser sua altura e, a partir desta primeira divisão, eles seriam sequencialmente numerados conforme sua ordem de entrada na biblioteca. Porém, como a coleção encontrava-se dividida em três sequências paralelas, a numeração não poderia ser progressiva. Haveria,

³¹ "[...] indiquer immédiatement, où se trouve placé, dans la bibliothèque, tel livre dont on connaît à la fois l'auteur et le titre, le titre sommaire du moins" (COUSIN, 1882, p. 51).

³² "[...] dans un ordre propre à faciliter les recherches" (COUSIN, 1882, p. 51).

³³ "[...] qu'au point de vue matériel, c'est-à-dire au point de vue de la dimension des volumes, sans avoir égard à la matière dont ils traitent [...]" (COUSIN, 1882, p. 29).

³⁴ "Les volumes seront donc placés dans les rayons suivant ces proportions de hauteur et dans l'ordre que nous avons dit, c'est-à-dire ceux de grand format (qui sont en général des in-folio) dans les rayons inférieurs, ceux de moyen format (ou in-4°) dans les rayons intermédiaires, et ceux du petit format (ou in-8° et au-dessous) dans les rayons supérieurs" (COUSIN, 1882, p. 30).

por isto, três intervalos numéricos cuja extensão seria proporcional ao número de livros em cada um deles. Cousin (1882, p. 32-33) sugeria, por exemplo, considerando-se a previsão de crescimento para uma biblioteca que já possuísse entre 15 e 20 mil volumes, que o intervalo numérico de 1 a 4.000 fosse reservado aos in-folio, entre 4.001 e 10.000 fosse destinado aos in-quarto e os in-oitavo ou livros em tamanhos menores recebessem números a partir de 10.001, já que estes seriam os mais numerosos dentro de uma biblioteca. Segundo o autor, esta maneira de proceder era necessária para assegurar que um formato não fosse confundido com os demais, para garantir a conservação aproximando itens semelhantes e para que a coleção se mostrasse de forma agradável aos olhos (COUSIN, 1882, p. 29). Cousin não chegou a mencionar, porém, alternativas para a ordenação quando os intervalos numéricos definidos se esgotassem.

Para Cousin a notação atribuída a cada livro para efeitos de ordenação nas estantes deveria ser feita de modo a compor um sistema de localização fixa que obedecia à divisão por um atributo material conjugado ao método cronológico. O número que assegurava a manutenção da ordem, segundo o autor, deveria ser escrito no canto superior direito da página do título e reproduzido em etiquetas a serem afixadas na lombada do livro. Em caso de livros compostos por vários volumes, cada volume receberia exatamente a mesma numeração, não devendo haver adição de nenhum símbolo para fins de distinção (COUSIN, 1882, p. 36). Cousin chegou a sugerir, em uma nota de rodapé de seu manual, que no primeiro arranjo de uma biblioteca seria "[...] bom não distanciar demasiado livros tratando de um mesmo assunto[...]"³⁵ (COUSIN, 1882, p. 31, tradução nossa), mas logo em seguida ponderava que a ação não teria grande efeito, pois não poderia ser aplicada além da primeira numeração dos livros, já que todos os demais seriam ordenados exclusivamente pela ordem em que chegassem à biblioteca.

O controle sobre a coleção figurava como elemento central na proposta de Cousin e a ordenação deveria servir, ao mesmo tempo, para a disposição organizada dos livros e para efeitos de inventário. Não coincidentemente o número de entrada atribuído aos livros era a base para a composição do registro de entrada-inventário (*registre d'entrée-inventaire*). Estes registros, que configuravam uma espécie de catálogo topográfico da coleção, eram compostos pelo número de entrada, seguido do título abreviado do livro, indicação de edição, lugar e data de impressão, nome do tradutor quando pertinente, número de volumes, especificações da

³⁵ "[...]bon de ne pas trop éloigner les uns des autres des ouvrages traitant d'une même matière[...]" (COUSIN, 1882, p. 31).

encadernação e da data de entrada na biblioteca (COUSIN, 1882, p. 34). Por meio do registro de entrada-inventário seria possível obter uma descrição formal de todos os livros, além de [...]verificar a qualquer instante a situação numérica das riquezas da biblioteca"³⁶ (COUSIN, 1882, p. 29, tradução nossa).

Cabe pontuar que a proposta de Cousin (1882) quanto ao uso dos registros de entrada-inventário, bem como os critérios de divisão para os formatos dos livros e a indicação dos modos de sua codificação são uma combinação abreviada de duas normativas publicadas pelo governo francês: a "*Instruction sommaire du 30 décembre 1876 sur le classement des bibliothèques populaires*" e a "*Circulaire du 1 mai 1878, à propos de la 'Instruction générale relative au service des bibliothèques universitaires'*". Estas normativas estão reproduzidas no apêndice do manual de Cousin e foram, segundo Riché (2009, p. 19), o real aporte empregado para a elaboração de sua proposta. Ainda no prefácio, Cousin justificava a transcrição das normativas e afirmava:

Todos aqueles que, de maneira mais ou menos direta, fazem parte da administração destas várias bibliotecas, encontrarão aqui, reunidos em um pequeno número de páginas, todas as informações que podem ser de útil consulta num momento ou outro. Ao mesmo tempo, os aspirantes à função de bibliotecário terão igualmente à mão uma espécie de *código manual*, que lhes permitirá iniciar-se gradualmente no conhecimento dos regulamentos, que eles serão convocados a aplicar mais tarde³⁷ (COUSIN, 1882, p. x, tradução nossa).

A iniciativa de Cousin parecia, portanto, direcionada no sentido de retransmitir e explicitar para contextos mais expandidos, normativas que, emanadas do governo, tinham por objetivo uniformizar as práticas realizadas sobre o território francês. Numa espécie de abordagem pedagógica o autor buscava, ao mesmo tempo, que seu manual fosse uma fonte de consulta para aqueles que já se encontravam inseridos nos contextos de biblioteca e um guia para aqueles que se iniciavam nos conhecimentos fundamentais do ofício de bibliotecário.

³⁶ "[...]permettant de vérifier à chaque instant la situation numérique des richesses de la bibliothèque" (COUSIN, 1882, p. 29).

³⁷ "Tous ceux qui, d'une manière plus ou moins directe, ont part à l'administration de ces diverses bibliothèques, trouveront ainsi, réunis dans un petit nombre de pages, tous les renseignements qu'il peut leur être utile de consulter de temps à autre. En même temps, les aspirants aux fonctions de bibliothécaire auront également sous la main une sorte de *code manuel*, qui leur permettra de s'initier peu à peu à la connaissance des règlements, qu'ils seront appelés à appliquer plus tard" (COUSIN, 1882, p. x).

3.1.4 Léopold Delisle

Administrador geral da BNF entre os anos de 1874 e 1885, Léopold Delisle foi também historiador e um prolífico escritor cuja produção abarcava temas que compreendiam desde História Medieval até a elaboração de repertórios bibliográficos, englobando a produção de catálogos, a discussão sobre livros, a imprensa e as bibliotecas. Em 1890, Delisle publicou um pequeno livro, “*Instructions élémentaires pour la mise et maintien en ordre des livres d'une bibliothèque*” que, logrando significativo sucesso, teve sua quarta edição publicada, em Paris, no ano de 1910.

O manual de Delisle, embora não tenha sido intitulado sob esta designação, caracterizava-se como uma espécie de misto entre um texto normativo e didático. Isto porque o autor dedicava-se exclusivamente à descrição de instruções referentes à ordenação dos livros nas estantes e à elaboração de catálogos que, acompanhadas de inúmeros exemplos ao longo do texto, faziam-no um instrumento bastante prático. Delisle não recorria a digressões históricas nem aspectos mais gerais relativos às bibliotecas, como a definição de local, escolha de mobiliário e a administração de recursos e pessoal, típicos de manuais da primeira metade do século.

Em seu texto a ordenação de livros nas estantes (*classement*) foi minuciosamente explicada em cada uma de suas etapas e trabalhada com uma terminologia própria. Segundo o autor, era imprescindível que a cada livro fosse associada “[...]uma cota ou um número que fornece[sse] uma maneira de encontrá-lo na prateleira e colocá-lo novamente sem hesitação”³⁸ (DELISLE, 1910, p. 5, tradução nossa). Além disso, não deveria haver volume sem cota (*cote*) e “[...]uma mesma cota não se aplica[ria] jamais a dois volumes diferentes”³⁹ (DELISLE, 1910, p. 6, tradução nossa). Para isto, era necessário cotar o livro, ato que consistia na inscrição da cota “[...] sobre a contracapa do volume e em seu interior[...]”⁴⁰ (DELISLE, 1910, p. 6, tradução nossa). Assim, segundo Delisle (1910), a cota seria a marca de individualização do livro em uma coleção e a atribuição desta marca ao livro consistia na atividade de cotar (*coter*).

³⁸ “[...]une cote ou un numéro qui fournisse le moyen de le trouver sur les rayons et de le remettre en place sans la moindre hésitation” (DELISLE, 1910, p. 5).

³⁹ “[...]la même cote ne s'applique jamais à deux volumes différents” (DELISLE, 1910, p. 6).

⁴⁰ “[...]sur le dos du volume et à l'intérieur[...]” (DELISLE, 1910, p. 6).

Antes de atribuir a cota aos livros, Delisle (1910, p. 7) afirmava ser preferível reparti-los conforme certo número de divisões, seguindo a diversidade de assuntos, de modo a agrupar livros que contemplassem um mesmo assunto. A estrutura de classes que seria empregada para fazer esta divisão dos livros era denominada pelo autor de quadro de ordenação (*cadre de classement*) e poderia ser modificada em função das características de cada coleção. Delisle apresentava uma relação de 22 classes principais, representadas por letras maiúsculas do alfabeto em sequência A-V, como referência na composição dos quadros de ordenação. O autor afirmava ser possível, "[...]nas divisões muito extensas, criar subdivisões, entre as quais serão repartidas, seguindo sua especialidade, as diferentes obras da divisão"⁴¹ (DELISLE, 1910, p. 8, tradução nossa). Nestes casos, bastaria acrescentar à letra maiúscula uma letra minúscula que indicasse tratar-se de uma subdivisão da classe principal, por exemplo, a classe E poderia ser dividida em Ea, Eb, Ec...

Após a definição da classe ou subclasse que seria atribuída ao livro, divisão e subdivisão conforme as palavras de Delisle (1910, p.15-16), seria necessário separá-los em quatro grupos distintos definidos em função de seu tamanho: 1) livros maiores de 52 centímetros, usualmente atlas; 2) livros entre 31-52 centímetros, ou in-folios; 3) livros entre 25 e 31 centímetros, ou in-quartos, e, por fim, 4) livros menores de 25 centímetros, ou in-oitavos. Seguindo-se esta nova divisão, o autor afirmava ser possível dispor os livros, dentro das classes e conforme seu tamanho, de duas formas: "[...] seguindo a ordem alfabética dos sobrenomes dos autores ou das primeiras palavras do título quando a obra é anônima"⁴² (DELISLE, 1910, p.16, tradução nossa) ou seguindo a "[...]ordem cronológica dos eventos a qual a narrativa dos livros é dedicada"⁴³ (DELISLE, 1910, p.16, tradução nossa). Pode-se dizer que a proposta de Delisle estava baseada na escolha de atributos temáticos dos livros para a definição do arranjo primário, sendo seguidos pelo tamanho como elemento de nova separação e, por fim, sua disposição alfabética ou cronológica dentro de cada um dos agrupamentos classe-tamanho.

A notação classificatória dos livros seria retirada do quadro de ordenação e para a composição da cota seria necessário, ainda, acrescentar uma nova notação que, dentro das classes, pudesse individualizar cada um destes livros com base nos demais atributos

⁴¹ "[...]dans les divisions trop considérables, établir des subdivisions, entre lesquelles on répartira, suivant leur spécialité, les différents ouvrages de la division" (DELISLE, 1910, p. 8).

⁴² "[...]suivant l'ordre alphabétique des noms d'auteurs ou des premiers mots du titre quand l'ouvrage est anonyme" (DELISLE, 1910, p.16).

⁴³ "[...]l'ordre chronologique des événements au récit desquels les livres sont consacrés" (DELISLE, 1910, p.16).

escolhidos. A solução proposta por Delisle seria definir uma sequência numérica para cada classe da estrutura e dividi-la em quatro intervalos numéricos, correspondentes aos quatro tamanhos estabelecidos para os livros, que seriam utilizados conforme sua ordem de entrada em cada classe. Cada intervalo conteria um número definido de livros, como no exemplo dado pelo próprio autor para a classe Qf. "História de famílias e indivíduos (Genealogias e biografias)"⁴⁴ (DELISLE, 1910, p. 9 tradução nossa): Qf. 1-10 aos atlas, Qf. 11-80 aos in-folio, Qf. 81-200 aos in-quarto, Qf. 201-1000 aos in-octavo e livros de formato inferior.

Caso o número de livros viesse a ultrapassar o intervalo definido para certo formato, um novo intervalo, subsequente ao último número definido para os intervalos inicialmente fixados, deveria ser proposto (DELISLE, 1910, p. 18). Esta recomendação de Delisle (1910) fazia com que dentro de cada tamanho em uma dada classe não houvesse uma única sequência linear para as cotas e que o número atribuído ao último livro dentro de uma mesma classe não correspondesse, necessariamente, à quantidade de itens que ela abarcava.

O recurso de separar parcelas da coleção era apresentado por Delisle (1910) como alternativa em algumas situações, como, por exemplo: 1) no caso de haver livros raros ou com valor excepcional que para os quais fosse interessante criar uma reserva; 2) quando houvesse interesse em formar certos conjuntos para facilitação de uso, como todos os tipos de publicação relacionados a uma mesma localidade ou de dispor em livre acesso na sala de leitura os livros mais frequentemente consultados; 3) quando o tamanho demandasse condições especiais de armazenamento, como no caso de mapas e gravuras em função de seus tamanhos extraordinários. Cada uma destas situações iria demandar, conforme descrição de Delisle (1910, p. 9-10, 13-14), a elaboração de códigos específicos pois estas situações não estavam originalmente previstas no quadro de ordenação. Assim, seguindo a lógica adotada para a coleção geral, o autor recomendava a criação de cotas que indicassem o pertencimento do item a um agrupamento especial (*Res.* para *Reserva*, letras maiúsculas duplicadas, AA, BB, para formatos extraordinários) seguido de um número inteiro que indicasse a quantidade de itens dentro de cada agrupamento (*Res.1*, *Res.2*, AA1, AA2...). Para os livros que fossem retirados da coleção geral em função de sua frequência de uso, o autor afirmava que suas "[...]cotas pode[ria]m coexistir com as cotas atribuídas aos volumes na ordenação geral da

⁴⁴ "Histoire des familles et des individus (Généalogies et biographies)" (DELISLE, 1910, p. 9).

biblioteca[...]”⁴⁵ (DELISLE, 1910, p. 13, tradução nossa), bastando, para isso, escrevê-las, entre parênteses e apenas em sequência de números inteiros, acima das cotas originais.

O manual de Delisle (1910, p. 14), embora tenha privilegiado a ordenação de livros nas estantes, contemplou outras tipologias documentais, como manuscritos, incunábulo, mapas e gravuras que, segundo o autor, deveriam seguir a mesma lógica de arranjo principal, mas ordenados em seções separadas. Delisle (1910) também apresentava recomendações quanto aos modos de se fazer a cotação para livros em vários volumes e ao tratamento de duplicatas. No caso de livros em vários volumes, o autor ponderava que a abordagem poderia se dar de duas formas: trabalhados como um conjunto ou individualmente. Optando-se por cotá-los individualmente, seriam atribuídas quantas cotas fossem os volumes (A.38.-42., para um livro em 5 volumes), optando-se por trabalhá-los em conjunto uma única cota seria diferenciada por uma notação adicional que indicaria o número do volume em questão (A.38¹, A.38², A.38³) (DELISLE, 1910, p. 17). Este último recurso poderia ser empregado, também, para aproximar livros em muitos volumes que tivessem adentrado na coleção em momentos diferentes: os novos volumes receberiam a cota do primeiro volume acrescida de alguma notação adicional que indicasse sua continuidade. No caso das duplicatas, caso o livro pertencesse à coleção reserva, o outro item poderia ser colocado na coleção geral sem maiores cuidados, pois, caso ambos pertencessem à coleção geral, à cota deveria ser acrescida a palavra *Duplo* (*Double*) (DELISLE, 1910, p. 20).

Em artigo que buscava analisar as bibliotecas públicas dos Estados Unidos em fins do século XIX, Delisle (1896) discutia o emprego da CDD para fins de ordenação dos livros nas estantes, apresentando grandes ressalvas quanto à introdução deste sistema nas bibliotecas francesas. Para Delisle, embora houvesse interesse de seguir, em vários aspectos, os exemplos dados por estas bibliotecas estadunidenses, “[...]seria perigoso querer aplicar aqui [na França], para a ordenação de livros, todas as teorias que deram bons resultados em instituições recém-criadas a partir do zero, e que consistem principalmente de publicações modernas”⁴⁶ (DELISLE, 1896, p. 156, tradução nossa). Segundo o autor, um destes perigos era representado pela adoção da CDD que, em função de seu forte vínculo com o país de origem,

⁴⁵ “[...]cotes peuvent coexister avec les cotes assignées aux volumes dans le classement général de la bibliothèque[...]” (DELISLE, 1910, p. 13).

⁴⁶ “[...]il serait dangereux de vouloir appliquer chez nous, au classement des livres, toutes les théories qui ont donné de bons résultats dans des établissements récemment créés de toutes pièces, et consistant principalement en publications modernes” (DELISLE, 1896, p. 156).

estava longe de abarcar a diversidade e a antiguidade das coleções europeias (DELISLE, 1896, p. 161, 163), sendo, portanto, pouco adequada.

Delisle explicava, também, que a composição da cota para a determinação do lugar de cada volume conforme a CDD, resultava em números muito extensos, pois formados pela "[...]juxtaposição de uma cota de ordenação metódica indicando a categoria a qual o livro pertence, e de uma segunda cota indicando a disposição do livro dentro desta categoria"⁴⁷ (DELISLE, 1896, p. 168, tradução nossa). Para disposição dos livros dentro de cada categoria seria possível empregar: a ordem cronológica a partir do ano de publicação ou da ordem de entrada dos livros, ou a ordem alfabética a partir de nomes geográficos ou de sobrenomes dos autores. Delisle (1896, p. 160) argumentava que para a ordem alfabética de autoria era possível aplicar a tabela desenvolvida por Cutter, mas caso houvesse interesse em utilizar este recurso em bibliotecas da França, seria necessário desenvolver uma tabela própria que levasse em conta os sobrenomes típicos franceses, não aqueles de origem anglo-americana como expressava a tabela de Cutter. Segundo Delisle, a cota demasiado extensa exigida pela estrutura decimal da CDD desfavorecia seu uso, dado que mesmo em bibliotecas pequenas seria necessário empregar cotas de seis, sete ou oito dígitos e que favoreceriam o erro de composição por parte dos profissionais (DELISLE, 1896, p. 170).

Delisle (1896, p. 162) não se colocava contrário ao uso de sistemas de classificação bibliográfica para fins de ordenação dos documentos nas estantes, mas ressaltava que uma solução como a CDD, concebida exteriormente e para uma coleção de características distintas, porque muito recente, não poderia ser implementada entre as bibliotecas francesas sem um cuidadoso exame que avaliasse se seus benefícios se sobrepunham às suas falhas.

3.1.5 Albert Maire

Nicolas-Albert Maire, que desenvolveu sua carreira de bibliotecário especialmente na Sorbonne entre os anos de 1888 e 1918, publicou, em Paris, no ano de 1896, um manual destinado

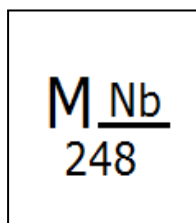
aos jovens em bibliografia, aos zelosos que têm mais ardor do que prática, também aos profissionais desejosos de encontrar reunidas e ordenadas as regras e as leis que regem a organização e a boa prática de uma biblioteca.

⁴⁷ "[...]juxtaposition d'une cote de classement méthodique indiquant la catégorie à laquelle le livre appartient, et d'une seconde cote indiquant le rang du livre dans cette catégorie" (DELISLE, 1896, p. 168).

Enfim os amadores interessados em ordenar suas riquezas pessoais, a fim de consultá-las e de conservá-las com mais fruto, encontrarão neste manual notas e conselhos que poderão lhes ser preciosos⁴⁸ (MAIRE, 1896, p. viii, tradução nossa).

Maire (1896) expressava, no corpo e no título de seu texto, a vontade de que seu manual se destinasse a diversos gêneros de bibliotecas, como as "*bibliothèques publiques, bibliothèques universitaires, bibliothèques privées*". Suas fontes variadas e os agradecimentos destinados a profissionais que atuavam em instituições diversas refletiam a preocupação do autor quanto ao conhecimento de diversos modelos. Maire dividiu seu manual em oito capítulos nos quais eram tratados temas como: a escolha de local e mobiliário para uma biblioteca; a aquisição, a ordenação dos livros e os sistemas de classificação; os serviços internos necessários ao funcionamento da instituição e a gestão dos recursos financeiros.

O autor iniciava o quinto capítulo, exclusivamente dedicado à apresentação de soluções para a ordenação dos livros nas estantes (*classement*), afirmando que, há não muito tempo, inexistiam métodos gerais de ordenação, o que favorecia a orientação dos bibliotecários exclusivamente por seu gosto pessoal ou apenas pelas tendências em voga no momento (MAIRE, 1896, p. 107). Todavia, ainda segundo o autor, em fins do século XIX, no contexto francês, passaram a predominar os arranjos baseados na divisão de "[...]cada série e seção científica em várias partes, estas partes atendendo aos formatos dos livros e por isso à sua altura"⁴⁹ (MAIRE, 1896, p. 107, tradução nossa) seguido de um número inteiro que definia a posição do livro na prateleira. A partir do exemplo de uma cota (*cote*) decomposta em todas as suas partes, Maire (1896, p. 108) explicava o quão complicado era transpor a lógica sistemática para efeito de ordenação dos livros nas estantes. O autor explicitava, a partir de um exemplo, que para uma etiqueta encontrada na lombada de um livro, teríamos (MAIRE, 1896, p. 108):



M	Ciências
N	Ciências Naturais
b	Botânica
248	Número do livro sobre a prateleira

⁴⁸ "[...]aux jeunes en bibliographie, aux zélés qui ont plus d'ardeur que de pratique, aussi aux praticiens curieux de trouver réunies et ordonnées les règles et les lois qui régissent l'organisation et la bonne tenue d'une bibliothèque. Enfin les amateurs soucieux de classer leurs richesses personnelles, afin de les consulter et de les conserver avec plus de fruit, trouveront dans ce manuel des notes et des conseils qui pourront leur être précieux" (MAIRE, 1896, p. viii).

⁴⁹ "[...]chaque série et section scientifique en plusieurs parties, ces parties répondent aux formats des livres et par ce fait à leur hauteur" (MAIRE, 1896, p. 107).

Similarmente à proposta trabalhada por Delisle, tratava-se de uma notação que buscava reproduzir uma estrutura sistemática de três níveis hierárquicos, acrescida de um número que deveria indicar, concomitantemente, o formato do livro e sua ordem dentro da prateleira em que seria depositado. Mas Maire (1896, p. 108) opunha-se a esta forma de codificação justificando sua objeção em função da extensão da cota atribuída aos documentos, que além de exigir um grande esforço de memória para ser lembrada, nem sempre conseguia relacionar mnemonicamente a notação sistemática do código à denominação da classe científica do livro. Ainda segundo o autor, a necessidade de deixar espaços vazios entre as classes e subclasses para incorporação de novos livros e a impossibilidade de classificar adequadamente um livro composto de diversas obras com temáticas diferentes entre si, mas ocupando um mesmo volume, obrigaria a criação de classes como 'micelânea ou diversos', o que tornaria o sistema como um todo ilógico.

Feitas estas ressalvas, Maire (1896, p. 109) descrevia o sistema utilizado na Biblioteca Imperial de São Petersburgo, na Rússia, que configurava um sistema de localização fixa na qual os livros eram codificados conforme o lugar que ocupavam na sala, estante e prateleira da biblioteca, sendo agrupados conforme seu formato. Um livro com o código *F IV 8/17* estaria depositado na sexta sala, quarta estante, sendo o décimo sétimo livro nas prateleiras dedicadas ao in-oitavo. Embora mais aconselhável do que o sistema anterior por ser mais simples quanto ao posicionamento dos livros sobre as prateleiras, para o autor, ele mantinha o equívoco do emprego de um código extenso.

No último sistema apresentado por Maire (1896, p. 11), que já havia sido preconizado pela "*Instruction générale du 4 mai 1878*" e indicado por Cousin (1882), a ordenação era descrita como a combinação da ordem de entrada dos livros na biblioteca e sua divisão em três tamanhos distintos. Neste sistema, como preferia o autor, os livros eram apenas numerados em três intervalos numéricos correspondentes ao seu tamanho e, com isto, o código tornava-se bastante simples, já que compostos exclusivamente por números inteiros em sequência. Para que não fossem rapidamente esgotados em função do crescimento da biblioteca, os intervalos numéricos deveriam ser bastante extensos.

A única menção à ordenação de uma tipologia distinta do livro por Maire (1896, p. 111) se fez para os periódicos, também de acordo com a instrução de 1878. O autor recomendava que o sistema adotado para os livros deveria ser replicado, mas antecedido pela letra *P* (*Provisoire* - Provisório) para indicar que se tratava de um arranjo temporário por ser necessário esperar o fim da publicação para que os periódicos fossem incorporados à coleção principal. Além da instrução de 1878, Maire (1896) mencionou o manual de Delisle (1890)

como referência orientadora para ordenação dos livros nas estantes, o que não permitia mais aos bibliotecários alegar qualquer desconhecimento.

Cabe ainda destacar que Maire (1896) elencou, apresentou e avaliou diferentes sistemas de classificação bibliográfica, mas orientou esta discussão como matéria pertinente à elaboração de catálogos e bibliografias. Para o autor, tentar reproduzir uma ordem sistemática nas prateleiras consistiria num equívoco, sendo mais adequados os sistemas de localização fixa, "[...]seguindo uma ordem numérica à medida da entrada do livro na biblioteca, independentemente de seu assunto e de seu conteúdo"⁵⁰ (MAIRE, 1896, p. 111, tradução nossa), já que sua principal função seria o armazenamento das coleções.

3.1.6 Albert Cim

Embora tenha publicado três diferentes livros, em Paris, na primeira década do século XIX, que versavam sobre os conhecimentos necessários aos amantes dos livros e aos bibliotecários, Cim (1902, 1907, 1908) não chegou a elaborar uma reflexão cumulativa sobre as temáticas relacionadas ao ofício de bibliotecário de um livro para outro. O conteúdo dos livros manteve-se praticamente inalterado desde a publicação do primeiro deles, em 1902, intitulado "*Une bibliothèque: l'art d'acheter les livres de les classer, de les conserver et de s'en servir*". Esta observação se aplica especialmente à discussão relativa à ordenação dos livros que, sendo apresentada em 1902, foi reproduzida em "*Le livre: historique, fabrication, achat, classement, usage et entretien*", de 1907, e apenas resumida em "*Petit manuel de l'amateur de livres*", de 1908.

Cim (1902, 1907, 1908) iniciava seus textos a partir da discussão de uma série de elementos materiais concernentes à produção dos livros, como papel, formato, impressão e encadernação, e na sequência apresentava aspectos ligados à gestão de coleções no contexto de bibliotecas, conferindo especial destaque aos processos de aquisição de novos livros, conservação e ordenação das coleções, bem como a elaboração de diferentes tipos de catálogos. Os livros escritos pelo autor apresentavam viés didático e, apesar das minúcias de cada uma das atividades e os meios de operacionalizá-las não terem sido explorados, o caráter geral das explicações desenvolvidas conferia clareza à abordagem geral proposta. Cim (1902, 1907, 1908) fez menção, em alguns momentos de seus textos, aos manuais dos franceses

⁵⁰ "[...]suivant un ordre numérique au fur et à mesure de l'entrée du livre à la bibliothèque, abstraction faite de sa matière et de son contenu" (MAIRE, 1896, p. 111).

Léopold Delisle (1895) e Albert Maire (1896), além do manual de Biblioteconomia do alemão Arnim Graesel (1897), que havia sido traduzido para o francês e alcançado ampla disseminação entre os bibliotecários deste país em fins do século XIX.

A ordenação nas estantes (*classement*) era discutida por Cim (1902, 1908) na sequência das questões concernentes à formatação do local e à escolha do mobiliário necessários à estruturação de uma biblioteca. Antes de partir para quaisquer explicações sobre a atividade, o autor reportava-se às afirmações de Naúde (1627) para reiterar que "[...]uma coleção de livros em desordem não merece[ria] o nome de biblioteca[...]"⁵¹ (CIM, 1902, p. 193-194, tradução nossa). A reprodução da fala de Naudé (1627) por Cim (1902) explicitava a compreensão por parte do autor de que a ordenação nas estantes era fundamental para a configuração de uma biblioteca e, por isso, atividade indispensável ao exercício do ofício de bibliotecário.

Cim (1902, 1907, 1908) pontuava que os livros poderiam ser ordenados nas estantes segundo a ordem alfabética dos sobrenomes dos autores, seguindo sua divisão por tamanho. Do mesmo modo, dispendo dos registros de entrada dos livros na biblioteca, divididos conforme seu tamanho, seria possível arranjá-los na estante apenas com base em sua ordem de registro (*ordre d'inscription*). Assim, num primeiro momento, Cim defendia o emprego dos métodos alfabético e cronológico como base para a composição dos arranjos, mas conjugava-os com a divisão dos livros por tamanho por acreditar que "[...]a simétrica regularidade desta disposição favorecer[i]a a visão e produzir[i]a o melhor efeito"⁵² (CIM, 1908, p. 214, tradução nossa). Contudo, o autor ponderava que a ordem de registro era pouco prática para bibliotecas particulares ou modestas, já que exigiria para cada busca, a consulta do número de inscrição no catálogo e sua afixação no próprio livro, mas que não seria contraproducente para as bibliotecas públicas que, por terem coleções mais volumosas, demandavam maior controle (CIM, 1902, p. 211).

Cim recomendava, também, para os casos em que fosse necessário "[...]ordenar em conjunto todos os volumes tratando de um mesmo assunto[...]"⁵³ (CIM, 1902, p. 216, tradução nossa), separá-los inicialmente conforme o formato, agrupá-los nas prateleiras segundo o assunto de que tratassem e, dentro destes agrupamentos, proceder sua disposição conforme ordem alfabética de sobrenome dos autores. Cim denominava este sistema de ordenação

⁵¹ "[...]une collection de livres en désordre ne mérite pas le non de bibliothèques[...]" (CIM, 1902, p. 193-194).

⁵² "[...]la symétrique régularité de cette disposition plaira d'emblée à la vue et produira le meilleur effet" (CIM, 1908, p. 214).

⁵³ "[...]classer ensemble tous vos volumes traitant de la même matière[...]" (CIM, 1902, p. 216).

vertical (*classement vertical*), já que todos os livros sobre um mesmo assunto, e em diferentes formatos, estariam reunidos verticalmente em uma estante. De acordo com este sistema, acima dos folios abarcados por determinada classe, estariam os in-quarto desta mesma classe, acima destes, os in-oitavo, e assim sucessivamente, seguindo-se o número de divisões por formato previsto para a coleção.

Apesar de considerar igualmente relevante dispor os livros sistematicamente sobre as estantes, Cim (1902, 1907, 1908) não apontava predileção por nenhum sistema de classificação bibliográfica e tampouco explicitava como se daria a gestão de um arranjo sustentado por tais sistemas. O autor referiu-se à CDD dentre outros sistemas de classificação, mas advertiu tratar-se de sistema conhecido na Europa apenas a partir da década de 1890 e, dada sua utilização recente, ainda pouco confiável (CIM, 1908).

De fato, assim como para os demais métodos explorados, o autor não mencionava a necessidade de atribuir um código aos livros e, conseqüentemente, não explicitava como a marca do documento seria feita em função do método escolhido. Tratava-se de oferecer alternativas quanto a possíveis arranjos, mas não exatamente de explicar como viabilizar estes arranjos explorando sua dimensão procedimental, como ele faria para a elaboração dos catálogos alfabético e sistemático, explorando tanto minúcias de alfabetação e classificação, quanto adentrando nos modos se produzir as fichas.

Cim (1908, p. 215) pontuava, ainda, que outros métodos de ordenação poderiam ser aplicados exclusivamente nas bibliotecas particulares, pois elas não precisariam seguir os rigorosos métodos que deveriam reger um estabelecimento público. Deste modo, considerando os usos previstos e o tamanho da coleção como elementos intervenientes na escolha dos arranjos, Cim admitia, para as bibliotecas particulares, o emprego de métodos menos elaborados, como apenas dispor os livros de encadernação mais bonita à frente daqueles que possuíam encadernações mais feias, ou deixar à mão os livros de leitura ou consulta mais frequente (CIM, 1908, p. 215).

Bastante econômico em suas explicações sobre a ordenação nas estantes, Cim (1902, 1907, 1908) contemplou o emprego dos três métodos, cronológico, alfabético e sistemático, como elementos primários para a elaboração dos arranjos, mas não se aprofundou quanto a seus limites ou potencialidades, nem explorou seu emprego combinado. Outro ponto de destaque nos trabalhos do autor refere-se à exclusividade no trato com a tipologia documental livro, inexistindo quaisquer menções a outras tipologias trabalhadas, inclusive, nos manuais citados ao longo de seu próprio texto.

3.1.7 Eugène Morel

A vasta gama de atividades desenvolvidas por Eugène Morel ao longo de sua carreira como bibliotecário fez dele uma das principais personalidades envolvidas com a biblioteconomia nas primeiras décadas do século XX e uma importante referência quando se considera o movimento de fortalecimento das bibliotecas públicas francesas. Dentre as diversas frentes de atuação de Morel, pode-se apontar ainda: seu trabalho como bibliotecário na BNF com destaque para sua influência na redefinição da missão desta instituição; sua preocupação e o desenvolvimento de ações direcionadas no sentido de aprimorar a formação profissional de bibliotecários; seu pioneirismo na utilização da CDD como instrumento de ordenação de documentos em solo francês, na biblioteca Levallois-Perret, no ano de 1911, e sua participação na fundação da *ABF*, da qual foi presidente em 1919.

Também diversificadas foram as temáticas associadas à Biblioteconomia e por ele trabalhadas nos dois livros que publicou, segundo Ducolomb (2012), a serviço da causa das bibliotecas modernas: “*Bibliothèques*” (1908) e “*La Librairie public*” (1910). Nestes livros, além de explicitar uma feroz crítica às bibliotecas francesas da virada do século XIX, Morel ressaltava o ideal de modernidade que ele desejava tanto para as bibliotecas, quanto para a formação dos bibliotecários. Tal ideal estava sustentado numa contestação aos princípios conservacionistas e de uso restrito das bibliotecas, e à formação erudita, já considerada insuficiente, oferecida pela *École de Chartes* (DUCOLOMB, 2010). O próprio Morel afirmava:

Veja como os livros cujas coleções formavam o que antigamente chamava-se biblioteca, espécie de reserva de conhecimento, testemunhos de tempos passados, abertos apenas a um pequeno público de historiadores, pouco aumentado por alguns estudantes fazendo economia de seus manuais e de mesada, [...]os livros, eu digo, transformaram-se, depois de menos de meio século, numa necessidade da vida cotidiana, uma instituição à qual a palavra biblioteca, usada para outros fins, não pode mais convir, e cujo papel é triplo: informar, ensinar e entreter⁵⁴ (MOREL, 1910, p. 3, tradução nossa).

⁵⁴ "Voilà comment les livres dont les collections formaient jadis ce que l'on a nommé des bibliothèques, sortes de réserves de savoir, témoins des âges passés, ouvertes seulement à un rare public d'historiens, à peine grossi de quelques étudiants faisant l'économie de leurs manuels et de quelques retraités, [...]les livres, dis je, sont devenus, depuis moins d'un demi-siècle, une nécessité de la vie ordinaire, une institution auquel le mot de bibliothèque, usé à d'autres fins, ne peut plus convenir, et dont le rôle est triple: renseigner, enseigner, distraire" (MOREL, 1910, p. 3).

Morel propôs o termo *librairie publique*, diretamente inspirado pelo *public library* da língua inglesa, em detrimento de *bibliothèque*. O termo não se consolidou, mas deu corpo à ideia de que esta instituição deveria estar a serviço do público, respondendo às necessidades de uma sociedade democrática. Em função disso, para o autor, os papéis de informar, ensinar e entreter eram inseparáveis no âmbito das bibliotecas. A fim de informar, a biblioteca deveria ser uma espécie de escritório público de informações gerais; a fim de ensinar, a biblioteca deveria fomentar o aprendizado para que os leitores pudessem pesquisar por eles mesmos, recorrer e se servir dos livros; e, por fim, para entreter, a biblioteca deveria ser um local de distração moralmente instrutiva (MOREL, 1910, p. 3).

Para viabilizar esta mudança nas bibliotecas francesas, o perfil de formação do bibliotecário também precisava ser modificado, pois "não se trata[va] de conservar os livros, mas de lê-los"⁵⁵ (MOREL, 1910, p. 4). De fato, tratava-se de desenvolver ações a fim de permitir que o público pudesse lê-los. Segundo Morel

E[ra] necessário excitar constantemente o público, fornecer a ele informações de todo tipo, pesquisar para ele, não nos insípidos catálogos, mas no lugar, os volumes ou documentos mais úteis, seguir a atualidade, esboçar a cada momento o estado das fontes da biblioteca sobre os assuntos mais diversos: uma guerra, as tarifas aduaneiras, uma lei social, uma nova invenção[...]”⁵⁶ (MOREL, 1910, p. 288, tradução nossa).

A admiração de Morel pelo modelo de bibliotecas públicas anglo-americano deu relevo à imagem de um bibliotecário a serviço dos leitores e, mais do que isto, retomando os três papéis primordiais definidos para as bibliotecas, pois conforme afirma Ducolomb (2010, p. 36), o objetivo de Morel era fomentar a autonomia do público, de modo que ele se tornasse hábil em procurar diretamente a informação de que necessitasse. Com Morel, endossa Simon (2012, p. 32), a biblioteca operou uma recentralização em direção a seu público e, conseqüentemente, buscava-se promover o aprimoramento da acolhida e dos serviços por meio da expansão de suas horas de funcionamento e da permissão aos empréstimos gratuitos.

Além dos aspectos concernentes à gestão institucional, em “*Bibliothèques*”, Morel (1908) prescrevia as atividades que deveriam ser desenvolvidas a fim de viabilizar a gestão das coleções para atendimento ao público. Para o autor, a primeira medida deveria ser o

⁵⁵ "Il ne s'agit pas ici de conserver des livres, mais d'en lire" (MOREL, 1910, p. 4).

⁵⁶ "Il faut exciter sans cesse le public, le fournir de renseignements de toute sorte, chercher pour lui, non dans d'insipides catalogues, mais en place, les volumes ou documents les plus utiles, suivre l'actualité, dresser à chaque moment l'état des ressources de la librairie sur les sujets les plus divers : une guerre, des tarifs douaniers, une loi sociale, une invention nouvelle[...]" (MOREL, 1910, p. 288).

desbastamento das coleções, já que o cuidado exacerbado com a conservação teria levado a uma série de acumulações injustificáveis (MOREL, 1908, p. 126). Na sequência, Morel enunciava os princípios de aquisição que deveriam ser adotados a fim de garantir a adequada expansão da coleção e que eram seguidos de reflexões dedicadas à construção dos catálogos e à escolha dos arranjos para ordenação.

A discussão de Morel (1908) acerca da ordenação era principiada por uma distinção quanto à possibilidade dela ser realizada em dois âmbitos distintos: nos catálogos, com a ordenação das fichas (*classement des fiches*), e nas estantes, com a ordenação dos livros (*classement des livres*). Segundo o autor, em várias bibliotecas francesas, sob o imperativo do arranjo baseado exclusivamente na ordem de entrada dos livros, portanto, em sistemas de localização fixa, muitos bibliotecários passaram a acreditar que o catálogo dispensaria o emprego de outros métodos para a ordenação dos livros nas estantes. Morel afirmava que tal escolha implicava o estabelecimento de bibliotecas de fichas, mas não em bibliotecas de livros e havia sido concebida "[...]na cabeça dos piores inimigos da leitura"⁵⁷ (MOREL, 1908, p. 228, tradução nossa), haja vista que as duas formas de ordenação não eram equivalentes e tampouco substitutivas, mas complementares. Para o autor, "a melhor ordem vem logo quando a ordem não vem do alto"⁵⁸ (MOREL, 1908, p. 227, tradução nossa), sendo ideal "[...]deixar cada biblioteca encontrar ela mesma sua própria ordenação[...]"⁵⁹ (MOREL, 1908, p. 227, tradução nossa) e não exigir que todas elas seguissem uma ordenação parecida.

Morel analisava a ordenação dos livros nas estantes ao mesmo tempo em que discorria sobre as especificidades da ordenação das fichas nos catálogos, o que nem sempre tornava sua abordagem muito clara quanto às limitações e distinções próprias a cada uma delas. O autor principiava a discussão ressaltando a diferença entre uma ordenação dos livros em coleções amadoras e aquelas próprias da biblioteca. Segundo Morel (1908, p. 237), o amor aos livros, sua beleza ou a comodidade do uso poderiam ser os únicos critérios empregados para fins de sua ordenação em coleções particulares: os livros mais adorados, bonitos ou de uso frequente estariam à frente dos demais pertencentes à coleção e isto bastava a seu proprietário. Todavia, este não era o caso das bibliotecas públicas, já que estas precisavam ordenar as coleções de modo compatível com a realidade e com o favorecimento de seu uso pelo público. Com base nestas discriminações Morel (1908, p. 237) dividia diferentes atributos em três grupos.

⁵⁷ "[...]dans la tête des pires ennemis de la lecture" (MOREL, 1908, p. 228).

⁵⁸ "Le meilleur ordre vient vite quand l'ordre ne vient pas d'en haut" (MOREL, 1908, p. 227).

⁵⁹ "[...]laisser chaque bibliothèque trouver elle-même son classement[...]" (MOREL, 1908, p. 227).

O primeiro deles era denominado pelo autor de ordenação necessária e estabelecia três atributos a partir dos quais toda coleção, em qualquer biblioteca, deveria ser dividida: periodicidade, tamanho e época de publicação (MOREL, 1908, p. 239). A periodicidade, enquanto atributo passível de escolha para fins de ordenação, afirmava a irreversível presença dos periódicos nas bibliotecas e reconhecia a necessidade de um trabalho completamente distinto e paralelo àquele realizado com os livros. O tamanho, por sua vez, visava à economia de espaço e, para tanto, prescrevia que os livros deveriam ser divididos, antes de qualquer outra ação, no mínimo, em três diferentes tamanhos: os grandes, médios e pequenos, a depender do intervalo de altura definido. A época de publicação dos documentos deveria, segundo Morel, resultar na proposição de outros três agrupamentos. No grupo A estariam os livros considerados recentes segundo um intervalo temporal especificado, dez anos, por exemplo. No grupo B estariam os livros escritos no século em questão e, no grupo C, todos os livros anteriores a este século. Para Morel (1908, p. 245) tal divisão seria vital para as bibliotecas francesas, pois auxiliaria na precisão das buscas por não agrupar livros de diferentes temporalidades e, com isto, desobrigaria o exame de grandes montantes.

O segundo grupo de atributos, definido por Morel (1908, p. 249-250) como parcialmente necessário, pois aplicável a apenas algumas bibliotecas, estabelecia a ordenação dos livros conforme a língua, a comodidade no uso ou suas características particulares quanto ao público visado. A língua era, segundo Morel (1908, p. 250), incontestavelmente, o elemento mais empregado para a ordenação dos manuscritos e para as coleções das bibliotecas populares. A comodidade no uso, embora muito utilizada, mas não recomendável segundo Morel (1908, p. 251), se baseava na formação de agrupamentos permanentes ou temporários a fim de atender fins específicos, como por exemplo, expor as novas aquisições da biblioteca; deixar em conjunto os livros mais demandados; indicar aqueles que poderiam ser emprestados; reunir todas as obras de referência; constituir uma coleção reserva; separar livros que só poderiam ser disponibilizados para uso em condições excepcionais ou, ainda, montar exposições com alguns itens a fim de divulgar partes da coleção. Já a definição de características particulares quanto ao público visado se expressava, para Morel (1908, p. 253-254), com a montagem de salas especiais, direcionadas a adolescentes ou trabalhadores, por exemplo, nas quais a forma de apresentação dos conteúdos, refletidos pelo grau de cientificidade e o esforço de popularização de certas temáticas, incidia diretamente sobre a escolha dos itens.

O terceiro grupo, mais exaustivamente trabalhado por Morel (1908), descrevia quatro situações em que a ordenação havia sido elaborada a partir da adoção do método sistemático:

a ordenação baseada na CDD; a subdivisão alfabética ou sistemática dentro das classes de biografia e topografia; a ordenação alfabética nos agrupamentos em que autoria fosse elemento principal para a busca e, por fim, a criação de hierarquias próprias à biblioteca para trabalhar as tipologias documentais menos usuais.

Inicialmente o autor abordava a validade da CDD para a ordenação dos livros, mas, para ele, este sistema estaria "longe se de aplicar aos volumes detalhadamente, mas no geral, em suas dez divisões principais e uma vintena de subdivisões, as mais importantes, ela pode[ria] oferecer o quadro necessário"⁶⁰ (MOREL, 1908, p. 233, tradução nossa). Morel não explicitava exatamente porque a CDD, em sua estrutura completa, seria inadequada para fins de ordenação nas estantes, mas a defesa de seu emprego simplificado corroborava com a apresentação de arranjos sistemáticos baseados em poucas subdivisões das grandes classes. Tratava-se, invariavelmente, da indicação de usos adaptados, fosse em função da incorporação de elementos externos ao esquema, fosse pela simplificação no emprego das classes previstas por ele.

Na sequência o autor esclarecia a diferença entre as subdivisões sistemáticas e alfabéticas para as classes de biografia e topografia, explicando que ao buscar uma cidade em um arranjo completamente sistemático seria necessário procurar pela província, departamento, diocese e, por fim, pela cidade, enquanto que em uma subdivisão alfabética bastaria procurar pelo nome da localidade desejada (MOREL, 1908, p. 259). Sendo assim, caberia, nestes casos, a realização de uma escolha quanto à forma conveniente. Morel (1908, p. 263) recomendava que as obras agrupadas em classes como "Belas Artes", "Poligrafia", "Miscelânea" e "Obras Completas", nas quais a autoria seria elemento importante, deveriam ser ordenadas alfabeticamente em uma única classe denominada "Autores". Esta escolha asseguraria que o conjunto de obras de um mesmo autor, sob as classes acima apresentadas, não mais estivessem dispersas, mas reunidas a partir de seu sobrenome.

Por fim, Morel (1908, p. 264) explicava a ordenação especial voltada para documentos menos comuns na coleção, como cartazes, circulares, documentos comerciais, administrativos e judiciais, por exemplo. Para estas tipologias, segundo o autor, seria impossível aplicar o sistema geral, sendo necessário, portanto, criar hierarquias com base em elementos geográficos, hierarquias orientadas à estrutura administrativa da qual emanavam as publicações, além de séries cronológicas ou alfabéticas.

⁶⁰ "[...]loin de s'appliquer aux volumes, dans le détail, mais en gros, dans ses dix divisions principales et une vingtaine de subdivisions, les plus importantes, il peut donner le cadre nécessaire" (MOREL, 1908, p. 233).

De fato, este terceiro grupo, essencialmente composto por propostas de matriz sistemática, seria a base da estrutura responsável pela ordenação dos livros nas estantes. Como afirmava o próprio autor, "se nos lembrarmos que temos sempre em vista o acesso livre do público às estantes[...] compreenderemos que o interesse de um agrupamento, mesmo complicado, de livros sobre um assunto é para nós essencial"⁶¹ (MOREL, 1908, p. 256, tradução nossa).

Convicto defensor do livre acesso às estantes, Morel considerava os arranjos sistemáticos como aqueles mais adequados às bibliotecas, mas criticava os sistemas de classificação bibliográfica por estes não preverem nos esquemas espaço para as diferentes tipologias e por se prenderem mais a elementos ideais do que às necessidades práticas das bibliotecas no trato com as coleções (MOREL, 1908, p. 229). Para Morel, era indispensável a um sistema de classificação a existência de classes que não se restringissem a possíveis assuntos, mas que, por exemplo, agrupassem as diversas tipologias, ou fossem elaboradas a partir de certas expectativas de uso pelo público. Embora a lógica dos sistemas de classificação bibliográfica não tivesse previsto, segundo o autor, a divisão entre livros, periódicos e folhetos estava constituída em quase todas as instituições (MOREL, 1908, p. 227). Assim, parece bastante coerente a discussão dos atributos de ordenação trabalhados por Morel no momento da apresentação dos três grupos. Isto porque o autor desconsiderava o emprego isolado de um sistema de classificação bibliográfica, trabalhado no terceiro grupo, e os dois primeiros grupos apresentavam os elementos que incidiriam como modificadores da proposta base tornando-a mais adequada à realidade das bibliotecas por permitir a criação de agrupamentos paralelos. Morel afirmava:

Eu acredito que é possível, valendo-se dos vários meios dados aqui, acrescentar apenas três ou quatro signos convenientes que permitem adaptar a classificação mais científica aos dados materiais que as salas, o público, os formatos, as coleções e os créditos impõem sem lógica⁶² (MOREL, 1908, p. 270, tradução nossa).

Mesmo empregando o termo ordenação de livros (*classement de livres*), o reconhecimento das diversas tipologias documentais existentes no contexto das bibliotecas nos permite, hoje, considerar a abordagem de Morel como sendo mais ampla. Por isso, não

⁶¹ Si l'on se rappelle que nous avons toujours en vue l'accès libre du public aux rayons[...] on comprendra que l'intérêt d'un groupement, même compliqué, de livres sur un sujet est pour nous capital (MOREL, 1908, p. 256).

⁶² Je crois possible, en se servant de plusieurs des moyens donnés ici, d'ajouter juste 3 ou 4 signes commodes qui permettent d'adapter la classification la plus scientifique aux données matérielles que les salles, le public, les formats, les collections et les crédits imposent sans logique (MOREL, 1908, p. 270).

seria equivocado identificá-la como uma proposta de ordenação já vinculada à ideia de documento, posto que não centrada em um único tipo de objeto, mas em todos aqueles considerados como integrantes da coleção da biblioteca. Dentre as outras tipologias abordadas pelo autor, sob a ótica da ordenação, em “*Bibliothèques*” (1908), podemos destacar: periódicos, cartazes, gravuras, mapas, selos, partituras e manuscritos.

Porém, não fica claro como os atributos trabalhados pelo autor seriam associados de modo a compor um arranjo complexo que representasse todos os elementos de interesse e fornecesse uma estrutura voltada à atribuição de uma cota a cada um dos itens. Morel não mencionava, por exemplo, exceto para a classe “Autores”, cuja criação ele mesmo indicava, como seria feita a ordenação dos itens dentro das classes escolhidas a partir do sistema de classificação bibliográfica adaptado. Apesar de afirmar, com relação às cotas, que “estes Algarismos dizem alguma coisa, não são apenas simples cotas permitindo exclusivamente encontrar o folheto. Eles dizem do que trata o folheto com alguma precisão”⁶³ (MOREL, 1908, p. 263, tradução nossa), o autor não explicitou a lógica subjacente à sua composição. Esta falta de clareza tornou os códigos apresentados como exemplos pouco claros, pois aparentemente elaborados sem a baliza de critérios que definissem a ordem de seus elementos e o tipo de notação correspondente a cada atributo.

Por fim, caberia destacar o papel central do bibliotecário para a elaboração dos arranjos sistemáticos preferidos por Morel. O autor não legitimava as críticas de defasagem feitas aos sistemas de classificação bibliográfica por seus contemporâneos. Segundo Morel, as queixas não se relacionavam exatamente a problemas em sua elaboração, mas ao equívoco de bibliotecários exigirem de sistemas já antigos a expressão de elementos que não eram próprios de seu tempo (MOREL, 1908, p. 230). Morel ainda convocava os bibliotecários a fazerem, por si, as alterações necessárias nos sistemas, pois seria parte de “[...]sua função modificar, acrescentar, reduzir”⁶⁴ (MOREL, 1908, p. 232, tradução nossa) de modo a aproximá-los das demandas reais colocadas pelas bibliotecas.

Morel (1908, p. 271) considerava que a “ciência das bibliotecas” (*science des bibliothèques*) era recente e teria nascido na segunda metade do século XIX, quando a luta contra os amontoados de livros desordenados e a busca por uma comunicação rápida com o público tornaram-se elementos importantes e passaram a suplantam os velhos depósitos de livros. Pelo fato de ser ainda uma ciência recente, Morel afirmava não querer apresentar

⁶³ “Ces chiffres disent quelque chose, ce ne sont pas de simples cotes permettant seulement de trouver la brochure. Ils disent de quoi elle traite avec quelque précision” (MOREL, 1908, p. 263).

⁶⁴ “C’est votre métier modifier, ajouter, réduire...” (MOREL, 1908, p. 232).

métodos novos como propostas já consagradas para a ordenação dos documentos, por isso pedia para que aqueles que lessem seu livro considerassem os elementos ali apresentados "[...]como simples sugestões, convites a buscar, a experimentar"⁶⁵ (MOREL, 1908, p. 267). À época da escrita de "*Bibliothèques*" e de "*Libraire Public*", a própria CDD ainda não havia sido utilizada em solo francês e à novidade do acesso livre às estantes em bibliotecas públicas somava-se o tradicional apreço pela divisão da coleção conforme o tamanho dos livros. Morel parece, neste momento, realizar o movimento daquele que, olhando para as novidades que se apresentam, busca na tradição elementos que sejam pilares sob os quais o novo progressivamente se faz presente.

3.1.8 Léo Crozet

Nascida em 1906, a ABF foi, segundo Lebailly (2008, p. 24), a instituição que melhor representou a mutação e a tecnicização crescente do ofício de bibliotecário na França. Ainda segundo o autor, as primeiras décadas do século XX marcaram, neste país, uma tentativa de dissociação da figura do bibliotecário daquela do erudito para aproximá-la à do técnico moderno, capaz de aplicar localmente as novas práticas instituídas, especialmente, nas bibliotecas anglo-americanas (LEBAILLY, 2008, p. 24-25). Tratava-se essencialmente, como afirma Belayche (2012, p. 57), de uma tentativa de colocar o leitor como o centro das preocupações, visando estimular sua presença na biblioteca, e, ao mesmo tempo, ampliar o papel do bibliotecário para além da gestão estrita da coleção.

Sob encomenda da ABF e a fim de superar "[...]o atraso da França em relação a outros países no que concerne ao aprendizado prático do ofício de bibliotecário"⁶⁶ (LEBAILLY, 2008, p. 34, tradução nossa), o "*Manuel pratique du bibliothécaire*" foi escrito por Léo Crozet e publicado em Paris no ano de 1932.

Na introdução de seu manual, Crozet (1932, p. 3) afirmava que as questões ali contempladas se dirigiam tanto às bibliotecas ditas 'de estudo' quanto às bibliotecas de leitura pública, a despeito das diferenças existentes entre os dois tipos de instituição. As primeiras seriam destinadas a ofertar "[...]a estudantes e pesquisadores a documentação necessária a

⁶⁵ "[...]comme de simples suggestions, des invitations à chercher, à expérimenter" (MOREL, 1908, p. 267).

⁶⁶ "[...]le retard de la France sur d'autres pays en ce qui concerne l'apprentissage pratique du métier de bibliothécaire" (LEBAILLY, 2008, p. 34).

seus trabalhos"⁶⁷ (CROZET, 1932, p. 1, tradução nossa) enquanto as últimas teriam o "[...]papel de assegurar a cultura geral, isto é, de completar o período escolar ou universitário"⁶⁸ (CROZET, 1932, p. 2, tradução nossa). Porém, em nome da clareza do manual, Crozet declarava preferir tratar das questões recorrentes a vários contextos, fazendo a indicação de obras que contemplassem os casos particulares deixados de lado. De fato, o manual de Crozet parece ser o primeiro em língua francesa a indicar, em seu próprio corpo, uma bibliografia específica separada para cada conjunto de competências ou processos. O autor então afirmava:

A documentação, a bibliografia, ocupam um lugar importante neste Manual. Algumas listas serão mesmo, aos trabalhadores e aos bibliotecários, de alguma utilidade. Foram feitos esforços para completar o programa adotado dando menos conselhos gerais do que informações precisas⁶⁹ (CROZET, 1932, p. 3, tradução nossa).

Ao longo do texto, o autor discutiu uma série de atividades relacionadas à administração das bibliotecas, contemplando desde a estruturação do espaço até seu relacionamento com outras instituições e com público, além de dar destaque a diferentes etapas de gestão da coleção e oferecer modelos para elaboração de instrumentos de controle que pudessem auxiliar o trabalho dos bibliotecários. A ordenação nas estantes (*classement*) aparecia imediatamente após as instruções relacionadas à formação e manutenção da coleção, sendo seguida por explicações quanto à elaboração dos catálogos.

Embora tenha, num primeiro momento, tentado atenuar as diferenças entre as ditas bibliotecas de leitura pública e as bibliotecas de estudo, Crozet (1932, p. 63-64) separou as propostas de ordenação nas estantes destinadas a cada uma destas instituições. No entanto, para ambas, afirmou ser necessário atribuir uma cota (*cote*) a cada volume e inscrevê-la no registro de entrada. A diferença consistia em propor uma ordenação baseada apenas no tamanho dos itens e em sua ordem de entrada para as bibliotecas de estudo, enquanto nas bibliotecas de leitura pública, além da divisão por tamanho, os livros seriam sistematicamente agrupados e, dentro das classes, dispostos conforme sua ordem de entrada. A divisão dos

⁶⁷ "[...]aux étudiants et aux chercheurs la documentation nécessaire à leurs travaux" (CROZET, 1932, p. 1).

⁶⁸ "[...]rôle d'assurer la culture générale, c'est-à-dire de compléter la période scolaire ou universitaire" (CROZET, 1932, p. 2).

⁶⁹ "La documentation, la bibliographie, occupent donc une place importante dans ce Manuel. Certaines listes seront même, peut-être, aux travailleurs et aux libraires, de quelque utilité. On s'est efforcé de remplir le programme adopté en donnant moins des conseils généraux que des renseignements précis" (CROZET, 1932, p. 3).

livros por tamanho, a despeito do tamanho da coleção, era justificada pelo autor como indispensável para sua boa conservação, para a economia de espaço na biblioteca e, ainda, para evitar "[...]as desigualdades de altura desagradáveis à visão" (CROZET, 1932, p. 65, tradução nossa).

Para as bibliotecas de estudo, Crozet (1932, p. 64) propôs a divisão dos livros em nove agrupamentos de tamanho que seriam representados por letras maiúsculas A-I e dentro dos quais cada item seria linearmente numerado conforme sua ordem de entrada (1 a ∞). Tratava-se, portanto, de um arranjo fundamentalmente cronológico sem preocupações quanto ao agrupamento dos livros em função de atributos comuns.

Nas coleções em que o público não tivesse acesso permanente ou naquelas que ultrapassassem os 10 mil itens, o autor afirmava que, embora fosse possível empregar uma ordenação sistemática depois da separação por tamanho, esta alternativa era facultativa. Isto porque, nas grandes bibliotecas, o emprego de sistemas de classificação bibliográfica para fins de ordenação havia resultado em cotas muito complicadas que tornaram sua inscrição no volume mais difícil, os profissionais mais suscetíveis ao erro em sua composição e, ainda, levava a uma grande perda de espaço na biblioteca pela necessidade de vazios destinados a futuras intercalações (CROZET, 1932, p. 65). Mesmo sendo "[...]realizável - sob certas condições - nas bibliotecas de estudo"⁷⁰ (CROZET, 1932, p. 148, tradução nossa), o acesso aberto às estantes era desaconselhável em função do valor elevado dos livros e, por isso, tornava dispensável o emprego de esquemas classificatórios.

As cotas, utilizadas para marcar os volumes acondicionados sobre as estantes em bibliotecas de estudo e em grandes bibliotecas, eram definidas pelo autor como "[...]uma fórmula composta de letras e números, indicando seu formato e sua classe dentro do formato"⁷¹ (CROZET, 1932, p. 65, tradução nossa). Nos casos em que os vários volumes de um mesmo livro chegassem à biblioteca em momentos distintos, Crozet (1932, p. 66) recomendava que lhes fosse atribuída a cota do volume precedente seguida de dígitos numéricos adicionais. Conforme apresentava o autor, para o tricentésimo sexagésimo oitavo livro (368°) de tamanho B (maior de 6 e menor do que 14 centímetros), em quatro volumes, dos quais três chegaram tardiamente, teríamos as cotas: *B 368*, *B 368 (1)*; *B 368 (2)* e *B 368 (3)*. Crozet ressaltava que cada volume deveria ter seu número próprio e distinto dos demais, por isso, a necessidade de agrupar todos os volumes de um mesmo livro, sem perturbar a

⁷⁰ “[...]réalisable — sous certaines conditions — dans les bibliothèques d’étude” (CROZET, 1932, p. 148).

⁷¹ “[...]une formule composée de lettres et de chiffres, indiquant leur format et leur rang dans le format” (CROZET, 1932, p. 148).

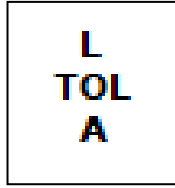
sequência linear já existente, impunha a adição de novos dígitos aos demais volumes do conjunto.

Para as bibliotecas de leitura pública, por sua vez, Crozet (1932, p. 65) estabelecia que a primeira ação deveria ser, também, a divisão dos volumes consoante seu tamanho, mas para que, em seguida, fosse realizada a ordenação a partir de sistemas de classificação. Dentro de cada classe os livros seriam linearmente numerados (1 a ∞) conforme sua ordem de entrada na biblioteca. Diferentemente do modelo anterior, os livros poderiam ser divididos em apenas seis formatos, pois haveria, além de menor diversidade, um número menor de livros, o que dispensaria maiores esforços de economia de espaço (CROZET, 1932, p. 66). Assim, a cota *S 103 F* indicaria um volume que versava sobre Geologia, Geografia ou Viagens (*S*), sendo o centésimo terceiro livro (*103*) dentre aqueles maiores de 60 centímetros (*F*).

Nesta segunda proposta, Crozet apresentava o que ele denominava quadro de ordenação (*cadre de classement*) e que consistia numa estrutura classificatória desenvolvida especialmente para fins de ordenação dos documentos nas estantes. O sistema era composto de 25 classes principais (A-Y) que contemplavam, além de aspectos de conteúdo temático, tipologias documentais (Y – “Publicações Periódicas”), formas de apresentação dos conteúdos (L – “Romances e Contos”; M – “Poesia”; O – “Ensaio”) e tipos de público (P – “Obras para a Juventude”). O autor explicava que, dada a necessidade “da comodidade dos leitores, mais que as relações lógicas entre as coisas”⁷² (CROZET, 1932, p. 216, tradução nossa) e a fim de evitar que algumas classes abarcassem um número muito grande de volumes ou produzissem cotas muito extensas, classes claramente subordinadas a outras seriam tratadas como classes de mesmo nível. Assim, no esquema proposto para fins de ordenação nas estantes, a classe G – “Medicina” não estaria subordinada à classe F – “Ciências aplicadas” e, tampouco a classe U – “Memória e Relatos Históricos” estaria subordinada à classe T – “História”. Isto não excluía, porém, as subdivisões características de cada uma das classes.

Crozet afirmava que embora as cotas numéricas fossem as mais comuns entre os franceses, era possível, ao menos para partes da coleção, atribuir uma cota literal (*cote littéral*) formada exclusivamente de dígitos alfabéticos. Mantinha-se a identificação da classe por uma letra maiúscula do alfabeto, mas passava-se a transformar em notação as três primeiras letras do sobrenome do autor, seguidas da primeira letra do título do livro. Como exemplo, Crozet (1932, p. 67) apresentava a cota para Anna Karenina, de Tolstói:

⁷² “[...]la commodité des lecteurs, plus que des rapports logiques des choses” (CROZET, 1932, p. 216).



L - indicação da classe do livro no quadro de ordenação

TOL - Tolstoi (autor)

A - Anna (primeira palavra do título)

Em suma, mesmo sem que Crozet tenha explicitado-a enquanto tal, a escolha pelas cotas literais implicava não apenas em cotas alfabéticas, mas numa outra proposta de arranjo para a coleção, uma vez que se escolhia como atributo secundário, não mais a ordem de entrada do livro na coleção, mas o sobrenome do autor. Esta mudança resultava na ordenação alfabética dentro das classes e não numa ordenação cronológica, como havia sido inicialmente apontado pelo autor. Crozet não chegou, todavia, a discutir como seriam abordadas as possíveis cotas alfabeticamente coincidentes ou os livros em vários volumes, já que, como ele havia afirmado, a cada volume deveria ser atribuída uma cota única.

Terminada a discussão sobre a ordenação dos livros nas estantes, Crozet dedicou-se à descrição da ordenação de fundos especiais (*fonds spéciaux*), que seriam constituídos quando não mais fosse possível, ou de interesse, manter uma única coleção na biblioteca. Estes fundos podiam advir de uma série de situações, dentre as quais o autor enumerava, além do pedido de um doador para que sua coleção permanecesse agrupada,

1° as Publicações periódicas, 2° as Publicações em andamento, 3° a Reserva, 4° os Incunábulo, 5° os Manuscritos, 6° os Autógrafos, 7° as Partituras musicais, 8° o Inferno, 9° os Mapas geográficos, 10° as Gravuras, 11° os Documentos fotográficos, 12° os Catálogos de bibliotecas, 13° os Catálogos de vendas⁷³ (CROZET, 1932, p. 68-69, tradução nossa).

Tratava-se essencialmente de uma separação conforme as várias tipologias documentais existentes na coleção, e, também, conforme restrições ou particularidades no uso, como a Reserva, os Catálogos de bibliotecas e de vendas ou o Inferno (composto por livros considerados moralmente ofensivos e, por isso, de uso estritamente controlado). Para nenhum dos 13 casos Crozet oferecia exemplos de cota, apenas mencionava que a indicação de cada fundo se daria pela abreviação de seu nome, por exemplo, Incunábulo - *Inc* e Gravuras - *Gra*. O autor mantinha como base dos arranjos para todos os fundos a divisão por tamanho, fazendo adequações nos intervalos de tamanho definidos de acordo com a tipologia

⁷³ "1° les Publications périodiques, 2° les Publications en cours, 3° la Réserve, 4° les Incunables, 5° les Manuscrits, 6° les Autographes, 7° les Partitions musicales, 8° l'Enfer, 9° les Cartes Géographiques, 10° les Gravures, 11° les Documents photographiques, 12° les Catalogues de Bibliothèque, 13° les Catalogues de ventes" (CROZET, 1932, p. 68-69).

documental em questão e apresentando, em linhas gerais, quais atributos seriam utilizados para a ordenação em cada um deles.

Nos fundos de Periódicos, Reserva, Incunábulo, Manuscritos e Inferno, Crozet (1932, p. 69-73) indicava os mesmos procedimentos empregados para a ordenação dos livros em bibliotecas de estudo, ou seja, divisão por tamanho e ordenação cronológica por ordem de entrada. Para as Publicações em curso o autor indicava o emprego da ordem alfabética pelo sobrenome do autor ou pelo título da publicação (CROZET, 1932, p. 70-71), já para os autógrafos, bastaria o uso da ordem alfabética dos sobrenomes dos autores dos autógrafos (CROZET, 1932, p. 73).

Para os Mapas geográficos o autor prescrevia a elaboração de um arranjo:

"[...]1° por partes do Mundo, 2° por nome de país (dando a estes nomes um sentido amplo, em razão de suas variações históricas, e tendo em conta o número de mapas e hábitos do público). 3° Dentro de cada país, distinguir os mapas de conjunto (gerais e especiais) e os mapas particulares a uma província, uma região, uma cidade. Ordenação alfabética dentro de cada uma destas últimas séries, e subdivisões cronológicas no interior"⁷⁴ (CROZET, 1932, p. 74, tradução nossa).

Quanto à ordenação das Gravuras, Crozet (1932, p. 76) recomendava: se perfis, dispor alfabeticamente pelo sobrenome do personagem representado; se cenas históricas, seguir a ordem alfabética do país em questão e, então, dispor cada gravura conforme a data do acontecimento representado; se paisagens de países e cidades, instituir ordenação alfabética dos nomes dos países e cidades; se representações de esculturas, móveis e objetos de arte, seguir a ordem alfabética dos assuntos representados. Para os Documentos fotográficos o autor seguia a mesma lógica, mas de maneira simplificada: caso fossem fotografias ordinárias, elas deveriam ser dispostas pela ordem dos assuntos representados; caso fossem obras de arte, a ordenação deveria ser feita conforme o sobrenome de seus autores (CROZET, 1932, p. 77).

Para os Catálogos de biblioteca, Crozet (1932, p. 78) recomendava a ordenação alfabética pelo nome das cidades em que se encontravam as instituições ou pelo sobrenome do colecionador, já para os Catálogos comerciais deveria haver um agrupamento conforme a categoria de objeto, seguido da ordenação alfabética conforme sobrenome do vendedor ou colecionador.

⁷⁴ "[...]1° par parties du Monde, 2° par noms de pays (en donnant à ces noms un sens large, en raison de leurs variations historiques, et en tenant compte du nombre des cartes et des habitudes du public. 3° Dans chaque pays, distinguer les cartes d'ensemble (générales et spéciales) et les cartes particulières à une province, à une région, à une ville. Classement alphabétique dans chacune de ces dernières séries, et subdivisions chronologiques à l'intérieur" (CROZET, 1932, p. 74).

O autor também apresentou como deveria ser feita a ordenação nas salas de trabalho (*salle de travail*) montadas a fim de atender com maior presteza e comodidade aqueles que se valiam do espaço da biblioteca como lugar de estudos contínuos. Nesta sala, uma coleção com os livros de referência mais usados na biblioteca deveria ser disponibilizada para livre acesso do público, o que implicava na definição de um arranjo classificatório, baseado nas 25 classes presentes no quadro de ordenação apresentado pelo autor e do qual outras tipologias documentais estariam ausentes. Para Crozet (1932, p. 82), nas salas de trabalho, a ordenação classificatória dos livros poderia ser feita independentemente do tamanho da coleção geral da biblioteca, pois nesta sala a coleção não tendia ao crescimento. Esta coleção se matinha estável porque as modificações se davam especialmente pelas substituições de obras mais antigas por outras mais recentes, mas de mesmo teor, o que não alterava a ordem já dada. Assim, prevendo que não haveria intercalações de novos livros, Crozet (1932, p. 82) afirmava ser possível atribuir a intervalos numéricos, dentro de determinada classe, temáticas subordinadas. Isto facilitaria as buscas nas estantes, pois cada intervalo de cotas dentro de uma mesma classe principal indicaria o agrupamento de livros com certos atributos semelhantes e que estariam próximos a outros livros com temáticas correlatas.

Ao discutir estes pontos, Crozet (1932) explicitava a centralidade dos livros como tipologia documental especialmente relevante no contexto das bibliotecas, mas trazia, também, reflexões sobre outras tipologias que, fazendo parte da coleção, exigiriam tratamento correspondente às suas especificidades. Portanto, a biblioteca não se resumia ao livro, nem subsumia as outras tipologias ao tratamento conferido a ele. Esta diferenciação contribuía, no âmbito da ordenação de documentos, para que múltiplos arranjos fossem sugeridos e pudessem ser instituídos, concomitantemente, observando-se sua pertinência para o objetivo em questão.

Mesmo quando trabalhando os arranjos sistemáticos para a coleção de livros, Crozet (1932) estabelecia uma diferenciação entre o esquema classificatório destinado à ordenação nas estantes e o esquema classificatório, mais detalhado e exaustivo, que poderia ser empregado para a elaboração das fichas no catálogo sistemático. A simplicidade do arranjo para a ordenação de documentos, expressa pelo autor como a necessidade de inexistirem inúmeras subdivisões hierárquicas para as classes principais, seria fundamental para que o leitor pudesse, então, percorrer as estantes e o profissional executar adequadamente seu trabalho.

Crozet (1932) não chegou a discutir as particularidades dos sistemas de localização fixa e relativa. Na verdade, o autor tampouco identificava os arranjos como propostas que

materializadas poderiam resultar em sistemas com tais características. Porém, para as bibliotecas de leitura pública ele deixava bastante clara a pertinência no uso dos arranjos sistemáticos e, portanto, dos sistemas de localização relativa, uma vez que, nestas, os leitores teriam acesso direto às estantes. Em contrapartida, para as bibliotecas de estudo, dada a preferência por um arranjo de base cronológica, em função do tamanho da coleção ou da inexistência de acesso direto às estantes, Crozet indicava sistemas que podemos considerar como sendo de localização fixa.

3.1.9 Ordenação (*classement*): a consolidação de um processo

As posições e formulações quanto à ordenação de documentos a partir dos oito autores analisados permitem observar, a despeito de singularidades manifestas, abordagens direcionadas no sentido de contemplar, preferencialmente, o emprego de métodos cronológicos e sistemáticos e a definição de sistemas de localização fixa e também relativa. Ainda que estes autores não tenham se valido do termo atributo para referir-se às características escolhidas para fins de ordenação de documentos, fossem elas intrínsecas ou extrínsecas aos documentos, o Quadro 1, a seguir, apresenta os métodos e respectivos atributos que constituíram base para a proposição dos arranjos. Nele, listam-se os métodos orientadores das soluções discutidas trabalhando-os juntamente com os atributos associados. Assim, a autoria é atributo próprio ao método alfabético, enquanto ordem de entrada e ano de publicação são atributos que conduzem à ordenação baseada no método cronológico. Contudo, vale ressaltar que ambos podem ser empregados, também, como atributo secundário nos arranjos de base sistemática. Define-se por atributo que configura o método sistemático todo aquele que é mobilizado para a composição da estrutura de um sistema de classificação bibliográfica ou de outros esquemas que não compõem propriamente um sistema de classificação constituído de maneira formal, mas estão pautados numa estruturação mais ou menos simples de classes hierarquizadas.

Por meio do quadro é possível sintetizar e explicitar quais métodos e atributos associados foram contemplados por cada um dos autores analisados. O atributo tamanho, relativo à característica material do documento, é destacado em coluna separada por ser regular em todas as propostas, atuando como elemento ineludível e cuja única variação consistia na possibilidade de definir um número maior ou menor de intervalos baseados na altura dos documentos.

Quadro 1 - Métodos e atributos secundários elegíveis para composição de arranjo conforme tradição francesa

Autor	tamanho	Cronológico		Alfabético	Sistemático		Outros*
		número de entrada	ano de publicação	autoria	Cronológico	Alfabético	
					número de entrada	autoria	
Namur (1834)							- raridade, valor econômico, encadernação
Constantin (1841)							- raridade, procedência, cuidados especiais de conservação
Cousin (1882)		**					
Delisle (1896, 1910***)							- raridade, valor econômico, facilitação de uso, restrição de uso, tipologia
Maire (1896)					**		- gosto pessoal, tipologia
Cim (1902, 1907, 1908)							- encadernação, frequência de uso
Morel (1908,1910)							- tipologia, periodicidade, língua, público, beleza, época de publicação, comodidade no uso
Crozet (1932)							- procedência, tipologia, frequência de uso, interdição de uso

* Estes atributos são mencionados especialmente para fins de separação de parcelas da coleção do arranjo principal.

** Passíveis de uso sem separação por tamanho

*** Embora tenha tido sua primeira edição publicada em 1890, na pesquisa utiliza-se a quarta edição do manual, publicada em 1910.

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Como nos lembra Riché (2009), os autores dos manuais de Biblioteconomia escritos ao longo do século XIX estavam predominantemente associados a bibliotecas de usos eruditos, como as municipais e universitárias. Esta coesão institucional não significou, todavia, uma redução na diversidade das abordagens, uma vez que foi possível identificar propostas de ordenação de documentos baseadas em três métodos: cronológico, alfabético e sistemático.

No conjunto das ideias apresentadas, torna-se bastante evidente a recorrência dos métodos cronológico e sistemático, este último ausente apenas no manual de Cousin (1882). A manifesta preferência pela ordem de entrada como atributo primário ou secundário parece corroborar com a ideia de que, em grande medida, as propostas estiveram vinculadas às questões de conservação dos documentos. Em associação com a divisão por tamanho, a ordem de entrada reunia documentos com propriedades materiais semelhantes e, com isto, favorecia sua conservação. É pertinente ressaltar que a ordem de entrada define-se por meio de uma atribuição de caráter administrativo que imputa a cada documento chegado à biblioteca um número exclusivo e sequencialmente definido. No caso de seu uso como atributo primário, configurando um sistema de localização fixa, tornava-se possível, pela exploração da disposição da própria coleção, identificar documentos que há muito tempo faziam parte da coleção e aqueles que haviam sido incorporados mais tardiamente. Conjugada a um arranjo sistemático, a ordem de entrada poderia responder a esta mesma questão em cada uma das classes definidas para o esquema e não para a biblioteca como um todo. Nas propostas de Constantin (1841) e Delisle (1910), a definição de intervalos numéricos era responsável por expressar a combinação entre tamanho e ordem de entrada, garantindo assim que não houvesse cotas idênticas em nenhum dos agrupamentos propostos.

Abordados inicialmente na análise de Delisle sobre a CDD (1896) e, pouco tempo depois, nos escritos de Cim (1902, 1907, 1908), os atributos alfabéticos, mormente a autoria, passaram a ser contemplados como elementos secundários na estruturação dos sistemas baseados no método sistemático. Delisle (1896), Morel (1908, 1901) e Crozet (1932) não abandonaram a ordem de entrada como possibilidade de ordenação dos itens dentro das classes, mas discutiram o uso da ordem alfabética como solução igualmente válida. No que concerne aos meios de instrumentalizá-la, Cim (1902) e Morel (1908) não discorreram sobre qualquer tipo de alternativa. Delisle (1896) também não contemplou detalhes quando da crítica à CDD, mas afirmou que o uso de recursos similares à tabela Cutter em instituições francesas obrigaria a elaboração de uma tabela própria aos sobrenomes recorrentes no país. A apresentação da cota literal (*cote littéral*) por Crozet (1932) explicitou que em sua proposta as

três primeiras letras do sobrenome do autor do documento poderiam ser utilizadas para ordenar os itens dentro das classes, sendo seguidas pela inicial minúscula do título do documento. Também na descrição da abordagem das diversas tipologias documentais e de suas particularidades, os recursos alfabéticos foram explorados por Crozet (1932), sendo trabalhadas, inclusive, algumas estratégias necessárias à sua incorporação ao arranjo.

Dentre todos os autores analisados, apenas Cousin (1882) não descreveu arranjos sistemáticos, restringindo-se àqueles de base cronológica, fossem exclusivamente sustentados pela ordem de entrada ou baseados na associação do tamanho com a própria ordem de entrada ou o ano de publicação do livro. Já para Constantin (1841, p. 48) a vantagem da ordenação sistemática em relação às demais, advinha do fato de ela desobrigar o profissional a percorrer toda a biblioteca em busca dos livros demandados sobre um mesmo assunto. De modo similar, Namur (1834, p. 31) defendia que nas grandes bibliotecas ela consistia em elemento auxiliar de importância fundamental para a busca e controle dos livros solicitados. Portanto, parece haver o entendimento entre estes autores de que a opção por utilizá-la, e conseqüentemente optar por sistemas de localização relativa, estaria relacionada, antes, à facilitação do trabalho.

Apenas com Morel (1908, 1910) este quadro sofre uma modificação mais evidente, pois o autor atribui ao método classificatório, com exclusividade, a primazia na ordenação de documentos, uma vez que ele seria o mais adequado para o livre acesso do público às estantes, devendo ser empregado o mais amplamente possível. Cabe destacar ainda que com Morel há uma reorientação institucional no enfoque das propostas já que, diferentemente dos demais autores, seu trabalho direcionava-se fundamentalmente às bibliotecas públicas. Ainda assim, é preciso considerar que autores como Delisle (1910) e Crozet (1932) contemplaram, mesmo sem evidenciar, como fizera Morel (1908, 1910), a consideração do público para a configuração dos arranjos em bibliotecas. Delisle (1910, p. 13) afirmava que as obras mais frequentemente consultadas deveriam receber uma cota adicional simplificada que, ao mesmo tempo, indicaria seu pertencimento a um agrupamento especial da biblioteca definido em função do uso frequente de alguns itens e facilitaria, para o leitor, o trabalho de busca e devolução nas estantes. Por sua vez, Crozet (1932, p. 63-64) considerava os sistemas de localização relativa aqueles mais adequados para as salas de leitura, isto é, para espaços de livre acesso à coleção.

No que concerne aos sistemas de localização por meio da associação entre o código do documento e o lugar fisicamente ocupado por ele, conforme sala, estante e prateleira, Constantin (1841, p. 49) e Maire (1896, p. 109) foram categóricos em rechaçá-los,

respectivamente, em função de sua incapacidade de permitir intercalações e por produzir notações complicadas como decorrência das muitas variáveis implicadas na codificação. Porém, todos os autores analisados mencionaram a possibilidade de construção de arranjos baseados exclusivamente na ordem de entrada ou em sua conjugação com a divisão por tamanho. Esta proposta também constituía sistemas de localização fixa na medida em que o lugar ocupado pelo documento corresponderia ao número que lhe fora atribuído, inexistindo a possibilidade de uma mudança em sua posição no arranjo ou a obrigatoriedade de qualquer tipo de relação entre documentos adjacentes. Portanto, a crítica de Constantin (1941) e Maire (1896) não pode ser generalizada a quaisquer sistemas de localização fixa, apenas àqueles em que o lugar ocupado pelo documento era o critério definidor para a estruturação do arranjo e composição da cota.

Entre os primeiros autores analisados, a escolha entre sistemas de localização fixa e sistemas de localização relativa estava condicionada ao tamanho das coleções, sendo que as menores, em geral, eram coleções particulares. Para Namur (1834) e Constantin (1841) as pequenas coleções poderiam ser ordenadas pela ordem de entrada, o que não conviria às grandes coleções, que demandavam arranjos classificatórios como meio de facilitar o trabalho de busca dos profissionais. Este quadro seria invertido por Morel (1908) e Crozet (1932) que afirmavam a pertinência do método classificatório para o favorecimento de uso pelo público e, talvez, por isso, associavam aos arranjos sistemáticos a autoria como atributo secundário. Porém, no conjunto dos manuais analisados, arranjos cronológicos ou sistemáticos eram apresentados sem maiores considerações ou avaliações comparativas que apontassem as vantagens associadas à opção entre um ou outro.

A escolha que aparecia frequentemente justificada nos manuais e que caberia a qualquer proposta era a divisão dos documentos por tamanho, fosse conjugada com a ordem de entrada ou com arranjos sistemáticos. Além de garantir a rápida realização da atividade, conforme afirmava Namur (1834, p. 50), a divisão por tamanho economizaria espaço, evitaria a irregularidade visual e facilitaria a manutenção da ordem estabelecida. Quase 100 anos depois, Crozet (1932, p. 65) faria considerações de mesmo teor afirmando que arranjos divididos por tamanho eram especialmente favoráveis à conservação dos documentos, à economia de espaço e, ainda, como meio de dar à coleção um aspecto visual agradável.

Excetuando-se os manuais de Namur (1834), Constantin (1841) e Cim (1902, 1907, 1908), a apreciação de variadas tipologias e suportes documentais foi recorrente entre os autores, sobretudo quando se considera a frequente menção aos periódicos e manuscritos que, juntamente dos livros, tiveram bastante expressividade nos manuais analisados. O exemplo

mais expressivo foi encontrado nas propostas de Crozet (1932) que, além de trazer à tona inúmeras tipologias documentais, ofereceu breves instruções acerca dos atributos que poderiam ser escolhidos para ordenar cada uma delas. Indicações de separação de parcelas da coleção do arranjo geral em função das diferentes tipologias documentais também estiveram presentes nas colocações de Delisle (1910), Maire (1896) e Morel (1908, 1910).

Outro ponto importante no sentido de apontar para uma coesão entre os autores é a presença incontroversa do termo *classement* para indicar uma das etapas indispensáveis à estruturação de uma biblioteca: a ordenação. Alguns destes autores se valeram de outros termos, também próprios à ordenação, para indicar atividades e instrumentos necessários à sua realização. Dentre os manuais analisados, Morel (1910, p. 225) foi o primeiro autor a estabelecer uma clara distinção entre os termos ordenação de livros (*classement des livres*) e ordenação de fichas (*classement des fiches*). Segundo o autor, ordenar as fichas de um catálogo não seria substitutivo à ordenação de documentos, e tampouco o inverso seria válido. A dimensão material dos documentos levaria a certas escolhas, como, por exemplo, a separação dos grandes atlas das obras que os comentavam, escolha esta que, para a uniformidade das fichas, seria absolutamente desnecessária ou incongruente.

Delisle (1896, 1910) foi quem primeiro empregou o termo cota (*cote*), dentre os manuais analisados, para referir-se à marca responsável por indicar a posição ocupada por um documento dentro da coleção, fosse em sistemas de localização fixa ou relativa. Depois dele, Maire (1896), Cim (1908) Morel (1910) e Crozet (1932), fizeram alguma menção ao termo no contexto das propostas de ordenação de documentos sem modificar-lhe o sentido primeiramente atribuído. Neste sentido, entre os autores estudados, *classement* e *cote* se constituíram como os termos mais recorrentes e estáveis para a abordagem francesa sobre ordenação de documentos.

Percurso distinto foi observado para o quadro de ordenação (*cadre de classement*) que, tendo sido empregado, também pela primeira vez, por Delisle, em 1910, voltou a figurar nos manuais apenas com Crozet, em 1932. A despeito da diferença temporal que separa os dois manuais, em ambos o sentido atribuído ao quadro de ordenação foi o mesmo. Delisle demarcava-o como a estrutura de classes empregada para fins de ordenação nas estantes que deveria "[...]modificar-se de acordo com os lugares e sobretudo de acordo com a abundância e natureza dos materiais"⁷⁵ (DELISLE, 1910, p. 11, tradução nossa). Crozet (1932, p. 279) apresentava dois quadros de ordenação em seu manual: o primeiro deles voltado para a

⁷⁵ "[...]se modifier suivant les lieux et surtout d'après l'abondance et la nature des matériaux" (DELISLE, 1910, p. 11).

elaboração das entradas nos catálogos sistemáticos e o segundo destinado à ordenação dos documentos sobre as estantes. Ao explicar o quadro de ordenação de documentos, o autor mencionava a necessidade de adaptações na estrutura classificatória original, empregada para a ordenação no catálogo sistemático, em função das imposições colocadas pela disposição material dos documentos. Segundo Crozet (1932), em classes demasiado extensas era possível transformar parte das classes subordinadas em classes de mesmo nível hierárquico, ou, ainda, reelaborar algumas classes a fim de favorecer a composição de cotas e arranjos mais fáceis. Simplificar a estrutura original de classificação pela diminuição dos níveis hierárquicos e do número total de classes consistiria em tarefa fundamental para a ordenação de documentos segundo estas propostas.

Mesmo sem se valer de terminologia específica, Morel (1908, p. 233) propunha o mesmo tipo de adaptação quando mencionava o uso da CDD para fins de ordenação de documentos visto que, segundo ele, as dez classes principais acompanhadas de algumas subdivisões já seriam capazes de oferecer uma estrutura adequada. Pode-se entender, portanto, que além compor termo próprio à ordenação, o quadro de ordenação se caracterizava pela proposta de elaboração de um sistema próprio ou da adaptação institucional realizada sobre um sistema de classificação bibliográfica já elaborado, a fim de torná-lo mais compatível com as necessidades locais, sobretudo no que se referia ao perfil da coleção. Sob outra perspectiva, depreende-se das falas de Delisle (1910), Morel (1910) e Crozet (1932) que a função do bibliotecário estava associada às escolhas intrínsecas aos modos de implantação dos sistemas de classificação bibliográfica, cabendo-lhe, portanto, papel intelectual no exercício do ofício, pois interveniente nas soluções escolhidas, não fechadas ou definidas de antemão.

Cabe ainda ressaltar que o processo de ordenação dos documentos era tratado em separado da apresentação ou escolha dos sistemas de classificação bibliográfica. Nos manuais analisados, a apresentação dos sistemas de classificação bibliográfica seguia as instruções para a elaboração do catálogo sistemático, como em Namur (1834) e Constantin (1941), ou era explorada em seção própria, como em Maire (1896), Cim (1908), Crozet (1932), o que tornava ainda mais clara a relação de complementaridade, mas não dependência, entre a proposição de arranjos e o emprego do método sistemático. A CDD, por exemplo, foi analisada por Delisle (1896) e mencionada por Maire (1896), que a listava dentre os sistemas de classificação bibliográfica existentes à época e apresenta suas 100 primeiras divisões. Do mesmo modo, Cim (1907) e Morel (1908) mencionavam a CDD e Crozet (1932) reportava-se à CDU, mas nenhum destes autores prescrevia sua utilização na configuração dos arranjos,

apontado-as, apenas, como uma alternativa dentre outras possíveis. Não havia, aparentemente, nenhuma unanimidade quanto à escolha dos sistemas de classificação bibliográfica à época, o que, em certa medida, encontra correspondência com a proposição dos quadros de ordenação por Delisle (1910), Morel (1908) e Crozet (1932).

As propostas de ordenação de documentos presentes nos manuais analisados foram discutidas nos aspectos concernentes ao seu âmbito geral, não chegando a contemplar sua instrumentalização detalhada ou os pormenores implicados na opção por certo arranjo. Assim, poucos foram os autores que se dedicaram ao exame das cotas referentes aos arranjos propostos e nenhum deles pôs-se à explicitação processual de sua composição. É possível que a elaboração das cotas tenha levado ao desenvolvimento de soluções muito mais completas e complexas do que aquelas expostas pelos autores, pois o que aparece evidenciado pelos manuais é preferencialmente uma reflexão quanto ao processo de ordenação de documentos, não a busca por uma solução replicável.

Se além da conservação material a ordenação de documentos tinha por objetivo a simplificação e a agilidade nas buscas, fosse como elemento facilitador das funções do bibliotecário ou como recurso de acesso às coleções pelo público, a cota era, anteriormente, vista como um recurso de localização do documento, sendo possível torná-la funcional à biblioteca, tanto a partir de sistemas de localização fixa, quanto a partir de sistemas de localização relativa. Estes sistemas não parecem necessariamente hierarquizados no conjunto das propostas descritas e esta concepção só será modificada quando o livre acesso às estantes passa a ser considerado elemento fundamental, o que pode ser percebido, como já ressaltado, no posicionamento de Morel (1908), que descrevia exclusivamente arranjos sistemáticos e considerava os sistemas de localização fixa prejudiciais às bibliotecas públicas. Ainda assim, Morel (1908, p. 227) afirmava que cada biblioteca deveria encontrar, por ela mesma, sua própria ordenação.

De modo similar, tratando-se de uma adaptação local do sistema de classificação bibliográfica para fins de ordenação, o quadro de ordenação não foi abordado quanto aos critérios norteadores para sua elaboração. Não havia indicações quanto à estrutura de classes a ser proposta a partir do sistema de classificação bibliográfica escolhido, quanto a um possível número de níveis hierárquicos que pudesse servir de guia na construção do quadro ou aos modos de consolidar a proposta em uma orientação que pudesse ser explicitada institucionalmente. De outro modo, havia uma sugestão de incorporação particular dos sistemas de classificação bibliográfica, mas inexistiam orientações relacionadas à sua viabilização institucional.

Na ordenação de documentos, as discussões apresentadas por estes autores pouco especificaram os aspectos procedimentais e não se estabeleceu um modo único e referencial de se realizar a atividade. Apesar das similaridades identificadas, no que concerne à composição da cota, por exemplo, quando mencionada, a atividade apresentava significativas nuances entre os autores. Mesmo tratando-se de manuais, não foram encontradas descrições pormenorizadas acerca da dimensão técnica do processo. Se de um lado ficam questionamentos quanto aos modos de proceder que estariam associados às propostas apresentadas, por outro, o entendimento da ordenação de documentos como etapa particular e necessária à estruturação de uma biblioteca parece ter ressaltado suas características próprias no conjunto dos processos descritos pelos manuais, e, também, quanto aos métodos que viabilizariam sua efetivação e quanto à relação destes métodos com os instrumentos empregados.

3.2 DA PROPOSIÇÃO À CONSOLIDAÇÃO DO NÚMERO DE CHAMADA: UM MODELO ANGLO-AMERICANO

Em levantamento realizado no ano de 1893 nas bibliotecas estadunidenses com 25 mil itens ou mais, Horace Kephart buscava identificar os esquemas utilizados para a ordenação dos livros nas estantes, a fim de detectar conjunturas favoráveis que viabilizassem a cooperação entre estas instituições sem a imposição de uma uniformidade demasiada (KEPHART, 1896, p. 861). Após analisar os dados coletados em 127 bibliotecas, Kephart (1896, p. 890) afirmou que o único consenso substancial identificável entre os bibliotecários referia-se à ideia de que os livros não deveriam mais ser ordenados nas estantes cronologicamente, alfabeticamente ou por tamanho, mas conforme o assunto de que tratavam.

Neste panorama esboçado para as grandes bibliotecas, Kephart ansiava apresentar um quadro sobre os sistemas de classificação bibliográfica empregados nos Estados Unidos como primeiro passo na construção de um trabalho cooperativo em classificação. Esta motivação justificava-se, pois, segundo o autor, mesmo tendo emergido em fins dos anos de 1870, a literatura sobre classificação era ainda o trabalho de poucos homens e não refletia as conclusões dos bibliotecários estadunidenses enquanto classe (KEPHART, 1896, p. 861). A pesquisa revelava, na virada do século XIX para o século XX, a existência de variados arranjos materializados no emprego de diferentes esquemas, posto que, em 66 instituições, soluções locais eram utilizadas, e nas outras 61 instituições, as bibliotecas haviam escolhido

um dentre os nove sistemas de classificação mais conhecidos à época⁷⁶. Dentre as instituições que faziam uso de soluções locais, foram descritos tanto sistemas de localização relativa, quanto um considerável número de sistemas de localização fixa. Entre as bibliotecas que adotavam esquemas de classificação bibliográfica já conhecidos para a ordenação de documentos, os mais comuns foram a Classificação Decimal de Dewey, em 37 instituições, e a Classificação Expansiva de Cutter, em oito delas.

A pesquisa de Kephart (1896), como esclareceu o próprio autor, nos oferece poucos dados passíveis de generalização, pois, além de não ser exaustivo, seu levantamento não contemplava, por exemplo, bibliotecas com menos de 25 mil itens. Todavia, parece válido inferir que o interesse em classificação a que Kephart (1896) fazia menção, não havia conseguido sedimentar, até aquele momento, a hegemonia de alguma das soluções sistemáticas, o que pode ser atestado, segundo Eaton (1955, p. 168), pela observação de que as cinco maiores bibliotecas estadunidenses do período utilizavam quatro diferentes sistemas de classificação para fins de ordenação de suas coleções.

Quando cotejamos os dados colhidos por Kephart (1896) com o relatório “*Public libraries in the United States of America: their history, condition, and management*”⁷⁷, apresentado pelo *Bureau of Education*, em 1876, é possível perceber o quanto as propostas de sistemas de localização relativa, mesmo que ainda não hegemônicas, haviam ganhado corpo nas discussões entre especialistas (SLAVIC, 2009; SATIJA, ©1990) e passaram a ser adotadas pelas instituições nascentes ou por aquelas que procediam à reordenação parcial ou total de suas coleções. No relatório de 1876, as práticas de ordenação de documentos apresentadas como preponderantes à época eram aquelas baseadas em sistemas de localização fixa, como as descritas por William Poole, no capítulo intitulado “*The organization and management of public libraries*”. De modo geral, os arranjos estavam estruturados sob classes temáticas bastante amplas, raras vezes divididas em subclasses, a partir das quais as estantes eram identificadas para que, dentro delas, os livros tomassem sua posição sequencial e definitiva no espaço (UNITED STATES, 1876, p. 492-493). Procedia-se, nestes esquemas, à

⁷⁶ Dentre as nove perguntas constantes no questionário que Kephart enviou às bibliotecas para realizar sua pesquisa, constava a seguinte questão: “*Do you use Cutter, Dewey, Edmands, Fletcher, Harvard, Larned, Perkins, Schwartz, or Smith Classification?*” (KEPHART, 1986, p. 862). Estes eram, segundo Eaton (1955, p. 24), os nove esquemas de classificação publicados até o momento.

⁷⁷ Como afirmava John Eaton, responsável pela condução do relatório, a noção de biblioteca pública estava, neste documento, associada à relação que estas instituições estabeleciam com a educação, em sentido amplo. Por isto, uma gama variada de bibliotecas foi alvo da pesquisa que abarcou, desde as tradicionais bibliotecas de universidades, até aquelas vinculadas a asilos, reformatórios e prisões (UNITED STATES, 1876, p. xiv).

identificação dos livros a partir do lugar que estes ocupavam na sala, estante e prateleira correspondente ao assunto de que tratavam.

O relatório de 1876 encontrava na proposição de um diagnóstico quanto à situação das bibliotecas públicas o seu escopo fundamental, mas não se restringia a ele. A apresentação de aspectos gerenciais, também relacionados aos procedimentos técnicos, tinha como objetivo tornar o documento útil para os bibliotecários aspirantes, apresentando-lhes propostas de ação elaboradas por bibliotecários já reconhecidos naquele período (MIKSA, 1973, p. 37). Ao mesmo tempo em que olhava para o passado e para o presente, oferecendo um diagnóstico das bibliotecas públicas estadunidenses, o relatório também apontava para uma perspectiva de futuro na medida em que apresentava prescrições quanto aos modos de ação mais adequados para levar a cabo atividades necessárias ao funcionamento de uma biblioteca.

A publicação da primeira edição da Classificação Decimal de Dewey, também de 1876, como parte de um dos capítulos do relatório, conferia posição de destaque ao sistema e demonstrava propensão à defesa da localização relativa como mecanismo mais eficaz para a ordenação dos livros nas estantes (UNITED STATES, 1876, p. 623). Mesmo que sua adoção não tenha se concretizado imediatamente na prática profissional, já que a multiplicidade de soluções locais ainda expressava vigor em fins do século XIX (KEPHART, 1896), ela despertou o interesse de vários profissionais e colocou-se como uma espécie de baliza à qual, de algum modo, os sistemas posteriores se referiam.

Os quase 20 anos que compreendem desde a publicação do relatório sobre as bibliotecas públicas dos Estados Unidos (UNITED STATES, 1976) até a elaboração da pesquisa de Horace Kephart (1896) são marcados por intensos debates em torno das soluções voltadas à ordenação de documentos que se estenderam, mesmo que gradativamente menos intensos, até as primeiras décadas do século XX. Em meados do século XIX, como aponta Slavic (2009, p. 261), a defesa do acesso livre às estantes e os respectivos arranjos propostos para os documentos tornaram-se preocupação fundamental entre os modernos teóricos da Biblioteconomia de matriz anglo-americana, suscitando a elaboração de uma série de propostas orientadas a sistemas de localização relativa. Melvil Dewey, Stephen Noyes, Jacob Schwartz e John Bailey, alguns dos bibliotecários participantes da redação do relatório de 1876, afirmavam:

Nós não reivindicamos que a localização relativa seja toda uma ideia nova, pois ela tem sido utilizada em outras bibliotecas. Nós afirmamos ter encontrado um método de assegurar suas grandes vantagens e, ao mesmo

tempo, evitar seus grandes defeitos como até aqui utilizada (UNITED STATES, 1876, p. 635, tradução nossa)⁷⁸.

Esta fala remete não apenas ao relativo conhecimento quanto às práticas de ordenação existentes à época, como também assinala o desejo dos autores de que as novas metodologias propostas pudessem avançar na determinação de princípios comuns que corroborassem para o estabelecimento de métodos mais adequados aos objetivos propostos.

O relatório de 1876 representava a visão combinada de vários bibliotecários e pessoas favoráveis ao estabelecimento das bibliotecas públicas nos Estados Unidos e buscava, com isto, expressar uma abordagem coesa para o desenvolvimento destas instituições. Se por um lado, conforme afirma Miksa (1983, p. 57), o papel cultural de bibliotecas e bibliotecários já estava estabelecido à época, uma melhor compreensão deste papel e da importância dos bibliotecários para realizá-lo ainda era necessária. Isto porque, até o período, talvez excetuando as ideias gerais quanto aos objetivos das bibliotecas públicas e de sua estrutura organizacional, não havia atividade própria de bibliotecas que tivesse conseguido sistematizar-se e disseminar-se com expressiva uniformidade e padronização (MIKSA, 1983, p. 60). A ideia de semelhança entre as bibliotecas "não estava limitada a ideais, objetivos e um senso de dever, todavia. Ela focava diretamente nos principais procedimentos empregados por bibliotecários, tais como catalogação, ordenação, métodos de seleção e métodos de compra de livros"⁷⁹ (MIKSA, 1983, p. 60, tradução nossa).

A definição de uma agenda de convenções e encontros profissionais, juntamente com um periódico orientado especificamente para os interesses expressos por estes profissionais, poderia servir como um fórum voltado à troca de informações sobre os procedimentos biblioteconômicos que ainda careciam de uniformidade e padronização, além de favorecer o reconhecimento do valor e a definição do escopo científico de um campo em afirmação (MIKSA, 1983, p. 56-57). Assim, a fundação da *American Library Association* (ALA) e do *Library Journal*, ambos no ano de 1876, colaborou para a sistematização de debates, a proposição de modos de ação comuns para os ambientes de biblioteca e a configuração de um perfil profissional para o bibliotecário.

⁷⁸ "We do not claim this relative location to be at all a new idea, for it has been used in other libraries. We do claim to have found a method of securing its great advantages and at the same time avoiding its great defects as heretofore used" (UNITED STATES, 1876, p. 635).

⁷⁹ "[...]was not limited to ideals, goals, and a sense of mission, however. It focused directly on the chief procedures employed by librarians, such as cataloguing, shelf arrangement, selection methods, and book buying methods" (MIKSA, 1983, p. 60).

Em um dos editoriais do primeiro volume do *Library Journal*, Dewey expressava a relevância da uniformidade para as bibliotecas, especialmente em função dos fatores econômicos envolvidos:

Muitos ficarão surpresos ao descobrir como muitas vezes custam mais os salários e outras despesas do que os próprios livros. O movimento atual tem como pilar a economia dessas outras despesas. Catalogação, indexação, e o conjunto das coisas que as compreendem, devem ser feitos uma única vez para todas as bibliotecas, numa vasta redução para cada instituição, enquanto a qualidade do trabalho será melhorada. O resultado do progresso bem sucedido deste esforço será o de garantir uma melhor administração com despesas menores, e um percentual maior da renda é, portanto, disponibilizado para os livros⁸⁰ (DEWEY, 1876, p. 321-322, tradução nossa).

De modo análogo às outras atividades citadas por Dewey, a ordenação de documentos foi examinada e discutida tendo em vista o estabelecimento de soluções que respondessem às demandas colocadas naquele contexto, a saber, essencialmente o ideal de conjugação dos sistemas de localização relativa com o acesso livre às estantes. Com isto, foram alçados ao campo de discussão entre profissionais dos séculos XIX e XX elementos centrais ao processo, como a suposta superioridade dos sistemas de localização relativa quando comparados aos sistemas de localização fixa, a classificação bibliográfica, o número de chamada e seus componentes, assim como a aposta na viabilidade de se promover o acesso livre às estantes.

Embora nascidas entre bibliotecários dos Estados Unidos, estas questões e a elaboração de uma literatura técnica que as subsidiasse foram acompanhadas pelos profissionais ingleses que encontravam também no *Library Journal* um meio de participar, divulgar e tomar conhecimento das questões pertinentes ao funcionamento e organização das bibliotecas (HASSENFORDER, 1966, p. 169). Em 1886, Thomas Greenwood, bibliotecário inglês e grande entusiasta do movimento de expansão de bibliotecas públicas, publicou um manual sobre bibliotecas públicas no qual descrevia o funcionamento e os modos de organização destas instituições, mencionando brevemente o esquema de Dewey como o mais adequado para a ordenação de coleções gerais. Este manual obteve tamanho sucesso que, em sua quarta edição, de 1891, Greenwood ampliou seu escopo e passou a apresentar diferentes

⁸⁰ "Many will be astonished to find how often it costs more for salaries and other expenses than for the books themselves. The present movement has as its corner-stone the economizing of these other expenses. Cataloguing, indexing, and the score of things which admit it, are to be done once for all the libraries, at a vast reduction to each institution, while the quality of the work will be improved. The result of the successful progress of this effort will be to secure better administration with smaller expenditures, and a much larger per cent of the income is therefore made available for books" (DEWEY, 1976, p. 321-322).

sistemas de localização fixa adotados em seu país, contrapondo-os à CDD que, segundo ele, era o mais conhecido entre todos os esquemas de classificação que serviam de base à definição de sistemas de localização relativa (GREENWOOD, 1891, p. 180). Num esforço de síntese similar e que, a exemplo do manual de Greenwood, também deu origem a uma série de reedições, o manual voltado à ordenação de livros nas estantes, publicado por James Duff Brown, em 1898, asseverava a relevância dos sistemas de localização relativa e, por conseguinte, do método sistemático. Outro defensor do movimento de bibliotecas públicas inglesas, Brown fortaleceu o esforço de reflexão dos bibliotecários ingleses de fins do século XIX, tendo estendido seus trabalhos para a década seguinte.

Nestas discussões, travadas tanto entre estadunidenses quanto entre ingleses, destacaram-se bibliotecários hoje consagrados, como, por exemplo, Melvil Dewey, Charles Ammi Cutter, Jacob Schwartz e John Edmands, cujas propostas foram, em grande medida, revisitadas e discutidas pelo próprio James Duff Brown, por Henry Evelyn Bliss e também por Ranganathan. Deste modo, os trabalhos destes autores são o foco inicial da análise que segue.

3.2.1 Jacob Schwartz

Jacob Schwartz publicou um artigo no *Library Journal*, de 1878, no qual apresentava as bases do esquema de ordenação que ele havia elaborado em 1871 e que estava em uso na *New York Apprentices Library* desde o ano de 1872. Denominado “*Combined System*”, o esquema de Schwartz visava mesclar as características dos três métodos que o próprio autor identificava como sendo basilares para a ordenação de documentos, denominando-os: numérico; alfabético e sistemático ou classificatório (SCHWARTZ, 1878, p. 6). Schwartz afirmava que cada um destes métodos poderia ser usado individual ou conjuntamente, como ocorria, por exemplo, em bibliotecas nas quais os sistemas de localização fixa combinavam grandes classes temáticas com a numeração sequencial dos livros incorporados à coleção; em bibliotecas que ordenavam os livros com base em arranjos puramente alfabéticos ou, ainda, naquelas que associavam a ordenação em amplas classes temáticas com a ordenação alfabética por autores dentro destas classes. Schwartz argumentava (1878, p. 6) que a despeito das várias combinações possíveis, até aquele momento ninguém havia combinado os métodos alfabético, numérico e sistemático, embora esta fosse a única possibilidade de construção de um sistema perfeito.

Diante desta constatação, o autor passava a apresentar seu esquema cuja denominação visava explicitar a combinação das características essenciais de cada um dos três métodos: 25 letras maiúsculas do alfabeto (A-Z, excetuando-se o J) representavam as classes principais alfabeticamente ordenadas a partir do nome que recebiam, os números de 1 a 9 faziam a primeira subdivisão das classes principais, mantendo também para as subclasses a ordenação alfabética de seus assuntos representada em sequência numérica e, se necessário, as letras do alfabeto poderiam ser pospostas aos números a fim de criar novas subdivisões.

As subclasses não são apenas organizadas em ordem alfabética, mas *alfabético-numericamente*; isto é, cada número é utilizado para, e associado com, um grupo particular de letras. Assim, assuntos que começam com letras A e B são sempre numerados 1. O número 2 representa Br até C, 3 corresponde de D até F, 4 para G e H, 5 de I até L, 6 para M e N, 7 para O até R, 8 para S, e 9 de U até Z⁸¹ (SCHWARTZ, 1882a, p. 84, tradução nossa).

Para o autor,

O sistema alfabético classificado apodera-se do pensamento central da classificação - grupos de assuntos - e ordena-os de forma que proporciona uma chave para sua ordem, e isso é tudo o que deveria ser exigido de qualquer esquema destinado, não para especialistas, mas para os leitores de todas as classes⁸² (SCHWARTZ, 1882b, p. 229, tradução nossa).

Em cada nível do esquema classificatório os livros poderiam ser divididos de acordo com seu tamanho e, em cada um desses agrupamentos por tamanho, eles seriam ordenados alfabeticamente de acordo com o sobrenome dos autores. A ordenação dentro das classes era conseguida a partir da divisão de uma sequência numérica de 1.000 números (0 a 999) em quatro diferentes agrupamentos a depender do tamanho do livro e, dentro dos quais as iniciais dos sobrenomes eram convertidas em notações numéricas, que Schwartz (1878, p. 7) denominava número do author (*author number*). Com isto, simultaneamente, obtinha-se a ordenação conforme o tamanho e a autoria dos livros.

Por ser o tamanho mais comum, o que resultaria em grande número de livros dentro do agrupamento, os autores de livros publicados como *duodécimos* (D) compreendiam o maior

⁸¹ "The subclasses are not only arranged alphabetically, but *alphabetico-numerically*; that is, each number is used for, and associated with, a particular group of letters. Thus subjects beginning with letters A and B are always numbered 1. No. 2 represents Br to C, 3 is for D to F, 4 for G and H, 5 for I to L, 6 for M and N, 7 for O to R, 8 for S, and 9 for U to Z" (SCHWARTZ, 1882a, p. 84).

⁸² "The alphabetic classed system seizes upon the central thought of classification - groups of subjects - and arranges them in a way that affords a ready key to their order, and this is all that ought to be required of any scheme intended, not for specialists, but for readers of all classes" (SCHWARTZ, 1882b, p. 229).

intervalo numérico, de 0 e 499; os *octavos* (O), menos comuns entre 500 e 799; ainda menos frequentes e, por isso, com intervalos menores, os *quartos* (Q) entre 800 e 899 e os *folios* (F) entre 900 e 999. Dentro de cada uma das quatro seções, iniciais comuns a sobrenomes eram distribuídas alfabeticamente, o que resultava na seguinte repartição para a composição do número do autor:

Quadro 2 - Extratos da Tabela de Schwartz, de 1878

Iniciais do sobrenome do autor	Tamanho e respectivo intervalo numérico			
	D 0-499	O 500-799	Q 800-899	F 900-999
Aa...	0	500	800	900
Ac...	2	501	"	"
Ad...	3	502	"	"
Ai...	5	"	801	901
Kir...	245	647	849	949
Kla...	246	648	850	950
Kna...	248	649	"	"
Wor...	490	794	897	997
Za...	498	799	"	"

Fonte: Schwartz (1878, p. 7-8).

Os números de autor, embora integrais, por serem atribuídos com base na ordem alfabética, permitiam a interpolação de novos itens e refletiam a ordenação alfabética pretendida. Embora considerasse que a opção da ordenação dos livros dentro das classes poderia ocorrer pela ordem de entrada dos itens, Schwartz afirmava que esta solução era essencialmente arbitrária, pois acidental e destituída de explicação (SCHWARTZ, 1882c, p. 149). Para o autor, "como o assunto tratado determina o lugar de cada livro no esquema de classificação, seria mais lógico e coerente ter o *número* condicionado por algo no próprio livro"⁸³ (SCHWARTZ, 1882c, p. 150, tradução nossa). Daí sua escolha pela conjugação entre tamanho e autoria.

Schwartz compreendia que sem a junção com os outros elementos seu esquema de classificação bibliográfica poderia ser empregado para a elaboração de sistemas de localização fixa, ou absoluta (*absolute location*), como ele mesmo denominava. Para tanto, segundo o autor, bastava dividir o mobiliário de acordo com a estrutura de classes e subclasses e definir, para cada subclasse, um intervalo numérico para certo número de prateleiras que comportassem os livros incorporados à coleção (SCHWARTZ, 1879, p. 5). Contudo, não

⁸³ "As the subject treated of determines the place of each book in a scheme of classification, it would be more logical and consistent to have the *number* conditioned by something in the book itself" (SCHWARTZ, 1882c, p. 150).

seria este seu uso mais significativo, já que Schwartz estava em busca de um sistema para localização relativa dos documentos. Para o autor, a definição de um sistema de localização relativa se fazia pela soma de um esquema de classificação bibliográfica com outros atributos, relacionados aos documentos a serem ordenados, que orientassem os modos de se proceder a disposição destes documentos dentro das classes, colocando-os em relação a eles mesmos, não ao mobiliário que os abrigava.

Em artigo de 1882, também no *Library Journal*, além de defender o sistema proposto em 1871, com pequenos aperfeiçoamentos, Schwartz explicitava aquilo que ele considerava suas maiores virtudes: ser mnemônico e objetivo. A mnemonia era, segundo o autor, fruto do arranjo alfabético dos nomes das classes que também correspondiam à sua notação e, com isso, poderiam ser plenamente reconhecidas. A objetividade, por sua vez, configurava-se pois a ordem das classes seria definida não pela mente do elaborador do esquema, mas condicionada por sua ordem alfabética, um critério externo e, portanto, segundo o autor, objetivo (SCHWARTZ, 1882c, p. 149).

Neste texto, Schwartz (1882c) publicou uma nova tabela alfabética para atribuição do número de autor, ressaltando que, diferentemente da proposta anterior, nesta tabela os números deveriam ser atribuídos levando-se em conta a abundância ou escassez de itens dentro de uma classe e que as divisões por tamanho, outrora consideradas indispensáveis, não eram fundamentais ao bom funcionamento do esquema (SCHWARTZ, 1882c, p. 152-153). O autor acrescentava, ainda, indicações quanto à possibilidade do emprego de elementos diferenciadores para trabalhos de um mesmo autor dentro da mesma classe ou para itens duplicados. No caso de vários trabalhos do mesmo autor numa mesma classe, Schwartz indicava o acréscimo do número do título (*title number*), que poderia ser uma indicação numérica da ordem de entrada dos itens sob uma mesma classe e autoria, ou a letra inicial do título para manter uma ordenação completamente alfabética (SCHWARTZ, 1882c, p. 150). Para os itens duplicados, Schwartz propunha a adição de uma letra minúscula após o número do título. Estas adições sugeridas a partir da segunda tabela permitiriam ampliar a capacidade de individualização alcançada pelo número do autor. Elas apontavam para a crença de Schwartz quanto à superioridade dos sistemas de localização relativa e também demonstravam sua preocupação de encontrar meios práticos de efetivá-los e, ao mesmo tempo, garantir a coerência da proposta.

Considerado rival de Dewey, à época da publicação da CDD, por ser o único a publicar um sistema alternativo completo (SATIJA, 1987, p. 70), a proposta de Schwartz serviu tanto para inspirar novas soluções de ordenação de documentos quanto despertou

críticas bastante severas. Dewey, por exemplo, condenou-o por ser um típico exemplo da impossibilidade de se construir um sistema híbrido com qualidade, pois ele combinaria todos os problemas de um sistema estruturado em classes e de um sistema alfabético (DEWEY; PERKINS; CUTTER, 1879, p. 92). Cutter, por sua vez, afirmava que, aparentemente atrativo, o esquema de classificação de Schwartz era insatisfatório porque a definição do nome dos assuntos estava subordinada ao imperativo de se escolher palavras que coubessem na ordem alfabética, mas que não necessariamente favoreciam a estrutura lógica e pretensamente objetiva do esquema (DEWEY; PERKINS; CUTTER, 1879, p. 92).

Se o sistema de Schwartz levantou uma série de questionamentos quanto à sua validade, as tabelas para realizar a individualização dos itens dentro das classes, a partir do sobrenome do autor, obtiveram reconhecimento entre outros autores dedicados ao tema da ordenação de documentos. Sua proposta de criar um padrão para conversão dos sobrenomes de autores em notações numéricas foi a base para o desenvolvimento de uma série de outras tabelas que também objetivavam realizar a ordenação alfabética dos autores dentro das classes. John Edmands, bibliotecário da *Mercantile Library* da Filadélfia, no simpósio sobre o número de livro, em 1879, afirmava ter tirado proveito da tabela de Schwartz para a determinação do número de autor de seu sistema, fazendo apenas o acréscimo da inicial do sobrenome anteposta ao número extraído da tabela (EDMANDS et al., 1879, p. 39). Cutter, em artigo publicado no *Library Journal* em 1878, reconhecia ter nascido da análise conjunta do esquema de Schwartz e de Dewey, sua concepção de uma tabela decimal para atribuição de marcas de autor a partir de sobrenomes. Os números utilizados por Cutter para a composição da marca do autor foram inspirados na tabela de Schwartz e a ideia de decimalizá-los teria partido do esquema classificatório proposto por Dewey (CUTTER, 1878, p. 249).

Porém, mesmo tendo ocupado lugar de destaque nas primeiras discussões sobre os esquemas de classificação bibliográfica para fins de ordenação de documentos, especialmente conforme o método sistemático, e, conseqüentemente, na composição do número do livro, a proposta de Schwartz acabou desaparecendo da história das bibliotecas, segundo Comaromi, após uma série de disputas das quais outros modelos saíram vitoriosos (COMAROMI *apud* SATIJA, © 1990, p. 24).

3.2.2 Melvil Dewey

Dewey afirmava que em uma biblioteca a questão mais relevante a ser pensada, após a aquisição de livros e de estantes, seria a definição de um método de ordenação que auxiliasse na tarefa de encontrar os livros desejados (DEWEY, 1879a, p. 117). Segundo o autor, era possível destacar quatro métodos de ordenação de uso corrente: de entrada, pelo tamanho dos livros, alfabético por autoria e de assunto. Ainda que outros métodos pudessem ser encontrados, como a ordenação dos livros conforme seus editores, conforme o tipo ou cor da encadernação, segundo seu valor monetário ou científico, pela língua ou pela ordem alfabética dos títulos, Dewey afirmava que eles eram problemáticos porque, ou se destinavam a um grupo muito específico, como no caso dos livreiros e a ordenação por editores, ou eram fruto de mentes extravagantes e pouco contribuíam para a identificação de um livro (DEWEY, 1879a, p. 117; DEWEY, 1886, p. 229-300). Apesar de denominá-los métodos, Dewey referia-se essencialmente a atributos de documentos que podiam ser escolhidos como elementos primários para a configuração de uma proposta de ordenação nas estantes. Assim, o autor passava a descrever como se dava a ordenação dos documentos tendo como atributo primário, que ele denominava método, o tamanho, o número de entrada, o sobrenome do autor e o assunto, construindo uma explicação que justificasse sua predileção pelo assunto e, portanto, estabelecesse uma associação com os esquemas de classificação bibliográfica.

A ordenação por tamanho era aquela em que os livros seriam primeiramente agrupados conforme seu tamanho, independentemente de qualquer outra de suas características, e sequencialmente dispostos conforme sua ordem de entrada. Portanto, configurando um sistema de localização fixa. Quando aplicada à coleção completa de uma biblioteca, ela resultava na expressiva economia de espaço e numa aparência bonita para as estantes. Todavia, segundo Dewey, a ordenação por tamanho não deveria ser adotada para a biblioteca inteira, mas apenas nos casos em que atuasse como um modificador do sistema regular, embora, mesmo nestes casos, a economia de espaço pudesse ser superestimada (DEWEY, 1879a, p. 118). O autor seguia argumentando que, no caso das bibliotecas públicas, por exemplo, a distinção de tamanhos não deveria ser considerada, uma vez que boa parte dos livros possuía um tamanho similar. Porém, no caso de coleções heterogêneas, como aquelas que comportavam *folios* ou jornais e mapas, dentre outras tipologias, algum plano para divisão dos tamanhos deveria ser empregado para evitar a aparência demasiadamente irregular nas estantes (DEWEY, 1879a, p. 118).

A ordem de entrada foi considerada por Dewey como a mais simples possível, pois nela os livros estariam sequencialmente dispostos, fazendo com que o primeiro livro registrado pela biblioteca recebesse o número um (1) e todos os outros fossem subsequentemente numerados (DEWEY, 1879a, p. 120). O uso deste método não permitia qualquer tipo de intercalação entre os documentos, fazendo com que o catálogo impresso se tornasse um instrumento permanente. Contudo, Dewey ponderava que mesmo parecendo simples e eficaz, este método apresentava grandes desvantagens, pois dispersava todos os assuntos pela biblioteca sem ao menos conferir uma aparência de ordem, sendo, por isso, considerado pelo autor "detestável para fins de trabalho quando aplicado à coleção completa"⁸⁴ (DEWEY, 1879a, p. 120, tradução nossa).

Terceiro atributo analisado, a autoria resultava numa ordenação alfabética da coleção, que, para Dewey, mesmo sendo utilizada por várias bibliotecas como elemento principal na elaboração de arranjos, permitindo seu funcionamento, não demonstrou ser um bom plano, apenas um plano possível (DEWEY, 1879b, p. 191). O autor insistia na insensatez de tentar ordenar uma biblioteca por ordem alfabética de títulos ou de palavras que remetessem a assuntos, já que elas não eram frequentemente utilizadas como critério de busca. Porém, ele reconhecia que o arranjo baseado no sobrenome do autor era o único estipulado com base num elemento suficientemente conhecido e específico que habilitaria a consulta direta às estantes. Dewey ponderava que boa parte das buscas era realizada tendo por objetivo obter todos os livros de um mesmo assunto, mas dificilmente todos os livros de um mesmo autor. Assim, apesar de conseguir reunir toda obra de um mesmo autor, Dewey criticava a ordem alfabética de autoria veementemente, pois além de dispersar assuntos, ela poderia causar uma série de inconvenientes no que concernia à ordenação de vários autores de mesmo sobrenome numa única sequência linear, dificultando as buscas (DEWEY, 1879b, p. 192).

Após examinar os três arranjos anteriores e considerá-los inadequados para a ordenação de uma coleção completa, Dewey afirmou que a divisão por assunto seria a base necessária para qualquer proposta, restando como único ponto passível de divergência o nível em que se deveria interromper o fracionamento dos assuntos (DEWEY, 1879b, p. 192). Segundo o autor, o melhor arranjo para uma biblioteca baseava-se no assunto, pois este era o único capaz de mostrar rapidamente o que a biblioteca continha, oferecendo aquilo que o catálogo nunca seria capaz de fornecer: a visão de todos os livros de um mesmo assunto dispostos materialmente num único espaço. Se não para o leitor, que teria grande comodidade

⁸⁴ "[...]it is detestable for working purposes when applied to the hole collection" (DEWEY, 1879a, p. 120).

em encontrar todos os livros de interesse reunidos, este arranjo seria de grande valia para a conveniência do serviço a ser prestado nos casos em que os leitores não fossem admitidos nas estantes, já que tornava mais ágil o trabalho de encontrar certo item (DEWEY, 1879b, p. 193).

Dewey passou, então, a desenvolver uma argumentação tendo em vista o abandono das classificações gerais (*broad classification*), para as quais apenas classes de assuntos altamente genéricos eram definidas, em favor das classificações minuciosas (*minute* ou *close classification*) que permitiriam a atribuição de assuntos bastante específicos aos livros. Assim, a utilização do método sistemático para a ordenação dos itens nas estantes ia progressivamente ganhando relevo. Dewey afirmava que

[...] o arranjo ideal é este minuciosamente classificado, de tal forma arranjado que indo a qualquer livro na coleção, os livros em ambas as mãos e acima e abaixo serão aqueles que vêm mais próximos por tratarem do mesmo assunto, e que (permitindo as quebras necessárias que surgem aqui e ali) a regra será 'quanto mais distante na localização mais distante no assunto.' Podemos aceitar isso como o ideal, pois dificilmente haverá qualquer objeção exceto que não é viável. Devemos, então, limitar-nos a encontrar o quanto é viável⁸⁵ (DEWEY, 1879b, p. 193, tradução nossa).

O autor justificava esta defesa com base em sua própria experiência e na percepção de que onde quer que tivessem sido estudados ou testados, os sistemas de classificação minuciosa tinham obtido êxito, principalmente porque vinham acompanhados de um índice alfabético que permitia a rápida identificação e localização dos assuntos no conjunto do esquema (DEWEY, 1879b, p. 193-194). Dewey, então, retomaria os atributos anteriormente descritos para discuti-los não mais como atributos primários, mas como elementos subordinados à ordenação baseada em sistemas de classificação bibliográfica. Depois de classificar era necessário decidir como os livros seriam ordenados dentro do agrupamento a que pertenciam. Todavia, para Dewey (1879b, p. 193-194), a ordenação dentro das classes era de menor importância pois cada uma destas classes, dada sua especificidade, conteria poucos livros, o que não implicaria em grandes desafios para encontrar o material desejado.

Inicialmente, a ordenação por ordem de entrada dentro das classes, na qual os itens eram sequencialmente numerados, foi considerada a mais adequada por Dewey por ser a de elaboração mais simples, por permitir rápida percepção dos itens faltantes na estante e por

⁸⁵ "[...] the ideal arrangement is this minutely classified one, so arranged that going to any book in the collection, the books on either hand and above and below will be those that come nearest to treating the same subject, and that (allowing for the necessary breaks that come here and there) the rule will be " the farther away in location the farther away in subject." We may accept this as the ideal, for there will hardly be any objection except that it is not practicable. We must then confine ourselves to finding how much is practicable" (DEWEY, 1879b, p. 193).

mostrar, ao fim de cada assunto, as últimas aquisições da biblioteca, embora nem sempre correspondessem aos livros publicados mais recentemente (DEWEY, 1886, p. 298). O arranjo alfabético por autor também era considerado válido, pois além de agrupar os livros de mesma autoria dentro de uma mesma classe, possibilitaria a retirada e devolução do livro de forma simplificada, uma vez que a busca seria guiada pela orientação alfabética dentro da classe. Porém, Dewey ponderava que dois pontos relevantes precisavam ser considerados ao optar-se pela ordenação alfabética dentro das classes: primeiro, a necessidade de haver correspondência entre a forma de entrada escolhida para o catálogo alfabético e o nome empregado para fins de ordenação e, segundo, a imposição de um catálogo topográfico em fichas, o que seria inerente a quaisquer sistemas que permitissem intercalação dos itens (DEWEY, 1886, p. 298-299). Por sua vez, a ordenação por tamanho dentro das classes, que resultava na criação de tantas bibliotecas paralelas quantas fossem as divisões de tamanho dos livros, confirmava-se como um recurso modificador de uso conjugado com os métodos acima apresentados já que isoladamente não conseguia ordenar os livros dentro das classes, mas apenas propor novos agrupamentos (DEWEY, 1886, p. 301).

A predileção de Dewey pelo método sistemático de ordenação pode ser atestada por sua afirmação de que o desejo de tornar as estantes bonitas estaria dando lugar ao desejo de torná-las úteis (UNITED STATES, 1876, p. 633), uma vez que o esforço realizado na elaboração de um esquema de classificação direcionava-se no sentido de tornar disponíveis conjuntos de livros sob o assunto que pudesse ser mais útil ao estudante que dele necessitasse (DEWEY, 1876, p. 6). Baseado nesta utilidade presumida, Dewey expressava em seu discurso uma confiança inabalável de que, comparativamente, nenhum outro método de ordenação poderia superar aquele estruturado sobre os sistemas de classificação.

Por ocasião da Exposição do Centenário, na Filadélfia, em 1876, realizou-se a Convenção de Bibliotecários⁸⁶ e, na última sessão, Dewey foi convidado a responder a uma série de questionamentos sobre a CDD, esquema de classificação decimal que ele já havia publicado individualmente e também no Relatório de Bibliotecas Públicas do mesmo ano, e que desde 1873 encontrava-se em uso na *Amherst College*. Antes mesmo de ser interpelado com alguma questão sobre o esquema em si, Dewey referiu-se a um dos usos feitos do esquema: a definição do arranjo para a coleção. O autor posicionou-se contrariamente à crítica de que em um sistema de localização relativa, como ele definia o seu, a utilidade estaria

⁸⁶ Estiveram presentes 103 bibliotecários que, respondendo a convocação para um encontro cujo objetivo era criar uma organização profissional, participaram de um conjunto de reuniões nas quais, dentre vários tópicos discutidos, foi decidida a criação da ALA. A convenção de bibliotecários ocorreu entre os dias 04 e 06 de outubro e foi inteiramente reportada no primeiro volume do *Library Journal*.

comprometida pelo fato dos livros mudarem constantemente de lugar e, com o passar do tempo, não poderem ser encontrados novamente por aqueles que conheciam seu lugar inicial. O autor argumentou que embora esta preocupação fizesse parte dos questionamentos que antecederam a incorporação de seu esquema pela biblioteca da *Amherst College*, as dificuldades eram em grande medida imaginárias, pois em quaisquer circunstâncias "o bibliotecário deveria ser capaz de mobilizar, ordenar e gerenciar seus livros como um comandante faz com suas tropas"⁸⁷ (THE PROCEEDINGS, 1876, p. 142, tradução nossa). Ademais, Dewey afirmava não ter dúvidas de que a biblioteca do futuro atribuiria números permanentes aos livros, e não mais às estantes, de modo a permitir mudanças frequentes em seu posicionamento no espaço sem confusão ou perturbação da ordem (THE PROCEEDINGS, 1876, p. 142).

Originalmente publicada sob o título de "*Classification and subject index for cataloguing and arranging the books and the pamphlets of a library*", Dewey afirmava que a CDD havia sido concebida "para fins de catalogação e elaboração de índices, mas verificou-se em testes ser igualmente valiosa para a numeração e arranjo de livros e panfletos nas estantes"⁸⁸ (DEWEY, 1876, p. 3, tradução nossa). Por ser considerado válido também para a ordenação de documentos, o esquema de Dewey vinha acompanhado da explanação de algumas noções fundamentais para que se pudesse utilizá-lo. Segundo o autor, a mais valiosa característica do esquema consistia em sua adequação para a composição de um sistema de localização relativa (*relative location*) dos livros, o que permitiria que o número da estante (*shelf number*), típico dos sistemas de localização fixa ou absoluta (*fixed/absolute location*) e de uso ainda comum, fosse completamente dispensado (DEWEY, 1876, p. 6-7).

Dewey explicava que nos sistemas de localização fixa a ordenação dos livros era feita com base na posição permanente que eles ocupavam nas salas, estantes e prateleiras da biblioteca (DEWEY, 1898, p. 8). O grande inconveniente deste sistema, conforme empregado à época, era a restrição imposta pela capacidade limitada das estantes de acomodar novos itens. Como elas eram identificadas por meio de grandes classes temáticas, o esgotamento da capacidade de armazenamento de uma estante poderia comprometer todo o arranjo materializado, pois novos itens só encontravam lugar na coleção quando sobrepostos aos já existentes, quando ordenados em arranjos paralelos ao original, ou no caso de toda biblioteca

⁸⁷ "The librarian should be able to marshal, arrange, and manage his books as a commander does his troops" (THE PROCEEDINGS, 1876, p. 142).

⁸⁸ "The system was devised for cataloguing and indexing purposes, but it was found on trial to be equally valuable for numbering and arranging books and pamphlets on the shelves" (DEWEY, 1876, p. 3).

passar por um processo de reordenação de todos seus documentos. Por sua vez, os sistemas de localização relativa seriam aqueles em que a ordenação se materializaria de acordo com a relação que os livros estabelecessem entre si e independentemente das estantes ou salas em que estivessem colocados, permitindo intercalação e sua movimentação sem o comprometimento do arranjo (DEWEY, 1898, p. 9-10).

Em ambos os sistemas, ainda segundo o autor, um conjunto de caracteres indicaria a localização do livro e o distinguiria de todos os outros na biblioteca (DEWEY, 1898, p. 7). Denominado número de chamada (*call number*), este código seria responsável pela identificação do livro que

em bibliotecas usando a localização relativa [corresponderia] a combinação de classe e número do livro usados para designar qualquer livro especificado. Em bibliotecas usando a velha localização fixa o número de chamada é a marca de estante⁸⁹, isto é, o número dizendo a qual sala, estante e prateleira o livro pertence. Ele muitas vezes inclui também o número do livro na prateleira⁹⁰ (DEWEY, 1893, p. 419, tradução nossa).

A despeito da distinção entre os sistemas de localização fixa e relativa, o número de chamada, como originalmente definido por Dewey, seria o conjunto de caracteres responsável por indicar o lugar do livro no espaço, independentemente do sistema empregado. Além do termo marca de estante (*press mark*), Dewey utiliza em seus textos o termo número de estante (*shelf number*) para se referir ao conjunto de caracteres que exercia a função de número de chamada em contextos de sistemas de localização fixa (DEWEY, 1898, p. 8).

A primeira ocorrência do termo número de chamada, conforme literatura utilizada nesta pesquisa, foi encontrada na primeira edição da CDD, de 1876. Na CDD o termo é utilizado em uma acepção mais restrita do que aquela acima apresentada, pois está associado apenas à apresentação de uso de seu esquema para ordenação de documentos e, portanto, à notação referente à junção do número de classe (*class number*) com o número de livro (*book number*). Neste caso, Dewey explicava que o número de classe seria aquele retirado da CDD a partir da identificação da temática do livro, enquanto o número do livro serviria para prevenir

⁸⁹ Segundo o glossário Harrod *press* seria:

Press. Uma estante dupla face de pelo menos quatro prateleiras (ou seja, duas de cada lado), chamada nos EUA, uma 'fileira'. Nos EUA uma estante de lado único com mais do que duas prateleiras colocadas de uma extremidade a outra; antigamente, uma 'estante' (PRYTHERCH, 2005, tradução nossa).

"Press. A double-sided bookcase of not less than four tiers (i.e. two each side), called in the US, a 'Range'. In the US a single-sided bookcase with more than two tiers placed end to the end; formerly, a 'Bookcase'" (PRYTHERCH, 2005).

⁹⁰ "In libraries using a relativ location the combination of class and book number used to designate any specified book. In libraries using the old fixt location the call number is the press mark; i.e. the number telling in what room, tier of shelves and shelf the book belongs. It often includes also the number of the book on the shelf" (DEWEY, 1893, p. 419).

qualquer confusão entre os livros dentro de uma mesma classe (DEWEY, 1876, p. 7). Também na primeira edição do esquema, a recomendação de Dewey para a atribuição do número do livro era a utilização do número de entrada do livro na classe em questão e, nos casos em que se fizesse necessário, sua divisão conforme o tamanho. Assim, ao número retirado do esquema de classificação, número de classe, seguiria a numeração sequencial responsável por mostrar quantos livros daquela mesma temática havia dentro da biblioteca, número do livro (DEWEY, 1876, p. 7).

Nas primeiras edições da CDD o ponto (.) não era utilizado como elemento facilitador da leitura do número de classe e servia como elemento responsável por assinalar a separação entre o número de classe e o número do livro. Tal estratégia seria repetida a fim de separar, também, os diferentes tamanhos de livros, mas, nesse caso, um número correspondente ao grupo cujo tamanho era contemplado pelo exemplar em questão, era colocado entre o número de classe e o número do livro. "O número de chamada 513.11 significa não o 11° livro na estante 513; ou sala 5, estante 1, prateleira 3, como em muitas bibliotecas, mas significa o 11° livro no assunto 513 ou o 11° em Geometria pertencente à biblioteca"⁹¹ (DEWEY, 1876, p. 7, tradução nossa), assim como o número de chamada 513.4.9, remeteria ao nono livro, no tamanho especificado pelo quarto agrupamento na classe 513.

O próprio Dewey é quem afirma que "a questão do número do livro não se coloca até que a da classificação tenha sido resolvida"⁹² (DEWEY, 1886, p. 296, tradução nossa), o que demonstra o entendimento do autor quanto à dependência do primeiro em relação ao segundo. Neste sentido, o número do livro se estabelece numa relação de dependência com o método de ordenação em base sistemática.

Dewey incorporaria outras sugestões para a composição do número do livro já na segunda edição da CDD, publicada no ano de 1885. Nela, além do uso da ordem de entrada e da elaboração de agrupamentos subordinados mediante divisão por tamanho, o autor indicava que a ordenação dos livros dentro das classes poderia ser realizada, também, observando-se os sistemas criados para tradução de sobrenomes e de anos em notações que permitiam, respectivamente, a construção de números do livro em ordem alfabética conforme a autoria e em ordem cronológica conforme o ano de publicação (DEWEY, 1885, p. 36-37).

⁹¹ "The call number 513.11 signifies not the 11th book on the shelf 513; or alcove 5, range 1, shelf , as in most libraries, but signifies the 11h book on the subject 513 or the 11th Geometry belonging to the library" (DEWEY, 1876, p. 7).

⁹² "The question of book numbers does not arise til this of classification has been settled" (DEWEY, 1886, p. 296).

Dewey mencionava explicitamente a notação de autor extraída da tabela de dois dígitos de Cutter, que havia sido publicada em 1880. Ademais, ele reproduzia integralmente, ao final de seu sistema classificatório, a tabela cronológica que Walter Stanley Biscoe havia desenvolvido para ordenar por ano de publicação, dentro das classes de “Ciência”, os livros arranjados conforme a CDD, na biblioteca da *Columbia College*. Subordinado imediato de Dewey quando este estivera na *Columbia College*, em Nova York, e contando com seu apoio direto, Biscoe publicou sua tabela para a ordenação cronológica de livros no *Library Journal*, em 1885, e conseguiu propor um modelo de notação alfanumérica em que os anos pertencentes aos séculos XIX e XX receberiam notações mais curtas. Como é possível observar no quadro a seguir, intervalos numéricos, progressivamente reduzidos até que se restringissem a uma década, eram representados por uma letra maiúscula que deveria ser seguida por dígitos numéricos a fim de especificar o ano em questão.

Quadro 3 - Extratos da tabela cronológica de Biscoe, 1885

Letras	Intervalo de anos
A	todos os anos a.C.
B	do ano 1 até o ano 999
C	do ano 1000 até o ano 1499
D	do ano 1500 até o ano 1599
...	...
V	de 1950 a 1959
W	de 1960 a 1969
X	de 1970 a 1979
Y	de 1980 a 1989
Z	de 1990 a 1999

Fonte: Elaborado conforme explicação de Biscoe (1885, p. 247).

Seguindo as instruções da tabela, para o ano 513 a. C., por exemplo, a notação seria A513, para o ano 1206 a notação seria C206, já para os anos de 1959 e 1984 as notações seriam, respectivamente, V9 e Y4. Mesmo limitada, uma vez que sua notação não seria sugestiva quanto ao seu significado, tampouco permitia a conversão para além do ano 2000 (CUTTER, 1886, p. 280), ela logrou relativo sucesso, pois conseguia imprimir nas estantes certo grau de desenvolvimento da produção científica nas classes em foi empregada.

Dewey afirmava que todos os modos de ordenação dentro das classes poderiam ser utilizados em uma mesma biblioteca concomitantemente, a fim de satisfazer as condições especiais de diferentes classes ou coleções (DEWEY, 1893, p. 422). Por isso, embora o número da ordem de entrada tenha sido o elemento inicialmente apontado por Dewey como mais adequado para a ordenação dentro das classes, outras soluções passaram a ser

consideradas e até preferidas pelo autor nas novas edições da CDD que seguiram sob sua supervisão.

Em alguns casos, Dewey afirmava que se fazia necessário acrescentar elementos para que o número de chamada (número de classe + número do livro) cumprisse sua função, como o número do volume (*volume number*), a ser empregado quando uma obra estivesse dividida em vários volumes de maneira a permitir que cada um deles fosse individualizado. Por seu turno, o número de cópia (*copy number*), poderia ser empregado para distinguir os vários exemplares de um mesmo livro existentes na coleção (DEWEY, 1893, p. 419). Em outros, na percepção do autor, alguma modificação ou omissão poderia resultar numa economia de trabalho ou na facilidade de obter o livro desejado.

Dewey descreveu a possibilidade de omissão de número de classe nos casos em que existisse uma coleção principal referente a uma classe específica dentro da coleção. Se estabelecido que a classe com maior volume de itens não receberia notação de classe, a ordenação se faria apenas com a indicação do número do livro, pois estaria entendido que livros sem número de classe eram, na verdade, pertencentes à classe mais expressiva da biblioteca (DEWEY, 1898, p. 33). Por outro lado, quando o desejo fosse separar determinados itens do conjunto, Dewey mencionou a possibilidade de antepor uma letra maiúscula ao número de classe. Tal medida faria com que os itens assim identificados compusessem bibliotecas paralelas, como ocorria no caso das obras de referência ou quando a uma biblioteca já formada fosse incorporada outra proveniente de doação, mas sob a condição de ser mantida em seu arranjo original (DEWEY, 1989, p. 34-35).

O número de chamada definido por Dewey para sistemas de localização relativa como a junção do número de classe com o número do livro, quando baseado exclusivamente nesta conjugação, não era capaz de atender as demandas impostas pela gestão da coleção e impunha, mesmo que não incorporados formalmente ao modelo, a introdução de outros elementos à notação. Tinha início com Dewey uma estreita relação entre a ordenação de documentos, o método sistemático e o número de chamada enquanto modelo de codificação.

3.2.3 Charles Ammi Cutter

Em artigo publicado no quarto volume do *Library Journal*, em 1879, Cutter relatou:

Anteriormente o lugar de um livro em uma biblioteca era fixado em uma determinada prateleira, onde ele permanecia (exceto quando ausente) até que

a biblioteca fosse reorganizada. Sua marca poderia ser algo como 1254.30, o que significaria que ele estava no primeiro andar, na segunda sala, na quinta estante desta sala, na quarta prateleira da estante, e o trigésimo livro na prateleira, a contar da esquerda. Num primeiro momento, as prateleiras eram geralmente ocupadas apenas pela metade, para deixar espaço para os recém-chegados serem adicionados no seu devido lugar nas várias classes⁹³ (CUTTER, 1879b, p. 234, tradução nossa).

O sistema de localização fixa, acima descrito, se referia a uma prática de ordenação de documentos bastante comum entre as bibliotecas estadunidenses da segunda metade do século XIX. Como o próprio Cutter afirmava, ela "funcionou bem até que algumas das classes ficaram completas, o que sempre aconteceu irregularmente, algumas prateleiras sendo rapidamente abarrotadas enquanto outras quase nunca estavam mais cheias do que quando a biblioteca foi aberta pela primeira vez"⁹⁴ (CUTTER, 1879b, p. 234, tradução nossa).

A ordenação dos livros em sistemas de localização fixa dentro de agrupamentos temáticos bastante amplos consistia numa tarefa simples, mas dada sua generalidade, relegava aos catálogos a classificação mais detalhada dos livros. Se por um lado a localização fixa permitia a construção de uma memória sobre o espaço, baseada na familiaridade do usuário ou do bibliotecário com o lugar ocupado por determinado item, por outro, o crescimento irregular da coleção impunha a criação de filas duplas, livros colocados uns em cima dos outros ou em classes distintas das suas por falta de espaço, até que um novo arranjo pudesse ser implantado (CUTTER, 1879b, p. 234).

A elaboração do novo arranjo implicava ainda, segundo Cutter, num tedioso e dispendioso processo de reelaboração das notações referentes à localização de cada item em todos os catálogos da biblioteca e, para evitar estes inconvenientes, sistemas de localização relativa, baseados em esquemas classificatórios detalhados, eram a mais adequada opção (CUTTER, 1878, p. 248). Com eles, as notações indicavam não certa sala e prateleira, mas uma classe ou suas derivações, fazendo, assim, com que sua atribuição se desse uma única vez e permanecesse inalterada a despeito das diversas modificações de lugar que o livro pudesse sofrer. Para Cutter, "uma vez marcado [o livro estaria] sempre marcado. Consequentemente, o custo e perda de tempo e a suscetibilidade a erros inerentes ao outro

⁹³ "Formerly a book's place in a library was fixed on a certain shelf, where it remained (except when out) till the library was rearranged. Its mark might be something like 1254.30, which would mean that it was on the first floor, in the second room, in the fifth case in the room, on the fourth shelf in that case, and the thirtieth book on the shelf, counting from the left. The shelves were usually only half filled at first, to leave room for new-comers to be added in their proper place in the various classes" (CUTTER, 1879b, p. 234).

⁹⁴ "This worked well till some of the classes became full, which always happened irregularly, some shelves being soon crowded while others were hardly any fuller than when the library was first opened" (CUTTER, 1879b, p. 234).

plano [localização fixa], são eliminados de uma só vez"⁹⁵ (CUTTER, 1879b, p. 236, tradução nossa).

Além de se opor ao sistema de localização fixa pelas dificuldades que ele impunha ao crescimento das bibliotecas, Cutter buscava alternativas de ordenação a fim de superar a dispersão dos assuntos pelas estantes e a lentidão do acesso ao item desejado, segundo ele, fruto das longas consultas aos catálogos ou das buscas desnecessárias dentre grandes quantidades de livros (CUTTER, 1882, p. 5). Para ele, estes problemas poderiam ser vencidos pelo uso de esquemas de classificação bibliográfica na ordenação, já que

A razão para classificar é que geralmente as pessoas desejam ver muitos livros sobre um assunto de uma única vez; seja para ler toda a literatura sobre o assunto, ou para que possam examiná-la e selecionar as melhores obras. Um arranjo classificado às vezes também é uma ajuda para encontrar um livro cujo nome do autor foi esquecido, embora seu assunto seja lembrado. Frequentemente, ele também permite que se obtenha um livro sem consultar o catálogo para encontrar onde ele está colocado, pois quando as classes estão bem definidas sabe-se exatamente onde um livro de características bem definidas deve estar⁹⁶ (CUTTER, 1891-1893, p. 4, tradução nossa).

Cutter entendia que o objetivo primordial da ordenação com o uso de esquemas de classificação bibliográfica era permitir que o consulente encontrasse prontamente o que a biblioteca dispunha sobre a temática de seu interesse sem precisar recorrer ao catálogo (CUTTER, 1882, p. 5). A classificação, para o autor, deveria, portanto, ser o mais minuciosa possível dentro de cada contexto. Assim, três variáveis precisavam ser observadas: o tamanho da biblioteca, o tipo de uso da coleção que seria realizado e o nível de acesso às estantes que se praticava (CUTTER, 1991-1993, p. 15). O critério mais relevante para Cutter era o tipo de uso, já que independentemente do tamanho ou de nível de acesso às estantes, as bibliotecas destinadas a usos eruditos eram aquelas que primeiro deveriam adotar o arranjo baseados em sistemas de classificação, por mais se beneficiarem dele.

O mesmo pensamento Cutter estendia para as reflexões quanto ao tamanho da biblioteca. Aquelas de maior porte se beneficiariam mais diretamente, pois administrar a

⁹⁵ "Once marked always marked. Consequently the cost and loss of time and liability to mistakes inherent in the other plan, are done away with at once" (CUTTER, 1879b, p. 236).

⁹⁶ "The reason for classifying is that people often wish to see many books on a subject at once; either in order to read the whole literature of the subject, or that they may examine it and select the best works. A classified arrangement is also sometimes an assistance in finding a book whose author's name has been forgotten, tho its subject is remembered. It also frequently enables one to get a book without consulting the catalog to find where it is placed, for when the classes are well-defined one knows just where a book of well-defined character must be" (CUTTER, 1891-1893, p. 4).

coleção em um sistema de localização relativa seria mais fácil por não impor a elaboração de novos arranjos à medida de seu crescimento. Porém, Cutter afirmava que "[...]uma grande biblioteca, frequentada por um público frívolo, poderia nesta série [de necessidade e ganho com o uso dos sistemas de classificação] vir abaixo de uma biblioteca muito menor que fosse melhor utilizada"⁹⁷ (CUTTER, 1891-1893, p. 15, tradução nossa).

Quanto aos níveis de acesso à coleção, Cutter era bastante taxativo ao afirmar que nas bibliotecas em que o público pudesse circular entre as estantes o arranjo estruturado em classes seria de grande conveniência, mas não deveria se restringir às de livre acesso, pois nas coleções fechadas ele conservaria um papel relevante no trabalho do bibliotecário.

Se a biblioteca tenta fornecer não apenas entretenimento, mas instrução; se o bibliotecário distribui, não apenas livros sobre um balcão, mas orientação na leitura e assistência na pesquisa, ele deve ter a sua biblioteca arranjada de tal forma que ele possa por a mão sobre os materiais de uma vez⁹⁸ (CUTTER, 1891-1893, p. 5, tradução nossa).

Neste sentido, Cutter estabeleceu uma hierarquização bastante clara quanto à pertinência dos sistemas de localização relativa para as bibliotecas, sendo as de uso erudito aquelas para as quais se vislumbrava ser este o tipo de arranjo mais adequado, apesar das diferenças de tamanho ou dos tipos de acesso pretendidos.

A predileção pelos arranjos de base sistemática e a necessidade de reordenação da coleção da biblioteca do *Boston Athenaeum*, na qual Cutter foi bibliotecário entre os anos de 1868 e 1892, fez com que o autor, num primeiro momento, considerasse adotar o esquema proposto por Dewey sem alterações. Todavia, segundo ele, uma análise mais detida do esquema fez com que lhe surgissem duas objeções, especialmente nos casos em que se pretendesse utilizá-lo em grandes coleções com o intuito de produzir arranjos cujas classes estivessem minuciosamente divididas (CUTTER, 1878, p. 248). A primeira delas dirigia-se à distribuição desigual das dez classes primárias no esquema, considerando-se o campo de conhecimento de cada uma delas, e a inadequação do limite fixo de subdivisões das classes, fruto da estrutura decimal (CUTTER, 1878, p. 248). A segunda referia-se à recomendação de Dewey de que o número do livro (*book number*) fosse atribuído aos itens conforme sua ordem de entrada na classe. Cutter rejeitava esta solução pois, segundo ele, neste caso "não há

⁹⁷ "[...]a large library, frequented by a frivolous public, would in this series come lower than a much smaller library that was better used" (CUTTER, 1891-1893, p. 15).

⁹⁸ "If the library tries to supply not merely entertainment, but instruction; if the librarian gives out, not merely books over a counter, but advice in reading and assistance in investigation, he must have his library so arranged that he can lay his hand on his materials at once" (CUTTER, 1891-1893, p. 5).

realmente nenhum arranjo de livros, exceto que as últimas aquisições (não simplesmente os livros mais recentes publicados) estão sempre no final de cada seção"⁹⁹ (CUTTER, 1878, p. 249, tradução nossa).

Em função destes dois problemas, Cutter propôs um novo sistema de classificação bibliográfica para utilização no *Boston Athenaeum* e elaborou uma tabela para conversão de sobrenomes em notação alfanumérica. Anos mais tarde, o autor também publicou um esquema de classificação acompanhado de um novo modelo para a individualização dos itens dentro das classes, destinado a bibliotecas em geral, denominado *Expansive Classification* (EC). O sistema proposto por Cutter era composto de sete classificações, cada uma mais exhaustiva que a precedente, destinadas a servir bibliotecas de diferentes tamanhos - a primeira para aquelas bastante pequenas e a sétima para instituições com milhares de itens. Além da estrutura de classes em sistema alfabético que permitia a existência de até 26 classes principais (A-Z) passíveis de subdivisões, e não apenas dez como definido no esquema de Dewey, a EC vinha acompanhada de instruções quanto às possibilidades de se realizar a individualização dos itens dentro das classes, com especial atenção à ordenação alfabética com o uso da tabela proposta pelo próprio autor.

A elaboração de uma tabela com notações decimalizáveis para a individualização dos itens com mesmo número de classe estendia a relatividade da localização para todo o esquema, que passava a acontecer no nível da classe e, também, dentro dela. A proposta de Cutter permitia, assim, a construção de um sistema com intercalação plena, pois a localização de novos itens era demarcada tanto em função de sua posição na estrutura do esquema de classes e subclasses, quanto na posição relativa que cada item ocupava dentro de cada uma destas classes. Assim, o autor apresentava uma proposta sistemática completa para a ordenação de documentos que levava em consideração desde a estrutura mais adequada para se realizar o agrupamento dos itens em classes, até os meios de dispor e individualizar estes mesmos itens dentro da estrutura.

A materialização desta proposta se dava pela atribuição aos livros de uma marca (*mark*) "própria diferente da de qualquer outro livro, que servirá para levar o livro até aquele que solicita o empréstimo, e irá identificá-lo em vários registros da biblioteca"¹⁰⁰ (CUTTER, 1891-1893, p. 6, tradução nossa). A marca de cada livro deveria ser única, pois ela tornaria

⁹⁹ "[...] there's really no book arrangement at all, except that the latest accessions (not simply the books latest published) are always at the end of each section" (CUTTER, 1878, p. 249).

¹⁰⁰ "[...]of its own different from that of any other "book, that the mark will serve for charging it to a borrower, and will identify it in various library records" (CUTTER, 1891-1893, p. 6).

singular cada um dos itens dentro do conjunto da coleção, conferindo-lhes uma posição e uma marca pela qual poderiam ser registrados, demandados, retirados e devolvidos. Segundo Cutter esta marca constituía-se de duas partes: a marca de classe (*class mark*), responsável por mostrar a qual classe do esquema classificatório o livro estava vinculado; e a marca do livro (*book mark*) que, ao mesmo tempo, distinguiria o livro de outros pertencentes à mesma classe e o colocaria em ordem dentro dela (CUTTER, 1891-1893, p. 7).

Se a marca de classe deveria ser composta a partir da EC, a marca do livro baseada na ordem alfabética por sobrenome de autor era a solução preferida de Cutter. Todavia, para a marca do livro, o autor apresentava três diferentes opções de composição. A primeira delas, que ele desprezava por não considerar inteligente, utilizava o número de entrada na classe, por meio do qual, à exemplo do esquema de Dewey, os livros eram sequencialmente dispostos dentro das classes à medida em que fossem registrados na biblioteca (CUTTER, 1891-1893 p. 12-13). A segunda era a ordenação cronológica dentro das classes que poderia ser feita pela transcrição integral do ano de publicação do livro ou pelo emprego de tabelas de conversão dos anos em notações alfanuméricas, como no caso da tabela criada por Biscoe (CUTTER, 1891-1893, p. 130). A terceira, e mais explorada por Cutter, era a opção pela ordem alfabética que resultava na formação da marca de autor (*author mark*), uma vez que remetia diretamente ao sobrenome do autor do livro; nos casos de obras com autoria não definida, Cutter defendia que a ordem alfabética se fizesse de acordo com a entrada principal adotada na catalogação seguindo as regras para a elaboração do catálogo dicionário (CUTTER, 1887, p. 251).

Segundo Cutter, a marca de autor poderia ser elaborada em uma forma mais simples ou em outra mais completa. Na forma mais simples a inicial do sobrenome do autor era seguida do número de entrada daquela inicial dentro da classe. Portanto, em uma dada classe, o primeiro sobrenome que adentrasse sob uma letra seria acrescido do número um, o segundo sobrenome sob a mesma letra receberia acréscimo do número dois e, assim, sucessivamente. Porém, esta ordenação era apenas aproximada, pois a ordem de disposição dos autores dentro das classes nem sempre seguia fielmente a ordem alfabética de seus sobrenomes, já que nada impedia um sobrenome de ter adentrado tardiamente em uma classe, mas ser alfabeticamente antecedente aos sobrenomes nela já existentes. Por sua vez, na forma mais complexa, a ordem alfabética exata era assegurada pelo uso de uma tabela de conversão de sobrenomes em notações alfanuméricas decimalizáveis desenvolvida pelo próprio Cutter (CUTTER, 1891-1893, p. 13).

A tabela de marcas de autor que acompanhava a EC, já no final do século XIX, não era a primeira desenvolvida por Cutter para fins de composição do número do livro. Em

esboço construído na década de 1870, ainda sem as características das tabelas decimais, os sobrenomes dos autores deveriam receber o número correspondente à letra inicial e, em caso de sobrenomes com iniciais iguais, as notações poderiam ser expandidas aplicando-se às letras subsequentes o mesmo princípio.

Quadro 4 - Primeira proposta de Cutter para conversão de nomes em números, década de 1870

Iniciais do nome	Números correspondentes
A-Bo	0
Br-C	1
D-F	2
G-H	3
I-L	4
M	5
N-R	6
S	7
T-V	8
W-Z	9

Fonte: Cutter (1878, p. 250).

Embora inicialmente composto apenas por números que designavam as letras dos sobrenomes dos autores, a proposta original de composição da marca de autor de Cutter foi alterada e, em 1879, ele publicou um nota de revisão no *Library Journal* na qual anunciava que as marcas de autor passariam, a partir daquele momento, a serem precedidas da inicial do sobrenome como já era feito para a classe de Literatura (CUTTER, 1879c, p. 426). O acréscimo da inicial do sobrenome como elemento antecedente à notação numérica havia sido proposto por John Edmands para uso do número de autor de Jacob Schwartz, à ocasião do simpósio sobre o número do livro, também em 1879. Nesta ocasião, Edmands sugeriu a utilização da letra maiúscula como meio de subdividir as classes em agrupamentos alfabéticos que poderiam ser numerados independentemente (EDMANDS et al., 1879, p. 39). Valendo-se desta sugestão, Cutter expandiu enormemente a capacidade de sua tabela, uma vez que para cada uma das letras do alfabeto toda uma sequência 0-9 estaria disponível, e não mais apenas o número correspondente à primeira letra do sobrenome.

A tabela de Cutter passaria, então, a adotar o seguinte modelo para a criação da marca de autor:

Livros nas prateleiras são mantidos em ordem alfabética de autores, marcando-os com a inicial do sobrenome do autor, seguida de uma ou mais casas decimais atribuídas de acordo com uma tabela construída de modo que os nomes cujas iniciais são seguidas por algumas das *primeiras* letras do alfabeto têm os *primeiros* números, e aqueles em que as iniciais são seguidas

por letras *posteriores* têm números *posteriores*¹⁰¹ (CUTTER, 1900, p. 3, tradução nossa).

A primeira tabela completa foi publicada por Cutter em 1880 e ficou conhecida pelo nome de “*Cutter's Two-Figure Author Table*”. Por meio dela os sobrenomes, ou palavras, poderiam ser convertidos em notações alfanuméricas conforme explicava o próprio Cutter (1887, p. 251): usava-se uma letra seguida de dois dígitos decimais para palavras que começassem com consoante (exceto S), duas letras e um dígito decimal para palavras que começassem com vogal ou com S e três letras seguidas de um dígito decimal para palavras que começassem com Sc. Estes casos podem ser observados no quadro a seguir, com a ressalva de que, devido a pouca frequência em língua inglesa, iniciais li, lw, lx, ly, Oo, Uo, Uq, Uu, Ss e Sx foram usadas sem acréscimo de nenhum dígito (SATIJA, ©1990, p. 26).

Quadro 5 - Exemplos a partir da Tabela de dois dígitos de Cutter

Nome	Notação		Nome	Notação
Abbot	Ab 2		Lowell	L 95
Edwards	Ed 9		Olney	OI 6
Gardiner	G 16		Russell	R 91
Grote	G 89		Sinclair	Si 6
Grahm	G 76		Semmes	Se 5
Holmes	H 73		Tenney	T 25
Lewis	L 58		Upton	Up 1

Fonte: Adaptado de Cutter (1887, p. 251).

A tabela de Cutter de dois dígitos, empregável em pequenas coleções, mostrou-se especialmente problemática para as bibliotecas grandes e aquelas com extensas classes de ficção e biografias (BARDEN, 1937, p. 7), para as quais a marca de autor mostrava-se especialmente relevante dado o expressivo número de itens sob uma mesma autoria ou de sobrenomes coincidentes. Diante dessa situação, Cutter solicitou à bibliotecária Kate Emery Sanborn (1860-1951), sua assistente no *Boston Athenaeum*, entre 1883 e 1891, que fizesse uma nova versão da tabela, com 3 dígitos decimais, de modo a permitir maiores acomodações (SATIJA; AGRAWAL, 1996). O trabalho de Sanborn resultou numa proposta bastante diferente da anterior, pois houve uma simplificação na estrutura de conversão dos sobrenomes de autor e maior rigor para a composição da tabela que se tornou mais uniforme. A “*Cutter-*

¹⁰¹ "Books on the shelves are kept alphabeted by authors by marking them with the initial of the author's family name followed by one or more decimal figures assigned according to a table so constructed that the names whose initials are followed by some of the *first* letters of the alphabet have the *first* numbers, and those in which the initials are followed by *later* letters have *later* numbers" (CUTTER, 1900, p. 3).

Sanborn Three-Figure Author Table”, publicada em 1896 e praticamente independente da tabela anterior, prescrevia: uma letra maiúscula seguida de três dígitos decimais, salvo as letras Q e X sucedidas por apenas um dígito e as letras E, I, O, U, J, K, Y e Z sucedidas por dois dígitos (CUTTER, 1962).

Quadro 6 - Exemplos a partir da Tabela Cutter-Sanborn, de 1896

Nome	Notação		Nome	Notação
Armstrong	A 735		Moon	M 818
Clark	C 592		Pop	P 825
Dewey	D 519		Simps	S 613
Dickinson	D 553		Smith	S 642
Drag	D 759		Spencer	S 745
Edwards	E 26		Thierry	T 436
Hughes	H 893		Washington	W 317
Mann, M	M 282		Zai	Z 21

Fonte: Cutter & Sanborn (195-?).

A incompatibilidade entre a primeira tabela de Cutter e a tabela elaborada por Sanborn levou Cutter a produzir sua última versão, publicada em 1901, a “*Cutter's Three-Figure Author Table*” (CUTTER, 1908). Todavia, Satija e Comaromi (1992, p. 14) afirmam que a elaboração de uma nova tabela por Cutter deveu-se muito mais a uma tentativa de fazer frente ao sucesso obtido pela tabela elaborada por Sanborn do que efetivamente por uma preocupação do autor em estabelecer continuidade com a Tabela de Dois Dígitos.

A nova tabela de Cutter não obteve grande adesão, além de ser marcada por grandes inconsistências no emprego das letras e números na notação, que a tornaram bastante variada a depender da inicial do sobrenome (SATIJA, ©1990; IMMROTH, ©1969). A partir da Tabela de Dois Dígitos, Cutter manteve as duas letras iniciais em sobrenomes com a letra S e com vogais (salvo em sobrenomes iniciados com as letras Sc, com três letras), a inconsistência se apresentou no quantitativo de dígitos, pois A, E, Q, S, X, Y, Z usaram dois dígitos; I, O, U foram sucedidas por um dígito; e o número de dígitos variou de um a três para todas as outras letras (SATIJA, ©1990, p. 27).

Quadro 7 - Exemplos a partir da Tabela de três dígitos de Cutter, de 1901

Nome	Notação		Nome	Notação
Archison	At 24		Maughm	M 442
Clark	C 547		Pope	P 811
Dewey	D 525		Simpson	Si 58
Dickinso	D 555		Smith	Sm 52
Dragon	D 787		Schwartz	Sch 82
Edward	Ed 98		Thackeray	T 325
Hughes	H 874		Washington	W 277
Mann, T	M 315		Zaidenberg	Z 13

Fonte: Satija (©1990, p. 27).

As tabelas de Cutter eram acompanhadas de uma descrição detalhada que apresentava instruções para seu uso e frisavam a possibilidade de expansão decimal da marca de autor em caso de sobrenomes coincidentes e as melhores alternativas para perpetuar sua hospitalidade. No caso da marca de autor não ser o bastante, Cutter propôs uma série de recomendações para que se extraíssem informações de atributos específicos de cada item de modo que a marca de um item não se confundisse com a dos demais e que novos agrupamentos se fizessem dentro das classes. Assim, para a composição de uma marca do livro Cutter (1887; 1891-1893; 1900; 1962) apresentava alguns elementos que eram mais comumente utilizados e outros de uso mais esporádico, que ele chamava de marcas adicionais (*further marks*). Os elementos mais comuns eram a marca do livro (*author mark*), seguida da marca do título ou da obra (*title or work mark*) e da marca da cópia ou edição (*copy or edition mark*). A marca da obra visava diferenciar os vários títulos escritos por um mesmo autor sobre um mesmo assunto. Assim, Cutter recomendava a adição, após o número do autor, da primeira letra do título. A marca da cópia ou edição deveria ser indicada por marcação numérica (1, 2, 3...) após a marca da obra, por ser dependente desta.

Quanto às marcas adicionais, Cutter prescrevia: marca de tamanho (*size*); marca de várias cópias ou edições (*copy or edition when for many*); a marca de tradução (*translation mark*); marca de outras cópias da tradução (*other copies of translation*); marca de outra tradução (*translation by another hand*); marca de comentário ou trabalho ilustrativo (*commentary or illustrative work*); marca de dicionário (*dictionary*); marca de outro dicionário (*another dictionary*) (CUTTER, 1887; 1891-1893; 1900; 1962).

A marca de tamanho, indicada por sinais como . (ponto), + (sinal de adição) e // (duas barras), deveria ser colocada entre a marca de classe e a marca do autor a fim de criar agrupamentos paralelos conforme os diferentes tamanhos dos livros. Nos casos em que existissem várias cópias ou edições, a indicação da edição deveria ser feita com a transcrição

completa do ano da edição e, havendo várias cópias de uma mesma edição, a indicação das cópias deveria ser sequencialmente marcada após o ano da edição correspondente (2, 3...). Procedimento parecido era recomendado para as traduções que deveriam ser marcadas pela letra inicial do idioma da tradução (I - inglês, P - português...). Nas situações em que houvesse mais de um item de uma mesma tradução, depois da indicação do idioma, os itens deveriam ser sequencialmente numerados (2, 3...) e caso houvesse mais de uma tradução, após a letra indicativa do idioma, deveria ser acrescentada a primeira letra do sobrenome do tradutor em questão. Se fosse desejável manter os comentários ou trabalhos ilustrativos juntos da obra que os originaram, Cutter indicava a adição de uma nova marca (Y), seguida, quando necessário, da inicial do sobrenome do comentador. A mesma indicação valia para os dicionários referentes a uma obra, adicionando-se a marca (Z) seguida, quando necessário, da inicial do sobrenome do autor do dicionário. De acordo com estes mesmos princípios Cutter elaborou, ainda, tabelas especiais para a marcação de autores prolíficos, especialmente nas classes de literatura, e de grandes coleções de autores gregos e latinos clássicos (CUTTER, 1891-1893, p. 146-153).

Cabe destacar que um dos pontos fortes da proposta do número de livro conforme Cutter era a conjugação de algumas características extremamente relevantes: a hospitalidade e expansividade praticamente ilimitadas da tabela para composição da marca de autor, sobretudo para os nomes de língua inglesa, e a precisão e expressividade na notação conseguida pela representação das marcas adicionais. Ademais, a ordem em que as marcas adicionais deveriam ser acrescidas à notação demarcava uma relação de especificidade crescente entre os atributos escolhidos e formatava uma relação de dependência entre o último atributo utilizado e aquele que o precedia, fazendo com que a ordem expressa no espaço pudesse remeter às relações que aqueles itens estabeleciam entre si. A complexidade e nível de detalhamento alcançados com uso das tabelas fizeram com que o próprio Cutter ponderasse que nas bibliotecas pequenas outras formas de marcação, especialmente a ordem de entrada dos itens após a definição da marca do autor, poderiam ser utilizadas sem prejuízos (CUTTER, 1891-1893, p. 144).

Outro ponto destacável no esquema de Cutter foi a indicação quanto à possibilidade de se construir bibliotecas paralelas (*parallel libraries*) apartando parcelas da coleção que, por algum motivo, exigiam tratamento diferenciado em relação ao todo. O autor apresentava como passíveis de configurarem bibliotecas paralelas: 1) os livros mais utilizados e que, por isso, deveriam estar mais acessíveis na sala de empréstimo; 2) os livros muito raramente requisitados que poderiam ser ordenados nos lugares mais remotos da biblioteca; 3) os livros

muito caros ou inapropriados para exposição nas estantes; 4) os folhetos avulsos que exigiam acondicionamento especial (CUTTER, 1882, p. 20). Cada uma das bibliotecas paralelas criadas receberia sua marca de classe e de livro normalmente, mas seria anteposta à marca de classe uma marca adicional responsável por indicar o pertencimento do item a uma destas subdivisões da coleção principal e, conseqüentemente, agrupar todos os itens que a possuíssem. O nome biblioteca paralela, atribuído a este recurso, segundo Cutter, adviria justamente da necessidade de se realizarem duas ou mais buscas quando da procura por todos os livros sobre um mesmo assunto contidos na biblioteca: uma na biblioteca principal e outras nas bibliotecas paralelas (CUTTER, 1882, p. 20).

Seguindo a tendência de predileção pelos arranjos baseados no método sistemático, Cutter apontou alguns critérios que justificariam a escolha por sistemas de localização relativa e desenvolveu uma alternativa de composição para a marca do livro que manipulava soluções que o precederam, avançando na elaboração e conjugação de novos elementos. O autor desenvolveu um esquema de classificação próprio com o qual conjugou mecanismos para a individualização dos itens dentro das classes e, também, para a definição de coleções paralelas à principal, compondo um alicerce completo para a ordenação sistemática de documentos.

3.2.4 James Duff Brown

Em livro publicado em 1898, o pesquisador e bibliotecário inglês James Duff Brown, lamentava-se da lentidão com que os sistemas de classificação bibliográfica tornaram-se conhecidos e utilizados pela comunidade bibliotecária britânica, quando comparados aos Estados Unidos. Munido de informações pessoalmente colhidas em 1897 por meio de depoimentos de bibliotecários, visitas a bibliotecas, análise de catálogos e do relatório publicado pelo "*Greenwood's Library Yearbook*", Brown afirmava que das 287 bibliotecas britânicas pesquisadas, apenas 34 realizavam a ordenação dos livros nas estantes tendo por base sistemas de classificação considerados científicos, já que na ausência de modelos científicos nos quais se embasar, os sistemas construídos orientaram-se por requisitos locais (BROWN, 1898a, p. 13).

O autor atribuía este suposto atraso à "contratação de bibliotecários mal pagos, não treinados, e mal formados nos primórdios do movimento de bibliotecas públicas"¹⁰² (BROWN, 1898a, p. 13, tradução nossa) que, conseqüentemente, não possuíam referências de

¹⁰² "[...]the employment of underpaid, untrained, and not over-educated librarians in the early days of the public-library movement" (BROWN, 1898a, p. 13).

modelos científicos a partir dos quais pudessem basear sua prática, tendo que desenvolver métodos próprios de classificar e ordenar os livros nas estantes. A principal exigência a ser cumprida por estes primeiros profissionais, segundo Brown, era a necessidade de encontrar imediatamente um determinado livro quando este fosse solicitado, o que teria levado ao surgimento de soluções bastante simples e eminentemente locais (BROWN, 1898a, p. 13).

A fim de descrever o quadro da ordenação no contexto em que estava inserido e demonstrar a diversidade destas soluções que lhe pareciam pouco satisfatórias, Brown analisou uma série de situações particulares que ele mesmo condensou como expressão do que denominou quatro métodos: a localização fixa, a localização em sequência numérica, o arranjo alfabético de autores e a localização por assunto.

Na localização fixa cada livro estaria permanentemente localizado em função da posição ocupada em uma determinada prateleira ou em uma série de prateleiras, cuja ordem seria determinada pela marca da estante (*press-mark*) impressa no catálogo. A marca da estante era obtida pela atribuição de uma letra ou número para cada uma das estantes, assim como para cada uma das prateleiras das estantes e, dentro delas, para cada um dos livros sequencialmente numerados (BROWN, 1898a, p. 14).

Na localização em sequência numérica ocorria a numeração da totalidade dos livros da biblioteca em uma imensa sequência de números progressivos, fazendo com que cada novo livro recebesse o número posterior ao último já depositado na prateleira. Uma variação deste método era conseguida pela divisão da coleção em algumas poucas classes, usualmente entre seis e dez, nas quais os livros eram ordenados em séries separadas de números progressivos formados também a partir da ordem de entrada dos livros na biblioteca (BROWN, 1898a, p. 15).

Observando-se a descrição elaborada por Brown para a localização fixa e a localização em sequência numérica, pode-se perceber a inexistência de diferenças significativas entre as concepções que embasam ambas as propostas, já que essencialmente trata-se de dispor os documentos em um arranjo cronológico orientado por sua ordem de entrada na coleção, seja em uma única sequência contínua ou em sequências intercaladas resultantes dos agrupamentos formados. O ponto de distanciamento, todavia, se estabelece pela diferença com que a codificação dos documentos seria realizada. No primeiro, o móvel define a composição do código de localização e, no segundo, a elaboração do código se estabelece em função de uma atribuição de significado, ainda que genérica, a um mobiliário que será progressivamente e linearmente preenchido.

Já o arranjo alfabético de autores baseava-se na sequência alfabética dos sobrenomes dos autores, ou, no caso de livros anônimos, pela primeira palavra do título, desde que não um artigo. Neste caso, a coleção poderia ser exclusivamente ordenada a partir dos sobrenomes de autores alfabeticamente distribuídos pelo espaço ou poderia se dar dentro de classes amplas sob as quais a coleção tivesse sido dividida (BROWN, 1898a, p. 23).

Os três métodos anteriormente descritos eram criticados por Brown sob a alegação de que os livros não eram arranjados em uma ordem reconhecida de temas com seus tópicos relacionados, mas apenas dispostos conforme planos que permitiam encontrá-los quando desejados. O autor argumentava que a localização por assunto era o único método que combinava em si mesmo classificações completas, lógicas e científicas com arranjos simples e eficazes para encontrar livros (BROWN, 1898a, p. 24).

Em grande parte de seus textos, Brown privilegiava a descrição, em sucessão cronológica, dos esquemas de classificação já elaborados, mas limitava-se às características gerais, sem que se propusesse análises mais aprofundadas quanto à sua pertinência ou possíveis limitações. Embora generalistas, as apresentações sintetizadas pelo autor demonstravam relativo conhecimento quanto aos esquemas elaborados até fins do século XIX e davam-lhe respaldo para questionar sua pertinência e propor, como afirmam Satija e Comaromi (1992, p. 48), um sistema livre do viés estadunidense que marcava a CDD. Frente à ausência de um esquema de classificação bibliográfica que considerasse satisfatório para as bibliotecas municipais britânicas, Brown publicou, em 1898, sob o título de “*Adjustable Classification for Libraries with index*”, o primeiro esboço de um sistema próprio. Nele o autor propunha um esquema classificatório de onze classes principais, representadas por notação alfabética A - L, exceto a letra I, divididas em subclasses cuja notação se expressava em intervalos numéricos que podiam variar entre um e quatro dígitos. Já para a individualização dentro das classes Brown propunha a ordenação alfabética conforme a autoria, feita exclusivamente pela transcrição literal do sobrenome do autor após o número de classe (BROWN, 1898b, p. 6). O primeiro sistema de Brown previa, também, a separação de livros em três diferentes tamanhos com o auxílio de um símbolo colocado anteriormente à notação de classe e, para as coleções especiais deveria haver a anteposição de letras às notações de classe. No caso dos livros em diferentes tamanhos Brown sugeria a adição de um zero suspenso em miniatura (°) para os *folios*, um asterisco (*) para os *quartos* e nenhum símbolo para os *octavos*. Para as coleções especiais o autor propunha o uso das letras maiúsculas de M a Z, uma vez que estas não eram empregadas para as notações de classe. Em ambos os casos a notação de classe deveria ser atribuída normalmente, cabendo ao símbolo

anteposto a função diferenciadora que demarcaria a necessidade de posicionamento paralelo à coleção principal (BROWN, 1898b, p. 7-9).

No ano de 1906, sob a justificativa de que entre os bibliotecários britânicos havia uma demanda explícita por um sistema de classificação mais amplo do que o anterior, Brown publicou uma versão consideravelmente estendida da "*Ajustable Classification*" a qual deu o nome de "*Subject Classification*" (BROWN, 1906, p. 6). Para o autor, o sistema poderia ser utilizado para "classificar livros, documentos, artigos, ou qualquer grupo de objetos conectados com as atividades ou o conhecimento humano"¹⁰³ (BROWN, 1912, p. 84, tradução nossa). Nesta publicação, a exemplo do sistema anterior, Brown não se restringiu à apresentação de seu esquema classificatório e discutiu a ordenação como um todo, dando sequência à afirmação, feita em 1898, de que para a ordenação nas estantes "números de classe sozinhos, sem um método de identificar livros individuais, não são suficientes"¹⁰⁴ (BROWN, 1898a, p. 62, tradução nossa).

Brown iniciava sua exposição retomando a proposta já sugerida de ordenar os livros alfabeticamente por autoria dentro das classes, inscrevendo o sobrenome do autor na lombada do livro, já que muitas vezes poderia ser difícil para leitores compreender o significado de nomes quando transformados em números. Ademais, Brown afirmava ser dispensável empregar uma porção de números excêntricos sob uma aparência resumida quando, de fato, a inscrição do próprio sobrenome poderia responder por isto (BROWN, 1907b, p. 205). Porém, o autor ponderava que em alguns casos este recurso poderia ser insuficiente ou inadequado. Em função disto, alternativas foram apresentadas na introdução das duas edições do "*Subject Classification*": 1) o uso do número da ordem de entrada do item na biblioteca; 2) as marcas de autor extraídas das tabelas de Cutter e de Merrill; 3) a transcrição exclusiva das três primeiras letras do sobrenome do autor; 4) a notação alfanumérica resultado da conversão de anos pela tabela de Biscoe; 5) além das tabelas desenvolvidas pelo próprio Brown para a redução dos anos a notações alfabéticas e sobrenomes a notações numéricas (BROWN, 1906, p. 26-29).

A tabela de Merrill, publicada em 1912, por William S. Merrill, bibliotecário na *Newberry Library* de Chicago, partia do mesmo princípio das tabelas Cutter, porém contava com apenas 100 divisões numéricas para nomes no intervalo A - Z. Brown afirmava tratar-se

¹⁰³ "[...] for classifying books, documents, articles, or any group of objects connected with human activities or knowledge" (BROWN, 1912, p. 84).

¹⁰⁴ "[...]but class numbers alone, without some method of indicating individual books, are not sufficient" (BROWN, 1898a, p. 62).

de uma tabela para conversão de sobrenomes em números de apenas dois dígitos bastante adequada para bibliotecas menores, já que, nestes casos, um número razoável de sobrenomes poderia ser contemplado com as notações originalmente previstas (BROWN, 1914, p. 27-28).

Quadro 8 - Extratos da tabela alfabética de Merrill

Notação	Inicial do sobrenome		Notação	Inicial do sobrenome		Notação	Inicial do sobrenome
01	A		43	I		72	Q
02	Agre		44	Ini		73	R
03	Als		45	J		74	Rey
04	Ap		46	K		75	Robi
05	Ash		47	L	
06	B		48	Lang		95	W
07	Ban		49	Law		96	Wats
08	Bax		50	Leo		97	Wha
09	Beno		51	Lit		98	Wit
...		99	X-Z

Fonte: Brown (1914, p. 27-28).

Por sua vez, a tabela alfabética elaborada por Brown fazia parte da classe X - *Biography and Heraldry*, na “*Subject Classification*”, mas, a exemplo da tabela de Merrill, não conseguiu grande penetração entre as bibliotecas ficando restrita a algumas iniciativas pontuais. Desenvolvida para permitir a ordenação de biografias individuais dentro da classe X, ela partia da notação X300 para ordenar biografias individuais cujo nome do biografado começasse pelas iniciais Aa, chegando até a notação X945 para biografados com as iniciais Zw (BROWN, 1906, p. 237). Embora apresentada dentro de uma classe específica do sistema, Brown afirmava que esta tabela poderia ser utilizada para "Biografia individual, Ficção, Poesia, e outras classes mantidas em ordem alfabética dos sobrenomes dos autores, ou, se necessário, poderiam ser utilizados como números de livro para distinguir livros individuais e subdividir assuntos"¹⁰⁵ (BROWN, 1912, p. 88, tradução nossa). Deste modo, quando um novo livro fosse recebido seria "necessário apenas dá-lo a letra e o número de classe das tabelas, e inseri-lo na ordem alfabética de autores dentre os outros livros de mesmo assunto"¹⁰⁶ (BROWN, 1907a, p. 83, tradução nossa). Retirando-se a letra X, relativa à notação de classe, a tabela poderia ser conjugada com quaisquer outras notações de classe do sistema e em caso

¹⁰⁵ "Individual Biography, Fiction, Poetry, and other classes kept in alphabetical order of author's names, or, if necessary, they may be used as book numbers to distinguish individual books, and to subdivide subjects" (BROWN, 1912, p. 88).

¹⁰⁶ "[...]it is only needful to give it the class letter and number from the tables, and insert it in its author-alphabetical order among the other books on the same subject" (BROWN, 1907a, p. 83).

de necessidade de expansão para acomodação de nomes não previstos, os números deveriam ser tratados como decimais (BROWN, 1906, p. 29-32). Brown considerava sua tabela superior às tabelas de Cutter, pois ela fornecia um lugar para todo tipo de combinação alfabética entre duas letras, abarcando, ainda, as combinações mais comuns entre três letras (BROWN, 1912, p. 88), não se restringindo a sobrenomes, como faziam as tabelas de Cutter.

Quadro 9 - Extratos da tabela de números biográficos de Brown, 1906

Inicial do sobrenome	Notação		Inicial do sobrenome	Notação		Inicial do sobrenome	Notação
Aa	300		Ca	352		Wn	896
Ab	301		Cad	3521		Wo	897
Aba	3010		Cai	3522		Wod	8971
Abb	3011		Cal	3523		Wol	8972
...
Ah	307		Hb	483		Zuk	9442
Ahm	3071		Hc	484		Zum	9443
Ai	308		Hd	485		Zup	9444
Aid	3081		He	486		Zuv	9445
...		Zw	945

Fonte: Brown (1906, p. 29-32).

A tabela cronológica de Brown, denominada "*Extended date table*", havia sido desenvolvida com o intuito de propor notações mais enxutas e evitar o uso simultâneo de letras e números, como ocorria na tabela de Biscoe. Ela visava ordenar os livros conforme seu ano de publicação sendo o ano de início 1450, cuja notação seria "aa" e, o último ano, 2125, com a notação "zz". A data de início fora escolhida pelo próprio autor por ser o marco da invenção da imprensa de tipos móveis por Gutenberg, e Brown ainda sugeria, para os casos em que se desejasse realizar a ordenação de períodos não previstos pela tabela original, o uso de letras em itálico e em caracteres maiúsculos de tamanho grande ou pequeno, para a elaboração de extensões da tabela de modo a cobrir qualquer ano desejado (BROWN, 1912, p. 88).

Quadro 10 - Tabela cronológica de Brown, 1906

Ano	Notação	Ano	Notação	Ano	Notação
1450	Aa	1580	fa	1897	rf
1451	Ab	1581	fb	1898	rg
1452	Ac	1582	fc	1899	rh
1453	Ad	1583	fd	1900	ri
...
1474	Ay	1605	fz	1916	ry
1475	Az	1606	ga	1917	rz
1476	Ba	1607	gb	1918	sa
1477	Bb	1608	gc	1919	sb
...	1920	sc

Fonte: Brown (1906, p. 29-32).

De modo geral, as propostas de Brown, tanto no que se refere ao esquema de classificação exclusivamente, quanto ao que diz respeito às soluções de ordenação, não encontraram grande adesão entre as bibliotecas, fazendo com que sua iniciativa se tornasse mais um objeto de investigações acadêmicas do que, efetivamente, instrumento de uso por bibliotecários (ANJOS, 2008, p. 196). Ainda assim, é importante ressaltar o quanto Brown, observando o desenvolvimento das discussões nos Estados Unidos, buscou por soluções completas de ordenação sem, todavia, valer-se dos termos já difundidos entre os principais autores estadunidenses para referir-se aos códigos elaborados para ordenação de documentos em sistemas de localização relativa, como número de chamada, número ou marca de classe, número ou marca do livro. Outro ponto a se destacar é sua dedicação no desenvolvimento de alternativas para a composição do número do livro que, mesmo empregando princípios idênticos, parecessem mais simples e resultassem em notações mais econômicas, sobretudo quando comparadas ao nível de especificidade que poderiam alcançar as marcas de Cutter.

3.2.5 Henry Evelyn Bliss

Em artigo publicado no *Library Journal* em 1910, Henry Evelyn Bliss, bibliotecário na *City College* de Nova York, afirmava que a despeito do notável desenvolvimento da Biblioteconomia estadunidense alcançado pelo trabalho da geração de bibliotecários que o precedeu, restava, ainda, avaliar se este desenvolvimento havia sido tão econômico quanto poderia ser. Para o autor, um dos principais elementos deste esforço avaliativo era a busca por possíveis simplificações dos métodos desenvolvidos e, assim como ansiava Dewey (1876) em

meados do século XIX, pela cooperação e padronização nas tarefas realizadas (BLISS, 1910a, p. 351).

No caso das classificações bibliográficas, Bliss defendia a necessidade de tabelas e notações padronizadas para os distintos campos do conhecimento, mas afirmava que o sentido de padrão deveria ser trabalhado não em uma acepção absoluta, mas numa relação que implicava sua adaptação a requisitos especiais e às necessidades locais. Esta lacuna fazia-se sentir pois, segundo o autor, no âmbito das discussões sobre classificações bibliográficas, a noção de padrões adaptáveis havia sido confundida e subjugada à de expansividade do sistema, causando grande prejuízo uma vez que um sistema expansível não seria equivalente a um sistema economicamente adaptável (BLISS, 1933b, p. 36-37). Ou seja, o fato de um sistema poder ser expandido não significava, necessariamente, que ele poderia ser manipulado e adaptado para atender às necessidades locais.

Ademais, Bliss afirmava que o movimento da filosofia e da própria ciência no sentido de tentar compor uma definição e uma nova distribuição dos estudos no âmbito geral do conhecimento deveria ser incorporado pelas classificações bibliográficas. Neste sentido, o autor avaliava que os dois sistemas de classificação mais utilizados nos Estados Unidos à época, a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Expansiva, não eram adequados para a ordenação dos livros nas estantes, pois não mais refletiam o grau de desenvolvimento científico já alcançado (BLISS, 1910a, p. 352).

Embora admitisse que dificilmente o ritmo das mudanças na classificação das ciências poderia ser acompanhado pelas necessidades práticas a que estavam condicionadas as classificações bibliográficas, Bliss argumentava que não era possível ignorar por completo tais mudanças sem correr o risco de perder o respeito de estudiosos que explorassem as estantes. Isso porque classificações bibliográficas deveriam tentar acompanhar o movimento da ciência, fazendo com que os agrupamentos de livros, ordenados por assuntos, estivessem próximos a outros agrupamentos de assuntos da mesma natureza, subordinados a ramos da ciência e estes ramos colocando-se em coordenação com as ciências relacionadas (BLISS, 1910b, p. 544). Para o autor, o nível de especificidade alcançado com as classificações exaustivas deveria ser mantido principalmente como uma conveniência para estudantes em busca de um assunto especial, pois seria possível fazer melhores escolhas a partir dos pequenos grupos de livros dispostos nas estantes do que a partir de registros em fichas pouco comunicativas (BLISS, 1910a, p. 351).

Em busca de um sistema compatível com as necessidades do exercício profissional padronizado e, ao mesmo tempo, com a conveniência de estudiosos especializados e com a

formação de leitores, Bliss pôs-se ao exame dos sistemas de classificação bibliográfica e de suas notações. O autor afirmou estar, num primeiro momento, em busca de adaptações nos sistemas existentes que, todavia, mostraram-se inviáveis pela dificuldade de simplificação sem comprometimento da coerência e em função dos resultados insatisfatórios obtidos (BLISS, 1910a, p. 353). Assim, após partir para uma tentativa frustrada de simplificação da Classificação Expansiva de Cutter, Bliss passou sete anos trabalhando em seu próprio esquema classificatório e apresentou seus primeiros resultados no ano de 1910 (BLISS, 1910a, 351-358).

Bliss buscava, em sua proposta, apresentar um sistema ajustado a uma notação mais simples, porque mais homogênea e breve. Se o objetivo fundamental dos sistemas de classificação era, conforme entendido por Bliss, a disposição dos livros nas estantes por agrupamentos de assuntos, para ordená-los não bastava simplificar a notação classificatória, como proposto no primeiro artigo publicado no *Library Journal*, de 1910. Ainda no mesmo ano, Bliss publicaria um artigo, também no *Library Journal*, complementar ao primeiro, no qual ele discutia a ordenação dos itens dentro das classes, apresentando o que ele denominava "notação de livro simplificada"¹⁰⁷ (BLISS, 1910b, p. 544, tradução nossa). A ordenação dos livros nas estantes demandava, portanto, a redução por completo da marca (*mark*) que designava individualmente cada livro na coleção. Tal marca, segundo o autor, era composta pela marca de classe (*class mark*) seguida pela marca de ordem (*order mark*) e, nos casos necessários, pelo número do volume (*volume number*). Bliss afirmava sua predileção pelo termo marca de ordem em relação ao termo marca do livro (*book mark*), bastante disseminado por Cutter, pois o primeiro seria mais indicativo quanto à sua função, além de possuir como seu principal componente o número de ordem para autor, inspirado nas tabelas de Cutter (BLISS, 1910b, p. 544).

Embora não fossem os termos preferidos, Bliss admitia, sobretudo entre aqueles que não primavam pela precisão terminológica, o emprego do termo número de classe (*class number*) para indicação da marca de classe, e os termos número do livro (*book number*) e marca do livro como substitutivos do termo marca de ordem (BLISS, 1910b, p. 544).

A partir da análise de alguns registros extraídos do catálogo da ALA, de 1893, e que, segundo o autor, mantinham o mesmo padrão até aquele momento, Bliss buscou demonstrar como as marcas de ordem, elaboradas com o auxílio das tabelas de dois ou de três dígitos de Cutter, tornavam-se demasiadamente extensas para a função que deveriam cumprir. Segundo

¹⁰⁷ "Simplified book-notation" (BLISS, 1910b, p. 544).

o autor, examinar estas marcas seria um exercício necessário para "afastar nossas mentes do hábito de considerá-las uma abreviação da informação particularizada necessária para o bibliotecário"¹⁰⁸ (BLISS, 1910b, p. 545, tradução nossa), que deveria, na realidade, exercer uma atitude mental crítica. Bliss argumentava que para o período que antecedeu a elaboração dos primeiros sistemas classificatórios nas décadas de 1870 e 1880, as tabelas de Cutter seriam um recurso bastante adequado, pois um grande número de livros pertencia a uma mesma classe e, portanto, muitos elementos de individualização eram necessários para diferenciá-los. Além de números de autores mais extensos, chegando a três ou quatro dígitos, pela coincidência de sobrenomes dentro da mesma classe, era necessário, ainda, indicar as diferentes edições, volumes e exemplares seguindo as prescrições da tabela, o que resultava em marcas de ordem com mais de oito dígitos (BLISS, 1910b, p. 546).

No entanto, com o uso de sistemas de classificação bibliográfica que permitiam grande especificidade nas classes e, conseqüentemente, um pequeno número de itens em cada uma delas, as tabelas de Cutter tornavam-se um recurso muito refinado para a simplicidade da tarefa. Bliss afirmava que a "simplificação da notação do livro é viável, foi provado, e é desejável para a clareza das etiquetas, para facilidade, precisão e economia na transferência de registros, e para aumentar o respeito dos usuários de livros pelos métodos e sistemas dos bibliotecários"¹⁰⁹ (BLISS, 1910b, p. 546, tradução nossa).

Em 1912 Bliss publicou sua versão das tabelas de Cutter que foi intitulada "*Simplified alphabetic-order table*". Nela mantinha-se a decimalização das notações, mas as iniciais dos nomes vinham acompanhadas de dois dígitos para as letras B, C, D, F, G, H, M e W, sendo todas as demais seguidas de apenas um dígito decimal passível de extensão em caso de necessidade o que, segundo Bliss configurava-se como recurso empregável em caso de várias cópias de um mesmo item. No caso das várias edições de obras clássicas ou de biografias, Bliss indicava um segundo uso da tabela para a atribuição de uma notação para indicação do editor da obra ou para o biógrafo (BLISS, 1912, p. 73).

¹⁰⁸ "[...]divest our minds of the habit of regarding these as shorthand for particularized information necessary to the librarian" (BLISS, 1910b, p. 545).

¹⁰⁹ "Simplification of book-notation is feasible, has been proved, and is desirable for the neatness of labels, for ease, accuracy, and economy in transferring records, and for increasing the respect of the users of books for the methods and systems of librarians" (BLISS, 1910b, p. 546).

Quadro 11 - Extratos da Tabela de Bliss, publicada em 1912

Inicial do sobrenome	Notação	Inicial do sobrenome		Inicial do sobrenome	Notação	Inicial do sobrenome
Aa	1	Ea		Ma	1	As
Ad	2	Ed		McL	15	Sal
Al	3	Eh		Mad	2	San
All	4	Ell		Mal	25	Sar
Am	5	Em		Mar	3	Sch
Ann	6	Enn	
Arm	7	Erm		Mos	85	Sto
As	8	Et		Mu	90	Str
Au	9	Ev		Mur	95	Sw
...

Fonte: Bliss (1912, p. 72).

Desta forma, a mesma lógica empregada por Bliss para tratar os sistemas de classificação bibliográfica foi transposta para abordar a ordenação dos livros dentro das classes. O autor ponderava, todavia, que a publicação de sua versão simplificada das tabelas de Cutter se fazia exclusivamente em função dos vários pedidos recebidos e era acompanhada de certa surpresa visto que "não parecia necessário dar espaço para um dispositivo tão simples e óbvio, que qualquer catalogador poderia fazer por si mesmo por mera simplificação"¹¹⁰ (BLISS, 1912, p. 71, tradução nossa).

Nas décadas seguintes, Bliss deu continuidade aos estudos sobre os aspectos gerais da classificação bibliográfica, buscando fundamentar seus princípios pela análise de sistemas de classificação filosófica e científica, até a análise de sistemas particulares como a CDD, a CDU, a LCC, a Classificação Expansiva de Cutter e a Classificação de Assuntos de James Duff Brown. Contudo, na medida em que aprofundava as reflexões em torno dos esquemas de classificação e desenvolvia o seu próprio, a preocupação de Bliss em torno das soluções de ordenação de documentos parece ter sido progressivamente reduzida.

Em seu livro publicado em 1933 e intitulado "*The organization of knowledge in libraries and the subject-approach to books*" Bliss aprofundava os estudos sobre as classificações bibliográficas, mas a ordenação de documentos aparecia apenas imiscuída às reflexões realizadas, sem grande destaque. Ainda assim, Bliss afirmava que, embora costumeiramente os arranjos de bibliotecas tenham sido realizados por sistemas de classes dentro dos quais os livros eram ordenados a partir do sobrenome do autor, outras formas de arranjo eram possíveis e deveriam ser analisadas (BLISS, 1933a, p. 25). A ordenação alfabética de coleções, defendida sob o argumento de ser a mais simples e facilmente

¹¹⁰ "It did not seem necessary to give space to so simple and obvious a device, which any cataloguer might make for herself by mere abridgement" (BLISS, 1912, p. 71).

reconhecida por não ser muito elaborada, era condenada por Bliss que afirmava ser ela a antítese da classificação. Sua limitação, como outros já haviam afirmado, era fruto da dispersão dos assuntos relacionados e, nos casos de ordenação de coleções extensas, seu emprego tornava-se problemático não apenas pela necessidade de alfabetar nomes de autores e títulos de livros, mas pelo desafio de mantê-los em ordem nas estantes. Para Bliss, a ordenação alfabética poderia ser utilizada para catálogos de fichas, dicionários e enciclopédias, mas para ordenar livros em bibliotecas e em livrarias, agrupá-los por assunto e não alfabeticamente seria sempre a melhor opção (BLISS, 1933a, p. 8-9).

A ordenação por ordem de entrada, por sua vez, era questionada pelo autor, pois estaria submetida às complexidades dos modos de entrada dos livros na biblioteca, resultando numa confusão sem proposta de sentido e totalmente injustificável para quaisquer efeitos práticos (BLISS, 1933a, p. 8-9). Bliss também afirmava que, em alguns casos, características especiais precisavam ser consideradas como a ordenação em separado de livros em tamanhos maiores, a ordenação de folhetos, dos livros de valor histórico ou antigos ou, ainda, daqueles que já estavam obsoletos (BLISS, 1933a, p. 18). Contudo, o autor não chegou a tratar dos procedimentos práticos cabíveis para o atendimento de questões desta ordem.

Ao retomar sua tabela para ordenação dentro das classes, explicada em 1910 e publicada em 1912, o autor apresentava novamente o argumento de que os livros precisavam ser individualizados tornando-se indispensável, para isto, a elaboração de uma marca que associasse a marca de classe à notação interna (*internal notation*). Neste trabalho e também em seu sistema de classificação, publicado em quatro volumes entre os anos de 1940 e 1953 sob o nome *Subject Classification* (Classificação de Assunto), o autor não mais utilizava termos como marca de ordem, marca do livro ou número do livro para indicar as notações de individualização dos itens dentro das classes. Bliss passava a denominar quaisquer artifícios empregados com esta finalidade de notação interna. Para ele a

notação interna indica a ordem ou a localização de livros particulares, ou outros itens bibliográficos, dentro das classes individualmente. Ela geralmente indica a ordem alfabética de sobrenomes dos autores, e, secundariamente, pode indicar a ordem alfabética dos títulos, ou dos nomes, de itens individuais, ou alguma outra ordem, ou ambos, por exemplo, a data de publicação, ou a ordem numérica de entrada. A notação interna deve ser separada da marca de classe, seja por estar abaixo dela, ou, quando redigida na mesma linha, por uma vírgula, ou ponto e vírgula, entre as duas notações. Seus símbolos podem ser em parte distintivos e em parte mnemônicos. Ela pode ser mais complexa do que a marca de classe, combinando vários tipos de símbolos. O termo marca é usado geralmente para incluir tanto a marca

de classe quanto a notação interna¹¹¹ (BLISS, 1952, p. 109-110, tradução nossa).

Assim, exemplos de uso das tabelas de Cutter de dois e três dígitos e da tabela Cutter-Sanborn eram resgatados mais uma vez a fim de demonstrar que elas repousavam sobre um equívoco de função. Neste momento, Bliss não mais as retoma para propor uma versão simplificada, mas para analisá-las conceitualmente. Segundo o autor, elas designavam sobrenomes quando deveriam indicar apenas a ordem relativa dos sobrenomes a fim de permitir a identificação de um livro. Por esta razão, Bliss continuava considerando as tabelas muito elaboradas e excessivamente dispendiosas do tempo do bibliotecário, podendo ser substituídas por dispositivos mais simples que estabelecessem uma ordem lógica para os itens, não a tradução exata de sobrenomes em notações alfanuméricas que por serem demasiado refinadas tornavam-se supérfluas (BLISS, 1933a, p. 66-67).

Bliss mencionava, também, a possibilidade de se proceder à ordenação dos livros dentro das classes a partir da avaliação de certos interesses ou conveniências de usos especiais da coleção, do agrupamento dos livros mais antigos seguidos dos mais recentes, bem como pela sequência estrita de períodos ou anos de publicação (BLISS, 1933a, p. 18). O uso das tabelas de Biscoe e de Merrill para conversão de datas em notações alfanuméricas foi discutido pelo autor com um pouco mais de detalhes. Mantendo a mesma abordagem crítica que utilizava na análise do uso das tabelas de Cutter, Bliss posicionava-se contrariamente à utilização das tabelas cronológicas. O autor argumentava que dificilmente haveria requisição de um livro a partir de um ano preciso e que para a separação de livros por períodos as subdivisões de tempo dos sistemas de classificação já seriam o suficiente, tornando as tabelas dispensáveis (BLISS, 1933a, p. 68). Mesmo contrário às tabelas para arranjos alfabéticos ou cronológicos dentro das classes, Bliss advogava o uso de uma notação interna simplificada para ordenação de sobrenomes uma vez que, sem ela, a designação e a localização dos livros convertiam-se em tarefas difíceis, lentas e incertas (BLISS, 1933a, p. 68).

Assim, a despeito da progressiva centralidade dada à análise dos sistemas de classificação bibliográfica, as discussões de Bliss quanto à ordenação de documentos a partir do método sistemático parecem bastante relevantes, sobretudo em função da crítica que ele

¹¹¹ "Internal notation indicates the order or location of individual books, or other bibliographic items, within the classes severally. It usually indicates alphabetic order of the authors' surnames, and secondarily it may indicate alphabetic order of the titles, or names, of the individual items, or some other order, or both, for instance, the date of publication, or the numerical order of accession. The internal notation should be separated from the class-mark, either by being below it, or, if written on the same line, by a comma, or semi-colon, between the two notations. Its symbols may be partly distinctive and partly mnemonic. It may be more complex than the class-marks, combining several kinds of symbols. The term mark is used generally to comprise both the class-mark and the internal notation" (BLISS, 1952, p. 109-110).

realizou quanto à necessidade de uma correlação entre o instrumento utilizado, o nível de complexidade necessário ao processo e o custo gerado para sua produção.

3.2.6 Shiyali Ramamrita Ranganathan

Quando Shiyali Ramamrita Ranganathan, matemático e bibliotecário indiano, publicou o livro *“The five laws of librray Science”*, em 1931, ele postulou cinco leis responsáveis por reger o ambiente biblioteconômico:

- livros são para uso;
- para cada leitor o seu livro;
- para cada livro seu leitor;
- poupe o tempo do leitor;
- a biblioteca é um organismo em crescimento.

Para cada uma das leis, Ranganathan apresentou as variáveis associadas e os elementos necessários à sua efetivação. Dentre os elementos analisados, a escolha dos critérios que sustentariam a formulação das propostas de ordenação dos documentos foi contemplada pois o acesso livre às estantes, passo importante para realização das leis, poderia ser potencializado ou comprometido em função do arranjo escolhido para a coleção (RANGANATHAN, 1931, p. 304). Assim como outros autores, Ranganathan afirmava que a ordenação principiada na ordem alfabética dos sobrenomes de autores ou no tamanho dos livros parecia-lhe tão arbitrária quanto uma ordenação alicerçada na cor da capa do livro, pois estes elementos não auxiliavam a busca dos leitores que, normalmente, colocavam-se à procura de uma determinada temática (RANGANATHAN, 1931, p. 304).

O arranjo estruturado em classes baseadas em assuntos seria o mais útil visto que estaria mais próximo à abordagem realizada pelos leitores à coleção, fazendo, então, com que leitores encontrassem seus livros, os livros seus leitores e, também, com que o tempo do leitor fosse poupado (RANGANATHAN, 1960, p. 1-3). O livre acesso às estante, somado ao uso dos sistemas de classificação bibliográfica, desobrigaria o leitor das dispendiosas buscas realizadas nos catálogos e da espera pela entrega do item demandado ao pessoal da biblioteca. Ademais, ele concederia maior liberdade ao leitor que poderia ver e examinar os livros com tanta liberdade quanto o faria em uma coleção privada, fomentando a serendipidade e permitindo encontrar grupos de interesse num relance (RANGANATHAN, 1931, p. 338).

Este arranjo seria, então, o mais adequado para que se concretizasse o princípio de que os livros são para uso, e não exclusivamente para conservação, como havia sido entendido e praticado por muito tempo. O ideal conservacionista, apontado por Ranganathan como aquele em que as estantes, e não as mãos dos leitores, eram considerados os lugares ideais para os livros, foi o principal responsável por manter as coleções fechadas ao acesso do público (RANGANATHAN, 1931, p. 4). Era comum, para estas coleções, que o código de localização recebesse a denominação marca de estante (*press-mark*), uma vez que os livros ocupavam um lugar permanente no espaço da biblioteca, o que resultava na elaboração de notações que remetiam à sala, estante, prateleira e posição ocupada pelo item na prateleira (RANGANATHAN, 1960, p. 1-3). Como não tinham acesso direto aos livros, os leitores eram obrigados a “chamar” pelo livro desejado apresentando a notação que identificava o item na coleção e acompanhava o seu registro no catálogo, passando a receber, graças a esta prática, o nome de número de chamada (*call number*) (RANGANATHAN, 1967, p. 519). Embora para as coleções abertas ao público não mais se empregasse este tipo de estratégia para a identificação dos itens nas coleções, o termo número de chamada, segundo Ranganathan, se manteve como herança dos tempos do acesso restrito às estantes, mas foi progressivamente ressignificado, passando a designar a "posição relativa exata de um documento em uma biblioteca (em relação aos outros documentos e não em relação às prateleiras)"¹¹² (RANGANATHAN, 1967, p. 519, tradução nossa). A explicação dada por Ranganathan nos remete ao uso do termo número de chamada por Dewey (1893), tanto para se referir aos sistemas de localização fixa quanto àqueles de localização relativa. Esta associação permite supor que Dewey tenha se baseado em um termo já existente, não que tenha sido o seu propositor.

Com Ranganathan, o número de chamada sistematizava-se de modo explícito como um modelo integral para a ordenação de documentos. Ou seja, para o agrupamento e, também, para a individualização dos itens dentro das coleções, especialmente naquelas que tinham por objetivo permitir o acesso direto às estantes. Sua composição era dada pela junção do número de classe (*class number*), com o número do livro (*book number*) e o número de coleção (*collection number*), como apresentado na “*Colon Classification*”, em 1933, e em “*Prologomena to Library Classification*”, em 1937.

¹¹² “[...]the exact relative position of a document in a library (relative to the other documents and not relative to shelves)” (RANGANATHAN, 1967, p. 519).

A “*Colon Classification*” (Classificação de Dois Pontos), sistema de classificação bibliográfica proposto por Ranganathan, baseava-se no princípio da desconstrução do assunto a ser representado em suas diferentes facetas, aspectos/partes constituintes, e, então, de sua reconstrução numa notação de classificação a partir dos elementos independentes coordenados com base em regras sintáticas. Assim, o número de classe em Ranganathan, sintetizado a partir dos conceitos tratados nos documentos, seria o primeiro elemento da notação, pois, segundo o autor, a abordagem dos leitores à coleção seria feita, como já afirmado, primeiramente por assunto (RANGANATHAN, 1967, p. 521). O número de classe "é uma tradução do nome do assunto específico do livro para a língua artificial de números ordinais"¹¹³ e é, também, "o símbolo usado para fixar a posição do seu assunto específico relativamente a outros assuntos"¹¹⁴ (RANGANATHAN, 1960, p. 1·5, tradução nossa).

Uma vez encontrada a classe de interesse, o próximo passo do leitor seria escolher um livro em particular dentro desta mesma classe, por isso, o número do livro deveria ser o segundo elemento do número de chamada (RANGANATHAN, 1967, p. 521). Escrito posteriormente à notação de classe, o número do livro representaria "a tradução dos nomes de certas características especificadas de um livro em uma linguagem artificial de números ordinais"¹¹⁵, sendo, ademais, "um símbolo usado para fixar a posição do livro relativamente a outros tendo a mesma classe final"¹¹⁶ e "individualizá-lo dentre os livros dividindo o mesmo número de classe"¹¹⁷ (RANGANATHAN, 1960, p. 1·9, tradução nossa).

Ranganathan explicava que a atribuição do número do livro poderia ser feita com base em diferentes critérios, sendo usual a escolha do sobrenome do autor como base para a composição da notação. Segundo Ranganathan, o uso do sobrenome era realizado tanto pela transcrição literal de suas três primeiras letras, sem quaisquer outros refinamentos, quanto pelo uso de tabelas de conversão de sobrenomes em notações alfanuméricas, como previam as tabelas de Cutter, Merrill ou Brown (RANGANATHAN, 1967, p. 504). No primeiro caso, à notação resultante, Ranganathan dava o nome de marca do autor (*author mark*), mas dada a

¹¹³ "[...]is a translation of the name of its [the book] specific subject into the artificial language of ordinal numbers[...]" (RANGANATHAN, 1960, p. 1·5).

¹¹⁴ "[...]the symbol used to fix the position of its specific subject relatively to others subjects" (RANGANATHAN, 1960, p. 1·5).

¹¹⁵ "[...]the translation of the names of certain of its [the book] specified features into the artificial language of ordinal numbers[...]" (RANGANATHAN, 1960, p. 1·9).

¹¹⁶ "[...]a symbol used to fix its position relatively to the other books having the same *ultimate class*" (RANGANATHAN, 1960, p. 1·9).

¹¹⁷ "[...]individualize it among the books sharing the same class number" (RANGANATHAN, 1960, p. 1·9).

simplicidade do recurso tornava-se impossível individualizar diferentes cópias, edições e volumes de um mesmo livro, ou, ainda, livros de diferentes autores cujas três iniciais fossem as mesmas. No segundo caso, cuja notação resultaria no número do autor (*author number*), Ranganathan asseverava a crítica afirmando que muito esforço era despendido por uma simples mania de transpor qualquer notação para uma base numérica quando, para este caso, as letras serviriam igualmente ao propósito (RANGANATHAN, 1967, p. 504).

Todavia, para Ranganathan, considerando-se a biblioteca como um organismo vivo e em expansão "o ano de publicação será uma característica mais relevante e útil do que o sobrenome de um autor para a individualização de um livro"¹¹⁸, já que os leitores estariam, via de regra, mais interessados nos últimos livros publicados sobre o assunto procurado (RANGANATHAN, 1960, p. 1·10, tradução nossa). Em função disso, a ordenação cronológica era defendida pelo autor como a solução mais útil para a composição do número do livro. Antes de apresentar seu próprio método de composição do número do livro, Ranganathan fez breve análise da tabela de conversão de ano em notação alfanumérica que havia sido publicada por Biscoe, em 1886, e, também, da tabela de Rider que pretendia conciliar a notação referente à década de publicação com o inicial do sobrenome do autor. Para ele, a falha destas tabelas consistia no fato de não oferecerem recursos adicionais que permitissem a criação de agrupamentos conforme a língua ou a forma de exposição do conteúdo, e a individualização de cópias ou de diferentes volumes de um mesmo livro (RANGANATHAN, 1967, p. 505-506). Ranganathan considerava-as bastante limitadas frente às demandas de individualização que poderiam ser colocadas para o adequado tratamento da coleção.

Construído a partir dos mesmos princípios que orientavam a *Colon Classification*, o número do livro de Ranganathan, segundo o próprio autor, havia sido concebido em relação orgânica com o número de classe, o que o diferenciaria de todos os métodos precedentes (RANGANATHAN, 1960, p. 1·10). Para o autor "um esquema para classificação de livros deveria incluir um esquema para o número do livro a fim de individualizar os documentos tendo o mesmo assunto como sua classe final e para mecanizar o arranjo preferido entre eles"¹¹⁹ (RANGANATHAN, 1967, p. 503, tradução nossa). Vale mencionar que as propostas

¹¹⁸ "[...]the year of the publication will be a more relevant and helpful characteristic than the name of the author for individualizing a book" (RANGANATHAN, 1960, p. 1·10).

¹¹⁹ "A scheme for book classification should include a scheme for book numbers in order to individualise the documents having the same subject as their Ultimate Class and to mechanize their preferred arrangement among themselves" (RANGANATHAN, 1967, p. 503).

de sistemas de classificação bibliográfica que se seguiram à elaboração da CDD não desenvolveram uma reflexão em torno da conjugação de características próprias ao número de chamada, como um todo orgânico que associa número de classe e número do livro em função dos atributos que se quer privilegiar ou subordinar para a composição do arranjo.

Segundo Ranganathan, no número do livro eram levadas em conta todas as características possíveis que pudessem surgir da expressão de uma ideia formando uma obra e, também as características que pudessem decorrer da corporificação de uma obra na forma de um livro (RANGANATHAN, 1967, p. 507). Para o autor, cada uma das facetas que compunha o número do livro "foi introduzida apenas na base da experiência real adquirida através da observação da reação de leitores enquanto na sala de livros e tomando nota de alguns de seus comentários"¹²⁰ (RANGANATHAN, 1967, p. 507, tradução nossa). A partir destas variáveis, a proposta de número de livro de Ranganathan resultou na seguinte fórmula:

$$[L] [F] [Y] [SN] . [V]-[S] ; [C] [EVN]$$

Cada símbolo representaria:

[L]	Língua do livro.
[F]	Forma de exposição dos conteúdos no livro.
[Y]	Ano de publicação.
[SN]	Número sequencial usado para distinguir diferentes livros em uma mesma classe e com mesmos números de língua e forma de apresentação.
[V]	Número do volume.
[S]	Número do suplemento.
[C]	Número da cópia.
[EVN]	Número da apreciação crítica.

Ranganathan (1967, p. 507) explicava que algumas das notações que compunham seu número do livro deveriam ser extraídas de tabelas presentes na *Colon Classification* enquanto outras deveriam ser obtidas diretamente do item em questão. O autor frisava que nem todas as facetas da fórmula precisariam ser usadas, mas seguindo sua ordem, o primeiro critério para a

¹²⁰ "[...]has been introduced only on the basis of actual experience gained by observing the reaction of readers while in the stack room and noting some of their remarks" (RANGANATHAN, 1967, p. 507).

notação do número do livro seria o número da língua do documento, retirado da Tabela de Língua presente no capítulo 5 da *Colon Classification* e parcialmente reproduzida a seguir.

Quadro 12 - Extratos da Tabela de Língua para composição do número do livro de Ranganathan

Notação	Língua		Notação	Língua
1	Indo-europeias		2	Semítico
11	Teutônicas		21	Acádio
111	Inglês		22	Assírio
112	Holandês		24	Aramaico
113	Alemão		25	Hebraico
...			...	
12	Latim		3	Dravidianos
121	Italiano		31	Tâmil
122	Francês		32	Malaiala
...			33	Canaresa
13	Grego		...	
14	Eslava		4	Outras línguas asiáticas
142	Russo		5	Outras línguas europeias
143	Búlgaro		6	Outras línguas africanas
...			7	Outras línguas americanas
15	Sanscrito		8	Outras línguas australianas
151	Prácrito		9	Outras línguas oceânicas
...			99	Línguas artificiais
16	Iranino		99M87	Esperanto

Fonte: Ranganathan (1960, p. 2·26-2·27, tradução nossa).

O número retirado da Tabela de Língua seria seguido pelo número da forma de expressão proveniente da Tabela de Forma, neste caso, uma letra escrita em caracteres minúsculos que poderia ser seguida de dígitos numéricos, como se vê no próximo quadro.

Quadro 13 - Extratos da Tabela de Forma para composição do número do livro de Ranganathan

Notação	Forma	Notação	Forma
B	Índice	h	Gráfico
b1	Sistemático	h1	Linha
b5	Alfabético	h2	Histograma
b51	Título	h3	Perspectiva
b55	Assunto	h6	Esquemático
b57	Autor	i	Paródia
C	Lista	k	Adaptação
c1	Sistemática	m	Catecismo
c2	Numérica	n	Opinião
c3	Geográfica	p1	Palestra
c4	Convencional	p2	Diálogo
c5	Alfabética	p3	Discussão
c551	Título	p5	Debate
c55	Assunto	p7	Simpósio
c57	Nome	w1	Verso
c6	Cronológica	w2	Drama
c9	Outros tipos	w3	Ficção
c94	Impressor	w4	Carta
c96	Editor	w7	Champu ¹²¹

Fonte: Ranganathan (1960, p. 2-5, tradução nossa).

Subsequentemente, viria o número do ano de publicação extraído da Tabela Cronológica, também presente na *Colon Classification*. Composto por notação alfanumérica, o número do ano poderia ser retirado de duas tabelas distintas: sendo uma delas para uso exclusivo com o número do livro e a outra a própria tabela de isolados de tempo pertencente ao esquema classificatório. Como se pode notar nos próximos quadros, a primeira tabela (Quadro 14) estava voltada para bibliotecas detentoras de itens publicados majoritariamente a partir do século XIX, já que notações mais breves poderiam ser obtidas para os anos a partir de 1880, enquanto a segunda (Quadro 15) contemplava uma temporalidade bastante estendida.

¹²¹ Segundo a “*Encyclopaedia of Indian Literature*”, o Champu é uma forma que mistura elementos da narrativa em prosa e em verso, sendo bastante comum na literatura épica indiana (EPIC, 2005, p. 1180).

Quadro 14 - Tabela Cronológica para o número do livro de Ranganathan

Notação	Tempo		Notação	Tempo
A	Antes de 1880		Q	2010 a 2019
B	1880 a 1889		R	2020 a 2029
C	1890 a 1899		S	2030 a 2039
D	1900 a 1909		T	2040 a 2049
E	1910 a 1919		U	2050 a 2059
F	1920 a 1929		V	2060 a 2069
G	1930 a 1939		W	2070 a 2079
H	1940 a 1949		X	2080 a 2089
J	1950 a 1959		Y	2090 a 2099
K	1960 a 1969		ZA	2100 a 2109
L	1970 a 1979		ZB	2110 a 2119
M	1980 a 1989		ZC	2120 a 2129
N	1990 a 1999		ZD	2130 a 2139
P	2000 a 2009		etc.	

Fonte: Ranganathan (1967, p. 1-12).

Quadro 15 - Tabela de isolados de tempo de Ranganathan

Notação	Tempo		Notação	Tempo
A	Antes de 9.999 a.C.		L	1700 a 1799
A1	Azoica		M	1800 a 1899
A2	Paleozoica		N	1900 a 1999
A3	Mesozoica		P	2000 a 2099
A4	Cenozoica		Q	2100 a 2199
A5	Quaternário		R	2200 a 2299
B	9.999 a 1.000 a.C.		S	2300 a 2399
C	999 a 1 a.C.		T	2400 a 2499
D	1 a 999		U	2500 a 2599
E	1000 a 1099		V	2600 a 2699
F	1100 a 1199		W	2700 a 2799
G	1200 a 1299		X	2800 a 2899
H	1300 a 1399		YA	2900 a 2999
I	1400 a 1499		YB	3000 a 3099
J	1500 a 1599		YC	3100 a 3199
K	1600 a 1699			

Fonte: Ranganathan (1960, p. 2-7).

A letra correspondente ao intervalo de tempo do ano em questão seria retirada de alguma das tabelas e a especificação do ano seria realizada, na primeira, por meio de um numeral responsável por indicar o ano exato de publicação dentro da década. Já na segunda tabela, a especificação seria realizada, a partir do ano mil da era cristã, por dois números responsáveis por indicar um ano dentro do século a que este ano pertencesse.

Se houvesse dois ou mais livros de mesma de mesma língua e forma publicados num mesmo ano, a ordem de aquisição servia para ordená-los conforme sua entrada na biblioteca,

adicionando, sequencialmente, 2, 3, 4, 5... ao ano de publicação. Para atribuição da notação do volume e do suplemento, Ranganathan indicava a transcrição do número correspondente a partir das informações constantes no próprio livro. O número da cópia deveria ser atribuído por meio de uma sequência numérica linear na medida em que os itens fossem incorporados à coleção. E, por fim, poderia ser adicionado um dígito conector responsável por associar o livro original à sua apreciação crítica. Embora extenso, Ranganathan ponderava que em mais de noventa por cento dos casos, o número do ano, terceira e mais importante faceta da fórmula ([Y] - Ano de publicação), seria o único elemento utilizado para a composição do número do livro (RANGANATHAN, 1967, p. 508).

Também importante para o número de chamada, o número da coleção era definido por Ranganathan como elemento não persistente, posto que seu uso na composição do número de chamada poderia variar conforme a demanda de cada biblioteca e, numa mesma biblioteca, de tempos em tempos. Diferentemente do número de classe e do número do livro, o número da coleção poderia ser utilizado ou abandonado, o que o caracterizava como elemento facultativo. Por isso, segundo o autor, este elemento teria sido negligenciado em praticamente todos os esquemas, exceto a *Colon Classification* (RANGANATHAN, 1967, p. 520), o que não é fato considerando-se os trabalhos de autores que o precederam.

Nos casos em que não fosse útil ordenar todos os livros de uma biblioteca em uma única sequência, estritamente ligada ao número de classe, o número da coleção serviria para indicar o pertencimento a uma fração específica e estaria restrito à biblioteca que o contém, sendo, portanto, definido com base em critérios eminentemente locais (RANGANATHAN, 1960, p. 1-18). Por isso, diferentemente dos números de classe e do livro, o número da coleção era um símbolo definido por cada biblioteca de acordo com suas necessidades permanentes ou circunstanciais, inexistindo prescrições quanto ao seu uso.

Embora considerado elemento externo à classificação, Ranganathan argumentava que uma tabela ilustrativa de números de coleção poderia ser anexada aos esquemas de classificação a fim de facilitar o trabalho dos bibliotecários. O próprio autor, ao demonstrar a composição de seu sistema, apresentava uma tabela como a reproduzida a seguir, a título de exemplo, com elementos que poderiam justificar sua separação da coleção principal.

Quadro 16 - Número da coleção por Ranganathan

Natureza da coleção	Número da coleção
Muito pequenos	sublinhar número do livro
Muito grandes	colocar linha acima do número do livro
De forma física delicada, como livros de arte	sublinhar e colocar linha acima do número do livro
Esgotados	circular número do livro
Livros raros	LR
Sala de leitura	SL
Livros de ensino	LE
Departamento de Direito	DZ

Fonte: Ranganathan (1967, p. 518).

O recurso de separar parcelas da coleção, valendo-se de uma notação, não deveria ser empregado em toda a coleção ou adicionado à coleção principal, mas apenas àqueles itens que integrassem um grupo com características especiais relacionadas à sua forma, fosse em função do tamanho ou da tipologia, à sua raridade ou, ainda, às exigências de facilitação de seu uso pelos leitores, como no caso das obras de referência (RANGANATHAN, 1967, p. 518). Do mesmo modo que o número da coleção serviria para criar agrupamentos paralelos no espaço da biblioteca, no catálogo topográfico, as fichas deveriam ser ordenadas também de modo paralelo. Isto fazia com que toda vez que um livro fosse mudado de uma coleção para outra, seu registro no catálogo topográfico fosse reposicionado de modo correspondente (RANGANATHAN, 1967, p. 518).

Para a composição do número de chamada, os números de coleção, de classe e do livro deveriam ser escritos de modo a distinguir claramente uns dos outros. Ranganathan indicava dois métodos de separação dos três componentes: 1) quando escritos em uma linha horizontal deveria ser deixado um espaço para facilitar a diferenciação entre cada um deles; 2) quando escritos verticalmente os componentes deveriam vir um abaixo do outro em três linhas diferentes (RANGANATHAN, 1967, p. 520). Isto faria não só com que o número pudesse ser lido sem confusão, como também buscava consolidar, em termos práticos, mecanismos favoráveis à efetivação das cinco leis que Ranganathan postulou e que orientavam todo seu sistema na medida em que pretendiam fazer com que leitores pudessem, rapidamente, ter acesso aos documentos que desejassem.

3.2.7 Número de chamada: síntese de um percurso

As posições e formulações quanto à ordenação de documentos em sistemas de localização relativa, a partir dos trabalhos dos seis autores anteriormente apresentados, demonstram certa coesão quanto à compreensão de que os arranjos baseados em sistemas de classificação bibliográfica seriam indispensáveis para dar cabo ao processo. Ainda assim, todos os autores, de forma mais ou menos detalhada, trabalharam com a análise de três métodos norteadores da ordenação de documentos, sintetizados sob os termos: cronológico, alfabético e classificatório/de assunto. Embora os termos empregados pelos autores nem sempre sejam exatamente correspondentes aos citados e que foram escolhidos para efeito desta análise, eles demonstram equivalência na medida em que se apóiam na escolha dos mesmos atributos chave para a composição de cada um dos arranjos.

O método cronológico, assim denominado por Cutter e Ranganathan, mas a que Schwartz e Brown se referiam como numérico, e Dewey e Bliss como de entrada, previa a criação de arranjos a partir do número de entrada dos itens na biblioteca, em uma única sequência linear ou em sequências paralelas em função do lugar ocupado nas estantes, ou, ainda, de seu uso como elemento principal para a composição do número do livro.

O método alfabético, por sua vez, consistia na ordenação dos livros por meio de sequências criadas principalmente a partir do sobrenome do autor e dos títulos dos documentos, o que resultava numa sucessão de agrupamentos alfabéticos dentro dos quais novos itens poderiam ser inseridos. O método alfabético dispunha as letras em sequência alfabética linear A-Z e dentro do agrupamento resultante do conjunto formado por cada uma das letras, os documentos eram alfabeticamente dispostos conforme o atributo escolhido, podendo este procedimento ser repetido num mesmo arranjo para quantos atributos se julgasse pertinente. Ele também se configurou como relevante alternativa para a ordenação de itens dentro das classes, seja por meio de tabelas, com destaque para as de Cutter, ou da abreviação de atributos susceptíveis à alfabetação.

O método sistemático, denominado classificatório por Schwartz e Cutter, ou de assunto, como preferiam Dewey, Brown, Bliss e Ranganathan, baseava-se na estrutura hierárquica característica dos esquemas de classificação bibliográfica e permitia, principalmente, a criação de agrupamentos minuciosos dentro dos quais documentos com características similares eram reunidos e colocados próximos a outros conjuntos afins, mas distantes de conjuntos com os quais não estabelecessem relações. Todavia, mesmo quando

denominado método de assunto, os esquemas classificatórios que embasavam tal método operavam com classes e subclasses que não se restringiam aos possíveis assuntos dos documentos, uma vez que não se trata exclusivamente de classificar o conteúdo temático dos documentos, mas de propor um arranjo adequado à finalidade que se pretendia alcançar. Tais esquemas abrangiam elementos relacionados, por exemplo, à forma de apresentação dos conteúdos dos documentos, como enciclopédias, dicionários, periódicos, e à abordagem ou ponto de vista sob o qual o assunto era tratado, como no caso das biografias e gêneros literários, por exemplo.

No quadro abaixo são apresentados os métodos de ordenação mencionados pelos autores estudados, sendo a categoria "outros" definida para os elementos que, embora denominados métodos, são compreendidos apenas como atributos elencáveis para a ordenação dos documentos sem configurar um método propriamente.

Quadro 17 - Métodos de ordenação de documentos conforme tradição anglo-americana

Autor	Método			Outros atributos considerados
	Cronológico	Alfabético	Sistemático	
Dewey	de entrada	alfabético	assunto	tamanho cor da encadernação tipo de encadernação valor monetário valor científico
Schwartz	numérico	alfabético	classificatório	tamanho
Cutter	cronológico de entrada*	alfabético*	classificatório	
Brown	numérico	alfabético	assunto	
Bliss	numérico	alfabético	assunto	tamanho valor tipologia frequência de uso
Ranganathan	cronológico* de entrada	alfabético	assunto	tamanho cor da capa

* mencionado exclusivamente como 'método secundário', ou seja, para ordenação de itens dentro das classes

Fonte: elaborado pela autora (2016).

A argumentação desenvolvida pelos autores promovia a desqualificação dos métodos cronológico e alfabético como chaves primárias na definição de arranjos, buscando demonstrar a superioridade do método sistemático. As críticas realizadas a estes dois métodos baseavam-se, sobretudo, na afirmação de que eles dispersavam documentos de mesmo assunto, não aproximavam assuntos relacionados e tampouco eram utilizados como critério de

busca pelos leitores. Na maior parte das vezes estes autores descreviam arranjos materializados a partir dos métodos cronológico e alfabético como exemplos de experiências já ultrapassadas e limitadoras tanto no que dizia respeito ao acesso, quanto à dificuldade que impunham à gestão da coleção à medida de seu crescimento. Cabe lembrar que o uso mais difundido destes métodos acontecia junto a arranjos baseados na definição de poucas e amplas classes temáticas associadas às estantes dentro das quais os documentos eram dispostos em sequência alfabética ou numérica. Esta última, predominante, configurava sistemas de localização fixa.

As formulações em torno do número de chamada em sistemas de localização relativa, que teve seus primeiros elementos colocados por Dewey, ainda em 1876, e foi sistematizado por Ranganathan quase 60 anos depois, colaboraram para a afirmação de um crescente menosprezo pelos sistemas de localização fixa. Se a avaliação quanto à adequabilidade do uso de certos elementos para a composição do número de chamada em função de público ou instituição foi por vezes colocada, nos sistemas estruturados sobre a ordenação em localização fixa não restava outra escolha que não o seu abandono. Tal imposição parece incontornável pela percepção dos autores trabalhados, pois além de não apresentarem nenhuma referência aos contextos em que os sistemas de localização fixa pudessem ser mais adequados, não há menção de quaisquer características destes sistemas que pareçam melhores do que aquelas concernentes aos sistemas de localização relativa. Como exemplo, pode-se apontar a memorabilidade do lugar ocupado pelos documentos nos sistemas de localização fixa, que, segundo Cutter (1879), mesmo tendo algum valor, era incapaz de amenizar os problemas colocados à gestão da coleção pelo seu próprio crescimento, devendo, por isso, não ser superestimada. Esta tendência demonstra o caráter empírico e eminentemente local das soluções elaboradas ao longo do século XIX e início do XX, pois as reflexões não se dirigem a pensar sobre o processo em si, mas incorreram na defesa de um modelo considerado ideal e replicável para cenários pouco diversos. Bliss é o único autor que irá refletir sobre a relevância de estabelecimento de padrões para a ordenação de documentos, mas com a ressalva de que esta padronização não significava o uso homogêneo dos instrumentos. Pelo contrário, segundo o autor, a padronização coerente tendia a simplificar o trabalho e, ao mesmo tempo, conceder maior liberdade aos profissionais, já que permitiria usos adaptados dos instrumentos empregados para responder ao processo de ordenação.

Sob a crítica do esforço demandado na elaboração de um novo arranjo para uma coleção em localização fixa toda vez que o mobiliário atingia sua capacidade máxima de armazenamento, pode-se inferir o pressuposto de que em uma coleção sistematicamente

arranjada haveria diminuição significativa na necessidade de modificação ou de revisão da estrutura elaborada. Este pressuposto é perceptível especialmente em Dewey, Cutter e Brown uma vez que para eles a economia, propriamente financeira ou de trabalho, se colocava como uma questão premente no ambiente de bibliotecas e com a qual os arranjos classificados poderiam contribuir decisivamente. Todavia, ainda que se deseje estabilidade para uma ordenação classificatória, há que se considerar que os arranjos relativos também são passíveis de revisão, seja pelas questões colocadas pela composição e atualização dos instrumentos classificatórios adotados, seja por aquelas relativas aos usos institucionalizados feitos desta mesma coleção.

Mesmo que os sistemas de localização relativa tenham sido grandemente defendidos, é preciso considerar que, tanto Dewey quanto Ranganathan mencionaram sua vinculação com as práticas características dos sistemas de localização fixa. Dewey apontou que o termo *call number* era utilizado como equivalente aos termos *press mark* e *shelf number*, comuns à designação das notações dadas aos documentos em sistemas de localização fixa (DEWEY, 1898, p. 8). Ranganathan, por sua vez, pontuou que o termo *call number* teria sua origem justamente nos contextos em que se utilizavam arranjos de localização fixa e para os quais o acesso direto às estantes era interdito ao público, o que justificava a necessidade do leitor chamar pelo livro desejado (RANGANATHAN, 1967, p. 519).

A fórmula do número de chamada em sistemas de localização relativa sistematizada por Ranganathan (1967, p. 519) estabelecia a ligação entre três elementos: o número da coleção, o número de classe e o número do livro. Esta junção, embora explicitada pela primeira vez por este autor, não pode ser atribuída a ele exclusivamente. Seus elementos, mesmo não concatenados linearmente, estavam presentes nas propostas apresentadas pelos demais autores que afirmavam ser necessário adicionar à notação extraída do esquema classificatório elementos que auxiliassem na individualização dos livros dentro das classes. Dewey (1898, p. 34-35) e Cutter (1882, p. 20) pontuaram, inclusive, a possibilidade de separação de pequenas frações da coleção principal, denominando-as bibliotecas paralelas (*parallel libraries*). Para tanto, haveria a necessidade de serem empregados recursos adicionais, antecedentes à notação de classe, como meio de garantir que a separação desejada fosse mantida.

No que concerne ao número de classe e ao número do livro, as posições foram um pouco mais diversas a começar pelos termos utilizados para designar cada um desses elementos. Para Dewey e Ranganathan, a utilização dos termos número de classe e número do livro predominaram, enquanto Cutter e Brown faziam a opção por denominá-los marca de

classe e marca do livro, não apenas porque se tratavam efetivamente de marcas inscritas sobre os documentos, mas sobretudo porque elas não se restringiam a notações formadas por caracteres numéricos (CUTTER, 1879b). Segundo Bliss (1910b, p. 544), em nome da precisão terminológica, seria adequado falar em marca de ordem, não em marca ou número do livro. Isto porque o que estaria em questão para o arranjo, fundamentalmente, era a ordem em que os livros seriam dispostos dentro das classes, portanto a função exercida pela marca.

A concordância dos autores quanto à superioridade do método sistemático para a ordenação de documentos fomentou, pelos próprios, o desenvolvimento de novos esquemas de classificação que se pretendiam minuciosos. Estes esquemas se consolidaram sob a justificativa de que notações de classe minuciosamente atribuídas facilitariam a identificação e localização dos itens desejados, pois contribuiriam para a formação de agrupamentos menores, além de serem base para os sistemas de localização relativa (DEWEY, 1879c, p. 193; CUTTER, 1891-1893, p. 4; BROWN, 1898a, p. 24).

O número do livro, por sua vez, foi alicerçado em torno de duas propostas: a ordenação alfabética por sobrenome do autor e a cronológica por ano de publicação. Apesar da ordenação pela ordem de entrada dos itens dentro das classes ter sido a primeira alternativa pensada por Dewey (1876), seu uso exclusivo resultava num arranjo pouco expressivo que foi logo substituído pelas propostas alfabéticas e cronológicas que se seguiram. A ordenação alfabética dentro das classes conseguiu significativo destaque especialmente pelo uso das tabelas de Cutter e de Cutter-Sanborn, sendo relevante também considerar as tabelas de Schwartz (1878) e de Brown (1906), ou estratégias mais simples como o emprego das três letras iniciais do sobrenome do autor, como defendiam Bliss e Brown. No que concerne à ordenação cronológica, pode-se apontar o número do livro de Biscoe (1885), a tabela cronológica de Brown e a fórmula de faceta proposta por Ranganathan. Mesmo não principiando pela utilização da faceta de tempo, o número do livro de Ranganathan pode ser considerado de base cronológica, pois a língua e a forma, primeiros dois componentes da fórmula, seriam frequentemente ignorados por serem comuns à maior parte da coleção, não apresentando função distintiva, o que daria, portanto, destaque ao ano de publicação.

Cabe ponderar que, em ambos os casos, autoria e data de publicação são os atributos secundários na configuração do arranjo, mas não são exclusivos, já que outros atributos podem ser adicionados para auxiliar na individualização de cada item da coleção. Esta constatação aponta para a inadequação de se restringir o número/marca do livro ao número/marca do autor, já que além de não serem equivalentes, o primeiro é mais amplo que o segundo permitindo abarcar outros atributos que não a autoria. Quando se fala em

número/marca de livro a ordenação cronológica dos documentos dentro das classes é igualmente abarcada, assim como, na alfabética, outros atributos passíveis de alfabetação, como por exemplo, o título.

Ademais, parece pertinente salientar que a despeito de terem proposto números do livro com um alto grau de representatividade, capacidade de associação de atributos e de sofisticação, os autores argumentaram em favor da simplificação das notações sempre que possível, fosse em função das características da coleção, fosse em função do público. Como Bliss (1912) e Ranganathan (1967) pontuaram, uma grande especificidade na definição dos números de classe permitiria menor complexidade das notações para individualização dos documentos. Deste modo, eles apontaram para a possibilidade de uso parcial ou simplificado das tabelas alfabéticas e cronológicas, ou, ainda, a opção por adaptações locais, como aquela desenvolvida pelo próprio Bliss para as tabelas de Cutter.

Outro ponto importante a se destacar é a centralidade da tipologia documental livro nas propostas de ordenação apresentadas pelos seis autores. Se de um lado a maioria deles reconhece a diversidade de tipologias documentais passíveis de ordenação para além do livro, por outro, quando estes autores se referem aos procedimentos e passam à descrição dos modos de fazê-los, o objeto do discurso retrocede e passa a relacionar-se quase que exclusivamente ao livro (*book*). Esta percepção pode ser atestada de modo bastante evidente pela segunda edição da CDD, de 1885, intitulada: “*Decimal classification and relativ index for arranging, cataloguing and indexing public and private libraries and for pamphlets, clippings, notes, scrap books, index rerum, etc.*”, pois embora apresente escopo ampliado, manteve a orientação e a descrição restritas aos modos de ordenar livros nas estantes presentes desde a primeira edição. De modo semelhante, ao mesmo tempo em que considerava a necessidade de se pensar a aquisição de materiais como livros, partituras, mapas, fotografias e gravuras para compor a coleção da biblioteca, Brown (1907, p. 156-157, 184), ao discutir a ordenação de documentos, trabalhava-a exclusivamente a partir do livro. Esta circunscrição expressava-se tanto em sua análise da insuficiência dos métodos numérico e alfabético, quanto na defesa dos arranjos sistemáticos que, segundo o autor, permitiriam marcar cada livro com uma notação que tornava simples distingui-lo entre os demais (BROWN, 1907, p. 187).

Por outro lado, Ranganathan trabalhava em alguns momentos com o termo documento, cuja noção é aglutinadora de diversas tipologias, estando dentre elas o livro. Essa acepção é mais visivelmente empregada na discussão sobre o uso do número da coleção, já que, segundo o autor, a primeira razão para a formação de coleções seria a necessidade de agrupar e manter como agrupamentos distintos todos os documentos de uma mesma tipologia,

como filmes em rolo, microformas, vinis, livros, etc. (RANGANATHAN, 1967, p. 514). Portanto, Ranganathan reconhecia e especificava a importância das variadas tipologias para a atribuição do número de chamada aos documentos, mas, a exemplo dos autores acima mencionados, ao apresentar a dimensão procedimental de seu modelo para ordenação de documentos, acabava direcionando suas colocações quase exclusivamente em torno do livro. O autor reconheceu a variedade tipológica apenas quando trabalhou o número de coleção e propôs soluções específicas exclusivamente para o livro, sem contemplar ou aludir aos outros tipos de documentos.

O próprio número do livro, como componente fundamental do número de chamada, indica a relevância desta tipologia. A variação nos termos empregados para denominar a individualização dos itens dentro das classes — número e marca do livro —, embora apontasse para diferenças quanto às estratégias escolhidas, como notações numéricas, alfabéticas ou alfanuméricas, não afastava a centralidade do livro como objeto das discussões e das propostas. Satija e Comaromi (1992, p. 2) ponderam que a escolha pelo termo número do livro remete a uma suposta exclusão de outros tipos de documentos também presentes em contextos de bibliotecas e implica numa redução inadequada. Obviamente, o livro não recebia tamanho destaque por mero acaso. Sua presença no cotidiano dos autores estudados e nas instituições a que se vincularam fazia-se quase hegemônica, mas a despeito desta supremacia não se pode desconsiderar a relevância de outras tipologias. Tal ponderação mostra-se pertinente especialmente para os periódicos científicos, uma vez que alguns destes autores atuaram como bibliotecários em bibliotecas vinculadas a cursos de ensino superior.

Como foi possível observar, o primeiro uso do termo número de chamada, conforme as fontes analisadas por esta pesquisa, ocorreu por ocasião da primeira edição da CDD, em 1876, mas, para Dewey, ele poderia remeter às notações responsáveis por indicar a posição de um item, tanto em sistemas de localização relativa, quanto em sistemas de localização fixa. Contudo, com as propostas que se seguiram à de Dewey, cada vez mais o número de chamada passou a remeter exclusivamente aos códigos atribuídos aos documentos nos arranjos sistemáticos em localização relativa. Ao mesmo tempo, os termos *press mark*, *shelf mark* e *shelf number* passaram a remeter às notações características dos sistemas de localização fixa, reportando a uma forma de codificação precedente e, também, conforme concepção dos autores trabalhados, já superada. O que se percebe, portanto, é o que termo número de chamada foi sendo progressivamente dissociado da ordenação de documentos em seu sentido mais amplo e passou a remeter aos arranjos estruturados exclusivamente pelo método

sistemático baseado no uso de sistemas de classificação bibliográfica empregados a fim de dispor minuciosamente os documentos sobre o mobiliário.

4 A ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS NAS TRADIÇÕES FRANCESA E ANGLO-AMERICANA: DE 1930 ATÉ A ATUALIDADE

Esta seção estrutura-se com base no levantamento de trabalhos que contemplaram a temática da ordenação de documentos a partir dos anos de 1930 visando traçar um panorama das abordagens que foram realizadas após a relativa estabilização de práticas realizadas no contexto de bibliotecas e instituições afins.

Na primeira subseção, o recorte é definido em função da publicação do “*Traité de documentation*” por Otlet (1934) e segue nesta mesma orientação com os textos de Briet (1951) e Guinchat e Aubret (1968). Apesar de não suprirem a lacuna relativa a trabalhos próprios sobre bibliotecas em língua francesa, entre os anos de 1932, em que Léo Crozet publica seu manual, e 1954, ano em que Salvan publica a primeira edição de seu texto, estes trabalhos oferecem uma visão parcial acerca do tratamento conferido à ordenação de documentos no escopo da Documentação. Segue-se a análise desta vertente com enfoque sobre o método sistemático e sua correlação com as discussões acerca da ampliação do acesso aberto às estantes e da sistematização de conceitos e instrumental próprios à ordenação de documentos.

Na segunda subseção, conforme tradição anglo-americana, a análise tem início com o exame de manuais de Biblioteconomia, publicados a partir dos anos 1930, que prescreveram a elaboração do número de chamada como a junção entre o número de classe e o número do livro, perpetuando o modelo consagrado. Contemplam-se as iniciativas que visaram contestar a adoção dos tradicionais sistemas de classificação bibliográfica, mormente a CDD, como única base para a ordenação dos livros nas estantes e propuseram sistemas de categorias localmente desenvolvidos e pretensamente mais adequados ao público. Discute-se, por fim, a abordagem histórica para a ordenação de documentos proposta por Satija (1987, 1990, 2007, 2008), enfatizando-se a relevância do número do livro para sua compreensão.

4.1 COTES EM LIVRE ACESSO: DESENVOLVIMENTO E SISTEMATIZAÇÃO

O “*Traité de documentation*”, publicado por Paul Otlet em 1934, pode ser entendido como um livro que expressa, fundamentalmente, os aspectos teóricos e práticos envolvidos na tentativa de afirmação da Documentação como uma nova disciplina científica. Surgida na Europa entre fins do século XIX e início do XX, a Documentação, ao trabalhar com a

informação especializada, científica, técnica e administrativa, que se expressava em espaços delimitados, tinha como objetivo central desenvolver estratégias para tornar acessível o volume crescente de informações produzidas neste período. Para tanto, segundo Otlet (1934, p. 6), novos procedimentos, distintos daqueles tradicionalmente empregados pela Biblioteconomia, deveriam ser desenvolvidos.

Ao longo dos cinco capítulos que estruturam a obra, Otlet elaborou os conceitos concernentes à Documentação, caracterizou e definiu seu objeto — o documento, além de indicar técnicas destinadas a seu estudo e tratamento. O autor desenvolveu, ainda, uma análise especialmente extensa sobre o livro e realizou uma apresentação das atividades e iniciativas necessárias à estruturação de uma instituição universal no âmbito da Documentação, em relação de cooperação com escritórios particulares a fim de criar um único sistema integrado.

No que concerne à ordenação dos documentos, no *Traité*, Otlet não desenvolveu uma abordagem exaustiva, mas pontuou elementos suficientes para que fosse possível compreender o delineamento da proposta e, sobretudo, sua relação com os sistemas de classificação bibliográfica, especialmente a CDU.

Antes de passar à apresentação da ordenação de documentos propriamente, é necessário pontuar que Otlet, em conjunto com Henri La Fontaine, e acompanhado de equipes de especialistas em várias áreas do conhecimento, publicou, gradativamente, entre os anos de 1904 e 1907, a primeira edição da CDU, então denominada "*Manuel du Répertoire Bibliographique Universel*". Os autores haviam partido da estrutura proposta por Dewey para a CDD e construíram um novo sistema de classificação com o objetivo primeiro, segundo Hudon e Mustafa El Hadi (2010, p. 18), de organizar catálogos sistemáticos em fichas e bibliografias que comporiam o *Répertoire Bibliographique Universel* (RBU). Sayers e Maltby (1970) afirmavam que a notação da CDU havia sido projetada, primariamente, para ordenação de entradas em catálogos e bibliografias, mas não para lombadas de livros. Tálamo et al. (2002) endossaram a percepção ao afirmarem que Otlet não havia orientado seu pensamento para a “organização de livros em estantes, mas à organização de informações, seu acesso e principalmente, o estabelecimento de relações entre os dados informacionais visando o uso da informação”. O enfoque dado recaía sobre o tratamento temático dos documentos, mas a CDU estava voltada para o trabalho com o documento como um todo, considerando a pertinência de atributos como, por exemplo, aqueles relativos à forma de apresentação dos conteúdos e à tipologia documental na estruturação do sistema.

Para Otlet (1934, p. 126, 384) a classificação bibliográfica fornecia uma maneira de triar e agrupar as coleções e seus respectivos catálogos à luz de suas classes fundamentais, sendo concebida como

a tabela ou as tabelas que dispõem o conhecimento na ordem em que devem estar as próprias obras. A classificação bibliográfica é uma ordem ininterrupta. Ela se desenvolve em uma série linear única na qual todos os termos ocupam, uns em relação aos outros, um lugar ou uma posição designada por um signo (palavras, nomes ou símbolos quaisquer ordenados em sistema)¹²² (OTLET, 1934, p. 379, tradução nossa).

Portanto, a classificação bibliográfica, a despeito de se valer de princípios lógicos e de estruturação da própria ciência, teria um escopo utilitário que visava favorecer a ordenação e a recuperação prática e rápida de informações de qualquer espécie.

Por sua vez, a ordenação (*classement*) era trabalhada pelo autor em sentido amplo, podendo ser realizada em "[...]diversas coleções e seus catálogos ou em repertórios tendo bases diferentes para uns e outros, de modo a permitir buscas em várias entradas"¹²³ (OTLET, 1934, p. 373, tradução nossa). A atividade de ordenação no âmbito geral consistia, essencialmente, em uma disposição dos documentos, das fichas ou dos registros com base em certos critérios, classificatórios ou não, cuja escolha deveria estar orientada a partir de sua funcionalidade enquanto elementos de busca. Já a ordenação de documentos, especificamente, determinava "[...]o lugar a ser ocupado nas estantes por cada obra dentro da série constituída pela coleção de todas as obras"¹²⁴ (OTLET, 1934, p. 346, tradução nossa), sendo, portanto, atividade diretamente ligada ao aspecto material dos documentos. Este aspecto é ressaltado por Otlet (1934, p. 346) que tratou a ordenação nas estantes (*classement aux rayons*) predominantemente valendo-se do termo colocação (*placement*), que traz em seu bojo "*place*", remetendo imediatamente a uma ideia espacial e que indica a ação de colocar determinado objeto em certo lugar do espaço.

O autor asseverava que os documentos não poderiam ser colocados desordenadamente sobre as estantes, já que a maior facilidade ou embaraço para encontrá-los estavam

¹²² "[...]le tableau ou les tables qui disposent les connaissances dans l'ordre où doivent l'être les ouvrages eux-mêmes. La classification bibliographique est un ordre de suite. Elle se développe en une série linéaire unique dont tous les termes occupent, les uns par rapport aux autres, une place ou rang désigné par un signe (mots, nombres ou symboles quelconques ordonnés en système)" (OTLET, 1934, p. 379).

¹²³ "[...]diverses collections et de leurs catalogues ou des répertoires en prenant des bases différentes pour les unes et pour les autres, de façon à permettre des recherches à plusieurs entrées" (OTLET, 1934, p. 373).

¹²⁴ "[...]à déterminer la place à occuper sur le rayon par chaque ouvrage dans la série constituée par la collection de tous les ouvrages" (OTLET, 1934, p. 346).

diretamente associados aos sistemas escolhidos para realizar sua disposição. Ademais, "[...]a natureza das coleções, a característica da biblioteca e dos leitores aos quais ela é destinada, o lugar e a equipe da qual se dispõe"¹²⁵ (OTLET, 1934, p. 347) deveriam ser considerados para a escolha do sistema. Portanto, longe de ser uma atividade mecânica, a definição da proposta de ordenação para certa coleção dependia da análise conjugada de uma série de fatores. Ainda que Otlet (1934) não trabalhasse com um único modelo para fins de ordenação, uma variável lhe era inescapável: o tamanho. Segundo o autor era possível escolher entre diferentes sistemas de colocação, mas independentemente da escolha realizada os documentos deveriam ser separados nas estantes, em função do seu tamanho, em um agrupamento dedicado aos pequenos, outro aos médios e um terceiro aos grandes volumes (OTLET, 1934, p. 347). Para Otlet os sistemas poderiam ser estruturados com base em três elementos fundamentais:

a) número de inventário: consistia na colocação dos documentos segundo os números de entrada atribuídos no inventário. Era considerado o mais simples, pois os documentos eram depositados nas estantes em uma sequência numérica contínua à medida de sua chegada na biblioteca e, posteriormente, a busca se operava de acordo com o número que lhes fora atribuído e que seria reproduzido, também, em seus registros (OTLET, 1934, p. 346).

b) ordem alfabética: as obras seriam dispostas nas estantes seguindo a ordem utilizada no catálogo alfabético e no caso de várias obras de um mesmo autor, elas seriam dispostas, secundariamente, conforme a ordem alfabética de seus títulos. Otlet (1934, p. 347) mencionava que, a fim de facilitar o emprego deste sistema, tabelas para transformar conjuntos alfabéticos em conjuntos numéricos, como as de Cutter e Biscoe, haviam sido desenvolvidas por bibliotecários estadunidenses, o que permitia que a ordem fosse dada, não com base num grupo de letras, mas em sua conversão num conjunto de números. Contudo, esta informação era apenas apresentada, inexistindo, ao longo do texto, discussões sobre as tabelas ou sobre seu uso.

c) ordem sistemática decimal: baseava-se na colocação dos documentos nas estantes de acordo com as divisões da CDU e, depois, conforme sua ordem de entrada, o que garantia certo nível de correspondência com o catálogo sistemático. As propostas baseadas em sistemas de classificação eram reconhecidas por Otlet como as mais adequadas para as bibliotecas de livre acesso, visto que facilitavam as buscas dos leitores direto nas estantes por oferecerem o agrupamento de toda a literatura de um mesmo assunto num único espaço.

¹²⁵"[...] la nature des collections, le caractère de la bibliothèque et des lecteurs auxquels elle est destinée, la place et le personnel dont on dispose qui doivent faire décider du choix d'une de ces méthodes" (OTLET, 1934, p. 347).

Segundo Otlet (OTLET, 1934, p. 347) este tipo de arranjo era frequentemente utilizado nas bibliotecas dos Estados Unidos e especialmente relevante nas salas de leitura ou nas bibliotecas de trabalho (*bibliothèques de travail*), constituídas para uso de certas equipes ou estudiosos dentro de uma instituição. Nelas, o autor afirmava que o objetivo de favorecer consultas completas, fáceis e rápidas, era mais importante do que o possível dispêndio de espaço e trabalho indesejados nos contextos em que recursos materiais e pessoais eram limitados.

A cota (*cote de classement/placement*), segundo Otlet, era a marca "[...]colocada sobre o próprio livro para inseri-lo em seu lugar sobre as estantes"¹²⁶ (OTLET, 1934, p. 306, tradução nossa) e reproduzida em todos os registros para permitir a formação de uma "[...]ligação entre o catálogo, as obras e as estantes sobre as quais as obras são depositadas"¹²⁷ (OTLET, 1934, p. 346, tradução nossa). A cota, então, deveria estar em correlação direta com o sistema adotado para a colocação dos documentos sobre as estantes e determinaria a forma e os elementos empregados em sua elaboração. Sua escolha deveria ser baseada em critérios mais gerais, pois a qualidade de uma cota estava principalmente em sua simplicidade, o que, para o autor, no caso de arranjos baseados em sistemas de classificação bibliográfica, justificava sua distinção em relação às entradas elaboradas para o catálogo sistemático. Otlet (1934, p. 301) alegava que enquanto as obras poderiam ser representadas no catálogo sistemático por várias fichas classificadas a partir de seus diferentes assuntos e fichas com entradas complexas, nas estantes, estas obras deveriam ser ordenadas exclusivamente de acordo com o assunto mais importante, ou, no caso de vários assuntos igualmente importantes, conforme aquele que primeiro aparecesse na CDU.

No *Traité*, Otlet não aprofundou as explicações sobre os elementos necessários à composição da cota, sobre as possíveis formas de sua elaboração ou sobre a apresentação dos motivos que o levavam a recomendar os sistemas de ordenação/colocação dentro das classes baseados na escolha do que entendemos por atributos cronológicos, como a ordem de entrada. Segundo o autor "a técnica das bibliotecas foi fortemente desenvolvida [e] ela entra em detalhes cada vez mais particulares e precisos"¹²⁸ (OTLET, 1934, p. 343, tradução nossa), sendo, por consequência, suficiente que seu tratado se restringisse à abordagem das questões gerais e indicasse obras de Biblioteconomia especialmente voltadas a este assunto. Na nota de

¹²⁶ "[...]placée sur le livre lui-même pour l'insérer à sa place propre sur les rayons" (OTLET, 1934, p. 306).

¹²⁷ "[...]lien entre le catalogue, les ouvrages et les rayons sur lesquels celui sont déposés" (OTLET, 1934, p. 346).

¹²⁸ "La technique des bibliothèques a été fort développée. Elle entre dans des détails de plus en plus particuliers et précis" (OTLET, 1934, p. 344).

rodapé que acompanha esta afirmação encontram-se listados os manuais de Morel (1908) e Crozet (1932), o texto de Coyecque (1929) dedicado especialmente aos decretos e questões administrativas relacionadas às bibliotecas de estudo francesas, um manual alemão (MILKAU, 1931) e outro inglês (BRISCOE, 1927), além do "*Manuel de la bibliothèque publique*" escrito pelo próprio Otlet e publicado pela primeira vez, pelo *Institut International de Bibliographie*, em 1925. Portanto, no entendimento do autor, não caberia ao "*Traité de documentation*" entrar nos detalhes próprios à ordenação uma vez que a Biblioteconomia já teria alcançado êxito neste quesito.

Na terceira edição do "*Manuel de la bibliothèque publique*", também escrita por Otlet e publicada em 1930, a forma de abordagem das questões concernentes à ordenação de documentos empregada no *Traité* já estava colocada. Neste manual foram utilizadas as mesmas definições e o emprego da terminologia que aparece no *Traité*, sendo que apenas as propostas de construção das cotas e de definição de seções para a biblioteca receberam uma abordagem mais procedimental.

No que concerne ao estabelecimento de seções para as bibliotecas públicas, também denominadas fundos, Otlet (1930, p. 119-120) apresentava quatro situações: a) obras de referência: seção constituída daquelas obras de que se fazia uso constante e que, por isso, deveriam ser colocadas em livre acesso para o público; b) reserva: seção formada pelas obras que exigiam condições especiais de armazenamento em função de seu valor econômico, raridade, mobiliário específico ou de uso restrito a apenas uma pequena parcela do público; c) seções especiais: elaboradas para abarcar as diferentes tipologias documentais ou para bibliotecas inteiras incorporadas à coleção por meio de doação, transferência, legado ou compra; d) coleção geral: formada por todas as obras que não exigiam nenhum tipo de armazenamento diferenciado. Para cada uma dessas seções ou fundos, o autor afirmava ser necessário atribuir uma notação que, na cota, especificasse seu pertencimento a um agrupamento em especial. Otlet (1930, p. 120) explanava que esta notação poderia ser realizada pelo uso de números romanos, números naturais, letras ou signos, sendo, porventura, possível abreviar o nome dado ao fundo.

Quanto à elaboração da cota como um todo, Otlet (1930, p. 119), a exemplo do *Traité*, principiava a explicação afirmando que as obras deveriam ser separadas em três tamanhos diferentes, cada um deles representado por uma letra: os in-octavo, compreendendo obras menores de 25 centímetros, receberiam a notação *O*; os in-quarto, para as obras entre 25 e 35 centímetros, receberiam a notação *Q* e os in-folio, maiores do que 35 centímetros, seriam representados pela notação *F*.

Apoiado na separação das obras por tamanho, o autor articulava a apresentação do sistema de colocação escolhido com as cotas que lhe seriam correspondentes. Para os sistemas baseados no número de inventário a cota seria composta pela letra correspondente ao tamanho da obra e associada ao número de inventário recebido. Por exemplo, **Q No 124** corresponderia à centésima vigésima quarta obra dentre os in-quartos. Para os sistemas alfabéticos a indicação do tamanho seria seguida pelo nome do autor escrito por extenso, em letras maiúsculas, e sob ele seria adicionado o número de inventário, não o título da obra, como indicado no *Traité*. A cota **Q CORNEILLE**
No 124 representaria uma obra publicada em tamanho in-quarto, escrita por autor de sobrenome Corneille e cujo número de entrada na coleção era 124. As cotas das propostas utilizando a CDU, por seu turno, seriam compostas pela letra de indicação de tamanho seguida do número de classificação atribuído à obra para fins de ordenação nas estantes e sob a qual se escrevia o número de inventário. Um manual de física, em tamanho in-quarto e cujo número de entrada fosse 124 receberia a cota **Q 53 (02)**
No 124.

Otlet (1930, p. 120) pontuava que para cada seção de obras, à cota correspondente ao sistema adotado, deveria ser adicionada a notação responsável por indicar pertencimento ao agrupamento específico, mas sua posição na cota ficaria a critério de cada biblioteca, podendo ser colocada tanto antes da indicação de tamanho, quanto posteriormente ao número de entrada.

Ao examinar os aspectos concernentes à ordenação de documentos trabalhados por Otlet (1930, 1934), é possível identificar, naquilo que o autor denomina sistema de colocação, a clara presença dos métodos que, neste trabalho, denominamos cronológico, alfabético e sistemático. Embora estes métodos estejam identificados e sejam trabalhados em correlação com os atributos que os viabilizam, Otlet não chegou a desenvolver uma reflexão mais detalhada que apresentasse meios de distinção das cotas para os diferentes itens.

A conservação da ordem de entrada como elemento preferencial para a composição dos arranjos, fosse como atributo principal ou como atributo secundário, aponta para um apreço à manutenção dos sistemas baseados em elementos que vinham sendo propostos e retrabalhados desde meados do século XIX pela Biblioteconomia francesa, como vimos. Este apreço também pode ser percebido na preservação das divisões por tamanho para a composição dos arranjos. Ademais, com Otlet (1930, 1934), os atributos alfabéticos constituíam método viável para a ordenação de documentos, mas ganharam pouco destaque

quando pensados enquanto atributo secundário, visto que estavam ausentes no manual de bibliotecas públicas, como foi possível observar.

A ordenação era considerada atividade fundamental para o funcionamento das bibliotecas e instituições de documentação, sendo colocada pelo autor na confluência entre a biblioteca, com seus recursos materiais e humanos, a coleção e o público. A partir das particularidades que caracterizariam cada um destes três elementos conjugados, teríamos a definição dos arranjos mais adequados às diversas situações. No caso de poucos recursos e necessidade de disponibilização imediata, Otlet (1934, p. 347) afirmava que bastaria a ordem de entrada, enquanto que para o livre acesso às estantes impunha-se a disposição sistemática dos documentos, portanto o uso dos sistemas de classificação bibliográfica.

Por fim, cabe ponderar que mesmo tendo trabalhado com o conceito de documento, Otlet (1930, 1934) não manteve o uso do termo ao referir-se à ordenação nas estantes, substituindo-o por livro (*livre*) e obra (*ouvrage*), termos adotados preferencialmente para explicar a proposta do autor. A exploração explícita da ordenação para outras tipologias documentais, como periódicos, mapas, gravuras, etc, deu-se apenas quando da indicação da formação de seções especiais dentro das bibliotecas. Considerando-se a bibliografia indicada pelo próprio Otlet, ao trabalhar os aspectos da ordenação de documentos, constata-se que a Biblioteconomia conformava o esteio de suas reflexões. Era bastante evidente sua opção em seguir recomendando o emprego de elementos fundamentais entre os autores de manuais franceses, como a divisão por tamanho, o uso da ordem de entrada e a economia ao mencionar a possibilidade de uso dos instrumentos característicos da tradição anglo-americana, como os sistemas de classificação bibliográfica de Dewey, Cutter e Brown, e as tabelas de sobrenomes de autor de Cutter e de Biscoe.

A ordenação de documentos sob a perspectiva da Documentação foi colocada também no manifesto, "*Qu'est-ce que la documentation?*", publicado por Suzanne Briet em 1951. No livro de Briet (1951, p. 23-24), um pequeno trecho é dedicado à ordenação de documentos, sobretudo no que concerne à sua função em uma instituição. Para a autora, a fim de encontrar um documento a partir de sua ordenação material (*classement matériel*), deveria ser atribuída uma cota a ele. A ordenação permitiria organizar os documentos imediatamente e estocá-los permanentemente numa correlação direta com os usos esperados. Briet afirmava que não "se classifica os livros da mesma maneira para a venda em uma biblioteca, para a exposição em um museu de arte ou para a consulta em uma biblioteca especializada" (1951, p. 24, tradução nossa). Embora não avançasse mais na discussão, a fala da autora revelava que os usos esperados, portanto, certos públicos sob certas condições, e as instituições detentoras dos

documentos, deveriam exercer influência direta na escolha da estratégia empregada. Assim, a ordenação de documentos era colocada não apenas como dispositivo de armazenamento das coleções, mas, da mesma forma como pontuava Otlet (1934, 1930), também como uma estratégia de comunicação que aproximava público, documentos e objetivos institucionais.

Ainda no âmbito da Documentação, em 1968, Guinchat e Aubret publicaram o livro "*La Documentation au service de l'action*" no qual buscavam explicitar a relevância da Documentação como aporte para a compilação, difusão e busca de informação sobre determinada temática, e, também, para as necessidades de conservação e classificação de documentos. Os autores exploravam as várias operações concernentes ao tratamento documentário, apresentando ainda as habilidades necessárias ao documentalista e uma série de instituições, como bibliotecas e centros de documentação, que desenvolviam ações no escopo da Documentação.

Para Guinchat e Aubret (1968, p. 48), a ordenação de documentos era etapa complementar à classificação, embora dela se diferenciasse especialmente por se ocupar do aspecto material dos documentos, enquanto a classificação trabalhava exclusivamente com seu aspecto intelectual. Para estes autores, a classificação seria de ordem lógica e teria como objetivo principal situar o conteúdo de um documento em relação ao contexto geral das classes previstas em uma estrutura classificatória, a fim de tornar a busca mais fácil e racional (GUINCHAT; AUBRET, 1968, p. 48, 120). A ordenação, por seu turno, teria por objetivo dispor os documentos no espaço segundo uma ordem e atribuir-lhes uma cota (*cote*), igualmente reproduzida sobre as respectivas fichas do catálogo, responsável por remeter diretamente ao lugar que lhe fora atribuído no conjunto da coleção. Por obedecer aos imperativos da conservação e da comodidade, nem sempre a ordenação de documentos seria estabelecida conforme o sistema de classificação, podendo ter por base um arranjo alfabético, a divisão dos documentos por tamanho ou sua disposição em ordem cronológica de entrada (GUINCHAT; AUBRET, 1968, p. 48).

Guinchat e Aubret (1968, p. 53) apresentavam aquilo que eles mesmos denominavam métodos de ordenação de documentos: alfabético, numérico, alfanumérico, sistemático, ideológico, cronológico, geográfico e enciclopédico. Contudo, além de não explicitarem as características que seriam próprias a cada um dos métodos elencados, os autores não deixavam claro se efetivamente se tratavam de métodos, de propostas de notação para as cotas ou, ainda, se de tipos de atributos elencáveis para o encabeçamento de um arranjo. A esta indefinição seguia uma série de sugestões para a ordenação de diferentes tipologias documentais que nos permitem constatar tratar-se mais de uma indicação de possíveis

atributos documentais do que, efetivamente, da apresentação de métodos. Por exemplo, os autores sugeriam que os livros fossem ordenados conforme sua ordem de entrada na biblioteca, mas também conforme as grandes classes definidas pelo plano de ordenação (*plan de classement*), mesmo não explicitando em que consistia este plano, ou, ainda, a partir da ordem alfabética de seus autores. Revistas e periódicos deveriam ser ordenados pela ordem alfabética de seus títulos e, na sequência, por ordem cronológica. Já as fotos deveriam ser ordenadas com base em seu tamanho.

Como recorrente nos trabalhos em língua francesa, a ordenação era apresentada por Guinchat e Aubret (1968) em seus aspectos mais gerais sem que fossem abordados os procedimentos associados à sua operacionalização, como, por exemplo, a construção das cotas, a ordem de escolha dos atributos ou os recursos adicionais necessários em caso de sua coincidência. Portanto, mais do que métodos que pudessem ser definidos e adaptados a situações distintas, tratava-se de uma explicitação quanto à necessidade de se olhar para cada tipologia documental e, em função de suas características, definir os melhores arranjos que pudessem responder por sua ordenação.

Ainda na década de 1950, mas de volta ao âmbito da Biblioteconomia, Salvan (1954, 1962), publicou duas edições de um pequeno curso destinado a fornecer noções gerais de classificação para os candidatos ao diploma superior de bibliotecário. O curso era apresentado sob a forma de um livreto no qual noções elementares e complementares à classificação bibliográfica eram exploradas. Salvan principiava sua exposição discorrendo sobre a distinção entre ordenação e classificação para, em seguida, dedicar-se ao exame das características gerais de sistemas de classificação bibliográfica como os de Brunet, a LCC, a CDD, a CDU e as classificações de Bliss e de Ranganathan.

Porém, antes de apresentar cada um dos sistemas anteriormente mencionados, Salvan (1952, 1954) afirmou que a ordenação deveria ser compreendida como a ação de dispor, segundo certa ordem, os livros nas estantes, as referências nas bibliografias e as fichas nos catálogos, enquanto a classificação determinaria uma proposta de ordem para os objetos em questão a partir de uma abordagem definida (SALVAN, 1962, p. 1). Assim, a classificação era apresentada como uma operação que permitiria a ordenação em diferentes âmbitos, conciliando exigências científicas e lógicas com as necessidades práticas impostas para seu uso.

Segundo Salvan (1954, p. 3) a ordenação dos livros nas estantes, ordenação biblioteconômica (*classement bibliothéconomique*), se apoiava em três princípios: 1) a ordenação alfabética e 2) a ordenação por ordem de entrada e tamanho, ambas de caráter

puramente material e de realização bastante simples; e 3) a ordenação sistemática, baseada em sistema lógico preestabelecido e determinado conforme aspectos intelectuais. Embora tenha se referido a três princípios de ordenação, Salvan (1954, 1962) restringiu sua reflexão à exploração dos elementos relacionados ao princípio sistemático, o que parece bastante pertinente uma vez que seus livretos eram dedicados à exposição dos sistemas de classificação bibliográfica. A autora afirmava que a cota (*cote*), destinada a individualizar um livro e conferir a ele uma posição na biblioteca, era composta pela junção entre notação (*notation*) e marca do livro (*marque du livre*). Por notação a autora entendia o conjunto de símbolos retirado do sistema de classificação em uso e que seria responsável por exprimir o pertencimento do livro a certa classe. A marca do livro, por sua vez, seria expressa pelas três primeiras letras do sobrenome do autor em caixa alta e teria por função individualizar o livro dentro do agrupamento criado a partir do uso do sistema de classificação. Salvan (1954, p. 20) aconselhava que, em uma mesma classe, para autores de sobrenomes de iniciais coincidentes, fosse ampliado o número de letras utilizadas e acrescentada, na sequência, a primeira letra do título do livro em letra minúscula. A fim de mitigar estas dificuldades, a autora pontuava, ainda, que era possível transformar sobrenomes em notações alfanuméricas por meio do uso das tabelas de Cutter, mas que as mesmas, assim como as tabelas cronológicas de Biscoe, eram conhecidas em poucas bibliotecas francesas do período (SALVAN, 1954, p. 20).

Do mesmo modo que não era comum o emprego de recursos muito pormenorizados para a ordenação dos itens dentro das classes, Salvan (1962, p. 18) ponderava que entre as bibliotecas francesas, diferentemente das anglo-americanas, ainda era bastante incomum que uma classificação bibliográfica detalhada fosse aplicada para fins de ordenação dos livros nas estantes. Apenas nas bibliotecas de leitura pública ou em parcelas de coleções destinadas ao livre acesso fazia-se uso, por exemplo, da CDU em sua versão abreviada. Já para as bibliotecas universitárias, a autora afirmava que desde a instrução de 1878, que recomendava a ordenação por ordem de entrada e segundo uma divisão por tamanho, predominavam os arranjos baseados na materialidade dos documentos (SALVAN, 1962, p. 18). Assim como nas bibliotecas universitárias, Salvan (1954, p. 54) afirmava que as bibliotecas especializadas privilegiavam a construção dos catálogos sistemáticos em detrimento dos arranjos sistemáticos nas estantes. Isto seria consequência, segundo a autora, da escassez de meios suficientes para arcar com uma atividade tão onerosa no que concernia ao tempo das equipes e aos espaços disponíveis (SALVAN, 1954, p. 53).

O ponto mais significativo de diferenciação entre as edições de 1954 e de 1962, no que concerne especificamente à ordenação de documentos, consiste numa ponderação apresentada

por Salvan na primeira edição de seu livreto, mas que foi suprimida da segunda. Ao valer-se do livro como objeto privilegiado e a partir do qual partiam as reflexões sobre a ordenação nas estantes, a autora ponderava que a despeito de ser o livro a tipologia mais comum nas bibliotecas, era necessário não

perder de vista que, em todos os tempos, as bibliotecas conservaram documentos de formas diversas (gravuras, mapas e planos). Novas 'formas' aparecem atualmente (microformas, por ex.). A ordenação biblioteconômica torna-se então ordenação documentária¹²⁹ (SALVAN, 1954, p. 3, tradução nossa, grifo original).

Assim, Salvan reconhecia que as bibliotecas eram marcadas pela variedade de suportes não apenas no período coevo, mas que historicamente elas abarcaram, também, uma diversidade de tipologias que tornava o emprego do termo documento adequado para contemplar uma realidade mais plural do que aquela circunscrita ao livro. Portanto, seria necessário alterar o termo que adjetivava a ordenação, ampliando-a de ordenação biblioteconômica para ordenação documentária.

Em artigo publicado na década de 1970, Daumas (1973) discutiu as orientações de estímulo ao livre acesso presentes na Instrução de 20 de junho de 1962, direcionada às bibliotecas universitárias francesas. Segundo o autor, a inadequação das já ultrapassadas regras de funcionamento impostas às bibliotecas universitárias que remontavam ao século XIX, fizeram das instruções de 1962, desde sua publicação, o novo fundamento biblioteconômico destas instituições (DAUMAS, 1973). Na Instrução de 1962 o livre acesso era recomendado como meio de facilitar a utilização das bibliotecas e "[...]implica[va] obrigatoriamente na adoção de uma ordenação sistemática e de uma classificação"¹³⁰ (DAUMAS, 1973, tradução nossa). Assim, a interdição de acesso deveria ser substituída, para a maior parte possível da coleção, por um arranjo elaborado em função das questões de busca colocadas pelo público e não mais segundo uma ordem estritamente material.

Deste modo, a previsão de que a abertura das coleções seria apenas parcial fez coexistirem duas propostas distintas de ordenação na Instrução de 1962: aquela destinada à *magazin*, espaço da biblioteca que abrigava as coleções de acesso restrito, fosse por questões

¹²⁹"[...]perdre de vue que, de tous temps, les bibliothèques ont conservé des documents de formes diverses (estampes, cartes e plans). De nouvelles 'formes' apparaissent de nos jours (microcopies par ex.). Le classement bibliothéconomique devient alors classement documentaire" (SALVAN, 1954, p. 3).

¹³⁰ "[...]entraîne obligatoirement l'adoption d'un classement systématique et d'une classification" (DAUMAS, 1973).

de conservação ou para fins de separação dos documentos pouco demandados pelo público, e aquela referente aos setores especializados e de acesso livre para o público (SANSEN, 1988, p. 463). No primeiro caso, a coleção seria dividida em 20 classes de notação alfabética A-Z (exceto I, N, O, P, Q, T) correspondentes a uma disciplina ou um conjunto delas, dentro das quais os documentos seriam ordenados conforme sua ordem de entrada. No segundo, a ordenação seria realizada com base em uma versão abreviada da CDU, seguida pela disposição cronológica dos documentos também conforme sua ordem de entrada. A escolha pelo emprego da CDU era justificada pelo fato de que "[...]sem dúvida, [seria] a classificação mais amplamente aplicada no plano internacional e igualmente adequada para a ordenação dos próprios documentos e para a indexação dos registros catalográficos e bibliográficos"¹³¹ (INSTRUCTION, 1962, tradução nossa). Desta maneira, um mesmo instrumento seria empregado de formas diferentes para a ordenação de documentos e para a ordenação dos registros.

Segundo Sansen (1988, p. 462-463) a dualidade da ordenação prescrita pela Instrução de 1962 não colaborava para uma gestão inteligente, visto que não favorecia o uso racional e padronizado das coleções, já que ambos os processos se realizam por meio de procedimentos complexos. Nas coleções em livre acesso, o uso da CDU, mesmo em versão simplificada, teria levado à elaboração de cotas muito extensas. Nas coleções de acesso restrito, a ordenação se dava com base em classes muito amplas que não atendiam seu objetivo, pois de um lado exigiam grande trabalho e tempo em sua elaboração e, de outro, pouco se articulavam às demandas de busca, não conseguindo cumprir adequadamente nenhuma das duas funções.

A fim de minimizar estas deficiências e à luz de 25 anos de experiência, a Circular de 22 de julho de 1988 sugeria modificações nos arranjos com o abandono da CDU e "[...]recomendava utilizar, de forma muito simplificada, as notações dadas por uma das seguintes classificações: Dewey, Library of Congress (LC) e National Library of Medicine (NLM)"¹³² (SANSEN, 1988, p. 363, tradução nossa). Indicava-se, para a LC e para a NLM o uso de classes de no máximo quatro níveis hierárquicos, enquanto para a CDD eles deveriam ser de apenas três. Ainda segundo o autor, o abandono da CDU passou a ser preconizado em

¹³¹ C'est, sans aucun doute, la classification qui est la plus largement appliquée sur le plan international et elle convient aussi bien au classement des documents eux-mêmes qu'à l'indexation des notices catalographiques ou bibliographiques (INSTRUCTION, 1962).

¹³² "[...]recommandé d'utiliser, sous une forme très simplifiée, les indices donnés par l'une des classifications suivantes: Dewey, Bibliothèque du Congrès (LC), National Library of Medicine (NLM)" (SANSEN, 1988, p. 363).

função de sua desatualização, da pequena expectativa de que edições revisadas fossem publicadas e de sua inadequação para o uso simplificado (SANSEN, 1988, p. 363).

Sansen (1988, p. 464) afirmava que, conforme o novo modelo de ordenação nas estantes, as cotas passaram a ser bastante simples, pois resultavam da junção da notação elaborada conforme a sintaxe da classificação de referência, preferencialmente abreviada em um conjunto menor de classes, com o número de entrada do item na classe em questão. Poderiam ser adicionados outros elementos simples de individualização, como letras maiúsculas para a indicação de livros em vários volumes ou dos vários itens de um mesmo livro. A fim de facilitar as buscas, anteposta à cota do item, deveria ser colocada uma abreviação indicativa da coleção a que pertencia cada item, como, por exemplo, *R* para *Reserva* ou *L* para *Sala de Leitura*.

A tentativa de tornar as bibliotecas universitárias francesas mais próximas do público por meio da indicação de arranjos adequados ao livre acesso é convergente com aquela realizada, a seu modo, no domínio da leitura pública. Nos dois casos, buscava-se, no âmbito da ordenação de documentos, suprimir intermediários entre a maior parte da coleção e público, favorecendo a busca direta nas estantes. Segundo Bertrand (2009, p. 476; 2010, p. 200), a noção de democratização que fomentou o movimento de rediscussão das bibliotecas públicas francesas e de seu expressivo desenvolvimento numérico, sobretudo a partir dos anos de 1970 e 1980, trouxe consigo, também, a emergência de um novo modelo: as *mediatecas* (*médiathèques*).

O conceito de *mediateca* não pode ser reduzido para a integração de novas mídias no depósito de livros. A *mediateca* responde muito mais amplamente à ideia de uma biblioteca aberta, não só para todos os tipos de documentos, mas também para todo o público e todos os tipos de atividades de informação e lazer. O seu sucesso está ligado ao desenvolvimento de novas práticas bibliotecárias na França, conhecidas nas Bibliotecas Públicas, anglo-saxãs, como o acesso livre, a informação e a documentação, o lugar cívico ou amigável de encontro e entretenimento, em suma, tudo o que pode distingui-la da antiga biblioteca acadêmica reservada aos notáveis e eruditos, que ela usou para criticar e a ultrapassar o modelo¹³³ (MELOT, 2006, p. 209, tradução nossa).

¹³³ "Le concept de médiathèque ne saurait se réduire à l'intégration des nouveaux médias dans le dépôt de livres. La médiathèque répond beaucoup plus largement à l'idée d'une bibliothèque ouverte non seulement à tous types de documents mais aussi à tous les publics et à toutes sortes d'activités d'information et de loisirs. Son succès est donc entièrement lié au développement des pratiques bibliothécaires nouvelles en France, bien connues des Public Libraries, anglo-saxonnes, comme le livre accès, l'information et la documentation, le lieu civique ou convivial de rencontres et d'animations, bref, tout ce qui peut la distinguer de la vieille bibliothèque savante réservée aux notables et aux érudits, dont elle a servi à faire le procès et à dépasser le modèle" (MELOT, 2006, p. 209).

Dentro deste contexto de guinada democrática e da incorporação de mais variadas tipologias documentais, especialmente aquelas ligadas às novas mídias, não apenas midiatecas foram propostas. Houve, também, a substituição do termo biblioteca pelo termo midiateca, indicando uma ruptura com as bibliotecas que ainda remetiam a usos restritivos e pouco diversos das coleções (BERTRAND, 2013). De modo geral, no que concerne especificamente à ordenação de documentos, estes espaços procuraram estimular a exploração das coleções com ou sem o intermédio do catálogo, visando, conforme pontua Bertrand (1994, p. 11), banalizar o uso das bibliotecas, encorajar as práticas curiosas e desinteressadas, ou, ao contrário, aquelas determinadas ou de pesquisa, mas, em todo caso, práticas diversificadas. Assim, a CDD, que havia sido empregada em muitas bibliotecas públicas para fins de elaboração de arranjos sistemáticos desde fins da Segunda Guerra Mundial, passou a ser questionada não apenas no que concernia à sua estrutura, mas, também, quanto à sua adequação como instrumento voltado para a ordenação de documentos (BÉTHERY, 1988, p. 451). Deslocava-se, definitivamente, nestas instituições, a ordenação de documentos da função de conservação e facilitação do trabalho profissional, àquela de comunicação com o público.

A partir de fins dos anos de 1980, uma série de trabalhos publicados buscava fazer uma avaliação das estratégias empregadas na ordenação das coleções em livre acesso e, em especial, propor alternativas ao uso dos tradicionais sistemas de classificação bibliográfica já bastante questionados neste contexto. Dentre as alternativas apresentadas, destacavam-se os centros de interesse (*centres d'intérêt*) que, segundo Béthery (1988, p. 451-452), tinham como inspiração iniciativas similares que almejavam a descompartimentação das coleções e que já haviam sido desenvolvidas na Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra. Os centros de interesse baseavam-se na divisão da coleção conforme grandes agrupamentos estabelecidos a partir de uma categorização que se pretendia o mais próxima possível das operações cognitivas realizadas pelo público em questão e, por isso, deveria ser localmente definida. Conforme analisaram Roy (1986), Richter (1988), Véron (1988, 1989) e Rossel (2013), os documentos de uma categoria — música, esporte, espetáculos, preconceito, viagens, saúde, etc. —, sob pontos de vista diferentes e em suportes e tipologias documentais diversificadas, seriam reunidos num único espaço com o intuito de facilitar seu acesso.

Roy (1986, p. 228) explicava que os centros de interesse não consideravam o documento como uma entidade em si, tendo seu próprio assunto, e, conseqüentemente, sua posição nas estantes, mas buscavam prever onde os leitores esperavam encontrá-los. Ademais, o autor argumentava que, em função desta mudança de perspectiva, as cotas também

deveriam ser mais breves e de fácil entendimento para todos, uma vez que seriam compostas, primordialmente, por um desenho ou por abreviações correspondentes às categorizações empregadas, como, por exemplo, *PARA*, indicando tratar-se de documento relacionado à *Parapsicologia e Ciências Ocultas*. Rossel (2013, p. 61-62) argumentava que nas seções infantis das bibliotecas municipais, os centros de interesse poderiam ser especialmente úteis para a ordenação de romances quando elaborados a partir de temas bastante precisos, pois estes tendiam a se aproximar das categorizações feitas pelas próprias crianças.

Os defensores de arranjos baseados neste tipo de categorização argumentavam tratar-se de um sucesso expresso pelo aumento significativo no número de empréstimos nas bibliotecas que o haviam adotado (ROY, 1986). Os mais céticos avaliavam a relevância da iniciativa, sobretudo quando realizada para pequenas parcelas da coleção e prevalecendo a ordenação original com base num arranjo sistemático a partir da CDD, mas ponderavam quanto à sua casualidade. Calenge (2010), Béthery (1988) e Véron (1988, 1989) argumentavam que os centros de interesse poderiam resultar em soluções arbitrárias, pois baseadas exclusivamente na subjetividade do corpo profissional de cada instituição para definir suas categorias. Ademais, em muitos casos, relegava-se às bibliotecas uma tematização muito concreta que poderia subestimar a capacidade de abstração dos leitores e reforçar tematizações simplificadoras às quais o público estava cotidianamente exposto. Basset e Laurent (1989, p. 32) acrescentavam que os centros de interesse não favoreciam as buscas diretas nas estantes por parte das parcelas do público que sabia, de antemão, o que desejava e acabavam convertendo a biblioteca num desordenado depósito de livros. De maneira mais radical, Véron (1989, p. 88) afirmava que os centros de interesse definiam um público ideal inscrito num interesse e perfil de exploração do espaço baseados exclusivamente em percursos temáticos, quando, de fato, os perfis poderiam ser bem mais diversificados. Para o autor, uma categorização seria indispensável, mas não era possível desconsiderar que, assim como a criticada CDD, estaria subjacente aos centros de interesse uma proposta de acesso material condicionada por escolhas de ordem sócio-cultural que poderiam ser tão ou mais problemáticas do que as propostas tradicionais.

Também na década de 1980, em instituições que se valiam dos consagrados sistemas de classificação bibliográfica para fins de ordenação dos documentos, o entendimento de que o tratamento diferenciado de parcelas da coleção poderia propiciar experiências de acesso mais favoráveis às especificidades dos públicos, resultou na elaboração de propostas como a estabulação livre (*stabulation libre*). Lador (2001, p. 54) afirmava que na estabulação livre (por analogia aos animais abrigados em estábulos) pequenas parcelas da coleção eram

dispostas num lugar de destaque das bibliotecas públicas, de modo desordenado, a fim de fomentar a diversificação e o aumento do número dos empréstimos.

A elaboração de um grande agrupamento sortido e dissociado do arranjo principal da biblioteca tinha como alvo os públicos não especializados que careciam do hábito de percorrer as estantes e, por isso, buscava-se mesclar títulos muito divulgados com outros desconhecidos ou esquecidos, a fim de que a coleção pudesse ser mais amplamente explorada. Lador (2001, p. 54) ressaltava que a junção de *best-sellers*, utilizados como isca para capturar a atenção do público, com outros documentos de divulgação científica, atualidades políticas e, também, clássicos, visava expandir o horizonte do público e oportunizar uma dinâmica em benefício das obras de maior qualidade. Tratava-se de favorecer o encontro entre público e coleção e, também, de uma proposta de viés pedagógico ancorada numa hierarquização de leituras.

A discussão dos autores de língua francesa quanto aos diferentes modos de apresentar as coleções ao público e, conseqüentemente, quanto à adequação dos instrumentos empregados para tal fim, não se restringiram, segundo Bethéry (2012, p. 26), à proposição de arranjos alternativos ou paralelos àqueles baseados nos grandes sistemas de classificação bibliográfica, como a CDD e a CDU. Encontram-se, também, relatos de experiências de escolha por modelos sistemáticos baseados nestes instrumentos, como foi o caso da BNF que, em 1992, anunciou o início do projeto *Tolbiac*. Por meio deste projeto, várias ações foram empreendidas, dentre elas a ordenação de parcelas significativas da coleção para acesso livre, seguindo uma adaptação local das cotas a partir da CDD.

Conforme explicam Béguet, Jouguelet e Petit (1999, p. 19), a coleção de livre acesso da BNF foi dividida em dois andares — o *haut-de-jardin*, voltado ao público geral, e o *rez-de-jardin*, destinado ao público pesquisador — e passou a ser organizada em departamentos temáticos (Filosofia, História e Ciências Humanas; Direito, Economia e Política; Ciência e Tecnologia; Literatura e Artes; Departamento Audio-visual) subdivididos em disciplinas próprias para cada departamento e dentro das quais os documentos eram agrupados conforme a CDD. Cabe ponderar que este arranjo destinava-se apenas às coleções de livre acesso, permanecendo, para a coleção adquirida via depósito legal, uma proposta baseada na ordem de entrada dos documentos.

A escolha pela CDD foi acompanhada, como explica Jouguelet (1996) por um longo trabalho visando à sua adaptação para as necessidades colocadas especificamente pela ordenação dos documentos nas estantes. Em função da divisão da coleção em departamentos e disciplinas, as dez classes principais da CDD não foram empregadas na composição geral da proposta. Como explicam Béguet e Hadjopoulou (1996, p. 41, tradução nossa) apenas um

número restrito de classes subordinadas a cada uma das classes principais previstas no esquema da CDD seria escolhido e "[...]antes mesmo de receber uma cota Dewey, um exemplar está[ria] localizado em um dos dois níveis da biblioteca, em seguida, em um departamento, e, dentro deste departamento, em uma coleção que, por conveniência chamamos de "disciplina"¹³⁴.

Esta opção resultava na elaboração de um plano de ordenação (*plan de classement*) para a biblioteca que estabelecia um claro limite de uso da CDD e evitava a criação de incontáveis números de classe aos quais apenas uma ínfima quantidade de documentos seria atribuída. Os números de classes escolhidos comporiam o manual de cotação (*manual de cotation*) que se baseava numa listagem dos números de classe autorizados para uso dentro de cada disciplina, seguido do cabeçalho indicativo de seu conteúdo e, por fim, de notas e indicações de uso. Jouguelet (1998, p. 207) lembrava que nem sempre os números atribuídos aos documentos para fins de sua ordenação, seriam compatíveis com aqueles atribuídos no catálogo para fins de sua indexação. Embora a CDD fosse utilizada para ambos os processos, as limitações impostas pela disposição material dos documentos exigia um uso abreviado de modo a compor um arranjo coerente e integrado, e cujas cotas não fossem demasiado complicadas.

Jouguelet (1998, p. 208) e Béguet e Hadjopoulou (1996, p. 41) também explicaram que, dentro das classes, os documentos seriam alfabeticamente ordenados conforme o sobrenome do autor, representado pelas três letras iniciais maiúsculas, e, no caso de coincidência entre classe e autoria, seria acrescentada, na sequência, a inicial minúscula do título da obra em questão. Assim, uma cota completa conteria indicações de departamento, disciplina, classe, autoria e, caso necessário, do título do documento.

As adaptações feitas à CDD a fim de adequá-la aos usos localmente definidos não se restringiram, no caso da BNF, à composição e seleção de um número reduzido de classes. Béguet (2000, p. 91) ressaltou que o recurso ao *corpus* de autor (*corpus d'auteur*) para as coleções monográficas em livre acesso visava reparar os inconvenientes de dispersão acarretada pelo uso de uma estrutura disciplinar própria somada à CDD. Assim, o *corpus* propunha a reunião da obra e da crítica concernente a autores selecionados, em função da elaboração de uma reflexão significativa em dado domínio, em um mesmo espaço nas estantes. Este recurso era especialmente recomendado para bibliotecas de pesquisa, no âmbito

¹³⁴ "[...] avant même de relever d'une cote Dewey, un exemplaire se trouve localisé à un des deux niveaux de la bibliothèque, puis dans un département, et, à l'intérieur de ce département, dans une collection que par commodité nous appellerons « discipline » (BÉGUET; HADJOPOULOU, 1996, p. 41).

de disciplinas como Literatura, Filosofia, Psicanálise, História da Ciência e Artes, visto que suas coleções possuiriam um caráter histórico e de exaustividade mais bem marcado. Para viabilizar a elaboração do *corpus*, a partir de uma lista prévia com os nomes dos autores escolhidos, novas classes dentro das disciplinas foram elaboradas tendo por base um determinado autor.

Béguet (2000, p. 94) explicava ainda que, se nas classes habituais poucos recursos de individualização dos documentos precisavam ser empregados, nas classes que compunham o *corpus*, em função da abundância de itens de um mesmo autor, notações adicionais precisavam ser incorporadas às cotas. Com o intuito de separar a obra do autor da produção crítica em torno dela, após a notação de classe e a abreviação do sobrenome em quatro letras maiúsculas seria necessário acrescentar:

- o número 1 para as obras completas, seguido da primeira letra do título;
- o número 2 para obras escolhidas, seguido da primeira letra do título;
- o número 4 para as obras particulares, seguido das quatro primeiras letras do título na língua original da obra;
- o número 5 para as obras críticas, seguido das duas primeiras letras do autor da obra¹³⁵ (BÉGUET, 2000, p. 94, tradução nossa).

A imersão na proposta descrita por Béguet (2000), além de destoar de parte dos trabalhos até aqui analisados, por adentrar nos aspectos mais particulares concernentes à sua operacionalização, permite perceber claramente a relação que se estabelece entre o atributo escolhido para efeito de ordenação primária ou secundária e as necessidades impostas à elaboração da cota que se pretenda representativa destas escolhas. Ademais, o autor nos apresenta uma alternativa à ordenação dos documentos em livre acesso pautada em arranjos sistemáticos sustentados pelas noções de conteúdo (assunto) e forma (gêneros literários, disciplinas artísticas...), o que traz uma compreensão mais alargada acerca da classificação bibliográfica. Ao favorecer a procura por um título específico ou a busca por e sobre o conjunto da obra de um autor específico, o *corpus* de autor ressalta a especificidade de alguns domínios para os quais a autoria e toda a produção gerada a partir dela podem ser tão relevantes quanto as buscas temáticas. Assim, o *corpus* de autor não se resume à incorporação de uma ordenação secundária de matriz alfabética a partir de um arranjo sistemático, mas

¹³⁵ – du chiffre 1 pour les oeuvres complètes, puis de la première lettre du titre ;

– du chiffre 2 pour les oeuvres choisies, puis de la première lettre du titre ;

– du chiffre 4 pour les oeuvres particulières, puis des quatre premières lettres du titre dans la langue originale de l'oeuvre ;

– du chiffre 5 pour les études critiques, puis des deux premières lettres de l'auteur de l'ouvrage" (BÉGUET, 2000, p. 94).

elabora uma proposta de acesso à coleção que faz do autor uma espécie de classe dentro esquema de classes proposto, levando-se em conta os usos previstos que o público poderá fazer dela.

Se a explicação pormenorizada do caso da BNF explicita uma aplicação prática de alguns instrumentos próprios da ordenação de documentos, sua dimensão conceitual foi referenciada pelos autores que a descreveram a partir de artigo publicado por Calenge, em 1994. Neste artigo, Calenge (1994, p. 15) discutiu a necessidade de se pensar as coleções a partir de um duplo olhar que considerasse, ao mesmo tempo, sua dimensão material e sua dimensão intelectual. As cotas (*cotes*) seriam o dispositivo vocacionado para esta função por determinarem o lugar ocupado por cada item na coleção e serem, igualmente, vetores de apropriação das coleções pelo público a partir de uma proposta de arranjo. O autor ponderava que, embora a prática corrente concedesse "[...]toda liberdade aos catalogadores para determinar a cota de um documento em função apenas dele mesmo, e não em função das coleções da biblioteca[...]"¹³⁶ (CALENGE, 1994, p. 16, tradução nossa), esta não seria a prática mais adequada, pois levava à proliferação descontrolada das cotas. A fim de evitar este problema, Calenge sugeria o emprego do sistema de cotas validadas (*cotes validées*) que, segundo ele, havia sido utilizado pela primeira vez por ocasião da construção da *Bibliothèque Public d'Information*, no fim da década de 1970, em Paris, e que viria a integrar o *Centre Charles Pompidou*. Sua adoção recaía sobre a necessidade de dar legibilidade e racionalidade aos espaços dedicados às enormes coleções em livre acesso que passavam a se confrontar com a errância do público.

Segundo o autor, nas instituições que fazem uso de cotas validadas, um documento só pode receber uma cota que esteja previamente autorizada. Uma lista de cotas validadas é elaborada localmente e disponibilizada a fim de ser utilizada como guia pelos profissionais que só podem atribuir aos documentos as cotas previstas nesta lista. Nem todas as cotas podem ser denominadas cotas validadas, pois as últimas são necessariamente fruto de uma escolha institucional que faz das cotas uma construção prévia, limitada e primordialmente local. Elas diferem, por exemplo, dos códigos elaborados a partir de um sistema de classificação bibliográfica nos quais a escolha da cota se efetua com o documento em mãos, depois da análise do conteúdo e da busca da notação mais representativa desse conteúdo diretamente no sistema de classificação. Portanto, uma cota validada não pode ser criada por determinação exclusiva de um profissional, mas decidida em função da proposta de acesso

¹³⁶ "[...]tout liberté aux catalogueurs pour déterminer la cote d'un document en fonction de celui-ci seulement, et non en fonction des collections de la bibliothèque[...]" (CALENGE, 1994, p. 16).

referente à biblioteca como um todo. Calenge (1994, p. 16) explicava que, embora restrita, esta lista não era fixa e em certas circunstâncias poderia ser ampliada: em caso de um acúmulo demasiado de documentos em uma mesma cota, havendo intenção de ampliar a aquisição de documentos sob uma nova cota ou no caso de ser impossível atribuir uma cota a um documento sem cair em contrasenso.

Mais tarde, em livro publicado junto a colaboradores, no ano de 2010, Calenge denominaria a listagem das cotas de manual de cotação (*manuel de cotation*), acrescentando que, nele, além das cotas, deveriam estar explicitadas notas de uso, como remissivas e explicações quanto à sua aplicação. Este livro apresenta uma especificação maior quanto à discussão da elaboração de manuais de cotação e uma sistematização de conceitos e instrumentos próprios à ordenação de documentos como ainda não havia sido apresentado pela literatura. O enfoque da abordagem recai sobre a discussão da elaboração do plano de ordenação (*plan de classement*) e inclui exemplos reais de sua construção, aplicação e manutenção em diferentes contextos.

A mesma sistematização conceitual e de instrumentos próprios à ordenação de documentos foi explorada por Combot (2011) num breve texto dedicado, segundo o autor, à revisão das principais técnicas em uso nas bibliotecas e centros de documentação. Assim, a explicação que segue está baseada na convergência entre as propostas de Calenge (2010) e as de Combot (2011).

O plano de ordenação consiste no mais geral dos instrumentos de ordenação de documentos, uma vez que se propõe a descrever "[...]a organização, as regras de ordenação e os modos de acesso a um conjunto de documentos que constitui uma coleção"¹³⁷ (CALENGE, 2010, p. 195, tradução nossa). Combot (2011, tradução nossa) afirma que os planos de ordenação são tão numerosos quanto são as bibliotecas e centros de documentação, haja vista que "[...]a especificidade dos fundos implica a especificidade da ordenação"¹³⁸. A partir das diretrizes estabelecidas pelo plano de ordenação definem-se as cotas validadas e elabora-se o manual de cotação. A fim de conjugar a organização pretendida com a coleção que se quer organizar, faz-se imprescindível que as cotas, uma cadeia breve de caracteres, mormente letras e números, simples e estruturada, cuja construção é baseada sobre um conjunto de regras, seja atribuída aos documentos. Esta operação é denominada cotação (*cotation*) e

¹³⁷ "[...]organisation, les règles de classement et les modes d'accès à un ensemble de documents constituant une collection" (CALENGE, 2010, p. 195).

¹³⁸ "[...]la spécificité des fonds implique la spécificité du classement" (COMBOT, 2011).

consiste de duas etapas: a primeira, de ordem intelectual, refere-se à elaboração da cota e a segunda, de ordem material, consiste na inscrição da cota no próprio documento, por meio de uma etiqueta, e também em seus registros. Combrot (2011) ressalta, ainda, a pertinência se de falar em cotação com símbolos ou cores (*cotation avec des symboles, des couleurs*) para as situações nas quais a marca atribuída ao documento não é alfabética nem numérica, mas uma cor ou desenhos figurativos, como ocorre em muitas bibliotecas infantis. Nestes casos, trata-se de sinalizar a ordenação dos documentos por meio de símbolos, não de símbolos que ordenam por eles mesmos, uma vez que eles não são atributos documentais. Os símbolos são escolhidos para representar a estrutura definida para o arranjo, sinalizando-a por sua associação a uma classe/subclasse e oferecendo uma legibilidade espacial mais adequada para o público em questão. Os símbolos ou as cores são, portanto, elemento de ligação entre o documento propriamente e a estrutura de classes definida para a coleção.

Há que se considerar que, para Calenge (1994, 2010) e Combrot (2011), a ordenação de documentos baseada no sistema de cotas validadas é compreendida, também, como um instrumento de gestão da coleção. As cotas validadas traduzem uma espécie de mapeamento acerca daquilo de que já se dispõe e, em função da explícita consciência acerca dos objetivos perseguidos, permite traçar caminhos para a aquisição de novos documentos e, também, para o descarte. A explicitação da proposta institucional, tanto no que concerne aos modos de oferta da coleção, quanto ao que diz respeito à sua gestão, seria, para Calenge (2010), de fundamental importância para o corpo profissional, pois facilitaria sua adaptação, além de ser matéria básica para discussões e contestações acerca da própria proposta.

Calenge (1994, p. 20, tradução nossa) afirma que as cotas só passaram a ser consideradas como verdadeiro recurso para o tratamento dos documentos a partir da abertura das coleções para o público. Nestes contextos, elas configuraram uma "[...]situação única, no cruzamento do conteúdo dos documentos, de sua identificação material, da organização espacial de seu arranjo, como da contagem de seu uso[...]"¹³⁹, que as fizeram ferramentas inestimáveis para a gestão de coleções e da política documentária. Mas, segundo o autor ponderava, elas não surtiriam efeito sem uma política documentária que formalizasse os objetivos da instituição e se colocasse a serviço do público, portanto, com o estabelecimento de cotas validadas que corroborassem com o plano desenhado para a biblioteca sendo, ainda, capazes de explicitá-lo para o público.

¹³⁹ "[...]situation unique, au carrefour du contenu des documents, de leur identification matérielle, de l'organisation spatiale de leur classement comme du comptage de leur usage[...]" (CALENGE, 1994, p. 20).

Assim como a maior parte da literatura em língua francesa analisada, a abordagem proposta por Calenge (1994, 2010) não chegava à discussão dos atributos secundários empregados para fins de ordenação dos itens dentro das classes. No livro, alguns colaboradores, ao descreverem as experiências locais empreendidas, mencionaram o uso das três primeiras letras do sobrenome do autor como recurso de individualização dos documentos nas classes, sem apresentar nenhum detalhe quanto à sua operacionalização. Todo enfoque recaía sobre a discussão do sistema de classificação bibliográfica escolhido, relegando ao segundo plano aspectos relevantes para a ordenação de documentos, como a articulação dos atributos e sua implicação na definição de certos percursos dentro das classes. Combot (2011) também apontava o uso das três letras iniciais do sobrenome ao autor como opção de atributo secundário, mas diferentemente de Calenge (2010), mencionava que, em certas circunstâncias e a depender das tipologias documentais em questão, o ano de publicação dos documentos ou os dados referentes à edição poderiam ser mais adequados. Calenge (2010) e Combot (2011) não centraram sua discussão em torno do livro e valeram-se exclusivamente do termo ordenação de documentos (*classement des documents*), apontando que as diversas tipologias documentais exerceriam influência direta na elaboração do plano de ordenação.

Cabe destacar, ainda, que mais recentemente a ordenação de documentos tem sido analisada enquanto processo de mediação documentária que se impõe entre documentos e público e que estabelece padrões que atuarão como ponto de referência e errância em um percurso de busca (FABRE, 2013, p. 4). A proposta de Fabre e Veyrac (2013, p. 215) caminha nesta direção ao buscar compreender qual a influência da ordenação de documentos como estratégia que pode contribuir ou dificultar a apropriação da informação pelos sujeitos, a fim de torná-la instrumento útil para suas necessidades. As autoras apresentam uma aproximação ao processo avaliando-o não quanto à sua coerência interna, mas como proposta de comunicação que pode ser mais ou menos efetiva em relação aos propósitos que se pretende alcançar e as estratégias escolhidas para tal. Neste sentido, a ordenação de documentos passa a ser investigada como parte do espaço documentário que se coloca no cruzamento entre representações realizadas pelos profissionais que o propõem e aquelas realizadas pelo público em sua relação com espaço institucional.

Partindo de Otlet até as iniciativas mais atuais, pode-se constatar, sobretudo a partir da década de 1980, um fortalecimento em torno da compreensão do processo de ordenação de documentos que o apreende enquanto proposta de apropriação da coleção e não apenas como recurso prioritário de armazenamento. Esta modificação, mesmo que já apontada por Otlet (1934) e Briet (1951), ou, ainda antes por Morel (1908), é indissociável do movimento de

abertura das coleções ao amplo acesso que impeliu as instituições a buscarem alternativas para aproximar os públicos das coleções, com isto, apontando para o declínio da predileção pela ordem de entrada como atributo primário ou secundário na elaboração dos arranjos.

A ordem de entrada como atributo secundário associado a uma estrutura de classes parece não apresentar proposta de percurso dentro dos agrupamentos de documentos, pois a coleção estaria destituída de uma proposta comunicativa global mais evidente para o público. Ofertar coleções sistematicamente ordenadas, mas dentro das classes optar por um atributo que dispõe os itens de modo pouco significativo para o público, seria desconsiderar a possibilidade de se propor, também dentro da estrutura hierárquica, um caminho de leitura dos documentos que permitiria melhor orientação no espaço. Nas classes com menor quantidade de documentos a escolha pela ordem de entrada não parece colocar grandes problemas, mas naquelas em que existisse um grande número de documentos seria preciso avaliar um montante expressivo de itens aleatoriamente distribuídos. Assim, a opção pela autoria como atributo secundário parece uma escolha subsidiária a esta reorientação, pois se apresenta como atributo mais facilmente intuído e de notação bastante simplificada com o uso das três iniciais do sobrenome do autor. Contudo, ela não figura na literatura analisada em termos das razões que justificariam sua escolha ou dos casos em que não se aplica a definição de uma autoria pessoal ou individual.

Ademais, considerando-se a ordenação de documentos como responsável por definir um lugar no espaço para os documentos, quando a opção do arranjo se faz com base em atributos classificatórios, depois de agrupar, é preciso individualizar os documentos e a pouca ênfase nas discussões quanto à definição dos atributos secundários explicita a existência de lacunas não confrontadas. Ressalta-se, porém, que a diferenciação constantemente pontuada pelos autores, entre a ordenação de documentos e os sistemas de classificação bibliográfica, frizando que o segundo deve ser utilizado, e adaptado, em função dos objetivos colocados pela primeira, evidencia compreensão quanto às diferenças entre o processo e seu instrumental. Pouco prescritivas, as propostas francesas primam por dar, progressivamente, centralidade ao processo em detrimento de modelos. No entanto, esta mesma virtude se converte em desafios quanto à compreensão da materialização das propostas especialmente no que concerne à elaboração das cotas, haja vista que, nos arranjos sistemáticos, elas não se estruturam apenas a partir dos atributos de matriz classificatória.

Lacunas também podem ser percebidas no que concerne a uma aproximação que contemple a historicidade das propostas de ordenação de documentos, uma vez que a literatura analisada não abrange um exame retrospectivo do processo. Também, a despeito das

menções a instrumentos característicos do modelo anglo-americano, como as tabelas de Cutter e Biscoe, inexistem, por parte dos autores analisados, iniciativas no sentido de avaliar tais instrumentos, mormente por considerá-los complexos demais para uma função tida como relativamente simples. Por outro lado, mais atualmente, a clareza quanto à definição de um instrumental e terminologia próprios ao processo torna a abordagem de Calenge (2010) uma referência fundamental para a compreensão da ordenação de documentos na vertente francesa.

Todavia, há que se ponderar também, que no bojo destas discussões se estabeleceu uma redução: a ordenação, inicialmente trabalhada a partir dos três métodos já explicitados, passou a ser analisada essencialmente em sua matriz classificatória, com o enfoque voltado mais à definição das classes do que à proposição do arranjo como um todo. As cotas validadas, por exemplo, não cumprem, isoladamente, a função de marca distintiva, reduzindo-se à função classificatória.

4.2 LEITURAS SOBRE O NÚMERO DE CHAMADA: DESDOBRAMENTOS E ALTERNATIVAS AO MODELO

A proposição de sistemas de classificação bibliográfica de tipo pretensamente universal em conjugação com elementos voltados à construção do número de chamada como código para a ordenação de documentos em mobiliário parece ter encontrado em Ranganathan seu último grande nome. Ainda na década de 1930 e, portanto, paralelamente ao desenvolvimento dos estudos de Ranganathan, despontaram, especialmente entre autores estadunidenses, alguns trabalhos que tinham em vista, sobretudo, a instrumentalização do número de chamada para a prática profissional. Estes trabalhos voltavam-se não mais para a construção de novas propostas, ou para uma formulação de base conceitual e operacional de algumas das propostas anteriores, mas fundamentalmente para a descrição e prescrição quanto à utilização do número de chamada conformado numa combinação preferencial entre o número de classe, mormente extraído da CDD, e o número do livro baseado no arranjo alfabético estruturado a partir das tabelas de Cutter, usualmente a tabela Cutter-Sanborn.

Este é o caso dos livros de Margaret Mann (1930) e Bertha Barden (1937), publicados pela ALA na década de 1930.

O livro de Mann (1930), que ganhou tradução para o português em 1962 com base na segunda edição de 1950, trabalha sob a perspectiva de que a ordenação de livros se faz pela utilização de esquemas de classificação bibliográfica, devendo utilizar métodos de

agrupamento lógicos e convenientes para o serviço que se quer prestar. Para a autora, todo arranjo é determinado pela necessidade de garantir que documentos semelhantes estejam reunidos, que os correlatos sejam aproximados, que os novos itens sejam facilmente inseridos nos grupos organizados e, também, que cada um destes itens esteja marcado com um símbolo próprio (MANN, 1962, p. 53-54), havendo, portanto, predileção pelos sistemas de localização relativa.

Mann (1930, p. 42-43) apresenta brevemente alguns atributos como elementos primários na configuração de arranjos no contexto de uma biblioteca, como o tamanho dos itens ou os sobrenomes dos autores, mas afirma ser o arranjo sistemático aquele que tem maior capacidade de responder às questões colocadas pelo público à coleção. Após a exposição de características gerais de alguns sistemas de classificação bibliográfica, sem, todavia, explicitar sua relevância na elaboração do número de classe e, portanto, do número de chamada, a autora aborda o número do livro, ressaltando que o arranjo secundário que ele viabiliza é o que torna possível que um livro seja individualmente identificado. Embora mencione o arranjo cronológico dentro das classes com a indicação de uso das tabelas de Biscoe e Merrill, Mann (1930, p. 114, 118) dá enfoque à tabela Cutter-Sanborn e apresenta, a partir dela, os recursos adicionais ao número do autor que poderiam ser necessários à composição do número do livro. Não há, no livro de Mann, grande desenvolvimento quanto à explicação de casos particulares ou uma exemplificação exaustiva, mas a autora (MANN, 1930, p. 120) ressalta a estreita relação que se estabelece entre a definição dos atributos componentes do número do livro e a escolha da entrada principal adotada no catálogo. Mann (1930, p. 120) pontuava que o número do livro não é estabelecido apenas com base na autoria, haja vista que em muitos casos o título era empregado como elemento principal, porém, além de restringir o número às soluções alfabéticas, a autora não chega a desenvolver reflexões quanto a uma possível complementaridade entre as práticas de ordenação de documentos e as de catalogação, como havia mencionado.

Com uma abordagem mais procedimental, Barden publicou, em 1937, o livro "*Book numbers: a manual for students with a basic code of rules*", em que foram descritas regras de composição do número de chamada, como uma associação entre número de classe e número do livro, bem como as funções por ele exercidas no contexto de bibliotecas. A autora afirmava que número de classe e número do livro deveriam ser associados por responderem pela localização do documento, uma vez que seriam necessários para:

1. Arranjar livros em ordem nas prateleiras;
2. Fornecer um número de chamada breve e preciso para cada livro;
3. Localizar um livro particular na estante;
4. Fornecer um símbolo para registrar o empréstimo de livros;
5. Facilitar o retorno dos livros às estantes;
6. Auxiliar na rápida identificação de um livro quando inventários são feitos¹⁴⁰ (BARDEN, 1937, p. 9, tradução nossa).

Barden (1937) não fez afirmações explícitas quanto à predileção pelo uso de algum dos sistemas de classificação bibliográfica já propostos à época ou das peculiaridades envolvidas na elaboração do número de classe. Embora se refira às funções do número de chamada, a abordagem da autora destina-se ao fornecimento de instruções e apresentação de exemplos voltados para a construção do número do livro, pois é ele o elemento responsável pela individualização dos documentos em arranjos sistemáticos.

Barden (1937) pontuou dois métodos de individualização passíveis de utilização para a composição do número do livro: a ordem cronológica por data de publicação do documento, a partir das tabelas de Biscoe e de Merrill, e a ordem alfabética pela autoria do documento, baseada na tabela Cutter-Sanborn. Assim como Mann (1930), a autora não desenvolveu exemplos de uso das tabelas cronológicas, mas no que concerne à exemplificação de uso das tabelas de atribuição do número do livro, tendo como elemento principal o número do autor, este parece ter sido o primeiro manual minuciosamente produzido sobre o tema. Barden (1937) abordou a elaboração do número do livro dentro de uma mesma classe para sobrenomes coincidentes, diferentes edições, múltiplos títulos de um mesmo autor, livros em vários volumes ou múltiplas cópias, biografias individuais ou coletivas, trabalhos críticos, dicionários, livros religiosos, autores clássicos ou prolíficos, seguindo a mesma lógica explanada por Cutter em suas próprias tabelas. A despeito de não utilizar a denominação número de coleção, nem inserir este elemento na composição do número de chamada, Barden (1937, p. 29) exemplificava alguns mecanismos que tornavam possível apartar parcelas da coleção de seu conjunto.

Um novo livro, composto com este mesmo propósito e formato, seria escrito na década de 1970, por Donald Lehnus. Com tradução brasileira de 1978, "Notação de autor: manual para bibliotecas" seguiu a mesma lógica de composição do texto do livro proposto por Barden na década de 1930, porém a partir de um escopo mais restrito, pois Lehnus dedicava-

¹⁴⁰ "1. To arrange books in order on the shelves;
 2. To provide a brief and accurate call number for each book;
 3. To locate a particular book on the shelf;
 4. To provide a symbol for charging books to borrowers;
 5. To facilitate the return of books to the shelves;
 6. To assist in quick identification of a book when inventories are taken" (BARDEN, 1937, p. 9).

se essencialmente ao arranjo alfabético dentro das classes e abordado a partir da tabela Cutter-Sanborn. Para os casos em que as tabelas Cutter estivessem indisponíveis, Lehnus (1978) apresentava uma tabela alternativa para a composição do número de autor. Caracterizada pela simplicidade e desacompanhada de instruções quanto aos critérios de composição e padronização das notações obtidas, ela remetia à primeira tabela de Cutter elaborada ainda na década de 1870.

Quadro 18 - Proposta de Lehnus para conversão de nomes em números e exemplos associados, década de 1970

Letra	Número	Exemplo
A, B, C	1	Almeida = A452, Azevedo = A928
Ç, D, E	2	Dé = D2, Escobar = E715
F, G, H, I	3	Gil = G34, Horta = H567, Fundação = F852
J, K, L	4	Joule = J584, Laos = L157
M, N, O	5	Nações Unidas = N125
P, Q*, R	6	Pontes = P557, Queiroz = Q236, Ribeiro = R312
S, T	7	Santos = S157, Travassos = T618
U, V, W	8	União = U531
X, Y, Z	9	Yu = Y8

* Ignora-se a letra 'u' que segue o 'q'

Fonte: Lehnus (1978, p. 19).

Conforme a definição proposta por Lehnus, o número de chamada seria composto pelo número de classificação e pela notação de autor (LEHNUS, 1978, p. 13). A notação de autor teria como principal componente, o número de autor, extraído da tabela Cutter-Sanborn e compreendido como elemento principal para a individualização dos documentos dentro de uma mesma classe.

Porém, a exemplo do que havia ponderado Satija (1990, p. 20) quanto à dificuldade de operar com a diversidade de termos que remetem à composição e escopo do número do livro, os termos empregados por Lehnus causam certa confusão quanto ao âmbito de sua aplicação e, ainda, reduzem o seu significado enquanto componentes do número de chamada. Seria equivocado estabelecer equivalência entre o número do livro e a notação de autor, pois o primeiro abarca todos os elementos necessários à individualização do documento dentro de uma classe, enquanto o segundo responde apenas pelas notações extraídas das tabelas de conversão dos sobrenomes em notações alfanuméricas, preferencialmente a tabela Cutter-Sanborn. O próprio autor deixa perceptível a inadequação dos termos escolhidos quando afirma que "além do número do autor podem constar outras letras e/ou números que

representam títulos, datas, editoras e outros aspectos significativos que se empregam para diferenciar cada número de chamada" (LEHNUS, 1978, p. 13). Se outros elementos podem constar na notação de autor além do número do autor, seria uma redução danosa denominá-la desta maneira, pois haveria equiparação entre a notação resultante do uso de um instrumento, a tabela Cutter-Sanborn, a um componente do número de chamada cuja capacidade distintiva é mais ampla. Nem todo número de chamada possui número de autor, tampouco todo número de autor será composto a partir das tabelas de Cutter, havendo outras estratégias, como, por exemplo, a menção nominal ou tabelas de sobrenomes de Brown ou Merrill, que poderiam se encarregar desta função. Ademais, como já havia ponderado Mann (1930), nem sempre o número retirado das tabelas de Cutter seria utilizado para representar a autoria de um documento, sendo correspondente ao título, quando este fosse utilizado como entrada principal na catalogação do documento.

Os livros de Mann (1930), Barden (1937) e Lehnus (1978) expressam uma visão bastante parcial acerca da ordenação de documentos, posto que acabam por circunscrevê-la à apresentação do número de chamada, com o número do livro em ordem alfabética de sobrenome composto a partir do número de autor elaborado com auxílio das tabelas de Cutter. Embora o número de chamada responda pela atividade de ordenação com significativa eficiência, estes manuais, ao debruçarem-se exclusivamente sobre ele, demonstram, não apenas uma abordagem instrumentalizada e restrita de um modelo, mas a escassez de reflexões sobre a ordenação de documentos como atividade de organização da informação. Ademais, a despeito do predomínio do método sistemático quanto a outros arranjos possíveis, inexistem entre estes autores discussões que conjuguem os sistemas de classificação bibliográfica com suas implicações na ordenação de documentos.

Ainda hoje este modelo é apresentado de modo resumido em livros introdutórios à classificação e à catalogação, como ocorre na décima primeira edição de "*Introduction to Cataloging and Classification*" (JOURNEY; TAYLOR; MILLER, 2015), e na quarta edição de "*Cataloging and Classification: an introduction*" (CHAN; SALABA, 2016), ambos publicados nos Estados Unidos. Esta permanência parece apontar para a hegemonia, no contexto anglo-americano, da configuração do número de chamada nos manuais de organização da informação como a associação entre número de classe e número do livro baseado nas tabelas Cutter, especialmente a Cutter-Sanborn.

A observação destes manuais permite constatar que a terminologia específica do número de chamada expressa especialmente pelos termos número/marca de classe e número/marca do livro se mantém apenas parcialmente. O número de classe é empregado

para designar a notação de classificação extraída dos tradicionais sistemas de classificação bibliográfica, mas o número do livro é substituído pela denominação *Cutter number*. Ou seja, da designação de um conjunto de atributos passíveis de escolha para ordenação nas classes, o número do livro reduz-se à notação de autor extraída da tabela Cutter-Sanborn, sendo, por vezes, acompanhado de explicações referentes à adição de atributos para individualização de itens cuja classe e autoria são comuns. Ao mesmo tempo, apontam para certo desprestígio da atividade de ordenação de documentos na medida em que lhe são reservadas poucas páginas para apresentação e, ao invés de discussões quanto à sua funcionalidade e pertinência, são expostas, com exclusividade, regras que prescrevem um modo único de realizar a atividade negligenciando relevante acúmulo sobre a matéria.

Entre os autores ingleses, a produção de manuais voltados à orientação de estudantes na primeira metade do século passado fez de Sayers um importante nome para a discussão em torno dos sistemas de classificação bibliográfica e, subsidiariamente, da ordenação de documentos. Centrado na investigação dos princípios orientadores dos diferentes sistemas de classificação bibliográfica, o autor desenvolveu reflexões sobre os modos de se proceder à ordenação de documentos partindo da defesa do emprego da ordenação sistemática nas bibliotecas, sob a justificativa de que esta seria a mais adequada para a satisfação dos leitores, pois facilitaria o uso autônomo da coleção (SAYERS, 1950, p. 5).

Para Sayers (1970, p. 265-270), tão importante quanto optar pela ordenação sistemática das coleções gerais, fosse em bibliotecas públicas, universitárias ou especializadas, era escolher o sistema de classificação bibliográfica mais adequado para os fins que se desejasse alcançar. O autor afirmava que todo bibliotecário deveria estar consciente quanto à interferência que a classificação bibliográfica escolhida exerceria sobre a ordenação e uso dos livros no espaço da biblioteca: fosse pela maior especificidade ou generalidade permitida pela estrutura do esquema e, conseqüentemente, os modos de agrupamento da coleção; fosse pela extensão da marca de classe resultante e a possível dificuldade colocada aos leitores por notações muito longas; fosse pela necessidade de adaptações que não deveriam ser estendidas para além daquelas previstas pelo próprio esquema escolhido. Neste sentido, as reflexões do autor mostravam-se bastante originais, pois indicavam a relevância de se refletir, também, quanto à escolha dos instrumentos classificatórios na medida em que a adoção de um ou outro esquema implicaria propostas distintas de acesso à coleção.

De modo similar aos demais autores já abordados, Sayers também pontuava a possibilidade de que o arranjo dos itens dentro das classes fosse feito seguindo tanto critérios alfabéticos, quanto cronológicos (SAYERS, 1918, p.18). Segundo o autor:

Qual destes [arranjos] deve ser escolhido dependerá do tipo de biblioteca e do tipo de pessoas que irá utilizá-lo. Em bibliotecas de pesquisa e estudo há muito a ser dito pela ordem cronológica; mas, em bibliotecas gerais, certamente em bibliotecas municipais, a ordem alfabética deve ser preferida¹⁴¹ (SAYERS, 1944, p. 236, tradução nossa).

Diferentemente de Mann (1930), Barden (1937) e Lehnus (1978) que privilegiavam a tabela Cutter-Sanborn, Sayers (1918, 1950) deu relevo à proposta para composição do número de autor elaborada por Stanley Jast, em 1900. Nas poucas descrições feitas para indicar os modos de se individualizar os livros dentro de uma classe, Sayers apresentava a proposta de Jast como uma solução mais simples do que aquela possibilitada pela tabela Cutter-Sanborn, já que a alfabetação dos sobrenomes não era exata: "o número consiste nas duas primeiras letras dos sobrenomes dos autores, e sobrenomes que começam com as mesmas letras são distinguidos pelos números 1, 2, 3, etc."¹⁴² (1950, p. 65, tradução nossa) conforme sua ordem de entrada na biblioteca. Para Sayers (1950, p. 66-67), soluções ainda mais simples poderiam ser utilizadas empregando-se exclusivamente as três primeiras letras do sobrenome do autor, ou, no caso de se desejar uma ordenação alfabética mais precisa, poderiam ser utilizadas as tabelas elaboradas por Merrill ou por Brown. Sayers afirmava que as breves menções à tabela Cutter-Sanborn justificavam-se pela existência de um pequeno número destas tabelas em seu país, fato este que, além de tornar seu uso pouco comum, não justificava sua apresentação mais estendida nos manuais (SAYERS, 1950, p. 64). Além disso, a convicção do autor de que a notação de classe deveria ser o mais específica possível nos permite conjecturar que, por sua especificidade, haveria poucos itens com um número de classe idêntico e, conseqüentemente, as estratégias de individualização dos itens dentro das classes poderiam ser mais simples.

No que concerne à ordenação cronológica dentro das classes, Sayers (1944, p. 229) apresentou a possibilidade de se acrescentar o ano de publicação imediatamente após o número de classe ou fazer uso da tabela de Biscoe, ressaltando que estas alternativas

¹⁴¹ "Which of these is to be chosen will depend upon the type of library and the sort of people who will use it. In research and student libraries there is much to be said for the chronological order; but, in general libraries, certainly in municipal libraries, the alphabetical order is to be preferred" (SAYERS, 1944, p. 236).

¹⁴² "The number consists of the first two letters for the author's names, and names commencing with the same to letters are distinguished by the figures 1, 2, 3, etc" (SAYERS, 1950, p. 65).

costumavam ser preferidas para o arranjo de livros científicos e técnicos por resultarem na apresentação de uma sequência cumulativa do conhecimento.

Embora o autor tenha empregado poucas vezes o termo número de chamada, ele trabalhou com todos os seus elementos e, a exemplo do que haviam proposto Dewey (1898) e Cutter (1882), Sayers expôs a relevância de se compor notações para indicar a existência de arranjos paralelos, ou, pela denominação utilizada por Ranganathan (1967), de se definir o número de coleção. Segundo Sayers (1944, p. 189), bibliotecas públicas, por exemplo, via de regra, eram formadas por três diferentes departamentos: o de referência, o de empréstimos e o infantil, sendo indispensável, portanto, antepor ao número de classe algum símbolo que indicasse tal vinculação.

Contrapondo-se aos autores estadunidenses já analisados, Sayers (1944, p. 190; 1970, p. 261) retomava a discussão quanto à pertinência da separação entre livros de tamanho distintos que configurariam arranjos paralelos sob uma mesma ordenação sistemática, argumentando que nos casos em que a economia de espaço se apresentasse como variável relevante, manter todos os livros em um único arranjo sistemático poderia ser contraproducente, pois resultaria em uma considerável perda de espaço vertical.

Sayers (1970, p. 317-318) expressou uma preocupação singular com as particularidades da ordenação de outras tipologias documentais, levantando a possibilidade de se empregar nestes casos classificações bibliográficas especialmente elaboradas para certos ramos do conhecimento, como também, valer-se de amplos agrupamentos baseados em atributos relevantes para filmes, gravações sonoras, folhetos, fotografias, mapas, periódicos, gravuras, dentre outros documentos. Para o autor, a diversidade de tipologias que poderia compor a coleção de uma biblioteca convocava o profissional a pensar em estratégias alternativas ao arranjo sistemático adotado para a coleção geral quando este se mostrasse inadequado. Para periódicos, por exemplo, Sayers sugeria a ordenação alfabética por título seguida da disposição dos volumes pelo ano de publicação; os folhetos poderiam ser separados conforme as instituições responsáveis pela publicação e, dentre destes grandes agrupamentos, se faria a ordenação cronológica por ano de publicação; registros sonoros de música poderiam ser divididos conforme o gênero musical, sendo estes agrupamentos alfabeticamente distribuídos no espaço e os itens ordenados de acordo com o sobrenome do compositor (SAYERS, 1970, p. 316-319). Neste sentido, a perspectiva trabalhada por Sayers acaba diferenciando-se das demais por evidenciar uma diversidade maior de documentos no contexto de bibliotecas e apontar para a possibilidade de se realizar sua ordenação fora do

modelo circunscrito pelo número de chamada, pois independente de um sistema de classificação bibliográfica, ainda que este continuasse preponderante em suas reflexões.

Em meados da década de 1970, Arthur Maltby propôs uma revisão profunda do manual proposto e reeditado por Sayers no decorrer do século XX e, em função das mudanças significativas em sua estrutura, passou a denominá-lo “*Sayers manual of classification for libraries*”. A edição proposta por Maltby (1975) manteve a clareza de Sayers (1970) quanto à diversidade de tipologias documentais presentes no contexto de bibliotecas e sobre as quais poderiam incidir a atividade classificatória, mas não estendeu o debate sobre elas para além de uma defesa da necessidade da ordenação separar estas tipologias documentais. Maltby (1975, p. 17) resumiu a discussão específica à ordenação de documentos a pontuações quanto à incapacidade de tamanho, língua, ordem de entrada, ano de publicação, autoria ou tipo de encadernação, contribuírem para as buscas nas prateleiras quando utilizados como base dos arranjos. De modo similar, a explicação referente aos sistemas de localização fixa e relativa ateu-se brevemente à associação do primeiro à ordem de entrada e à consequente economia de espaço, enquanto o segundo fora associado ao uso dos sistemas de classificação bibliográfica e ao livre acesso à coleção pelos usuários (MALTBY; SAYERS, 1975, p. 20).

Ao abordar os arranjos sistemáticos, Maltby (1975, p. 89) apresentava a possibilidade de ordenar os itens dentro das classes com base na autoria ou na data de publicação do documento, mas considerava as tabelas Cutter, ou a tabela Biscoe, recursos muito refinados. Segundo Maltby, o emprego de notações extraídas destas tabelas poderia ser substituído, em alguns casos, por soluções mais simples, como o uso exclusivo das três primeiras letras do sobrenome do autor.

Mesmo tendo apontado para alguns elementos próprios da ordenação de documentos e para a vocação dos sistemas classificatórios para estruturar arranjos de livros em estantes, Maltby afirmava ser necessário “[...] salientar [...] que as marcas de autor são uma parte comparativamente pouco importante da teoria da classificação; elas são, por exemplo, de muito menor importância nos estudos do que os princípios considerados”¹⁴³ (MALTBY; SAYERS, 1975, p. 90, tradução nossa). Outro ponto que merece destaque na fala do autor é o entendimento de que os sistemas de classificação bibliográfica deveriam ser utilizados para fins de ordenação dos documentos tal qual haviam sido publicados e que “[...] adaptações não

¹⁴³ "We must stress, however, that author marks are a comparatively unimportant part of classification theory; they are, for instance, of much less significance in our studies than the principles considered" (MALTBY; SAYERS, 1975, p. 90).

deve[ria]m ir além das permitidas pela introdução do esquema”¹⁴⁴ (MALTBY; SAYERS, 1975, p. 269, tradução nossa). Para o autor, “a única exceção razoável a este conselho é a coleção local ou outro material especial na coleção geral”¹⁴⁵ (MALTBY; SAYERS, 1975, p. 269, tradução nossa). Maltby justificava as recomendações alegando que se distanciar do esquema original poderia prejudicar a incorporação de novas edições do esquema ou a participação em iniciativas de classificação centralizada.

Estas afirmativas de Maltby permitem constatar que embora o arranjo de livros em estantes fosse compreendido como uma das principais aplicações dos sistemas de classificação bibliográfica (MALTBY; SAYERS, 1975, p. 15), havia um trabalho muito maior envolvido na discussão acerca dos sistemas de classificação bibliográfica em si, do que propriamente com uma proposta mais ampla que buscasse interlocução com a ordenação de documentos.

O número de chamada também deu origem a dissensos e, ainda no XIX, este modelo foi criticado sob a alegação de que a associação entre o número de classe retirado dos sistemas de classificação bibliográfica e o número do livro resultava num código muito extenso e "sem sentido, exceto como uma marca privada, e até mesmo para os especialistas, muitas vezes ininteligível sem referência à chave ou dicionário de seu código peculiar"¹⁴⁶ (LANGTON, 1896, p. 441, tradução nossa). As críticas mais frequentes parecem ter sido direcionadas às dificuldades decorrentes do emprego do método sistemático baseado nos tradicionais sistemas de classificação bibliográfica, mormente com base na CDD, no que concerne à exploração da coleção pelo público. Entre alguns autores a ordenação sistemática seria tão mais eficiente quanto mais específico fosse o número de classe atribuído ao documento consoante a estrutura do sistema de classificação bibliográfica em questão. Todavia, para aqueles que passaram a questionar sua viabilidade, parece comum o entendimento de que subdivisões muito minuciosas dificultavam a navegação pelas estantes e afastavam parcelas significativas do público por não empregarem categorias similares àsquelas utilizadas por ele.

No começo dos anos de 1940, despontou uma proposta alternativa e complementar à utilização dos sistemas de classificação bibliográfica de tipo pretensamente universal como

¹⁴⁴ “[...]adaptations should not go beyond those permitted by the scheme's introduction” (MALTBY; SAYERS, 1975, p. 269).

¹⁴⁵ “The only reasonable exception to this advice is the local collection or other special material in the general library” (MALTBY; SAYERS, 1975, p. 269).

¹⁴⁶ “[...]meaningless except as a private mark, and even to the experts often unintelligible without reference to the key or dictionary of their peculiar code” (LANGTON, 1896, p. 441).

elemento primário para a ordenação de documentos. Segundo Maltby (1972, p. 19), na biblioteca pública de Detroit, estado de Michigan, foi desenvolvido um plano de categorização para o arranjo de documentos baseado em amplos grupos temáticos que buscava coincidência com o padrão de pensamento, atividade e costume dos leitores. Denominado *Reader interest classification*, este primeiro plano trabalhou com categorias como atualidades, esportes, *hobbies*, família, etc., buscando atravessar a divisão disciplinar dos sistemas classificatórios tradicionais. Ou, conforme explicação de um livreto publicado pela própria biblioteca de Detroit, anos mais tarde e em função das inúmeras adaptações feitas à primeira versão da proposta, tratava-se de "[...] um arranjo para prateleiras com base em amplas áreas de interesse que se relacionam com as necessidades diárias das pessoas. Estas grandes áreas foram concebidas como categorias de interesse"¹⁴⁷ (UNIVERSITY, 1955, p. 1, tradução nossa).

A proposta visava tornar mais simples e intuitiva a navegação autônoma pelo espaço e, ao mesmo tempo, simplificar a notação atribuída aos documentos, além de permitir uma quebra na divisão entre ficção e não ficção (MALTBY, 1972, p. 20). Hyman (1980, p. 35), em análise feita nos anos 1980, explicava que estes grandes agrupamentos temáticos eram, geralmente, aplicados apenas por um tempo e a parcelas da coleção, sendo sua maior parte conservada em ordenação sistemática conforme o sistema classificatório já adotado. Em trabalho recente, Martínez-Ávila e San Segundo (2013, p. 103) afirmam que há na literatura uma grande variedade de termos que remetem à abordagem preconizada pela *Reader interest classification*, mas que todos eles, apesar das especificidades que abarcam, referem-se a diferentes propostas de arranjos voltados para a perspectiva do leitor, não do livro, da biblioteca ou do profissional. Não gratuitamente, a maior adesão ao *Reader interest classification* se deu entre bibliotecas públicas que buscavam readequar seus arranjos às características do público que atendiam, especialmente a partir da década de 1970. Martínez-Ávila e San Segundo (2013, p. 109-110) também afirmam que entre os anos de 1980 e 1990 houve uma diminuição significativa no número de publicações que relatavam o uso destes planos para coleções de não ficção, enquanto a partir de 1990 seu uso para as coleções de ficção passou a ser mais frequente, não apenas nos Estados Unidos, mas também em países como Inglaterra e Austrália.

Dentre as iniciativas desenvolvidas neste sentido estão aquelas realizadas entre bibliotecas que têm optado por utilizar o sistema BISAC (*Book Industry Standards and*

¹⁴⁷ "[...]a shelving arrangement based on broad areas of interest which relate themselves to the everyday needs of people. These broad areas have been designed as interest categories" (UNIVERSITY, 1955, p. 1).

Communications Subject Headings List) para a ordenação dos documentos, seja com o emprego apenas parcial ou com o rearranjo de toda a coleção. BISAC é uma lista de descritores para a categorização de livros, sendo cada um dos descritores representado por nove caracteres alfanuméricos. A lista, que tem sido empregada como importante instrumento para a ordenação de livros em livrarias, foi desenvolvida e é mantida pelo *Book Industry Study Group* (BISG), uma rede de profissionais e instituições dedicados ao mercado de publicações impressas e eletrônicas.

Martínez-Ávila e Kipp (2014, p. 379) levantaram, que entre as bibliotecas públicas estadunidenses, a adoção da BISAC como instrumento para a ordenação de coleções encontrava motivação principalmente no entendimento de que suas categorias estariam mais atualizadas e adequadas às necessidades dos usuários atuais, conseguiriam oferecer maior apoio à navegação entre as estantes e seriam de mais simples entendimento e aprendizagem do que a CDD. Ao indagarem pela utilização efetiva da lista para a ordenação dos documentos nas bibliotecas, os autores observaram que com frequência optava-se pelo uso conjugado da BISAC com a CDD. A BISAC, segundo Martínez-Ávila e Kipp (2014, p. 383), era empregada preferencialmente como elemento primário da ordenação e dentro das categorias os números da CDD eram mantidos para subagrupar os documentos. Todavia, a análise apresentada pelos autores não parece indicar o uso da BISAC como elemento primário do arranjo, mas antes como uma estratégia de sinalização do espaço. Se em alguns casos, como descrito, a notação extraída da CDD foi mantida, as categorias da BISAC não serviram como base modificadora da proposta de ordenação já materializada nas bibliotecas, mas como elemento facilitador dos percursos por entre a coleção. Caberia, portanto, neste caso, uma análise dos contextos em que a BISAC é utilizada como elemento exclusivo de agrupamento das coleções para que se possa compreender de que forma o arranjo completo para a ordenação foi concebido, incluindo, também, as escolhas quanto às formas de individualização dos documentos dentro de cada um dos grupos e subgrupos.

Outro exemplo de iniciativas que buscaram alternativas aos arranjos sistemáticos tradicionais é o sistema *METIS: Library Classification for Children*. Desenvolvido e implementado em 2011 por quatro bibliotecárias de uma escola primária, em Nova York, este sistema propôs a ordenação de documentos com base em um sistema de categorização elaborado a partir de estudos sobre as categorias utilizadas por crianças de diferentes idades e em conformidade com o vocabulário por elas empregado. Giffard et al. (2012) explicam que as 26 classes principais e suas subdivisões foram elaboradas a partir do pressuposto de que deveria haver uma adequação entre as categorias utilizadas e a idade do público. Assim, o

código também foi concebido tendo em vista alcançar as necessidades expressas pelo público infanto-juvenil, sendo utilizada notação alfabética para os agrupamentos principais, divididos alfabeticamente ou numericamente e sempre conjugados com outros elementos como imagens e símbolos destinados a facilitar a localização no espaço.

Se por um lado algumas propostas de ordenação de documentos buscaram a desconstrução dos tradicionais sistemas de classificação bibliográfica como alternativas únicas à composição de arranjos sistemáticos, por outro, em iniciativas como a metodologia *Conspectus*, emergiram reelaborações quanto às suas possibilidades de uso. Elaborada nos Estados Unidos, no início da década de 1980, pelo *Research Library Group* (RLG), a metodologia *Conspectus* foi desenvolvida a fim de orientar a formação e o desenvolvimento de coleções, por meio da cobertura temática de uma coleção, viabilizando avaliações comparadas e o estabelecimento de políticas de aquisição em rede (ABAD HIRALDO, 1988, p. 50-51). No ano de 2001, a IFLA publicou um documento por meio do qual explicava e atualizava o método desenvolvido pelo RLG e apontava a LCC e a CDD como os sistemas de classificação bibliográfica preferenciais para subsídio da análise que poderia, ainda, contar com outras formas de categorização.

Segundo a proposta, os documentos de uma instituição seriam avaliados conforme sua concentração dentro das classes de um sistema de classificação bibliográfica, ou de uma proposta de categorização. Esta concentração seria examinada em função do nível de profundidade de cobertura e de sua composição idiomática, servindo de indicativo quanto ao perfil da coleção e de baliza para as projeções futuras quanto a seu crescimento (IFLA, 2001). Assim, torna-se possível obter um diagnóstico da situação momentânea da coleção e, em função daquilo que se tem e daquilo que se deseja alcançar em termos de seu desenvolvimento, viabiliza-se o planejamento de ações voltadas à consecução dos objetivos propostos. A metodologia permite, portanto, a partir de uma estrutura de classes, o mapeamento dos conjuntos documentais de uma coleção e a projeção de seu desenvolvimento, o que colabora para sua gestão.

Todavia, ainda que instrumentos comuns, como os sistemas de classificação bibliográfica, possam ser mobilizados como subsídio para os processos de ordenação e de desenvolvimento de coleções, sua proposição não está posta de modo articulado pela metodologia *Conspectus*. Conforme a metodologia, nem as estruturas de classes ou categorização, apontadas como elementos norteadores para o diagnóstico, se revertem em proposta de disposição dos documentos no espaço, nem há indicações de que o arranjo já materializado institucionalmente possa se configurar, por excelência, como eixo da análise

preconizada. Esta particularidade reforça a percepção quanto ao estabelecimento de lacunas sobre uma compreensão associada dos processos de organização da informação, que tendem a ser explicados antes pelo instrumento que empregam do que por seus objetivos ou da relação de complementaridade que podem configurar.

Com críticas aprofundadas, haja vista contestarem a pertinência dos arranjos sistemáticos, os trabalhos de Hodges (1975), Hyman (1980), Boll (1985) e Whisner (2004) buscaram apontar a relevância de arranjos não estruturados sob o número de chamada. Whisner (2004) avaliou as qualidades de arranjos alfabéticos para as coleções de periódicos, mas também considerou as dificuldades de orientação do usuário ao buscar por um item, uma vez que certas regras de alfabetação podem não ser evidentes e, conseqüentemente, colocam-se como obstáculo à compreensão do arranjo.

Hodges (1975) e Boll (1985) argumentaram que nas bibliotecas universitárias, em que o espaço disponível para a coleção é exíguo e as demandas dos usuários são específicas, não se aplica o pressuposto de que a navegação pelas estantes seja indispensável e confiável como estratégia de busca. Compreende-se, pela fala dos autores, que o elemento central que justificaria a escolha por sistemas de localização relativa, o atendimento ao usuário, é colocado em suspeição e os arranjos em localização fixa apontados como os mais adequados. A ordenação dos documentos não se prestaria à navegação, mas à guarda dos documentos, já que, dadas as especificidades das buscas, as questões relativas ao seu conteúdo temático não poderiam ser respondidas por sua disposição linear pelo mobiliário. Porém, a despeito desta constatação, nenhum dos trabalhos discute quais seriam as melhores estratégias para a definição destes novos arranjos ou a correlação que estabeleceriam com os demais processos de organização da informação. Hyman (1980, p. 3-4) não chegou a posicionar-se contrariamente aos arranjos sistemáticos, mas ponderou que seu emprego partiu de uma série de suposições quanto ao uso do espaço e da coleção em bibliotecas, ainda no século XIX, que não poderiam ser tomadas como verdades sem que se tivesse avaliado sua validade prática e sua consistência teórica. Lacunas estas que, segundo o autor, permaneciam em aberto.

Diferentemente de outras iniciativas, uma abordagem bastante singular quanto ao número de chamada desenvolveu-se entre autores de origem indiana, pois a pesquisa foi centrada na historicidade e na explanação de diferentes propostas quanto à elaboração do número do livro, não do número de classe. Em abordagem bastante recente, Rajaram (2013) busca demonstrar como entidades e relacionamentos análogos aos colocados pelo grupo 1 do

modelo FRBR¹⁴⁸ já estariam presentes no número de chamada conforme definido por Ranganathan, possibilitando, com isto, que coleções ordenadas sob a *Colon Classification*, expressem na disposição dos documentos os relacionamentos definidos pelo modelo FRBR.

Para Rajaram (2013, p. 327), a entidade obra poderia ser representada pelo número de classe, uma vez que tanto o assunto quanto a obra seriam abstratos, enquanto as entidades expressão, manifestação e item estariam associadas às facetas que compõem o número do livro e caminham em direção à sua materialidade. Em seu texto, o autor aponta como cada uma das facetas do número do livro poderiam abarcar as relações entre as entidades do grupo 1, o que segundo ele, ajudaria na realização das quatro tarefas básicas do usuário, também previstas pelo modelo: encontrar, identificar, selecionar e obter. Assim, segundo Rajaram (2013), o arranjo nas estantes encabeçado pelo número do livro de Ranganathan também seria capaz de representar relacionamentos e entidades que estruturariam o catálogo, tornando o sistema como um todo mais significativo e relevante para os usuários. Mesmo que a proposta de Rajaram (2013) possa ser alvo de ressalvas quanto à compreensão do escopo das entidades do grupo 1 e da imediata correspondência estabelecida entre elas e os elementos do número de chamada, sua abordagem é bastante fértil na medida em que expõe a necessidade de se relacionar a catalogação e a ordenação de documentos e, conseqüentemente, os estudos que envolvem ambos os processos.

Mas a discussão entre indianos é bastante anterior e, ainda em 1976, Mittal (p. 1-2) definia que o objetivo fundamental da classificação bibliográfica era permitir uma ordenação útil para os livros, mas sendo o número de classe coincidente para vários itens, caberia ao número do livro assegurar a ordenação correta. Assim, o autor passava a descrever várias possibilidades de composição do número do livro, fosse alfabeticamente pelo uso das tabelas de Merrill, Jast, Três Dígitos de Cutter, Cutter-Sanborn, ou cronologicamente com a tabela de Biscoe ou pela fórmula de faceta de Ranganathan.

¹⁴⁸ *Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)*, ou Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos, é um modelo conceitual publicado pela IFLA, em 1998, tendo sido desenvolvido a partir das discussões realizadas no Seminário de Estocolmo, em 1990. O modelo tem por objetivo representar o universo bibliográfico, a fim de aproximar os registros elaborados às necessidades dos usuários e definir um nível básico de funcionalidade para registros produzidos pelas agências bibliográficas nacionais. Desenhados sob o modelo entidade-relacionamento, os FRBR definem 10 entidades para o universo bibliográfico, os atributos a elas associados e as relações que estas entidades podem estabelecer em si. O modelo divide as entidades em 3 grupos distintos sendo o grupo 1 composto pelas entidades que correspondem a produtos de trabalho intelectual ou artístico: obra, expressão, manifestação e item; o grupo 2, composto pelas entidades responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico: pelas pessoa e entidade coletiva, e, por fim, o grupo 3, compreendido pelas entidades que são os assuntos das obras: conceitos, objetos, eventos, lugares, além de quaisquer entidades dos grupos 1 e 2. Os FRBR propõem, ainda, a descrição de tarefas básicas desempenhadas pelos usuários quando estes se relacionam com os recursos bibliográficos descritos: encontrar, identificar, selecionar e obter (IFLA, 2008).

Seguindo nesta mesma direção quanto à centralidade do número do livro nas discussões sobre o número de chamada, Satija (2007, p. 34), o mais prolífico entre os autores da atualidade a tratar a temática, argumentou que se os livros dentro de uma classe não são precisamente ordenados, o propósito da classificação é anulado e instauram-se porções de caos sobre as prateleiras. O autor afirma que embora indispensáveis para a ordenação dos documentos nas estantes, as reflexões em torno do número do livro foram negligenciadas pela organização do conhecimento¹⁴⁹ e acabaram circunscritas àquelas elaboradas nas últimas duas décadas do século XIX, notadamente com Cutter. Este fato é testemunhado, segundo Satija (2007, p. 34), pelos novos sistemas para composição do número do livro que emergiram no início do século XX, mas que não lograram popularidade e acabaram restritos a iniciativas muito pontuais (SATIJA, 2007, p. 34).

Em diálogo com estas constatações, o trabalho de Satija busca explicitar, por um lado, a historicidade dos instrumentos consagrados à elaboração do número do livro e, ao mesmo tempo, explorá-los quanto aos limites e potencialidades associadas a seu uso para a individualização de itens dentro das classes. Neste último caso, destacam-se três livros (SATIJA; COMAROMI, 1992, SATIJA; AGRAWAL, 1996, SATIJA, 2008) voltados à apresentação de proposições para a elaboração do número do livro seguindo os métodos cronológico e alfabético.

O método cronológico é discutido quanto às possibilidades de sua aplicação conforme a ordem de entrada dos itens na biblioteca ou pelo ano de publicação do documento. Diversas tabelas para a conversão dos anos em notações simplificadas são apresentadas, mas o destaque é dado à apresentação do número de livro de Ranganathan (SATIJA; COMAROMI, 1992, SATIJA; AGRAWAL, 1996), aprofundando-se em uma avaliação quanto à capacidade de representação das facetas e sua adequabilidade a outros sistemas de classificação bibliográfica que não a *Colon Classification* (SATIJA, 2008). O método alfabético, por sua vez, é trabalhado por meio do contraponto com a tradição ocidental, pois as tabelas alfabéticas para a composição do número do livro, tendo origem nos Estados Unidos, "[...] não podem ser eficazmente utilizadas em bibliotecas do Oriente devido às vastas diferenças étnicas, culturais e linguísticas de nomes pessoais"¹⁵⁰ (SATIJA, 2008, p. 9, tradução nossa). Satija, então, a despeito de manter explanações sobre a tabela de três dígitos de Cutter e a tabela Cutter-Sanborn, apresenta os modos de uso das tabelas de Bashiruddin, Dickinson e da Biblioteca

¹⁴⁹ Satija emprega a expressão *Knowledge Organization*.

¹⁵⁰ "These cannot be used efficaciously in the libraries of the Orient due to the vast ethnic, cultural and linguistic differences in personal names" (SATIJA, 2008, p. 9).

Nacional da Índia, concebidas precisamente para abarcar a diversidade linguística e étnica do país.

Quanto à discussão acerca da historicidade do número do livro, Satija (1990) recua até os primeiros escritos de Dewey quanto à composição do número de chamada em sistemas de localização relativa e demonstra como as soluções foram se tornando mais complexas e sofisticadas de modo a contemplar os vários atributos dos documentos que pudessem contribuir para a individualização dos itens dentro das classes. O autor aponta para as poucas exceções, como Barden (1937), Sayers (1950) e Lehnus (1978) que expressaram algum interesse sobre a temática e pondera que a existência de propostas não impressas e de uso exclusivamente local para o número do livro, possivelmente, colocam a literatura em atraso com relação à prática (1987). Ainda que não seja possível validar esta afirmação de Satija, uma de suas colocações parece sobremaneira congruente com o levantamento realizado nesta pesquisa: reflexões sobre o número do livro têm caído no esquecimento, mas sem uma história do número do livro a própria história da classificação bibliográfica não pode ser compreendida (SATIJA, 1987).

Se entendermos o número do livro como o elemento fundamental para a realização da ordenação de documentos, uma vez que sem o sequenciamento dos documentos no espaço, por meios alfabéticos ou numéricos, não há ordenação, torna-se possível estender a afirmação de Satija sobre o número do livro quanto à ordenação de documentos como um todo. Assim, quase três décadas depois da afirmação de Satija, ainda parece apropriado afirmar que a ordenação de documentos tem caído no esquecimento e, por sua vez, sem contemplar a ordenação, a classificação bibliográfica perde, em grande medida, seu significado. Nos estudos sobre classificação bibliográfica, os sistemas de classificação bibliográfica foram trabalhados como um objeto em si, desconsiderando seu emprego como base de métodos sistemáticos para a ordenação de documentos e também para outros processos de organização da informação. Ademais, sob o imperativo do número de chamada configurou-se a centralidade de uma única abordagem sobre o modelo que, apesar de todas as possibilidades discutidas entre os autores analisados, centrou-se na combinação entre um número de classe extraído da CDD ou da CDU e a notação composta a partir das tabelas Cutter. Assim, consolidou-se uma dupla simplificação: uma proposta foi tomada como sinônimo de um modelo e este modelo foi adotado em detrimento das funções e dos objetivos de um processo, o que acabou por reduzir o significado da ordenação de documentos no âmbito da organização da informação.

5 ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO

Esta seção busca estabelecer relações entre o panorama da ordenação de documentos esboçado segundo as vertentes anglo-americana e francesa com base nos dois períodos temporais analisados. A partir das descrições realizadas torna-se pertinente caracterizar as duas vertentes no que diz respeito aos aspectos que enfatizaram e, conseqüentemente, quanto aos pontos em que parecem se aproximar e se distanciar, a fim de apontar o que foi identificado em termos da construção do conceito em questão. Assim, retomando os aspectos condutores da análise, explicitados na metodologia e que nortearam o levantamento dos conteúdos trabalhados nas duas seções anteriores, propõe-se breve discussão quanto aos contextos vinculados às propostas de ordenação de documentos, bem como aos objetivos colocados e aos métodos empregados.

No que concerne à ordenação de documentos segundo orientação francesa, a análise principiada pelo exame dos manuais de Biblioteconomia produzidos a partir de 1830 revela, quanto ao contexto mais amplo em que se inseriam estas obras, a ligação direta entre seus autores e instituições voltadas ao atendimento de públicos letrados, não havendo entre eles pessoas vinculadas às bibliotecas públicas ou populares. Destacaram-se como instituições de origem as bibliotecas municipais, universitárias e a BNF. Outro ponto que merece destaque é o fato de que a apresentação das propostas de ordenação de documentos esteve, ao longo de todo o século XIX e início do XX, colocada por manuais e, portanto, inseria-se no conjunto de processos e conhecimentos considerados, à época, necessários para o adequado exercício profissional. Mediante a ausência ou a fragilidade da formação recebida, os manuais produzidos pelos autores franceses analisados apresentavam-se como meio de complementação ou faziam as vezes de um mecanismo formal de instrução.

A inserção institucional homogênea e o mesmo formato de publicação das ideias não redundaram, todavia, em propostas pouco diversas. Tornou-se possível constatar que a ordenação de documentos era compreendida como um mecanismo de gestão da coleção que ora deveria favorecer o aproveitamento do espaço e a conservação dos documentos, ora o exercício profissional ou a comunicação com o público. As questões da ordem da conservação e economia de espaço evidenciavam-se pela centralidade da ideia de separação dos documentos conforme seu tamanho, sendo esta característica já preferida em relação ao formato dos documentos. A facilitação do exercício profissional poderia se dar pela abreviação do trabalho dispensado à ordenação de documentos no conjunto dos processos de

organização da informação, a depender dos recursos materiais e de pessoal disponíveis, ou pela proposição de arranjos que simplificassem o trabalho de busca por parte dos profissionais atuantes nas bibliotecas. Por outro lado, a comunicação com o público, mesmo quando não manifestamente colocada, se expressava na elaboração de recursos locais pensados para favorecer a interpelação de parcelas da coleção, mais ou menos expressivas, em livre acesso.

Correlacionada à atribuição de funções ao processo de ordenação de documentos estava a escolha dos métodos mobilizados a fim de alcançar tais objetivos. Elemento ineludível da vertente francesa, a separação dos documentos conforme seu tamanho era atributo básico a partir do qual se construía os arranjos, fossem em sistemas de localização fixa ou relativa. Assim, somados à divisão por tamanho, destacaram-se os métodos sistemático e cronológico, este baseado na ordem de entrada dos documentos na coleção. Via de regra, nenhum sistema de classificação bibliográfica era recorrentemente trabalhado pelos autores ou pontuado como o mais adequado para fins de ordenação de documentos. Não havia, tampouco, correspondência necessária entre o autor da proposta de ordenação de documentos e o autor do sistema de classificação bibliográfica, quando este sistema era considerado base para a estruturação do arranjo. Também parecia evidente, para estes primeiros autores, que questões concernentes à ordenação sistemática não se restringiam aos atributos de conteúdo temático, mas vinculavam-se fundamentalmente à composição de uma estrutura hierárquica que abarcasse atributos de interesse para fins de disposição dos documentos no espaço da biblioteca.

A ordenação de documentos era trabalhada enquanto processo específico, sendo colocada a pertinência de certos métodos e, a partir deles, a escolha do instrumento correspondente. Quando a opção por métodos sistemáticos estava em questão, estava também a opção pela estrutura classificatória mais adequada e, ainda, o dever do bibliotecário de intervir no sistema escolhido para dele fazer o melhor uso. Por sua vez, a *cote*, como recurso de posicionamento e localização de documentos, foi pensada em função das propostas colocadas e estruturadas a partir do objetivo a ser alcançado. Com isto, não se buscava o estabelecimento de um modelo replicável, mas a estruturação de uma função no sistema que pudesse ser cumprida a despeito da opção por uma ou outra forma de composição do arranjo. Em sistemas de localização fixa ou de localização relativa, a função da *cote* estava em questão para os autores analisados, mas, nem sempre, eram suficientemente descritos os meios técnicos necessários para viabilizá-la.

A proposta da Documentação, que inaugurou o século XX em solo europeu, não modificaria significativamente o quadro desenhado neste primeiro momento, mas entre as

décadas de 1930 e 1960, contemplaria elementos importantes como o deslocamento contextual da reflexão sobre a ordenação de documentos para além do ambiente de bibliotecas e a associação do método sistemático à indicação de uso da CDU como instrumento para a estruturação de propostas. A partir da década de 1960, parecem ganhar força iniciativas que visaram incorporar o livre acesso às coleções como objetivo primordial das propostas. Com isto, essas iniciativas promoveram não apenas a incorporação do método sistemático como base para a composição de arranjos, especialmente com o uso da CDD e da CDU, como também realizaram discussões quanto à adequação destes sistemas para a estruturação dos arranjos. A preferência pela ordenação sistemática entre os franceses se fez pelo entendimento de que uma estrutura hierárquica poderia ser mais adequada para a ordenação dos documentos já que permitiria estabelecer relações de aproximação e afastamento de certos atributos considerados pertinentes à elaboração do arranjo. Assim, as buscas seriam facilitadas e a disposição dos documentos no espaço poderia favorecer a apropriação da informação pelo público.

A vigente preponderância do método sistemático é manifesta na literatura francesa em duas frentes distintas, mas complementares, que remetem às indicações de composição do *cadre de classement* trabalhado já em fins do século XIX: de um lado, a discussão de apropriações locais aos tradicionais sistemas de classificação bibliográfica expressa especialmente pelas abordagens que se sustentam sobre a escolha das *cotes validées*; de outro, a criação de soluções próprias, que atuam em substituição ou adicionalmente aos sistemas de classificação bibliográfica, como o *centre d'intérêt* ou a *stabulation libre*.

Neste sentido, a ênfase atual da vertente francesa sobre a ordenação de documentos se assenta, quanto aos objetivos atribuídos ao processo, ao livre acesso à coleção e, igualmente, sobre a função de gestão das coleções e proposta de leitura. No que concerne à gestão, a ordenação de documentos, acompanhada de instrumental próprio, como o *manuel de cotation*, as *cotes validées*, o *plan de classement* e o *cadre de classement*, é trabalhada em associação com outros processos de organização da informação, especialmente o desenvolvimento das coleções, por fornecer orientações quanto às necessidades de aquisição e, também, de desbaste. Quanto ao modo de leitura, explicita-se seu papel mediador cuja proposta comunicativa busca favorecer, por meio dos percursos propostos, a apropriação de informações contidas em documentos para certos públicos em questão. Portanto, ressalta-se o caráter local e particular das soluções de ordenação de documentos.

Assim como nas propostas de ordenação de documentos apresentadas pelos manuais franceses, o diagnóstico realizado sobre as bibliotecas estadunidenses de fins do século XIX

revela um quadro bastante diverso de arranjos que aproxima as duas vertentes, mas que, no caso estadunidense, parece ter se inclinado a uma célere homogeneidade já nas primeiras décadas do século XX. Contudo, também de modo bastante diverso do quadro francês, a produção sobre ordenação de documentos na tradição anglo-americana, a partir de meados do século XIX, fez-se prioritariamente por meio de discussões travadas em pequenos artigos publicados no *Library Journal* ou esteve associada à divulgação dos sistemas de classificação bibliográfica. Os autores que se destacaram quanto à produção de artigos sobre a temática no *Library Journal* são, em grande medida, responsáveis também pela proposição de sistemas de classificação bibliográfica e cuja atuação profissional esteve circunscrita às bibliotecas de instituições de ensino superior. Subsidiariamente, vinculadas aos sistemas de classificação, eram apresentadas indicações quanto à definição de atributos secundários para a individualização dos itens dentro das classes, além de justificativas que buscavam explicitar a superioridade dos sistemas de localização relativa em comparação aos sistemas de localização fixa.

A abordagem dispensada à ordenação de documentos consoante a proposta anglo-americana estava assentada sob a defesa do livre acesso às estantes pelo público. Para isto, arranjos sistemáticos deveriam ser propostos de modo a contribuir para que o acesso à coleção fosse direto e rápido, haja vista que, segundo estes autores, as demandas de busca se expressavam primordialmente a partir do interesse por certo assunto. Assim, sistemas de classificação bibliográfica foram preconizados como os únicos instrumentos adequados por permitirem a busca por assunto, entendida como aquela mais recorrente e útil ao público. Dentre os autores anglo-americanos analisados, Sayers (1915, 1918, 1922, 1944) é quem evidencia a impossibilidade de se reduzir os sistemas de classificação ao trabalho com assuntos, uma vez que os documentos precisavam ser contemplados em sua totalidade e não apenas quanto a seus aspectos de conteúdo temático. Por isso, para o autor, a noção de forma, sob dois enfoques, era indissociável à estruturação dos sistemas de classificação e deveria ter, na estrutura do esquema, um espaço inegável: a forma enquanto materialidade do documento e a forma enquanto modo de apresentação ou abordagem lançada sobre os conteúdos dos documentos.

Estabelecia-se, com a vertente anglo-americana, uma relação direta entre o sistema de classificação bibliográfica proposto por certo autor e a indicação de que ele fosse empregado, tal qual formulado, a fim de viabilizar a ordenação minuciosa nas estantes. A elaboração de sistemas de localização relativa permitia que os itens dispostos engendrassem relações entre si e, deste modo, favorecessem a exploração do espaço segundo esta orientação definida. Nesta

vertente, a ordenação de documentos foi arquitetada especialmente com base no instrumento escolhido, do que decorre que, conforme a estruturação estipulada para o instrumento em questão manifestava-se a proposta geral do arranjo.

No que concerne aos atributos secundários, as primeiras propostas se dividiram entre aquelas que preconizavam o emprego da autoria ou do ano de publicação do documento, sendo, para ambas, fundamental o uso de tabelas para a conversão do ano ou dos sobrenomes em notações alfanuméricas. Todavia, em termos de penetração e disseminação das propostas até meados do século XX, parece flagrante o predomínio dos sistemas de classificação bibliográfica, em especial a CDD, acompanhados da codificação do sobrenome do autor a partir das tabelas de Cutter.

A conjugação da notação de classe extraída de um sistema de classificação bibliográfica com os elementos voltados à individualização dos itens dentro das classes e a possibilidade de divisão da coleção em subagrupamentos, consolidou, paulatinamente, o modelo para ordenação de documentos baseado no *call number*. Este modelo se perpetuaria ao longo do século XX, notadamente a partir da publicação de manuais que sistematizavam e buscavam instrumentalizar o *call number* como solução para a ordenação de documentos em bibliotecas. Nestes manuais, similarmente à desqualificação promovida pelas propostas que deram início e contribuíram para a consolidação do *call number*, os métodos cronológico e alfabético eram contemplados apenas como meio de demonstrar sua ineficiência e corroborar para a adoção do método sistemático.

Todavia, o entendimento de que o emprego dos tradicionais sistemas de classificação bibliográfica poderia configurar arranjos pouco adequados para as demandas colocadas para as bibliotecas públicas levou à emergência de iniciativas que buscavam arranjos sistemáticos alternativos. Tais alternativas passaram a advogar a substituição total ou parcial de arranjos baseados em sistemas de classificação bibliográfica minuciosos por soluções também classificatórias, mas com hierarquias e categorizações mais simples que favorecessem a exploração do espaço da coleção por públicos não especializados. Esta discussão teve início em meados do século XX e as diversas iniciativas dirigidas neste sentido foram aglutinadas em torno da denominação *Reader interest classification*.

Também relevante quanto à atual abordagem anglo-americana para a ordenação de documentos é o trabalho de historicização do número de chamada como recurso de codificação em sistemas de localização relativa, realizado por Satija (1987, 1990, 2007, 2008), aliado ao desenvolvimento de instrumentos locais, como as tabelas para elaboração de números de autor segundo sobrenomes indianos. O autor também ressalta a necessidade de

estudos que contemplem as dimensões de agrupamento e individualização dos itens, uma vez que, sob o imperativo do uso dos sistemas de classificação bibliográfica, os estudos sobre ordenação acabaram esquecidos, contribuindo para que o *book number* permanecesse negligenciado enquanto objeto de estudo e a classificação bibliográfica pouco discutida quanto às suas funções.

A centralidade do método sistemático colocada pela vertente anglo-americana desde a segunda metade do século XIX encontrou alguma correspondência na vertente francesa um século depois, em certa medida, em função do sucesso logrado pela CDU. Em ambas, instaura-se como elemento comum o intuito de oferecer acesso livre às coleções, embora, em termos de sua elaboração, a apropriação sobre os sistemas de classificação bibliográfica tenha se dado de maneira bastante distinta. Via de regra, entre os anglo-americanos, as propostas sistemáticas se pautaram pelo uso integral dos sistemas de classificação, enquanto, entre franceses, usos adaptados eram indicados desde o fim do século XIX. Ainda que as duas orientações guardem diferenças quanto aos modos de utilização dos sistemas de classificação bibliográfica, nelas são significativas as menções de uso da CDD como instrumento classificatório, em detrimento de outros sistemas, a partir de meados do século XX.

Cabe destacar que, como reconhecido pela vertente francesa, as propostas baseadas no *centre d'intérêt* tiveram influência das iniciativas anglo-americanas conhecidas por *Reader interest classification*. Ambas se constituíram a partir da crítica aos tradicionais sistemas de classificação bibliográfica buscando alternativas sistemáticas para arranjos voltados às bibliotecas públicas. Todavia, se entre anglo-americanos este movimento data da metade do século XX, entre franceses ele ganhou expressividade especialmente a partir da década de 1980.

Ainda que a ordenação de documentos não seja, atualmente, tema com ampla produção científica associada, a predominância de reflexões sobre os sistemas de localização relativa foi, desde meados do século XX, acompanhada do retraimento de discussões relativas às estratégias de individualização dos itens dentro das classes. Em ambas as vertentes, quando expostas, preponderam indicações para o uso da autoria como atributo secundário. Entre os franceses mantém-se a indicação de uso das três letras iniciais do sobrenome do autor do documento conforme constava já nos primeiros manuais analisados e, a exemplo do que caracterizava as propostas do século XIX, a instrumentalização desta escolha e os demais atributos a ela associados não são contemplados. Entre os anglo-americanos parece bastante clara a opção pela autoria como atributo secundário associado a recomendações recorrentes para o emprego da tabela Cutter-Sanborn. A manutenção de um modelo constituído em fins

do século XIX aponta, por um lado, para seu vigor enquanto solução prática que ainda consegue responder satisfatoriamente às exigências colocadas pela atividade de ordenação de documentos. Por outro lado, essa situação atesta a manutenção da crença universalizante de que um único modelo pode ser amplamente adotado, a despeito das demandas se caracterizarem como intrinsecamente locais.

Se em ambas as tradições foi possível constatar, num primeiro momento, a busca pela normalização das práticas realizadas em bibliotecas, em termos dos objetivos que se colocavam à ordenação de documentos, as posições foram bastante diferentes no tocante às tipologias documentais contempladas. Entre os anglo-americanos o discurso sobre a ordenação de documentos teve como objeto quase exclusivo a tipologia documental livro, com referências mais explícitas a outras tipologias apenas em propostas mais recentes. Entre os franceses, mesmo não podendo desconsiderar a preponderância dos livros, o aparecimento de menções, ou ressalvas, quanto à abordagem de outras tipologias, mormente manuscritos e periódicos, foi recorrente desde os primeiros escritos analisados.

A observação das duas vertentes permite considerar que os métodos cronológico, alfabético e sistemático respondem pela ordenação de documentos, não cabendo atribuição de precedência na descrição de um ou outro método a franceses ou anglo-americanos. Na literatura examinada, havia alusão a propostas baseadas nos três métodos, frequentemente mencionados a partir de propostas já executadas em outros contextos, que serviam tanto como exemplificação de opções pouco exitosas, quanto à estruturação das escolhas defendidas. É apropriado pontuar, como discutido anteriormente, que o relevo dado a cada um dos métodos pelas duas vertentes foi bastante distinto, pois vinculado às percepções quanto à função da ordenação de documentos, o que não impediu, todavia, que se encontre correspondência entre os métodos descritos.

Aspecto também a ser considerado no tocante às duas tradições, a terminologia empregada para referência ao processo de ordenação de documentos mobiliza elementos próprios em cada vertente, segundo a ênfase dada ao processo. Entre os franceses, o termo *classement* demarcou, desde os primeiros manuais até os trabalhos mais recentes analisados, a distinção do processo de ordenação em relação aos demais processos relacionados à organização da informação. Da mesma forma, o termo *cote* foi empregado ainda no século XIX e se perpetuou até a atualidade, indicando a marca responsável por localizar e posicionar um documento no conjunto da coleção, seja em sistemas de localização fixa ou relativa. Assim, estes dois termos, presentes na quase totalidade das propostas analisadas, constituem terminologia fundamental do processo e contribuem para a explicitação do conhecimento a

que se referem. Ainda que de modo menos frequentemente, termos como *cadre de classement* e *plan de classement*, quando olhados com base em seus usos no histórico das propostas analisadas, remetem a uma característica que parece bem peculiar à vertente francesa: a opção pela construção de soluções adaptadas aos contextos. Mais atualmente, a discussão das *cotes validées* ressalta esta característica, pois endossa a pertinência da adaptação de sistemas bibliográficos tradicionais para fins de uso local, salientando a perspectiva mediadora do processo.

Não se evidencia, entre anglo-americanos, um termo único que abarque e explicita a ordenação de documentos como processo de organização da informação, embora a denominação mais frequente para referir-se ao arranjo materializado seja *arrangement*. De modo geral, as discussões que abarcam a ordenação de documentos não são abordadas de modo a explorar as funções do processo ou sua articulação com outros aspectos de organização da informação, direcionando-se, mormente, para o exame do *call number* como modelo a ser aplicado.

O termo *call number* que, segundo os autores analisados, remetia inicialmente ao código de localização de documentos em sistemas de localização fixa, a partir de meados do século XIX, passou a ser utilizado como termo próprio aos sistemas de localização relativa. Desde então, ele remete a um modelo específico de código estruturado a partir do método sistemático. *Collection number* (número de coleção), *class number* (número de classe) e *book number* (número do livro) constituíram termos associados aos componentes do *call number* e cujas principais variações foram, respectivamente, os termos *collection mark* (marca de coleção), *class mark* (marca de classe) e *book mark* (marca do livro), que não conseguiram adesão. De modo geral, à exceção do *class number*, os demais termos associados ao *call number* não se estabilizaram como elementos obrigatórios à descrição do modelo.

Na literatura estadunidense, a indicação reiterada do uso de notações extraídas das tabelas de Cutter na composição do *book number* parece ter contribuído para que, atualmente, seja recorrente, nos manuais de catalogação e classificação escritos neste país, sua redução à denominação *Cutter number*, o que atesta o predomínio de atributos secundários de base alfabética. O termo *book number* não parece ter alcançado a mesma estabilidade conseguida pelo termo *class number*, uma vez que se fazem mais frequentes denominações particulares a cada um de seus componentes (*Cutter number*, *work mark*), em detrimento do termo geral que visa abarcar os diferentes elementos necessários à individualização dos itens dentro das classes. De modo distinto, o uso das tabelas de sobrenomes de autor não parece disseminado entre os autores ingleses que, embora façam menção ao seu uso, aludem à validade de

recursos mais simples, como o emprego das três iniciais do sobrenome do autor para individualização dos itens. Por seu turno, o termo *collection number*, não muito frequente entre as propostas analisadas, permaneceu sem grande disseminação na atualidade, embora, sua função continue referenciada como prática corrente e aconselhável enquanto ato de separar parcelas da coleção do arranjo principal.

Em razão da centralidade do número de chamada para a configuração de propostas, delineia-se, na tradição anglo-americana, uma matriz de pensamento que vincula a ordenação de documentos à aplicação de um modelo baseado na associação de um sistema tradicional de classificação bibliográfica com as notações extraídas das tabelas Cutter. Deste modo, a atividade se faz em grande medida explicada, e também operacionalizada, pela aplicação de instrumentos predeterminados.

A semelhança entre os métodos descritos em ambas as vertentes e a marcante diferença entre os instrumentos empregados por elas são indícios para se pensar que não existe um modo unívoco de responder pelo processo e que a ideia de univocidade reduz seu significado, pois desconsidera sua dimensão mediadora. Ademais, a despeito de uma base comum que sustenta as duas vertentes e de objetivos semelhantes que as norteiam, posto que os mesmos métodos foram abordados e o acesso às coleções figurou, a partir de dado momento, como objetivo comum, à luz das reflexões realizadas, as vertentes francesa e anglo-americana são caracterizadas por distinções relevantes que nos permitem falar em duas tradições distintas.

Explorar as duas vertentes permite, especialmente, a identificação do conceito de ordenação de documentos em seu aspecto geral. Faz-se, plausível, portanto, entender a ordenação de documentos como um processo específico de organização da informação que se define pela proposição de um arranjo espacial para coleções de documentos a partir de certos atributos de interesse e por meio do qual se torna possível aceder, de modo facilitado, a estes documentos. Via de regra, cada documento inserido neste arranjo será identificado e individualizado por meio da atribuição de um código. Este código reverte a proposta de arranjo num conjunto lógico e estruturado de notações que indica o lugar ocupado pelo documento no arranjo, estabelecendo uma relação mais evidente entre o ponto em que se encontra colocado e o registro que remete a ele.

A fim de operacionalizar este arranjo recorre-se a métodos que forneçam as bases de sua construção, sendo eles: cronológico, alfabético ou sistemático. O método cronológico se pauta pela criação de uma sequência linear ininterrupta; o alfabético também está baseado num sequência linear, mas permite interposições; o sistemático, por sua vez, está assentado no

estabelecimento de uma estrutura hierárquica que define agrupamentos formados pela definição de classes e subclasses. Portanto, a linearidade é característica fundamental dos métodos cronológico e alfabético, enquanto a hierarquia é traço definidor do método sistemático.

Não gratuitamente, os tradicionais sistemas de classificação bibliográfica, ou os esquemas baseados em estruturas hierárquicas mais simples, são os instrumentos primordiais para a materialização de arranjos sistemáticos. Cabe ainda ressaltar que, no caso da ordenação de documentos, não se trata de classificar o conhecimento representado nos documentos, mas de propor um arranjo para estes documentos em sua completude, conforme as diferentes características significativas ao propósito comunicativo em questão. Deste modo, explicita-se a correlação entre o processo de ordenação, a escolha dos métodos e a concepção ou adaptação de instrumentos correspondentes.

Apreende-se que os sistemas de localização fixa têm por função básica garantir a localização dos documentos, enquanto os sistemas de localização relativa atuam, também, como recurso de posicionamento. Esta distinção parece relevante, pois explicita a diferença entre arranjos que buscam, exclusivamente, dispor os documentos no espaço, atribuindo a cada um deles um lugar definido, e aqueles que visam dispor e propor modos de relacionamento entre os documentos de forma que sua posição no conjunto figure, também, como uma proposta de percurso que se expressa espacialmente. Na atualidade, as reflexões que se realizam, mormente para a elaboração de arranjos classificatórios, apontam para a ordenação de documentos como um processo de organização da informação que busca soluções que se constituem como propostas de sentido almejando a apropriação das coleções pelo público, não mais apenas como meio de garantia de acesso ou mecanismo de preservação dos documentos.

Por outro lado, considerando-se os autores que abordaram a ordenação de documentos há mais de um século atrás e o modo como fizeram esta abordagem, atesta-se que a discussão em torno da temática foi pouco sistematizada e consolidada quanto aos acúmulos alcançados historicamente por eles. A abordagem mais atual tende à simplificação quando opta pelo enfoque sobre o método sistemático e o uso dos tradicionais sistemas de classificação bibliográfica, suprimindo sua articulação e especificidade frente aos demais métodos, ou quando explora a ordenação de documentos a partir dos instrumentos que a viabilizam ou de modo pouco vinculado aos demais processos de organização da informação.

Esta simplificação é reforçada e, ao mesmo tempo, se reflete no modo como o ensino de Biblioteconomia, no Brasil, hoje, contempla a questão. Embora o ensino da ordenação de

documentos não seja objeto desta pesquisa, há que se considerar que, em muitos cursos, as disciplinas da esfera da organização da informação são trabalhadas antes pelo viés da habilitação para o uso mecânico de instrumentos e regras, do que para a compreensão de fundamentos que embasam processos e, conseqüentemente, de uma abstração quanto a princípios que permitam operar conceitos frente às demandas práticas colocadas. Este cenário parece ainda mais problemático para a ordenação de documentos, abordada a partir de um enfoque reduzido do número de chamada e cujo ensino acontece subsidiariamente ao de outros processos de organização da informação, principalmente o de catalogação ou o de classificação bibliográfica. Esta perspectiva traz em seu bojo duas implicações: de um lado não se contemplam as diversas possibilidades de composição que a escolha pelo modelo baseado no número de chamada é capaz de abarcar e ele acaba diminuído em um procedimento mecânico; de outro, não reconhecer a especificidade do processo de ordenação de documentos e subsumi-lo à classificação faz com que ele fique destituído de sua dimensão intelectual e condenado a uma visão que lhe atribui papel secundário na estruturação de sistemas de informação bibliográfica, quando o que se espera é o desenvolvimento articulado dos processos.

Ao explorar a ordenação de documentos quanto aos seus objetivos, métodos e instrumentos, revela-se importante acúmulo logrado pela literatura, ao mesmo tempo em que se torna evidente a necessidade de articulá-la com o conceito de ordenação em seu sentido mais amplo, que também requer aprofundamentos. Deste modo, mostra-se pertinente compreender os vínculos que se estabelecem entre a ordenação de documentos e a ordenação de metadados. Esta última é entendida como a proposição de uma ordem que opera com os pontos de acesso aos registros que remetem aos documentos em bibliografias, catálogos de bibliotecas e bases de dados ou, ainda, às estruturas hierárquicas de navegação para documentos eletrônicos. Assim, faz-se necessário aprofundar as reflexões sobre a ordenação de documentos em sua especificidade, mas também como conceito que se aproxima ao de ordenação de metadados, na medida em que ambos visam a proposição de arranjos, permitindo que eles dialoguem entre si e com a generalidade do processo maior que os integra, o de ordenação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os processos de organização da informação, esta pesquisa debruçou-se sobre o de ordenação de documentos, distinguindo-o como responsável pela produção de mensagens evidenciadas pela alocação física de documentos de uma dada coleção que orienta a forma pela qual poderá se dar a apropriação destes mesmos documentos, além de possibilitar sua localização e gestão. Ao colocar em suspeição a crença de que instrumentos normalizados podem alcançar uma universalidade capaz de transcender as particularidades de coleções, instituições e atores envolvidos, ressalta-se o interesse pela ordenação de documentos a partir do movimento historicamente descrito, caracterizando-se como processo concernente à elaboração de sistemas de informação bibliográfica. Por conseguinte, considera-se a ordenação de documentos objeto dinâmico e de valor científico, que se viabiliza a partir da escolha de métodos e de instrumentos correspondentes às funções que se espera que a mesma possa vir a desempenhar.

Esta pesquisa realizou o levantamento e a apresentação dos modelos empíricos que respondem pela ordenação de documentos nas tradições anglo-americana e francesa, a partir do século XIX, buscando, na literatura, elementos para entender a estruturação do número de chamada e as características de outras propostas que pudessem apontar para objetivos, instrumentos e métodos associados. Orientou-se, portanto, por uma abordagem horizontal da temática e encontra nesta escolha sua principal limitação, já que a intensa descrição de aspectos procedimentais destaca-se em detrimento de sínteses que apontem para acúmulos conceituais relacionados ao processo.

Quanto a aspectos mais pontuais, a pesquisa ressentiu-se da ausência de uma melhor compreensão acerca da noção de manual em cada uma das vertentes analisadas. Especialmente no que diz respeito ao contexto francês do século XIX, esclarecer o escopo do conceito seria relevante para que os questionamentos realizados estivessem circunscritos às características próprias destes documentos, e não exatamente a uma compreensão marcada pelo entendimento uniformizador de que os manuais apresentam os modos de realização de uma operação.

O trabalho desenvolvido tampouco conseguiu apontar elementos que pudessem indicar quais variáveis associadas à elaboração dos catálogos podem ter influenciado a preferência de arranjos sistemáticos para a ordenação de documentos entre os anglo-americanos e arranjos mais diversos na vertente francesa. Enfrentar esta questão, apesar de se distanciar do escopo

da análise, revelaria aspectos relevantes na compreensão do processo ao apontar possíveis correlações entre a ordenação de documentos e a ordenação dos cabeçalhos nas fichas. Considera-se, ainda, que seria relevante compreender como cada uma das vertentes, e concepções relacionadas, pode ter influenciado a outra, especialmente no caso francês em que a menção à CDD, a partir de fins do século XIX, é relativamente frequente.

Ainda assim, tendo alcançado relativo grau de sistematização, foi possível apreender como os três métodos de ordenação de documentos foram pensados e operacionalizados, especialmente no que concerne à relação que se estabelece entre o método sistemático e os sistemas de classificação bibliográfica. Este trabalho demonstra que há significativa literatura que contempla a ordenação de documentos, tanto no aspecto procedimental, quanto em termo de seus fundamentos. Embora esteja, em grande medida, esparsa e, conseqüentemente, ainda pouco sintetizada, esta literatura explicita a riqueza e relevância da temática na configuração histórica da organização da informação e, também, de sua atualidade quanto à elaboração de sistemas de informação bibliográfica.

Tal constatação encaminha a duas questões relevantes que apontam para o desenvolvimento de trabalhos futuros: a primeira, de âmbito local, consiste na premência de construção de terminologia própria para a temática no Brasil, e, para tanto, de investigações que explorem o desenvolvimento da ordenação de documentos no país. A aproximação a uma terminologia própria permitiria a explicitação do conhecimento em questão e o desenvolvimento de propostas e trabalhos mais rigorosos que contemplassem os acúmulos já alcançados.

A segunda, de aspecto mais geral, aponta para a necessidade de uma abordagem mais abrangente, de cunho conceitual, e, conseqüentemente, a pertinência de novas discussões, não restritas ao ambiente de bibliotecas, que explorem a ordenação, em sentido amplo, buscando compreender as funções e os conceitos deste processo e que poderiam contribuir para sua ressignificação. Buscar pelo aprofundamento significa tentar distinguir o que caracteriza a ordenação e, igualmente, vislumbrar as interseções que ela pode estabelecer com outros processos de organização da informação. Caracterizá-la implica verticalizar as reflexões sobre a ordenação de documentos em suas correlações com a ordenação de metadados, estendendo a reflexão especialmente ao meio eletrônico e explicitando sua relevância também na proposição de estruturas de navegação em ambientes *web*, para os quais o *browsing* faz-se fundamental. Ademais, novas pesquisas de caráter conceitual poderiam evidenciar, quanto ao processo de ordenação em sentido amplo, a pertinência de generalizações e abstrações que

orientem o desenvolvimento de pesquisas empíricas, assim como de aplicações concretas em ambientes diversificados.

REFERÊNCIAS

- ABAD HIRALDO, Ramón. Evaluar colecciones, compartir recursos: el programa Conspectus. **Boletín de la ANABAD**, n. 39, v.1, p. 47-56, 1989. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=798274>>. Acesso em 05 out. 2016.
- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALESSANDRI, Ascanio. **Segnatura fissa e collocazione mobile**. Parma: Freshing, 1933.
- ANJOS, Liane dos. **Sistemas de classificação do conhecimento na filosofia e na biblioteconomia**: uma visão histórico-conceitual crítica com enfoque nos conceitos de classe, de categoria e de faceta. 2008. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-10112010-114437/>>. Acesso em: 05 out. 2016.
- BAADER, Peter. **Standortbezeichnung in Bibliotheken**. Köln: Greven, 1957.
- BARBOSA, Alice Príncipe. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 1969.
- BARDEN, Bertha Rickenbrode. **Book numbers**: a manual for students, with a basic code of rules. Chicago: American Library Association, 1937. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015033787162>>. Acesso em: 05 out. 2016.
- BASSET, Béatrice; LAURENT, Françoise. Classer en centre d'intérêt: oui, mais... **Bulletin d'informations de l'Association des Bibliothécaires français**, n. 143, n.2, p.31-32, 1989. Disponível em: < <http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/42021-classer-en-centre-d-interet.pdf> >. Acesso em: 05 out. 2016.
- BÉGUET, Bruno. Des corpus dans un plan de classement: l'expérience de la Bibliothèque Nationale de France. **Bulletin des Bibliothèques de France**, v. 45, n. 3, p. 90-96, 2000. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2000-03-0090-001>>. Acesso em: 5 out. 2016.
- BÉGUET, Bruno; HADJOPOULOU, Catherine. Les collections en libre accès de la Bibliothèque Nationale de France: organization par départements et usage de la Dewey. **Bulletin des Bibliothèques de France**. v. 41, n. 4, 1996, p. 40-45. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1996-04-0040-004>>. Acesso em 05 out. 2016.
- BÉGUET, Bruno; JOUGUELET, Suzanne; PETIT, Catherine. L'offre de collections à la Bibliothèque Nationale de France: premier bilan à Tolbiac. **Bulletin des Bibliothèques de France**, v. 44, n. 6, p. 18-28, 1999. Disponível em: < <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1999-06-0018-002> >. Acesso em 05 out. 2016.
- BELAYCHE, Claudine. Le manuel pratique du bibliothécaire. **Bulletin des Bibliothèques de France**. v. 57, n. 1, p. 63-69, 2012. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2012-01-0063-011>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BERTRAND, Anne-Marie. **Bibliothèque publique et public library**: essay de généalogie comparée. Villeurbanne: Enssib, 2010.

BERTRAND, Anne-Marie. Inventing a Model Library "à la française". **Libraries & the Cultural Record**, v. 44, n. 4, p. 471-479, 2009.

BERTRAND, Anne-Marie. La médiathèque questionnée. **Bulletin des Bibliothèques de France**, v. 39, n. 2, p.8-12, 1994. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1994-02-0008-001.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BERTRAND, Anne-Marie. Les bibliothèques municipales en France aujourd'hui. **AIB Studi**. v. 53, n. 1, p. 117-123, 2013.

BÉTHERY, Annie. Liberté bien ordonnée... les classifications encyclopédiques revues et corrigés. **Bulletin des Bibliothèques de France**, v. 33, n. 6, p. 450-455, 1988. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1988-06-0450-003>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BÉTHERY, Annie. Melvil Dewey. **Bulletin des Bibliothèques de France**, v. 57, n.1, p. 22-27, 2012. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2012-01-0022-004>>. Acesso em 05 out. 2016.

BISCOE, Walter Stanley. Chronological arrangement on shelves. **Library Journal**, New York, v. 10, n. 9-10, p. 246-247, 1885. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015036908682>>. Acesso em 05 out. 2016.

BLASSELLE, Bruno. La bibliothéconomie, théorie et pratique. In: VARRY, Dominique (Dir.). **Histoire des bibliothèques françaises**. Les bibliothèques de la Revolution et du XIX^e siècle. [Paris]: Promodis, 1991, p. 143-164.

BLISS, Henry Evelyn. **A bibliographic classification**: extended by systematic auxiliary schedules for composite specification and notation. New York: Wilson, 1952. v. 1. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=inu.32000005071545>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BLISS, Henry Evelyn. A modern classification or libraries, with simple notations, mnemonics, and alternatives. **Library Journal**, New York, v. 35, p. 351-358, 1910a. Disponível em: <<http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=npj.32101076205069;view=1up;seq=371>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BLISS, Henry Evelyn. A simplified alphabetic-order table. **Library Journal**, New York, v. 37, p. 71-74, 1912. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.32044103081469>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BLISS, Henry Evelyn. Simplified book notation. **Library Journal**, New York, v. 35, p. 544-546, 1910b. Disponível em: <<http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=npj.32101076205069;view=1up;seq=570>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BLISS, Henry Evelyn. **The organization of knowledge in libraries and the subject-approach to books**. New York: The W. H. Wilson Company, 1933a. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015034736838>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BLISS, Henry Evelyn. 'What do you mean by practical classification?'. **Special Libraries**, n. 24, v.2, p 35-37, 1933b.

BOLL, John J. Shelf Browsing, open access and storage capacity in research libraries. **Occasional Papers**, n. 169, jun., p. 1-34, 1985.

BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Édit - Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951. Disponível em: <<http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BRISCOE, Walter A. **Library planning**: a compilation designed to assist in the planning, equipment and development of new libraries, and the reconstruction of old ones. London: Grafton & Co., 1927.

BROWN, James Duff. **Adjustable classification for libraries with index**. London: Library Supply Company, 1898b. Disponível em: <<https://archive.org/stream/adjustableclassi00browrich#page/n21/mode/2up>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BROWN, James Duff. **Library classification and cataloguing**. London: Libraco ltd., 1912. Disponível em: <<http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015033787253;view=1up;seq=109;size=75>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BROWN, James Duff. **Manual of library classification and shelf arrangement**. London: Library Supply Company, 1898a. Disponível em: <<https://archive.org/details/manualoflibraryc00browrich>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BROWN, James Duff. **Manual of library economy**. London: Grafton & Co., 1907b.

BROWN, James Duff. **Subject Classification**. London: The Library Supply CO., 1906.

BROWN, James Duff. **Subject Classification**: with tables, indexes, etc. for the subdivision of subjects. 2nd edition. London: Grafton & Co., 1914. Disponível em: <<https://archive.org/details/classific00browsubjectrich>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BROWN, James Duff. **The small library**: a guide to the collection and care of books. London: George Routledge & Sons Limited, 1907a.

CALENGE, Bertrand (Coord.). **Mettre en oeuvre un plan de classement**. Villeurbanne: Presses de l'enssib, 2010.

CALENGE, Bertrand. Peut-on définir la bibliothéconomie? **Bulletin des Bibliothèques de France**. v. 43, n. 2, p. 8-20, 1998. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1998-02-0008-001>>. Acesso em: 05 out. 2016.

CALENGE, Bertrand. Un outil de gestion des collections: les cotes de libre accès. **Bulletin des Bibliothèques de France**, v. 39, n. 6, p. 16-20, 1994. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1994-06-0014-002>>. Acesso em: 05 out. 2016.

CAMPOS, Astério. O processo classificatório como fundamento das linguagens de indexação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 6, n. 1, p. 1-8, 1978. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/1784>>. Acesso em: 05 out. 2016.

CAZABON, Marie-Rénne. Cotation. In: FOUCHÉ, Pascal; PECHOIN; Daniel; SCHUWER, Philippe (Dir.). **Dictionnaire Encyclopédique du livre**. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 2002a. p. 661.

CAZABON, Marie-Rénne. Cote. In: FOUCHÉ, Pascal; PECHOIN; Daniel; SCHUWER, Philippe (Dir.). **Dictionnaire Encyclopédique du livre**. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 2002b. p. 661.

CHAN, Lois Mai; SALABA, Athena. **Cataloging and Classification: an introduction**. 4th edition. Lanham: Rowman & Littlefield, 2016.

CIM, Albert. **Le livre: historique, fabrication, achat, classement, usage et entretien**. volume iv. Paris: Ernest Flammarion, 1907. Disponível em: <<https://archive.org/details/lelivrehistoriqu04cima>>. Acesso em: 05 out. 2016.

CIM, Albert. **Petit manuel de l'amateur de livres**. Paris: Ernest Flammarion, 1908. Disponível em: <<https://archive.org/details/petitmanueldelam00cimaouft>>. Acesso em: 05 out. 2016.

CIM, Albert. **Une bibliothèque: l'art d'acheter les livres de les classer, de les conserver et de s'en servir**. Paris: Ernest Flammarion, 1902. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k207964p>>. Acesso em: 05 out. 2016.

CINTRA, Anna Maria Marques et al. Para entender as linguagens documentárias. 2 ed. São Paulo: Polis, 2002.

COMBOT, Philippe. **Initiations aux techniques documentaires**. 2011. Disponível em: <<http://combot.univ-tln.fr/lea/index.html>>. Acesso em: 05 out. 2016.

CONSTANTIN, Léopold Auguste. **Bibliothéconomie, ou nouveau manuel complet pour l'arrangement, la conservation et l'administration des bibliothèques**. Nouvelle édition revue, augmentée et ornée des figures. Paris: Librairie Encyclopédique de Roret, 1841. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5484356t>>. Acesso em: 05 out. 2016.

COTE. In: LE DICTIONNAIRE. França: L'École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques, [2012]. Disponível em: <<http://www.enssib.fr/le-dictionnaire/cote>>. Acesso em: 05 out. 2016.

COTE. In: VOCABULAIRE de la documentation. Paris: Association des Professionnels de l'Information, 2004. Disponível em: <http://www.adbs.fr/cote-16672.htm?RH=OUTILS_VOC>. Acesso em: 05 out. 2016.

COUSIN, Jules. **De l'organisation et de la administration des bibliothèques publiques et privées: manuel théorique et pratique du bibliothécaire**. Paris: A. Durand et Pedone-Lauriel, 1882. Disponível em: <<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/48759-de-l-organisation-et-de-l-administration-des-bibliotheques-publiques-et-privées.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

COYECQUE, Ernest. **Code administratif des bibliothèques d'études**. Paris: Librairie E. Droz, 1929. Disponível em: <<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/48823-code-administratif-des-bibliotheques-d-etude-par-ernest-coyecque-tome-second.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

CROZET, Léo. **Manuel pratique du bibliothécaire**. Paris: Emile Nourry, 1932. Disponível em: <<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/48783-manuel-pratique-du-bibliothecaire.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

CUTTER, Charles Ammi. Another plan for numbering books. **Library Journal**, New York, v. 3, n. 1, p. 248-251, 1878. Disponível em: <<http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015019980633;view=1up;seq=254>>. Acesso em: 05 out. 2016.

CUTTER, Charles Ammi. Author table for grec and latin authors. **Library Journal**, New York, v. 11, p. 280-289, 1886. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=njp.32101076204955>>. Acesso em: 05 out. 2016.

CUTTER, Charles Ammi. Classification on the shelves: with some account of the new scheme prepared for the Boston Athenaeum. **Library Journal**, New York, v. 4, n. 7, p. 234-243, 1879b. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015036908641>>. Acesso em: 05 ot. 2016.

CUTTER, Charles Ammi. **Expansive Classification**: part I: the first six classifications. Boston: [s.n.], 1891-1893. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.c027192529>>. Acesso em: 05 out. 2016.

CUTTER, Charles Ammi. **Explicação das marcas de autor Cutter-Sanborn**: tabelas com três algarismos. 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Oficial, 1962.

CUTTER, Charles Ammi. **Explanation of the alphabetic-order marks (three-figure tables)**. Northampton: Herald Job Print, 1908. Disponível em: <<https://archive.org/details/explanationofalp00cuttrich>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

CUTTER, Charles Ammi. **Explanation of the cutter author-marks**: two-figure tables. Northampton, Mass: Herald Office, 1900. Disponível em: <<https://archive.org/details/cu31924029524216>>. Acesso em 05 out. 2016.

CUTTER, Charles Ammi. **How to get books**: with an explanation of the new way of marking books. Boston: Rockwell and Curchill, 1882. Disponível em: <<https://archive.org/details/bostonathenumho01cuttgoog>>. Acesso em: 05 out. 2016.

CUTTER, Charles Ammi. How to use Cutter's decimal author tables. **Library Journal**, New York, v. 12, p. 251-252. 1887. Disponível em: <<http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015036908666;view=1up;seq=265>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

CUTTER, Charles Ammi. Mr. Cutter defends his modifications of the Dewey plan. **Library Journal**, New York, v. 4, n. 1, p. 17, 1879a. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015036908641>>. Acesso em: 05 out. 2016.

CUTTER, Charles Ammi. Review notice of Winchester (Mass.): town library, class and author lists. **Library Journal**, New York, v. 4, p. 426, 1879c. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015036908641>>. Acesso em: 05 out. 2016.

CUTTER, Charles Ammi; SANBORN, Kate Emery. **Alfabetico-order table ... altered and fitted with three figures by Kate E. Sanborn**. Springfield: H.R. Hunting Co., 195-?

DAUMAS, Alban. Les bibliothèques universitaires. **Bulletin des bibliothèques de France**, v. 18, n. 7, p. 316-327, 1973. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1973-07-0316-003>>. Acesso em: 05 out. 2016.

DELAMOTTE, Éric. La classification et l'accès aux ouvrages (1850-1914): genèse d'un geste informationnel. **Hermès, La Revue**, n. 66, n. 2, p. 193-198, 2013.

DELISLE, Léopold. Bibliothèque public aux États-Unis. **Le Journal des Sçavants**, mars, p. 155-170, 1896.

DELISLE, Léopold. **Instructions élémentaires et techniques pour la mise et le maintien en ordre des livres d'une bibliothèque**. Quatrième édition, revue. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, [1910]. Disponível em: <<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/48765-instructions-elementaires-et-techniques-pour-la-mise-et-le-maintien-en-ordre-des-livres-d-une-bibliotheque-par-leopold-delisle.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

DESGRAVES, Louis. Le catalogage des fonds. In: VARRY, Dominique (Dir.). **Histoire des bibliothèques françaises**. Les bibliothèques de la Revolution et du XIX siècle. [Paris]: Promodis, 1991, p. 165-181.

DEWEY, Melvil. Arrangement on the shelves - first paper. **Library Journal**, New York, v. 4, n. 4, p. 117-120, 1879a. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015036908641>>. Acesso em: 05 out. 2016.

DEWEY, Melvil. Arrangement on the shelves - second paper. **Library Journal**, New York, v. 4, n. 6, p. 191-194, 1879b. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015036908641>>. Acesso em: 05 out. 2016.

DEWEY, Melvil. Book numbers. **Library Notes**, v. 3, n. 2, p. 419-443, 1893. Disponível em: <<http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015036899287;view=1up;seq=427>>. Acesso em: 5 out. 2016.

DEWEY, Melvil. **Classification and subject index for cataloguing and arranging the books and the pamphlets of a library**. Hartford: Case, Lockwood & Brainard Company, 1876. Disponível em: <<https://archive.org/details/classificationan00dewerich>>. Acesso em: 05 out. 2016.

DEWEY, Melvil. **Decimal classification and relativ index for arranging, cataloguing and indexing public and private libraries and for pamphlets, clippings, notes, scrap books, index rerum, etc**. Boston: library Bureau: 1885.

DEWEY, Melvil. Eclectic book-numbers. **Library Journal**, New York, v. 11, n. 3, p. 296-301, 1886. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=njp.32101076204955>>. Acesso em: 05 out. 2016.

DEWEY, Melvil. **Simplified library school rules**: card catalog, accession, book numbers, shelf list, capitals, punctuation, abbreviations, library handwriting. Boston: Library Bureau, 1898. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=nyp.33433000398481>>. Acesso em: 05 out. 2016.

DEWEY, Melvil; PERKINS, Frederic B; CUTTER, Charles Ammi. The Schwartz mnemonic classification. **Library Journal**, New York, v. 4, n. 3, p. 92, 1879. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015036908641>>. Acesso em: 05 out. 2016.

DI PIETRO, Christelle. Mode d'emploi. In: _____ (Dir.). **Produire des contenus documentaires en ligne : quelles stratégies pour les bibliothèques ?** Paris: Presses d'ENSSIB, 2014. p. 9-14.

DUCOLOMB, Lydie. Eugène Morel et la sections des Bibliothèques modernes: une réflexion sur la formation professionnelle des bibliothécaires au début du XX siècle. **Bulletin des Bibliothèques de France**. v. 57, n. 1, p. 35-39, 2012. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2012-01-0035-006> >. Acesso em: 05 out. 2016.

DUCOLOMB, Lydie. L'enseignement d'Eugène Morel : les conférences sur les Bibliothèques modernes. Eugène Morel, passeur entre deux mondes. **Journée d'étude du 6 décembre 2010**. p. 1-30, 2010. Disponível em: <>. Acesso em: 05 out. 2016.

EATON, Thelma. Classification in College and University Libraries. **College & Research Libraries**, v. 16, n. 2, 1955, p. 168-176. Disponível em: <<http://crl.acrl.org/content/16/2/168.full.pdf+html>>. Acesso em: 05 out. 2016.

EDMANDS, John et al. Plans for numbering, with special reference to fiction. **Library Journal**, New York, v. 4, p. 38-47, 1879. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015036908641>>. Acesso em: 05 out. 2016.

EPIC (Kannada). In: ENCYCLOPAEDIA of Indian Literature. New Delhi: Sahitya Akademi, 2005, p. 1180-1183.

FABRE, Isabelle. L'espace documentaire comme lieu de médiations. **Esquisse**, 2013, p. 1-10. Disponível em: <http://oatao.univ-toulouse.fr/9136/1/Fabre_9136.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016.

FABRE, Isabelle; VEYRAC, Hélène. Classement et rangement: mise au jour de genèses instrumentales. **Hermès, La Revue**, n. 66, n. 2, p. 214-121, 2013.

FABRE, Isabelle; VEYRAC, Hélène. Des représentations croisées pour l'émergence d'une médiation de l'espace documentaire. **Communication & Langages**, v.156, p. 103-115, 2008. Disponível em: <http://oatao.univ-toulouse.fr/1938/1/fabre_1938.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. Cota. In:_____. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EDUSP, 2008a. p. 210.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. Cotação. In:_____. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EDUSP, 2008b. p. 210.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. Número de chamada. In: _____.
Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EDUSP, 2008c. p. 524.

FIUZA, Marysia Malheiros. O ensino da "Catalogação de assunto". **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 257-269, set. 1985. Disponível em:
 <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2010/12/pdf_554eb637cb_0013784.pdf>.
 Acesso em: 05 out. 2016.

FOSKETT, Anthony Charles. **A abordagem temática da informação**. São Paulo: Polígono; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1973.

FRATI, Luigi. Ordinamento sistematico delle biblioteche, **La Rassegna Nazionale**, n. 78, p. 63-72, 1894.

FUMAGALLI, Giuseppe. **Della collocazione dei libri nelle pubbliche biblioteche**. Firenze: G.C. Sansoni, 1890.

GARDIN, Jean-Claude. Elements d'un modele pour la description des lexiques documentaires. Bulletin des Bibliothèques de France, n. 5, p. 171-182, 1966. Disponível em:
 <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1966-05-0171-001>>. Acesso em: 05 out. 2016.

GIFFARD, Sue et al. **Metis categorization schedules**. [New York], 2012. Disponível em:
 <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWVpbnxtZXRpc2lubm92YXRpb25zfGd4OjY1ZTViMTAyZDRhNjAzNjA>>. Acesso em: 05 out. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAESEL, Arnim. **Manuel de bibliothéconomie** (trad. Jules Laude). Paris: H. Welter, 1897. Disponível em: <<https://archive.org/details/manueldebiblioth00grae>>. Acesso em: 05 out. 2016.

GREENWOOD, Thomas. **Public libraries:** a history of the movement and a manual for the organization and management of rate-supported libraries. London: Cassell & Co. Limited, 1891. Disponível em:
 <https://www.forgottenbooks.com/en/books/Public_Libraries_v1_1000826832>. Acesso em 05 out. 2016.

GUINCHAT, Claire; AUBRET, Pierre. **La documentation au service de l'action**. Paris: Presses d'Ile de France, 1968.

HACKER, Rupert. **Bibliothekarische Grundwissen**. Pullach am München: Verlag Dokumentation, 1973.

HASSENFORDER, Jean. **Développement comparé des bibliothèques publiques en France en Grande-Bretagne e aux États-Unis dans la seconde moitié du XIXe siècle (1850-1914)**. Paris: Cercle de la Librairie, 1966. Disponível em:
 <<https://core.ac.uk/download/pdf/12438285.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

HJØRLAND, Birger. Shelf arrangement. In: _____. **Core concepts in library and information science (LIS)**. 2006. Disponível em:

<http://www.iva.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/shelf_arrangement.htm>. Acesso em 05 out. 2016.

HJØRLAND, Birger. Order & ordering. In: _____. **Core concepts in library and information science (LIS)**. 2007. Disponível em: <<http://www.iva.dk/bh/Core%20Concepts%20in%20LIS/articles%20a-z/order.htm>>. Acesso em: 05 out. 2016.

HODGES, Kenneth. Chronological Order. **Library Review**, v. 25, n. 2, p. 57-62, 1975.

HUDON, Michèle. Le traitement du document. In: Salaün, Jean-Michel; Arsenault, Clément (Coord.) **Introduction aux sciences de l'information**. Montréal: Les Presses de la Université de Montréal, 2009. (Paramètres). p. 53-100.

HUDON, Michèle; MUSTAFA EL HADI, Widad. Organisation des connaissances et des ressources documentaires, De l'organisation hiérarchique centralisée à l'organisation sociale distribuée, **Les Cahiers du Numérique**, v. 6, n. 3, p. 9-38, 2010. Disponível em: <http://lcn.revuesonline.com/gratuit/LCN6_3_04_Intro.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016.

HYMAN, Richard J. Shelf classification research: past, present-future? **Occasional Papers**, n. 146, nov., p. 1-60, 1980. Disponível em: <<https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/3952/gslisoccasionalpv00000i00146.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 out. 2016.

IFLA SECTION ON ACQUISITION AND COLLECTION DEVELOPMENT. **Guidelines for a collection development policy using the conspectus model**. 2001. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/acquisition-collection-development/publications/gcdp-en.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

IFLA STUDY GROUP ON THE FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS. **Functional Requirements for Bibliographic Records: final report**. 1997. As amended and corrected through February 2008. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s13/frbr/frbr_2008.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016.

IMMROTH, Jonh Phillip. Cutter, Charles Ammi. In: **ENCYCLOPEDIA of Library and Information Science**. New York: Marcel Dekker, ©1969. v. 2. p. 380-387.

INSTRUCTIONS concernant les nouvelles sections et les sections transférées des bibliothèques des universités (à l'exclusion des sections « Médecine»). **Bulletin des bibliothèques de France**, v. 7, n. 8, p. 401-410, 1962. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1962-08-0401-001>>. Acesso em: 05 out. 2016.

JOUDREY, Daniel N.; TAYLOR, Arlene G.; MILLER, David P. **Introduction to Cataloging and Classification**. 11th edition. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2015.

JOUGUELET, Suzanne. Classement. In: CACALY, Serge (Coord.). **Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation**. Paris: Nathan, 1997, p. 135-136.

JOUGUELET, Suzanne. La cotation Dewey à la Bibliothèque Nationale de France. **Bulletin d'informations de l'ABF**, 1996. Disponível em: <<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/44784-la-cotation-dewey-a-la-bibliotheque-nationale-de-france.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

JOUGUELET, Suzanne. Various applications of the Dewey Decimal Classification at the Bibliothèque National de France. **Library Review**, v. 47, n. 4, p. 206-210, 1998.

KEPHART, Horace. Classification. In: DEWEY, Melvil (Ed.). **Papers prepared for the world's library congress, held at the Columbian exposition**. Washington: Government Printing Office, 1896. p. 861-897. Disponível em:
<<https://archive.org/details/paperspreparedf01dewegoog>>. Acesso em: 05 out. 2016.

LADOR, Pierre-Yves. Une expérience de mise en <<stabulation libre>> d'une partie des collections. **Bulletin des Bibliothèques de France**, v. 46, n. 1, p. 54-56, 2001. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2001-01-0054-004>>. Acesso em: 05 out. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5a ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANGTON, H. H. Systems of shelf-notation. **Library Journal**. v. 21, n. 10, p. 441-443, 1896. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.32044103081550>>. Acesso em: 05 out. 2016.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. **Dos sistemas de classificação bibliográfica às search engines (i)**. São Paulo: Associação Paulista de Bibliotecários, 2002. (Ensaio APB, 90).

LARA, Marilda Lopes Ginez de. O unicórnio (o rinoceronte, o ornitorrinco...), a análise documentária e a linguagem documentária. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, 2001. Disponível em:
<<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000001251/ee11596b772e9f54e7c85d314ace05ce>>. Acesso em: 05 out. 2016.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. O unicórnio (o rinoceronte, o ornitorrinco...), a análise documentária e a linguagem documentária. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, 2001. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/7456>>. Acesso em: 05 out. 2016.

LEBAILLY, Guillaume. **Vers une pensée modernisée du métier de bibliothécaire: le cas du Maniel pratique de Léo Crozet**. 2008. Memoire d'étude. École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques, 2008. Disponível em:
<<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/2060-vers-une-pensee-modernisee-du-metier-de-bibliothecaire-le-cas-du-manuel-pratique-de-leo-crozet.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

LEHNUS, Donald James. **Notação de autor: manual para bibliotecas**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978.

LENTINO, Noêmia. **Guia teórico, prático e comparado dos sistemas de classificação bibliográfica**. São Paulo: Polígono, 1971.

LITTON, Gaston. **A documentação**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

MAIRE, Albert. **Manual pratique du bibliothécaire: bibliothèques publiques, bibliothèques universitaires, bibliothèques privées, suivi 1° d'un lexique des termes du livre, 2° des lois, décrets, etc., concernant les bibliothèques universitaires de 1837 à 1894**. Paris: Alphonse Picard et Fils, 1896. Disponível em:

<<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k376452n.r=Manuel%20de%20l'amatour%20d'estampes?rk=751076;4>>. Acesso em: 05 out. 2016.

MALTBY, Arthur . Classification-Logic, limits, levels. In: MALTBY, Arthur. **Classification in the 1970's**: a discussion of development and prospects for the major schemes. Belfast: Linnet Books & Clive Bingley, 1972. p. 9-24.

MALTBY, Arthur; SAYERS, William Charles Berwick. **Sayers' manual of classification for librarians**. 5. ed. London: Grafton, 1975.

MANN, Margaret. **Catálogo e classificação de livros**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

MANN, Margaret. **Introduction to cataloging and the classification of books**. Chicago: American Library Association, 1930.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; Kipp, Margaret E. I. Implications of the Adoption of BISAC for Classifying Library Collections. **Knowledge Organization**, v. 41, n. 5, p. 377-392, 2014.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; SAN SEGUNDO, Rosa. Reader-Interest classifications: Concept and Terminology Historical Overview. **Knowledge Organization**, v. 40, n.2, p. 102-114, 2013.

MELOT, Michel. Le temps des médiathèques. In: BERTRAND, Anne-Marie; LE SAUX, Annie (Coord.). **Regards sur un demi-siècle**: cinquantenaire du Bulletin des bibliothèques de France. Villeurbanne : Enssib, 2006. p. 207-231.

MÉTHODE. In: BLAY, Michel (dir.). **Grand Dictionnaire de la philosophie**. Paris, Larousse, 2003. p. 688-689.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

MEYRIAT, Jean. Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation**, 2° trimestre, n. 14, p. 51-63, 1981.

MIKSA, Francis. Melvil Dewey and the Corporate Ideal. In: STEVENSON, G.; KRAMER-GREENE, J. (Ed.). **Melvil Dewey**: the man and the classification. Albany, N.Y.: Forest Press, 1983, p. 49-100.

MIKSA, Francis. The making of the 1876 Special Report on Public Libraries. **Journal of Library History, Philosophy, and Comparative Librarianship**, v. 8, p. 30-40, 1973.

MILKAU, Fritz. **Handbuch der Bibliothekswissenschaft**. Leipzig: O. Harrassowitz, 1931.

MILLS, Jack. Bibliographic Classification. In: **ENCYCLOPEDIA of library and information science**. New York: Marcel Dekker, 1969, v. 2, p. 368-380.

MITTAL, R. L. Call number and collection number: their implications on book arrangement. **Indian Library Movement**. v. 3, n.1, p. 1-6, 1976.

MOREL, Eugène. **Bibliothèques**: essai sur le développement des bibliothèques publiques et de la librairie dans les deux mondes. tome ii. Paris: Mercvre de France, 1908. Disponível em: <<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/48752-bibliotheques-essai-sur-le-developpement-des-bibliotheques-publiques-et-de-la-librairie-dans-les-deux-mondes-tome-ii.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

MOREL, Eugène. **La librairie publique**. Paris: Librairie Armand Colin, 1910. Disponível em: <<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/48832-la-librairie-publique.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

NAMUR, Jean-Pie. **Manuel du bibliothécaire**: accompagné de notes critiques, historiques et littéraires. Bruxelles: J. B. Tircher, 1834. Disponível em: <<https://archive.org/details/manueldubibliot00namugoog>>. Acesso em: 05 out. 2016.

NAMUR, Jean-Pie. **Projet d'un nouveau système bibliographic des connaissances humaines**. Bruxelles: Imprimerie de Demortier Frères, 1839. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=8Q8_AAAAcAAJ&printsec=frontcover&dq=Projet+d%27un+nouveau+syst%C3%AAme+bibliographic+des+connaissances+humaines.&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjP-5z0g8LPAhVJkJAKHeXEBk0Q6AEIIDA#v=onepage&q=Projet%20d'un%20nouveau%20syst%C3%AAme%20bibliographic%20des%20connaissances%20humaines.&f=false>. Acesso em: 05 out. 2016.

NAUDÉ, Gabriel. **Advis pour dresser une bibliothèque**. Berlin: Veb Edition Leipzig, 1963. Publicação original de 1627. Disponível em: <http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/48749-advis-pour-dresser-une-bibliotheque-pargabriel-naude.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016.

ONLINE COMPUTER LIBRARY CENTER. OCLC Dewey Cutter Program. Dublin, Ohio: OCLC, 1996. Disponível em: <<https://www.oclc.org/support/services/dewey/program.en.html>>. Acesso em: 05 out. 2016.

ORTEGA, Cristina Dotta. Contexto de desenvolvimento da organização da informação, com enfoque para a catalogação, na Escola de Ciência da Informação da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 2, p. 182-215, abr./jun. 2013a. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1805/1181>>. Acesso em: 05 out. 2016.

ORTEGA, Cristina Dotta. Fundamentos e métodos de ordenação de documentos. In: _____; SILVA, Camila Mariana Aparecida da; SANTOS, Marcelo Nair dos. **A ordenação de documentos na atividade bibliotecária**. Brasília: Briquet de Lemos, 2016. p. 6-43.

ORTEGA, Cristina Dotta; SILVA, Camila Mariana Aparecida da; SANTOS, Marcelo Nair dos. **A ordenação de documentos na atividade bibliotecária**. Brasília: Briquet de Lemos, 2016.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, 1934. Disponível em: <http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016.

OTLET, Paul. **Manuel de la Bibliothèque publique**. 3e éd. Bruxelles: D. van Keerberghen & Fils, 1930. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k931113m>>. Acesso em: 05 out. 2016.

PARROCHIA, Daniel. Classement. In: FOUCHE, Pascal; PECHOIN; Daniel; SCHUWER, Philippe (Dir.). **Dictionnaire Encyclopédique du livre**. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 2002. p. 535.

PIEIDADE, Maria Antonieta Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

PINHEIRO, Ana Virginia Teixeira da Paz. **A ordem dos livros na biblioteca: uma abordagem preliminar ao sistema de localização fixa**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2007.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, Lisboa, n. 2, p. 19-33, 1988.

POULAIN, Martine. Retourner à Tocqueville: pour comprendre l'histoire comparée des bibliothèques américaines e françaises au XIXe siècle. **Bulletin des Bibliothèques de France**. v. 47, n. 5, p. 66-73, 2002. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2002-05-0066-001>>. Acesso em: 05 out. 2016.

PRYTHERCH, Ray (Comp.). **Harrod's librarian's glossary and reference book: a directory of over 10,200 terms, organizations, projects and acronyms in the areas of information management, library science, publishing and archive management**. 10th ed. London: Ashgate Pub Ltd, 2005.

RAJARAM, Shyama. FRBR and Ranganathan's Colon book number: exploring a symbiotic relationship. **Journal of Library & Information Technology**, v. 33, n. 4, jul, p. 323-329, 2013. Disponível em: <<http://publications.drdo.gov.in/ojs/index.php/djlit/article/view/5006/2912>>. Acesso em: 05 out. 2016.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **Colon Classification**. 6th ed. Bangalore: Sarada Ranganathan Endowment for Library Science, 1960.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **Prolegomena Library Classification**. 3rd. ed. New York: Asia Publishing House, 1967.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **The five laws of library science**. Madras, The Madras Library Association, 1931.

RÉGIMBEAU, Gérard. Petit glossaire des notions centrales de ce numéro. **Hermès, La Revue**, v. 66, n. 2, p. 18, 2013.

RICHÉ, Delphine. **La conception du métier de bibliothécaire dans les manuels de formation des années 1880-1890 à travers trois exemples: Jules Cousin, Léopold Delisle et Albert Maire** 2009. Memoire d'étude. École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques, 2009. Disponível em: <<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/48315-conception-du-metier-de-bibliothecaire-dans-les-manuels-de>>

formation-des-annees-1880-1890-a-travers-trois-exemples-la-jules-cousin-leopold-delisle-et-albert-maire.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016.

RICHTER, Brigitte. Espace de la lecture: nouvelles stratégies de communication. **Bulletin des Bibliothèques de France**, v. 33, n. 6, p. 444-449, 1988. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1988-06-0444-002>>. Acesso em: 05 out. 2016.

RICHTER, Noë. Aux origines de la lecture publique: Naissance des bibliothèques populaires. **Bulletin des Bibliothèques de France**, v.23 , n. 4, 1978. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1978-04-0221-001>>. Acesso em: 05 out. 2016.

RITCHIE, Jane; LEWIS, Jane. **Qualitative research practice: a guide for social science students and researchers**. London; Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications, 2003.

ROSSEL, Mélody. « **J'sais pas quoi lire !** » ou Les méthodes de recherche et de sélection des enfants en bibliothèque municipale. Travail de Bachelor (Bachelor HES)- Haute Ecole de Gestion de Genève, Genève, 2013. Disponível em: <https://doc.rero.ch/record/208869/files/TB_Rossel_Recherche_et_s_lection_des_enfants.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016.

ROY, Richard. Classer par centres d'intérêt. **Bulletin des Bibliothèques de France**, v. 31, n. 3, p. 224-231, 1986. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1986-03-0224-002>>. Acesso em: 05 out. 2016.

SALVAN, Paule. **Les classifications**. 2eme. édition revue. Paris: Bibliothèque Nationale, 1962. Disponível em: <<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/48774-lesclassifications.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

SALVAN, Paule. **Les classifications**. Paris: Bibliothèque Nationale, 1954. Disponível em: <<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/48803-les-classifications.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

SANSEN, Jean-Raoul. L'accès aux universit documents dans les bibliothèques universitaires. **Bulletin des Bibliothèques de France**, v. 33, n. 6, p. 456-466, 1988. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1988-06-0456-004.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

SARRAZIN, Véronique. Les classifications dans le bibliothèques universitaires françaises (1878-1962). In: GRAILLES, Bénédicte et al (Dir.). **Classer les archives et les bibliothèques: mise en ordre et raisons classificatoires**. Rennes: Presse Universitaire de Rennes, 2015. p. 87-107.

SATIJA, Mohinder Partap. Book number and call number. In: **ENCYCLOPEDIA of library and information science**. New York: Marcel Dekker, 1990, v. 45, p. 18-45. Disponível em: <https://books.google.nl/books?id=JErM7jeWcl0C&pg=PA18&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=3#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 05 out. 2016.

SATIJA, Mohinder Partap. Book numbers in India with special reference to the author table for Indian names designed and used by the National Library of India. **Knowledge Organization**, v. 34, n. 1, p. 34-40, 2007.

SATIJA, Mohinder Partap. **Book numbers: Indian and Cutter**. Viva Books: New Delhi, 2008.

SATIJA, Mohinder Partap. Classification : some fundamentals, some myths, some realities. **Knowledge Organization**, v. 25, n. 1-2, p. 32-35, 1998.

SATIJA, Mohinder Partap. History of book numbers. **International Classification**, v. 14, n.2, p. 70-76, 1987.

SATIJA, Mohinder Partap; AGRAWAL, Suren P. **Book numbers** (some Indian methods). 2nd rev. & enlarged edition. New Delhi: Reliance Publishing House, 1996.

SATIJA, Mohinder Partap; COMAROMI, John P. **Beyond classification**: book number (with special reference to chronological book numbers). New Delhi: Ess Ess Publications, 1992.

SAYERS, William Charles Berwick . **An introduction to library classification**: theoretical, historical and practical with readings, exercises and examination papers. 8th ed. rev. London: Grafton, 1950.

SAYERS, William Charles Berwick . **Canons of classification applied to “The subject” “The expansive”, “The decimal” and “The Library of Congress” classifications**: a study in bibliographical classification method. London: Grafton, 1915. Disponível em: <<https://archive.org/details/canonsofclassifi00sayerich>>. Acesso em: 05 out. 2016.

SAYERS, William Charles Berwick. **A manual of classification for librarians and bibliographers**. London: Grafton & Co, 1944. Disponível em: <<https://archive.org/details/manualofclassifi007579mbp>>. Acesso em: 05 out. 2016.

SAYERS, William Charles Berwick. **A manual of classification for librarians**. 4th ed. London: Grafton, 1970.

SAYERS, William Charles Berwick. **An introduction to library classification**: with readings, questions and examination papers. London: Grafton; New York City: H. W. Wilson, 1918.

SAYERS, William Charles Berwick. **An introduction to library classification**: theoretical, historical, and practical, and a short course in practical classification with readings, questions and examination papers. 2nd ed. London: Grafton & Co., 1922. Disponível em: <<https://archive.org/details/introductiontoli00sayeuoft>>. Acesso em: 05 out. 2016.

SCHWARTZ, Jacob. A “combined” system for arranging and numbering. **Library Journal**, New York, v. 3, n. 1, p. 6-10, mar. 1878. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015019980633>>. Acesso em: 05 out. 2016.

SCHWARTZ, Jacob. A mnemonic system of classification. **Library Journal**, New York, v. 4, n. 1, p. 3-7, 1879. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015036908641>>. Acesso em: 05 out. 2016.

SCHWARTZ, Jacob. A new classification and notation. **Library Journal**, New York, v. 7, n. 7-8, p. 148-166, july/aug. 1882b. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015036908716;view=1up;seq=7>>. Acesso em: 05 out. 2016.

SCHWARTZ, Jacob. Alphabetical versus logical classification. **Library Journal**, New York, v. 7, n. 9, p. 229, sept. 1882c. Disponível em:

<<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015036908716;view=1up;seq=7>>. Acesso em: 05 out. 2016.

SCHWARTZ, Jacob. Twenty-five plus ten versus thirty-five or ten. **Library Journal**, New York, v. 7, p. 84-85, 1882a. Disponível em:

<<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015036908716;view=1up;seq=7>>. Acesso em: 05 out. 2016.

SENSO, José A.; ROSA PIÑERO, Antonio de la. El concepto de metadado. Algo más que descripción de recursos eletrónicos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 95-106, mai0/ago. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n2/17038.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

SHERA, Jesse Hauk; EGAN, Margaret Elizabeth. Exame do estado atual da biblioteconomia e da documentação. In: Bradford, S. C. **Documentação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p. 15-64.

SIMON, Agnès. <<Bibliothécaires: lizes Morel!>>. **Bulletin des Bibliothèques de France**. v. 57, n. 1, p. 30-34, 2012. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2012-01-0030-005>>. Acesso em: 05 out. 2016.

SLAVIC, Aida. Call numbers, book numbers and collection arrangements in European library traditions. In: SINGH, Jagtar; MALHAN, Indervir; KAUR, Trishanjit (Ed.). **Library and information science in digital age: essays in honour of Professor M. P. Satija**. India: Ess Ess Pub, 2009. v. 1, p. 257-285. Disponível em:

<http://arizona.openrepository.com/arizona/bitstream/10150/111798/1/call_numbers_history_aslavic2009.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016.

SLAVIC, Aida. On the nature and typology of documentary classifications and their use in a network environment. **El profesional de la información**, v. 16, n. 6, p. 580-587, nov./dic. 2007. Disponível em:

<<http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/2007/noviembre/05.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves M. et al. Otlet, o criador de estruturas informacionais pela paz mundial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2002, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2002.

THE PROCEEDINGS. **Library Journal**, New York, v. 1, n.2-3, p. 92-145, 1876. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=coo.31924066785761>>. Acesso em: 05 out. 2016.

UNITED STATES. Bureau of Education. **Public libraries in the United States of America: their history, condition, and management**. Special report, Department of the Interior, Bureau of Education. Part I (1876). Disponível em: <<http://digicoll.library.wisc.edu/cgi-bin/History/History-idx?type=browse&scope=HISTORY.PUBLICLIBS>>. Acesso em: 05 out. 2016.

UNIVERSITY of Michigan Libraries. The reader interest book arrangement in the Detroit Public Library. Detroit: Home Reading Services, 1955. Disponível em:

<<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015034511538;view=1up;seq=1>>. Acesso em 05 out. 2016.

VÉRON, Eliséo. Des livres libres: usages des espaces en libre accès. **Bulletin des Bibliothèques de France**, v. 33, n. 6, p. 430-443, 1988. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1988-06-0430-001>>. Acesso em: 05 out. 2016.

VÉRON, Eliséo. **Espaces du livre**: perception et usages de la classification et du classement en bibliothèque. Paris: BPI - Centre Georges-Pompidou, 1989.

WHISNER, Mary. Alphabetical order and other "simple" systems. **Law Library Journal**, v. 96, n. 4, p. 757-763, 2004. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1539826>. Acesso em: 05 out. 2016.